

Sumário

Resumo.....	3
Abstract	4
1. Introdução.....	5
1.1. Considerações Iniciais	5
1.2. O Tema da Pesquisa	7
1.3. Objetivos da Pesquisa.....	10
1.4. Justificativa da Pesquisa	11
1.5. Estrutura do Trabalho	13
2. Psicologia Analítica	14
2.1. A psique, segundo C. G. JUNG: Consciente e Inconsciente – do subjetivo ao objetivo	17
2.2. Arquétipos e Complexos	26
Arquétipos	27
Complexos	32
2.3. Estruturas: Ego, Sombra, Persona, Anima, Animus, Self	37
Ego.....	37
Self.....	40
Sombra.....	41
Persona	46
Anima	47
Animus	51
2.4. Processo de individuação.....	54
2.5. Tipos psicológicos	59
2.6. A análise, sob o ponto de vista de C. G. JUNG.....	74
2.6.1. Análise dos Sonhos.....	86
2.6.2. Análise das Fantasias - Imaginação Ativa.....	89
2.6.3. Relação Transferencial/Contratransferencial	99
2.7. Perfil do Analista Junguiano.....	106
3. Formação de Analistas e Supervisores em Psicologia Analítica	114
4. Supervisão em Psicologia Analítica.....	118
JUNG como Supervisor.....	121
Contribuições de Junguianos à Supervisão	126
Supervisão Hoje.....	128
5. Metodologia da Pesquisa.....	132
5.1. Método da Investigação.....	133
5.1.1. Pesquisa Qualitativa	133

5.1.2. A Escolha do Método	135
5.2. Estudo de Caso tipo Casos Múltiplos ou Multicasos.	136
5.3. Técnica de Coleta de Dados: Entrevista.....	137
5.3.1. Seleção dos entrevistados	138
5.3.2. Fase Exploratória.....	140
5.3.3. Pauta da entrevista.....	142
5.4. Registro dos dados.....	144
5.5. Análise dos dados	147
6. Resultados	149
6.1. A concepção dos entrevistados sobre o que é Supervisão/Ser Supervisor	149
6.2. O processo de se tornar supervisor	159
6.3. Competências necessárias ao supervisor, na visão dos entrevistados	164
6.4. Percepção dos Entrevistados sobre o Processo Atual e o Ideal de se Tornar Supervisor.....	171
7. Discussão.....	180
7.1. A concepção dos entrevistados de Supervisão/Ser Supervisor	180
7.2. O processo de se tornar supervisor	186
7.3. Competências Necessárias ao Supervisor na Visão dos Entrevistados	190
7.4. Percepção dos Entrevistados sobre o Processo Atual e o Ideal para se Tornar Supervisor.....	195
8. Reflexões e Algumas Considerações Finais	199
9. Apêndices	204
1. Pauta da Entrevista	204
3. Procedimentos de Entrevista	206
4. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	207
10. Referências Bibliográficas	208

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - Camadas do Inconsciente	25
FIGURA 2 - Diagrama da Diferença das Atitudes.....	62
FIGURA 3 - Relação entre a Estrutura do Inconsciente com a Consciência e o Ego	63
FIGURA 4 - Diagrama das Funções.....	64
FIGURA 5 - Diagrama Exemplificando o Caminho para a Função Inferior	68
FIGURA 6 - Campo da Interação Analítica	103

Ser Supervisor: Percepções de Supervisores em Psicologia Analítica

Lucy Terezinha TONIETTO

Francisco Antonio Pereira FIALHO

Resumo

A Psicologia Analítica adota um programa de formação para seus analistas que contempla três dimensões: conhecimentos ou o saber; habilidades ou o saber fazer; e atitudes, com a conotação do *ser*. Os conhecimentos são ministrados sob a forma de seminários; as habilidades são ampliadas através da análise de pacientes supervisionadas por analistas experientes; e as atitudes desenvolvidas através do autoconhecimento, na forma da análise pessoal didática. No entanto, os supervisores – apesar de fazerem parte essencial no processo de formação dos analistas - não dispõem de quaisquer recursos oficialmente elaborados para sua própria formação como supervisores. Esta pesquisa se propôs a investigar se haveria ou não necessidade de tal formação. O resultado obtido foi que a formação do supervisor ocorre paralelamente à formação do analista. A interação do supervisor com o supervisionando, assim como no caso do analista com o paciente, inclui a relação da consciência e do inconsciente. Por isso, o essencial é o trabalho com o inconsciente, portanto não há necessidade de um programa formal para formação de supervisores, porém se faz necessário um espaço para discutir temas relacionados ao exercício da função. Essa discussão poderia ocorrer entre supervisores, principalmente aqueles vinculados a Instituições.

Palavras-chave: Jung, Formação, Supervisores, Supervisão, Clínica, Psicologia Analítica.

Abstract

Analytic Psychology adopts a formation program for your analysts that it contemplates three dimensions: knowledge; abilities or knowing to do; and attitudes, understood as being. The knowledge are supplied under the form of seminars; the abilities are enlarged through the patients' analysis supervised by experienced analysts; and the attitudes developed through the solemnity knowledge, in the form of the didactic personal analysis. However, the supervisors - in spite of they be essential part in the process of the analysts' formation - they don't have any officially resources elaborated for your own formation as supervisors. This research intended to investigate if there would be or not need of such formation. The obtained result was that the supervisor's formation happens parallel to the analyst's formation. The supervisor's interaction with supervising him/it, as well as in the analyst's case with the patient, it includes the relationship of the conscience and of the unconscious. Therefore, the essential is the work with the unconscious, therefore there is not need of a formal program for supervisors' formation, and however it is done necessary a space to discuss themes related to the exercise of the function. That discussion could happen among supervisors, mainly that linked to Institutions.

Keywords: Jung, Formation, Supervisors, Supervision, Clinic, Analytical Psychology.

1. Introdução

1.1. Considerações Iniciais

Desde a decisão de fazer doutorado, minha área de interesse foi a de investigar o trabalho em sua relação com a psicologia de abordagem junguiana, conhecida como Psicologia Analítica, em sintonia com as exigências da Engenharia de Produção e Sistemas.

Muitas idéias surgiram então e diversos temas afloraram e se esvaíram sem que conseguisse definir com exatidão o ponto chave a ser abordado.

Pensei, inicialmente, em pesquisar a relação do trabalho com os processos alquímicos. Deparei-me, no entanto, com dificuldades para lidar com o tema, sobretudo ao tocante às transformações ocorridas na psique do trabalhador. JUNG (O. C. V § 344) já afirmava: “Apesar de termos uma física da alma, não podemos observá-la e julgá-la de um ponto arquimédico externo (...)”¹, isto pelo fato de ser a psique, ao mesmo tempo, objeto de estudo e o próprio instrumento de pesquisa.

Em minhas reflexões, considerei, também, a realidade das transformações alquímicas ocorridas no sujeito no decorrer do seu processo de trabalho, as quais só podem ser investigadas através de suas manifestações e não têm prazo para acontecer, pois o inconsciente é atemporal. Ademais, tudo isso poderia desenvolver-se num tempo diferente daquele disponível para o estudo. Em face de tais constatações avaliei a idéia pouco adequada naquela oportunidade.

Após esse período de dúvidas, indagações e reflexões entrei em contato com uma terapeuta de abordagem junguiana, Renata Cunha Wendth, a qual apontou o problema da escassez de publicações relativas à *formação e ao trabalho do supervisor na clínica da*

¹ O. C. refere-se à abreviatura de Obras Completas. Daqui em diante, sempre que aparecer O. C. trata-se das Obras Completas de Carl Gustav JUNG. Sigo como referência o número do parágrafo porque nas Obras Completas adota-se esta forma com o objetivo de facilitar o acesso. Nas edições em português, assim como nas edições inglesas, os números dos parágrafos permanecem os mesmos, enquanto as páginas variam conforme variam as edições.

Psicologia Analítica. Por esse motivo, sugeri desenvolver o tema, pois haveria carência de discussão e reflexão sobre o assunto na literatura disponível.

Acolhida a sugestão, passei a consultar informações impressas e eletrônicas sem, no entanto, encontrar referências a respeito. Após pesquisa exaustiva nada encontrei. Aquela terapeuta conhecia apenas um livro sobre Supervisão em Psicologia Analítica, cujo nome é *Junguian Perspectives on Clinical Supervision*, editado na Suíça, e ainda não traduzido para o português. O livro aborda a questão da supervisão clínica durante o processo de formação sistemática do analista em Psicologia Analítica.

Convém lembrar que a formação do analista ocorre vinculada a uma instituição, com regras estabelecidas e permeada pela dimensão pedagógica. Nessas circunstâncias, o supervisor é, ou deveria ser, um profissional com mais experiência, e, assim conhecedor do assunto com mais profundidade do que o terapeuta em formação.

Mesmo após a conclusão da etapa de formação, a prática de supervisão continua sendo adotada na Psicologia Analítica e o terapeuta continua fazendo supervisão dos casos sob sua responsabilidade. Nessa fase, não se trata mais da questão de maior conhecimento ou experiência, e sim de novo olhar para o mesmo objeto, ou seja, de observar a prática analítica, sob novas perspectivas, por um terapeuta com uma equação pessoal² diferente do supervisionando.

Percebi haver escassez de publicações sobre supervisão e ser um tema, juntamente com a supervisão durante a formação de analista, para o qual posso oferecer minha contribuição. Resolvi, portanto, seguir adiante com a proposta.

² JUNG usa o termo equação pessoal referindo-se à diversidade entre as pessoas devido à forma como cada uma humanizou os arquétipos, à tipologia, aos complexos que foram integrados ou não, à amplitude do seu campo de consciência.

1.2. O Tema da Pesquisa

O tema da formação do Supervisor na Clínica da Psicologia Analítica apresentou-se como um espaço profícuo a ser pesquisado, relacionado com a Psicologia Analítica, assunto de meu interesse. A questão, além disso, demonstra adequação aos cânones acadêmicos. Todos esses fatores contribuíram para a decisão de pesquisar a Formação do Supervisor na Clínica da Psicologia Analítica.

Empolgada pelo assunto, deveria, em seguida, especificar o problema. Iniciei, então, uma pesquisa exploratória com uma profissional da área, com o objetivo de saber, relativamente ao tema, qual seria a questão importante a ser discutida e considerada como objeto de reflexão.

Constatai não existir cursos de *formação para supervisores* em Psicologia Analítica, mas apenas cursos de *formação para analistas* dirigidos a profissionais interessados em trabalhar na clínica sob essa abordagem e filiar-se a instituições oficiais da abordagem junguiana. Porém, cursos, programas, grupos de estudo para formação de supervisores não existem. Igualmente, não encontrei publicações acerca de reflexões sobre o *trabalhar* do supervisor.

Identifiquei na lacuna um interessante campo de estudos e, por isto, o escolhi como *tema de tese*: o processo de formação do supervisor na clínica da Psicologia Analítica.

O médico suíço Carl Gustav JUNG (1875-1961) denominou Psicologia Analítica ao corpo de conhecimentos advindos da sua prática clínica e de suas experiências vividas na pesquisa da psique e seus conteúdos. O maior interesse desse estudioso estava relacionado com o mistério da psique humana, fonte de todas as atividades do homem, às "moléstias da alma", e às formas de superar e transformar enfermidades em instrumento de desenvolvimento da psique.

A contribuição inédita de JUNG à Psicologia foi ter percebido e comprovado cientificamente que o inconsciente não é apenas um epifenômeno da consciência. O inconsciente, para JUNG, é "a matriz criadora autônoma da vida psíquica normal". A

psique, por sua vez, é constituída pela matriz criadora - o inconsciente coletivo - além do inconsciente pessoal e da consciência.

Na psicologia de abordagem junguiana, entende-se por análise o “método de análise do inconsciente” que busca compreender as tendências do inconsciente por meio dos seus produtos: sonhos e fantasias. Estas tendências do inconsciente muitas vezes chocam-se com o direcionamento da consciência, o que acarreta conflito psíquico e desgaste de energia. Para se conseguir alterar tal situação, é necessário fazer os fatos inconscientes passarem à consciência, pois apenas na consciência algo pode ser modificado; enquanto permanecer no inconsciente, continua inalterado.

A análise “(...) torna possível a redução analítica de conteúdos psíquicos a sua expressão mais simples, e descobre a linha de menor resistência no desenvolvimento de uma personalidade harmoniosa.” (JUNG, O. C. IV, § 623) A análise é, então, a busca de harmonia entre as tendências do inconsciente e o direcionamento da consciência; é, portanto, um método de remoção das pedras do caminho do desenvolvimento.

Considerando que o inconsciente influencia a consciência, esta precisa tomar conhecimento da extensão de tal atividade, caso contrário, além de perder sua autonomia, é manipulada. Avaliando ainda ser o direcionamento da análise do paciente dado pelo analista, este necessita, sem nenhuma alternativa, buscar a ampliação de seu campo de consciência, principalmente quanto aos aspectos relacionados à análise do paciente.

JUNG insistia na afirmação de que os analistas precisavam se conhecer para poderem empreender a análise de outrem e, para isso lhes recomendava fazer sua própria análise a fim de não correr o risco de agravar o estado do analisando muito mais do que contribuir para o seu desenvolvimento. Afirmava:

Prefiro destacar que a evolução mais recente da psicologia analítica está se orientando para a questão dos fatores irracionais da personalidade humana, colocando a do médico no primeiro plano, como fator ou inibidor da cura, e exigindo a sua transformação, ou seja, a auto-educação do educador. (...) Em outras palavras, o que acontece com o paciente tem que acontecer com o médico para que sua personalidade não retroaja desfavoravelmente sobre o paciente. O terapeuta não deve tentar esquivar-se das próprias dificuldades, como se ele mesmo não as tivesse, apenas porque está tratando das dificuldades de outrem. (JUNG, O. C. XVI, § 172).

JUNG, ao tempo em que recomendava a análise a seus discípulos, ficava atento à forma como eles conduziam a análise de seus pacientes, bem como os esclarecia sobre algum ponto obscuro, quando necessário. Esse seu estilo de fazer supervisão, acabou resultando na prática adotada pelos psicólogos de buscarem o apoio de outro psicólogo, com conhecimento da área e a mesma fundamentação teórica, para, juntos, examinarem sua atuação no processo de análise de seus pacientes.

Mais tarde, o termo supervisão passou a ser sinônimo de “controle”, ou “análise de controle”, no sentido controlar a qualidade da condução do processo pelo analista.

Na atual modalidade de supervisão, trabalha-se a forma do analista conduzir a análise do paciente, pois, como se sabe, compete a esse profissional o direcionamento do processo. O instrumento que o analista dispõe é a sua própria psique, não dissociável entre a experiência de vida como um todo e aquela auferida no exercício profissional. Por isso, é imprescindível buscar a ampliação constante do seu campo de consciência, fazendo análise e, também a percepção de sua relação com seus clientes, fazendo supervisão.

O supervisor funciona como um “consultor”, cuja tarefa básica consiste na melhoria da capacidade do terapeuta, seja refletindo sua atuação perante os pacientes, seja apontando-lhe um ponto cego, mediante novas possibilidades, ou, até mesmo, sugerindo-lhe ampliação de conhecimentos.

De todas essas ponderações emergiu a questão: *Como se dá a formação de supervisores junguianos segundo a percepção de analistas/supervisores junguianos.*

Esta indagação levou-me a assim definir o seguinte problema da pesquisa: Qual a percepção dos analistas/supervisores junguianos acerca da formação de supervisores junguianos?

Partindo do pressuposto que a trajetória de formação do supervisor clínico em Psicologia Analítica se dá no mesmo percurso da formação de analista em Psicologia Analítica, os objetivos que a pesquisa se propôs a atingir foram os descritos a seguir.

1.3. Objetivos da Pesquisa

O *Objetivo Geral* da pesquisa foi *conhecer as percepções de analistas/supervisores em Psicologia Analítica acerca de como é vivenciado o processo de formação de supervisores na clínica da Psicologia Analítica e como seria o processo de formação idealizado.*

Os *objetivos específicos* foram:

Conhecer o conceito que os entrevistados têm de supervisão.

Conhecer as trajetórias dos analistas até se formarem supervisores, suas potencialidades e facilidades experienciadas no cotidiano da supervisão, assim como também conhecer as limitações vivenciadas no cotidiano.

Identificar junto aos entrevistados como se dá a formação de supervisores em psicologia analítica, atualmente.

Identificar as percepções dos entrevistados acerca de um processo ideal de formação de supervisores.

1.4. Justificativa da Pesquisa

Acredito que o questionamento em si, e as reflexões sobre o assunto no momento mesmo das entrevistas de pesquisa e as reflexões ao final da pesquisa, serão oportunos diante da escassez de discussões e disponibilidade para leitura.

O trabalho é de relevância social significativa à medida que traz subsídios para reflexão sobre a necessidade de discutir e conhecer como ocorre o processo de formação de supervisores e as competências que precisam ser desenvolvidas. Desta forma, acredito, estarei colaborando com a promoção de maior consciência sobre o que realmente acontece e o que seria ideal.

A contribuição para a Ergonomia - definida pela Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO) como a ciência que busca adaptar o trabalho às características fisiológicas e psicológicas do ser humano - está em articular um tema essencial ao autoconhecimento de trabalhadores cuja função é de grande responsabilidade, pois lidam com a saúde mental de sujeitos que trabalham.

Ambiciono buscar a melhoria do exercício da função de supervisor através da ampliação dos limites individuais, provocados pela ampliação do campo da consciência resultantes da reflexão sobre o processo de formação de supervisores em Psicologia Analítica.

O propósito do psicólogo é ajudar a criar consciência. EDINGER (1999, 33) ratifica essa afirmação com ênfase: “O objetivo da psicoterapia – a rigor, de todas as formas de desenvolvimento psicológico – é o grau máximo de conscientização. A consciência e tudo o que ela significa são o valor maior.”

MEISTER ECKHART (*apud* EDINGER, 1999, 33) confirma: “(...) ser e saber são idênticos, pois, quando uma coisa não existe, ninguém a conhece, mas o que quer que tenha mais *ser* é mais conhecido.”

Os psicólogos junguianos têm interesse em ampliar sempre mais os limites do campo da consciência, e com maior ênfase ainda, nos processos que dizem respeito ao

nosso próprio campo de ação. Por isso, creio que a relevância social e acadêmica do tema refira-se justamente à contribuição no sentido de abrir espaço para a ampliação da consciência sobre o assunto.

A originalidade da pesquisa que se pretende realizar está em levantar um tema relacionado a uma experiência vivida, porém carente de reflexão e análise sob as diversas possíveis perspectivas.

1.5. Estrutura do Trabalho

Na introdução exponho o tema, os objetivos, propósitos e justificativas da pesquisa.

No segundo capítulo faço uma revisão bibliográfica com o propósito de compreender o que o fazer do analista e do supervisor.

O terceiro capítulo aborda a maneira como ocorre a formação de analistas e supervisores em Psicologia Analítica atualmente.

O quarto capítulo traz as referências encontradas acerca de como JUNG supervisionava seus discípulos, algumas contribuições de junguianos ao assunto e o que eles consideram ao dar supervisão fundamentada na Psicologia Analítica atualmente.

No quinto capítulo descrevo e justifico o método e técnicas utilizadas na pesquisa.

O sexto capítulo se refere aos resultados das entrevistas, os quais agrupo em categorias de acordo com as perguntas propostas e as respostas fornecidas pelos entrevistados.

O capítulo sete se refere à discussão dos resultados.

No capítulo oito faço algumas reflexões e considerações finais sobre a pesquisa levada a efeito.

No capítulo nove encontram-se os apêndices: pauta e procedimentos da entrevista, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a transcrição literal das entrevistas.

Segue-se a Bibliografia e o Índice de Figuras.

2. Psicologia Analítica

A seguir, faço uma revisão bibliográfica dos principais termos adotados por JUNG com o objetivo de facilitar a compreensão dos procedimentos da análise e supervisão na abordagem da psicologia analítica.

Primeiramente apresento a percepção que JUNG teve da estrutura da psique humana e os termos básicos adotados por ele para facilitar a compreensão do processo de análise. Em seguida descrevo a análise à luz da psicologia analítica. Trago a fundamentação teórica da análise junguiana por estar íntima e diretamente relacionada, e também por ser o objeto de atenção da supervisão.

O analista procura o supervisor pressupondo que este acrescente um novo olhar com maior alcance de percepção. As diferentes equações pessoais ampliam as possibilidades de conhecimento do objeto que está sendo investigado.

Esta amplitude de olhar é necessária porque ninguém é capaz perceber todos os prismas da realidade, outra pessoa pode acrescentar novas perspectivas que enriqueçam o processo de análise. O supervisor tem condições de perceber alguma possível confusão entre os conteúdos da psique do analista com os conteúdos da psique do analisando e trazer a situação à consciência para que o analista a elabore em sua própria análise.

Psicologia Analítica é a abordagem da psicologia baseada nas experiências vividas, nos estudos e conceitos de Carl Gustav JUNG. Em seu livro de Memórias (s/d, 194) escreveu que

Minhas obras podem ser consideradas como estações de minha vida; constituem a expressão mesma do meu desenvolvimento interior, pois consagrar-se aos conteúdos do inconsciente forma o homem e determina sua evolução, sua metamorfose. Minha vida é minha ação, meu trabalho consagrado ao espírito é minha vida; seria impossível separar um do outro.

JUNG alcançou uma percepção tão ampla e abrangente da estrutura psíquica humana que até hoje alguns cientistas ainda sentem dificuldades em compreender a

extensão. Seus escritos compreendem a estrutura e dinâmica da psique, nos aspectos da consciência e do inconsciente – nesse incluídas a camada pessoal e a impessoal.

Em relação aos conteúdos da camada impessoal da psique, ou inconsciente coletivo como ficou amplamente conhecido, JUNG estudou pormenorizadamente as imagens arquetípicas nos mitos, nas práticas das diferentes religiões, nos contos de fadas, na alquimia; além de nos sonhos e visões em todas as épocas.

O conceito de inconsciente coletivo dá à psicologia analítica, uma dimensão adicional em comparação com outras escolas de psicoterapia. Ele tira a teoria e a prática da psicoterapia dos domínios exclusivos da psicopatologia, relacionando-a com toda a história da evolução da psique humana em todas as ramificações culturais. A prática da psicologia analítica torna-se assim, não apenas uma terapia para a neurose, mas também uma técnica para o desenvolvimento psicológico aplicável a indivíduos normais e superiores. (EDINGER, 2004)

Marie-Louise von FRANZ³, terapeuta junguiana, uma de suas assistentes e colaboradora, escreveu que a prática psicoterapêutica de JUNG não tinha interesse em “treinar” ou “educar” o paciente, mas em ajudá-lo, como uma parteira ou um obstetra, que auxilia um processo interior natural vir à luz do dia decodificando as mensagens vindas do inconsciente.

JUNG tinha conhecimento que os processos interiores são vivos e ativos e que interferem na vontade da consciência, isto é, na vida desperta da pessoa. Sabia também que existe uma tendência natural do ser humano - em condições propícias – de tais conteúdos do inconsciente alcançarem a luz da consciência. Estes conteúdos precisam ser transformados em conteúdos conscientes, mas, para isto, precisam ser integrados na consciência pelo processo analítico. (JUNG, O. C. VIII, § 370)

Só na consciência os conteúdos do inconsciente perdem seu caráter compulsivo e automático, e se “(...) torna possível uma espécie de discussão dialética”. (JUNG, O. C. VIII, § 384). A conscientização terá como resultado uma ampliação da visão de mundo.

³ Discípula de JUNG. Conheceu-o em 1933 e trabalhou com ele até 1961, data da morte do pensador suíço.

A tendência natural do ser humano de auto-realização, que JUNG chamou *processo de individuação*, refere-se à descoberta da identidade. A pessoa passa a se conhecer melhor, a saber mais a respeito de si mesma. Este processo segue um caminho diferente para cada indivíduo, pois cada ser humano e seu destino são distintos. Desta forma, o terapeuta desempenha o papel de um hermenêuta que “(...) traduz as cartas oníricas simbólicas” que o inconsciente remete de suas profundezas durante o sono. (von FRANZ, 2003, 58)

JUNG não usou o termo processo de individuação no sentido apenas do ego conhecer-se a si mesmo, mas algo completamente diferente, no sentido do ego descobrir conscientemente e estabelecer um relacionamento com outra estrutura psíquica, o Si-Mesmo. Não se pode cometer o equívoco de pensar que o conhecimento advindo do processo de individuação significa investigar o ego, comentava JUNG com seus discípulos, conforme descreve. (HANNAH, 2003, 143).

Compreender o ego é brincadeira de criança, mas perscrutar o Si-mesmo é algo completamente diferente. A real dificuldade consiste em *reconhecer o desconhecido*. Ninguém tem necessidade de manter-se na ignorância de que luta pelo poder e que deseja de fato tornar-se muito rico, que seria um tirano se tivesse oportunidade, que está em busca do prazer, que tem inveja dos outros e assim por diante. Todo mundo é capaz de conhecer essas coisas acerca de si próprio, pois não passam de um mero conhecimento do ego. Mas o conhecimento do Si-mesmo é algo completamente diferente, pois consiste em conhecer as coisas que são desconhecidas.

Para facilitar o entendimento do que seja o processo de individuação e conhecer o caminho até o Si-mesmo, é preciso falar sobre o modelo de psique conforme JUNG a percebeu. Ao longo desta revisão bibliográfica, proponho-me este objetivo, começando com a elucidação sobre a estrutura da psique: consciente e inconsciente e os elementos que a compõem. Em seguida abordo o processo de individuação e o percurso da análise junguiana.

2.1. A psique, segundo C. G. JUNG: Consciente e Inconsciente – do subjetivo ao objetivo

Conforme o entendimento de JUNG, fazem parte da psique a *consciência*, o *inconsciente pessoal* que também denominou *psique subjetiva*; e o *inconsciente coletivo*, ou *psique objetiva*.

EDINGER explica que consciência significa estar ciente de si mesmo. Os *animais* têm ciência do mundo externo – dos objetos, das pessoas – mas não deles mesmos. O mistério crucial da consciência é o poder reflexivo de olhar para o espelho e se enxergar como uma imagem separada. É o ego ciente de si mesmo, percebendo, simultaneamente, que ele existe em um ambiente e que também há objetos e outras pessoas; que a consciência interna é separada e inviolável. (2004, 19-20)

A *consciência* faz a relação dos conteúdos psíquicos com o ego. Um conteúdo é consciente quando conhecido, ou reconhecido, pelo ego. “Por consciência entendo a referência dos conteúdos psíquicos ao eu enquanto assim for entendida pelo eu. Referências ao eu, enquanto não entendidas como tais pelo eu, são *inconscientes*.” (JUNG, O. C. VI, § 796).

Parte do fenômeno da consciência diz respeito à discriminação entre sujeito e objeto. Estou ciente de que sou um ser consciente; sou o sujeito dessa consciência. Quando olho para o mundo, vejo objetos e, no processo de me separar da identificação com esses objetos, ocorre uma separação entre sujeito e objeto. Essa é a forma como a consciência se desenvolve, separando sujeito de objeto. (EDINGER, 2004, 20)

Tudo o que está do lado de fora do sujeito são objetos da percepção e o mesmo é válido para o mundo interno. O ego descobre que o inconsciente também possui conteúdos que são objetos da própria subjetividade. (EDINGER, 2004, 20)

A consciência sustenta a relação dos conteúdos psíquicos - tanto do mundo externo quanto do mundo interno - com o eu. Esta atividade pode se dar de quatro maneiras: 1) como órgão de orientação, 2) como uma capacidade de interpretação do percebido, 3) como

uma faculdade de julgamento, e 4) como uma faculdade de percepção que compreende o subliminar. (JUNG, O. C. VIII, § 256-7).

A consciência - como um órgão de orientação em um mundo de fatos exteriores e interiores - constata que algo existe. É a percepção em geral. A esta capacidade JUNG deu o nome de *sensação*. À consciência como faculdade de interpretar o percebido, denominou *pensamento*. A terceira – a faculdade de julgamento – como capacidade de constatar o valor do objeto, chamou de *sentimento*. A quarta faculdade da consciência é a *intuição*. Torna possível a percepção do subliminar, isto é, a relação com os objetos que não aparecem no campo da visão e “(...) as mudanças possíveis, tanto no passado como no futuro, a respeito das quais o objeto nada tem a nos dizer”. (JUNG, O. C. VIII, § 256).

JUNG escreveu que, presumivelmente, o homem conhece apenas pequena parcela de sua psique, “(...) do mesmo modo que só possui uma visão limitada da fisiologia do seu organismo” (O. C. IX/2 § 253).

A maior parte da psique - o inconsciente - é ainda desconhecida para a consciência. Ressaltando que o inconsciente não se identifica com o desconhecido, é o psíquico desconhecido. Conforme expressa von FRANZ (2001, 37), “O inconsciente é tudo aquilo que sabemos ser psiquicamente real, mas que não é consciente”.

Para os que acreditam que “(...) o eu e seus conteúdos sejam de fato idênticos ao todo”, JUNG argumenta acerca da realidade do inconsciente:

Presume-se em geral que a *consciência* representa o todo do indivíduo psicológico. A soma das experiências, explicáveis apenas recorrendo à hipótese de processos psíquicos conscientes, faz-nos duvidar que o eu e seus conteúdos sejam de fato idênticos ao ‘todo’. Se existem processos inconscientes, estes certamente pertencem à totalidade do indivíduo mesmo que não sejam componentes do eu consciente. Se fossem uma parte do eu, seriam necessariamente conscientes, uma vez que tudo aquilo diretamente relacionado com o eu é consciente. A consciência pode até ser igualada à relação entre o eu e os conteúdos psíquicos. Fenômenos ditos inconscientes têm tão pouca relação com o eu, que muitas vezes não se hesita em negar a sua própria existência. Apesar disso os mesmos manifestam-se na conduta humana. (JUNG, O. C. IX/I, § 490).

Aceitar a idéia de inconsciente, implica em duvidar que o conhecimento da psique possa ser completo, uma vez que somente uma parte dela – a mais superficial – é acessível à consciência em parte.

A partir do que se conhece, pode-se afirmar que a personalidade humana é constituída por duas partes, uma das quais pode vir a ser gradualmente conhecida. Esta parte seria a consciência “(...) com tudo que ela abrange”; e a outra parte seria a “(...) amplidão indeterminada da psique inconsciente”, cuja descrição completa seria uma tarefa impossível. (JUNG, O. C. XI, § 66)

A consciência se constrói a partir do inconsciente. “O inconsciente é a mãe da consciência. (...) A consciência origina-se de uma psique inconsciente, mais antiga que a primeira, que continua a funcionar juntamente com a consciência ou apesar dela.” (JUNG, O. C. IX/I, § 501- 2).

EDINGER (1995, 50) afirmou que, para que surja a consciência, e para que o ego se estabeleça como unidade autônoma, este deve se apropriar de energia para seu próprio uso. Então, rouba energia do inconsciente, “(...) um ato voluntário contra a autoridade reinante”. Este roubo faz parte da construção da consciência.

Segundo o mesmo autor, o nascimento da consciência a partir do inconsciente coletivo é visto como um “(...) crime contra os poderes estabelecidos”, um crime contra os poderes da natureza⁴. É crime, porém necessário. Caso a consciência não se desenvolva, a pessoa, e conseqüentemente a humanidade, permanece no estado coletivo, primitivo.

A conquista de cada indivíduo poderá vir a ser compartilhada por toda a humanidade, pois é acrescida ao “(...) tesouro arquetípico coletivo da humanidade”.

(...) a soma total da consciência criada por cada indivíduo ao longo da vida é depositada, como um acréscimo permanente, no tesouro coletivo da psique arquetípica. (...) nenhuma consciência autêntica, realizada pelo indivíduo, se perde. Cada incremento aumenta o tesouro coletivo.” (EDINGER, 1999, 23-26).

⁴ EDINGER (1999) menciona que no nível pessoal, a aquisição de consciência constitui uma rebelião contra as autoridades do ambiente pessoal: primeiro contra os pais e mais tarde contra autoridades terrenas. (idem, ibidem, 51)

O acréscimo de consciência desenvolvido pelo indivíduo torna-se disponível a todos aqueles que se propõem o empreendimento de ampliá-la em si mesmos.

O inconsciente, gerador da consciência, na psicologia de JUNG, é uma força superior, é a divindade presente na instância inconsciente da psique humana. “Na realidade, esta psique denominada pelos filósofos indianos consciência ‘superior’, corresponde ao que no ocidente se chama ‘inconsciente’.” (JUNG, O. C. IX/I, §506).

A criação da consciência, conforme paráfrase da afirmação de Santo Inácio de Loyola elaborada por JUNG (O. C. IX/2 § 253), não acontece por acaso, e sim para obedecer aos desígnios pré-determinados daquela força superior:

A consciência do homem foi criada com a finalidade de reconhecer (*laudet*) que sua existência provém de uma unidade superior (*Deum*); de considerar atentamente esta fonte (*reverentiam*) cujas determinações ela deve executar de modo inteligente e responsável (*serviat*), proporcionando deste modo um grau ótimo de vida e de possibilidade de desenvolvimento à psique em sua totalidade (*salvet animam suam*).

O *inconsciente* é constituído por duas camadas distintas: uma pessoal e outra coletiva, esta também chamada de inconsciente impessoal, ou suprapessoal. (JUNG, O. C. VII, § 103). Aliás, von FRANZ (2003, 104) comenta que a constatação “(...) de uma psique objetiva - ou alma coletiva - no homem e a prova empírica de sua existência é a maior e mais característica descoberta de Jung” porque resgata a possibilidade da ciência fazer uso do progresso psíquico desenvolvido ao longo da história da humanidade, e que, em determinado momento da história se perdeu no passado.

Com uma percepção genial JUNG criou em sua descrição do ‘inconsciente coletivo’ um conceito no qual seria possível unir as tradições histórico-espirituais dessa idéia com os dados empíricos das ciências naturais modernas, podendo superar, ao mesmo tempo talvez, o dualismo espírito versus psique ou matéria. (von FRANZ, 1997, 91)

A descrição que JUNG fez do inconsciente pessoal engloba as aquisições da vida pessoal: conteúdos que já foram conscientes e depois esquecidos ou reprimidos, lembranças dolorosas, pensamentos, e sentimentos, percepções que não alcançaram o limiar da consciência. (JUNG, O. C. VI, § 851; VII, § 103 e IX/I, § 88). O inconsciente pessoal é

constituído ainda por “(...) conteúdos que ainda não amadureceram para a consciência”, correspondentes à sombra e e pelos complexos⁵. (JUNG, O. C. VII, § 103 e IX/I, § 88).

Os conteúdos do inconsciente pessoal constituem a personalidade individual, e poderiam ser de natureza consciente. O inconsciente pessoal é “(...) uma camada mais ou menos superficial do inconsciente” (JUNG, O. C. IX/I § 3) uma vez que “(...) nossa psicologia individual não passa de uma pele bem fina, uma pequena onda sobre um oceano de psicologia coletiva”. (JUNG, O. C. XVIII/I, § 371).

Isso significa que JUNG constatou outra camada maior e mais profunda no inconsciente. Esta camada maior contém “(...) conteúdos próprios, que brotam de regiões profundas, desconhecidas, e depois se desenvolvem, para, pouco a pouco, atingirem a consciência”. (JUNG, O. C. XVI, § 125). São “os conteúdos do inconsciente coletivo que nunca estiveram na consciência e portanto não foram adquiridos individualmente, mas devem sua existência apenas à hereditariedade”. (JUNG, O. C. IX/I, § 88).

O inconsciente coletivo é desligado do inconsciente pessoal e é totalmente universal. “Seus conteúdos podem ser encontrados em toda parte, o que obviamente não é o caso dos conteúdos pessoais.” (JUNG, O. C. VII, § 103).

Como se percebe, a visão de psique por JUNG implica em uma totalidade maior e mais abrangente do que aquela restrita à consciência, e ao inconsciente pessoal. A totalidade influencia e detém poderes sobre a consciência. “Todos os conteúdos inconscientes, quer os que afloram ao limiar da consciência vindos de regiões profundas, quer os que desceram apenas um pouco abaixo dele, todos costumam ter um efeito sobre o consciente”. (JUNG, O. C. XVI, § 126).

Conforme sua afirmação, a interferência é maior do que imaginamos. “(...) está evidentemente claro que as imagens arquetípicas⁶ decidem o destino do homem. O que decide é a psicologia inconsciente do homem e não aquilo que pensamos e discutimos em nossa câmara cerebral, lá no sótão da casa”. (JUNG, XVIII/I, § 371).

⁵ Os termos Sombra e Complexo serão discutidos logo adiante.

⁶ Este termo será esclarecido no próximo item.

A interferência ocorre porque o funcionamento do arquétipo, assim como do instinto, tem caráter compulsivo, daí a designação de impulso. (JUNG, O. C. VIII, § 376). Pode-se perceber esta semelhança quando se compara um homem dominado pelos instintos com outro governado por um espírito. (JUNG, O. C. VIII, § 406).

Mal o inconsciente nos toca e já o somos, na medida em que nos tornamos inconscientes de nós mesmos. Este é o perigo originário que o homem primitivo conhece instintivamente, por estar ainda tão próximo deste pleroma, e que é objetivo de seu pavor. (...) Todo o esforço da humanidade concentrou-se por isso na consolidação da consciência. Os ritos serviam para esse fim, assim como as *représentations collectives*, os dogmas; eles eram os muros construídos contra os perigos do inconsciente, os *perils of the soul*. (JUNG, O. C. IX/I, § 47 - 48)

A alternativa de lidar com tais intromissões, reafirma von FRANZ, (2003. 43) fica a cargo do trabalho da consciência. É a psiquificação do instinto que desliga o homem do determinismo e lhe confere liberdade. (JUNG, O. C. VIII, § 377)

(...) se não for reconhecida, a autonomia do inconsciente se insinua nos processos conscientes de pensamento sob a forma de projeções, contaminando a inspiração inconsciente subjacente. A maneira de evitar essa contaminação da inspiração inconsciente é a discriminação crítica, isto é, de a consciência conseguir tomar conhecimento do processo que ocorre inconscientemente. (JUNG, O. C. VIII, § 377).

Uma vez que o *inconsciente* abrange os processos ou conteúdos psíquicos que não se relacionam com o eu e com a consciência, é impossível fixar a sua abrangência, isto é, conhecer todos os conteúdos que estão nele contidos (JUNG, O. C. VI, § 847). Porque não podem ser observados diretamente, podem ser percebidos apenas através dos produtos que cruzam o limiar da consciência.

JUNG sugeriu três métodos para abordar o inconsciente: os testes de associações de palavras, a análise dos sonhos e a imaginação ativa.

A técnica dos testes de associações de palavras foi abandonada depois de um tempo, pois considerava mais importante conhecer a ação do complexo na psique do sujeito do que saber qual era o complexo. Para conhecer *como* o complexo estaria agindo, recomendava a análise dos sonhos ou a imaginação ativa.

A Análise dos Sonhos e a Imaginação Ativa serão descritos no presente trabalho, nos itens 2.6.1. e 2.6.2.

Podemos acrescentar aos métodos de abordagem do inconsciente adotados por JUNG, a análise da relação transferencial que ocorre entre o analista e o analisando. JUNG dedicou especial atenção a esse aspecto, como se pode perceber ao longo de sua obra.

Suas constatações acerca do inconsciente foram feitas através da análise de sonhos e da imaginação ativa, tanto em relação à sua própria pessoa quanto dos seus pacientes - do consultório e do hospital psiquiátrico - além dos fundamentos fornecidos pelo estudo da analogia com os mitos, os ritos e costumes das religiões e, muito, da alquimia. “O simbolismo pelo qual o inconsciente se expressa é muito parecido no insano e no sadio, sendo a grande diferença que no insano a consciência encontra-se completamente submersa, ao passo que no sadio ela mantém a sua posição”. (HANNAH, 2003, 87)

A experiência vivida por JUNG, em sua própria psique, relacionada à personificação de figuras provindas do inconsciente, ao estudo das mesmas, e, conjuntamente, a proposta de uma nova teoria sobre o inconsciente fundamenta toda sua psicologia.

Estes *personagens* muito o ensinaram. Descobriu que experiências semelhantes ocorriam com seus pacientes. Observou materiais semelhantes nos mitos, e no trabalho dos alquimistas. Com estes ensinamentos e estas comparações, pode empreender novas experiências consigo mesmo, desenvolver um corpo teórico da sua psicologia e compartilhar com seus discípulos e pacientes.

Dentre as figuras personificadas que lhe vinham do inconsciente estava a de “Filemon, o Velho Sábio” que comentou em seu livro de memórias:

Filemon, da mesma forma que outros *personagens* da minha imaginação, trouxe-me o conhecimento decisivo que existem na alma coisas que não são feitas pelo eu, mas que se fazem por si mesmas, possuindo vida própria. Filemon representava uma força que não era eu. (JUNG, s/d., 162).

Filemon ensinou a objetividade da psique e a “realidade da alma”.

JUNG descreveu Filemon e os outros *personagens* experienciados como imagens mitológicas vindas do inconsciente. Eram perfeitos “resíduos arcaicos”, “(...) fósseis ainda vitalmente significativos da psique humana”. (von FRANZ, 2003, 104).

Recapitulando, o inconsciente pessoal é formado por material originado na vida do indivíduo; enquanto o inconsciente coletivo, ou psique objetiva, contém os arquétipos de caráter mitológico que pertencem a toda humanidade.

O inconsciente pessoal traz a história vivida pelos antepassados impressa na psique de cada ser humano. “O homem traz sempre consigo toda a sua história e a história da humanidade”. (JUNG, O. C. VI, § 637). “O que o inconsciente coletivo realmente contém são os grandes fatos coletivos dos tempos.” (JUNG, O. C. XVIII/I, § 371).

O inconsciente pessoal repousa sobre uma camada mais profunda, que já não tem sua origem em experiências ou aquisições pessoais, sendo inata. Esta camada mais profunda é o que chamamos de *inconsciente coletivo*. Eu optei pelo termo ‘coletivo’ pelo fato de o inconsciente não ser de natureza individual, mas universal; isto é, contrariamente à psique pessoal ele possui conteúdos e modos de comportamentos, os quais são ‘cum grano salis’ os mesmos em toda parte e em todos os indivíduos. Em outras palavras, são idênticos em todos os seres humanos, constituindo portanto um substrato psíquico comum de natureza psíquica suprapessoal. (JUNG, O. C. IX/I, § 3).

Outra explicação de JUNG para o inconsciente coletivo como a parte da psique que ultrapassa o indivíduo e abrange toda a humanidade:

A camada mais profunda que conseguimos atingir na mente do inconsciente é aquela em que o homem “perde” a sua individualidade particular, mas onde sua mente se alarga mergulhando na mente da humanidade – não a consciência, mas o inconsciente, onde somos todos iguais. Como o corpo tem sua conformação anatômica com dois olhos, duas orelhas, um nariz e assim por diante, e apenas ligeiras diferenças individuais, o mesmo se dá com a mente em sua conformação básica. A esse nível coletivo não somos mais entidades separadas, somos *um*. (JUNG, O. C. XVIII/I, § 87)

Algumas vezes JUNG esboçou diagramas para facilitar a explicação e o entendimento das camadas do inconsciente. Segue abaixo a reprodução de um desses diagramas que apresentou em uma palestra, reproduzido por Bárbara HANNAH (2003, 17) em seu livro. Outro diagrama, não mostrado aqui, pode ser visto no volume XVIII/I das

Obras Completas. Dois outros diagramas são apresentados por Marie-Louise von FRANZ, no seu livro Reflexos da Alma (1997, 94-95).

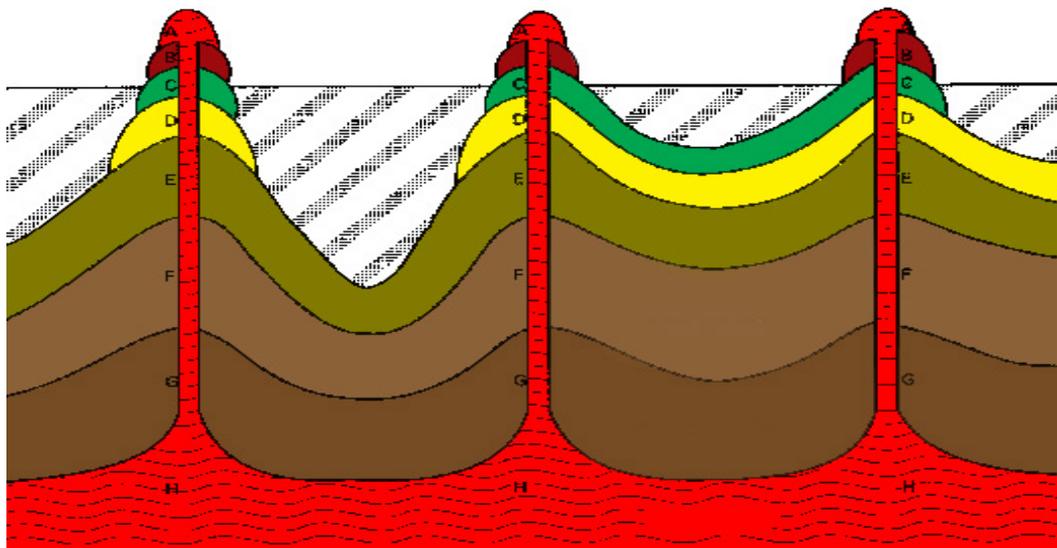


FIGURA 1 - Camadas do Inconsciente

Fonte: Bárbara HANNAH. Jung, vida e obra - uma memória biográfica, 17

Ao nível mais baixo, representado pela letra **H**, de cor vermelho vivo, JUNG chamou de lume central (a própria vida). “Uma centelha desse fogo ascenderia através de todos os níveis sobrepostos, atingindo todas as criaturas vivas” (HANNAH, 2003, 16).

A camada seguinte, letra **G**, cor marrom escuro, chamou de “ancestrais *animais* em geral”. Esta camada está presente, não apenas no homem, mas em todas as formas superiores de vida.

A próxima, **F**, marrom claro, denominou “ancestrais primevos”. Este nível está presente em toda humanidade independente de raça, época ou lugar. “Esta camada psíquica da qual provêm todos os mitos comuns à humanidade, parece conter as estruturas básicas da alma humana em si.” (von FRANZ, 1997, 93)

A seguinte, letra **E**, cor ocre, seria a última camada do inconsciente coletivo. Esta camada já começa a se dividir em grandes grupos, tais como os ocidentais e asiáticos.

A autora comenta: até o nível E

(...) os fundamentos, embora forneçam a maioria das imagens arquetípicas que formam o ‘padrão de comportamento’ humano, são praticamente os mesmos em qualquer indivíduo pertencente ao mesmo grupo; com a camada correspondente à nacionalidade⁷, aparecem diferenças consideráveis. Basta olharmos para o estado atual do mundo para perceber o quanto é difícil, para os povos das várias nações, compreenderem-se uns aos outros (...) (HANNAH, 2003, 16-17).

As letras **D**, **C**, **B** correspondem, respectivamente, à nação, ao clã e à família.

O ponto mais alto, a letra **A**, vermelho vivo, corresponde ao inconsciente pessoal adquirido durante a experiência biográfica do indivíduo. Sobre o ponto **A** se assentaria a consciência do Eu individual.

A figura esquematiza a apresentação de maneira a facilitar o entendimento, porém, é preciso salientar que a “(...) passagem entre as camadas é extraordinariamente fluente.” (von FRANZ, 1997, 94). Os sonhos podem trazer símbolos mitológicos universais misturados com conteúdos da experiência biográfica do indivíduo.

2.2. Arquétipos e Complexos

A maior parte dos conteúdos do *inconsciente pessoal* é constituída por *complexos*, enquanto os conteúdos do *inconsciente coletivo* consistem essencialmente de *arquétipos*. “Os conteúdos do inconsciente pessoal são principalmente *os complexos de tonalidade emocional*, que constituem a intimidade pessoal da vida anímica. Os conteúdos do inconsciente coletivo, por outro lado são os chamados *arquétipos*.” (JUNG, O. C. IX/I, § 4 e § 88).

⁷ Letra D

Arquétipos

O inconsciente coletivo, como visto anteriormente, contém conteúdos que não foram adquiridas individualmente, mas foram herdados, ou seja, contém “(...) os instintos enquanto impulsos destinados a produzir ações que resultam de uma necessidade interior, sem uma motivação consciente.” (JUNG, O. C. VIII, § 270). Em outras palavras, “O inconsciente coletivo é constituído pela soma dos instintos e dos seus correlatos, os arquétipos.” (JUNG, O. C. VIII, § 281).

Os instintos, JUNG os explica como processos inconscientes, universais e herdados, com a característica adicional de possuírem a “marca da necessidade compulsiva”, cuja reação, uma vez desencadeada, não é proporcional ao estímulo que a provocou. (JUNG, O. C. VIII, § 264-267).

Os instintos são formas típicas de comportamento, e todas as vezes que nos deparamos com formas de reação que se repetem de maneira uniforme e regular, trata-se de um instinto, quer esteja associado a um motivo consciente ou não. (JUNG, O. C. VIII, § 267 e 273).

Assim como as pessoas herdam os instintos, herdam também os arquétipos. Também são fenômenos de natureza coletiva e universal, como o instinto, são formas típicas de comportamento e reação.

O arquétipo pode ser definido com uma potencialidade inata de comportamento. O ser humano reage arquetipicamente a algo ou alguém quando, repetitivamente, se defronta com uma situação típica. A mãe e o pai reagem arquetipicamente ao filho ou filha, o homem reage arquetipicamente à mulher, etc. (EDINGER, 2004)

Os arquétipos, que também são impulsos, ou formas típicas de comportamento e reação, se mostram nos mitos em forma de imagens de deuses e deusas. Os deuses e deusas são imagens primordiais que não passaram por um processo de reflexão, não passaram pela consciência, portanto, seguem as reações emotivas elementares. É o caráter discriminatório

da consciência que vai fazer com que estas tendências reduzam o poder de afeto⁸ e que sejam canalizadas para sentimentos mais estáveis, tanto individual, quanto coletivamente. É comum aos conteúdos arquetípicos, por um lado, aparecerem espontaneamente, isto é, possuírem certa autonomia, e por outro lado, como os instintos, exercerem coação por vezes irresistível.

O instinto é o determinante ou regulador do comportamento consciente, enquanto o arquétipo é o determinante do modo de *apreensão* que se repete de maneira uniforme e regular. O arquétipo explica a uniformidade e a regularidade das percepções. (JUNG, O. C. VIII, § 277- 280).

Os arquétipos são formas *a priori*, inatas de apreensão e de intuição. Ao se referir a formas de apreensão, JUNG relaciona o instinto com a intuição.

A intuição decorre de um processo inconsciente, dado que o seu resultado é uma idéia súbita, a irrupção de um conteúdo inconsciente na consciência. (...) Por isso é, que na linguagem comum, nos referimos à intuição como sendo um ato ‘instintivo’ de apreensão, porque a intuição é um processo análogo ao instinto, apenas com a diferença de que, enquanto o instinto é um impulso predeterminado que leva a uma atividade extremamente complicada, a intuição é a apreensão teleológica de uma situação, também extremamente complicada. Em certo sentido, portanto, a intuição é o reverso do instinto, nem mais nem menos maravilhoso que ele. (JUNG, O. C. VIII, § 269).

Os instintos são formas básicas de comportamentos, enquanto os arquétipos são formas básicas de visualização dos instintos. “A imagem primordial poderia muito bem ser descrita como a percepção do instinto de si mesmo ou como o auto-retrato do instinto, à semelhança da consciência que nada mais é, também, do que uma percepção interior do processo vital objetivo” (JUNG, O. C. VIII, § 277).

Os arquétipos são “(...) os fundamentos da psique consciente ocultos na profundidade ou, usando outra comparação, suas raízes afundadas não só na terra, em sentido estrito, mas no mundo em geral.” São sistemas de prontidão, ao mesmo tempo imagens e emoções, hereditários como a estrutura do cérebro. “Na verdade, são o aspecto psíquico do cérebro.” (JUNG, O. C. X, § 53).

⁸ O termo afeto aqui tem o sentido de afetar o equilíbrio da psique, além da capacidade de controle do ego.

Arquétipo é uma palavra formada pela raiz *arché*, que significa arcaico, antigo; e *typos*, impressão, marca. Os arquétipos são “(...) estruturas inatas e implícitas, que sempre e em toda parte produzem pensamentos, imagens, sentimentos e emoções semelhantes no homem, paralelamente aos instintos, aos nossos impulsos específicos para a ação.” (von FRANZ, 1997, 29).

Nada nos impede de supor que certos arquétipos já estejam presentes nos *animais*, pertençam ao sistema da própria vida e, por conseguinte, sejam pura expressão da vida, cujo modo de ser dispensa qualquer outra explicação. Ao que parece, os arquétipos não são apenas impregnações de experiências típicas, incessantemente repetidas, mas também se comportam empiricamente como forças ou tendências à repetição das mesmas experiências. (JUNG, O. C. VII, § 109)

JUNG diferencia *arquétipo de imagem arquetípica*. Arquétipo é um elemento vazio em si, uma *facultas praeformandi*, uma possibilidade dada *a priori* da *forma de sua representação*. (JUNG, O. C. IX/I, § 155). Já *imagens arquetípicas*, ou imagens primordiais, são a forma de apresentação do arquétipo.

JUNG compara a possibilidade da *forma de representação* ao sistema axial de um cristal, que não possui uma existência material, mas precede a estrutura do cristal antes mesmo da cristalização. O arranjo dos átomos na estrutura do cristal ocorre, como se sabe, regularmente com o mesmo desenho geométrico, em qualquer lugar.⁹

O arquétipo também pode ser comparado à semente. A semente traz em si a árvore *in potentia*. O arquétipo carrega em si formas ou idéias *in potentia*. O arquétipo é possibilidade latente. Indica a presença “(...) de disposições vivas no inconsciente” de, instintivamente, pré-formar e influenciar o pensar, o sentir e o agir de cada psique. (JUNG, O. C. IX/I, § 154).

“Imagens primordiais são as formas mais antigas e universais da imaginação humana. São simultaneamente sentimento e pensamento (...)”, têm como que vida própria,

⁹ “A nota característica da estrutura cristalina é a repetição” ... “A geometria do arranjo das unidades que constituem um cristal pode ser descrita em termos de um motivo ou de uma unidade de desenho fundamental e das regras segundo as quais o motivo é repetido.” (Dana-Hurlbut, Vol. I, 1974, 7)

independente. Estão no inconsciente de todos, à disposição de qualquer um, (JUNG, O. C. VII, § 104-109) e se expressam metaforicamente.

“O arquétipo é uma espécie de aptidão para reproduzir constantemente as mesmas idéias míticas; se não as mesmas, pelo menos parecidas.” (JUNG, O. C. VII, § 109). As idéias míticas, ou imagens arquetípicas

(...) contêm não só o que há de mais belo e grandioso no pensamento e sentimento humanos, mas também as piores infâmias e os atos mais diabólicos que a humanidade foi capaz de cometer. Graças à sua energia específica (pois comportam-se como centros autônomos carregados de energia), exercem um efeito fascinante e comovente sobre o consciente e, conseqüentemente, podem provocar grandes alterações no sujeito. Isso é constatado nas conversões religiosas em influências por sugestão e, muito especialmente, na eclosão de certas formas de esquizofrenia. (JUNG, O. C. VII, § 110)

As imagens arquetípicas são projetadas, se não o forem elas invadem a consciência. (JUNG, O. C. XVIII, § 361). Por isso, a psique humana precisa dos sistemas religiosos, para lhe servirem de receptáculo. JUNG via nas religiões, os sistemas terapêuticos que cumpriram sua função durante tempos, o que não acontece atualmente.

Percebeu também que,

(...) com o declínio da influência da igreja, as idéias impessoais do homem, as quais mais tarde chamou de ‘imagens arquetípicas’, estavam pairando no ar, por assim dizer, pois a nossa atual Weltanschauung¹⁰ é totalmente carente de receptáculos capazes de contê-las. Esta energia, portanto, cai no inconsciente de onde, por sua vez, retorna sob formas arcaicas e inaceitáveis. (HANNAH, 2003, 156-157).

A energia do arquétipo retorna ao inconsciente quando não é trazida à realidade da consciência e compreendida. Se isto não ocorre, não há garantia de que seja percebido “de forma propícia”; ao contrário, o perigo de uma regressão destrutiva é sempre crescente.

¹⁰ Conforme explica a nota de rodapé, número 22, página 164 do livro de HANNAH: “Weltanschauung: esse vocábulo da língua alemã é muito descritivo e não tem equivalente em outro idioma. É habitualmente traduzido como ‘filosofia de vida’ mas o seu sentido engloba mais do que isso: ele abrange toda a atitude subjetiva diante da vida e do inconsciente.” Entre os analistas junguianos brasileiros, este vocábulo é traduzido por “visão de mundo”.

“Parece que a psique possui uma consciência precisamente para impedir essas possibilidades destrutivas.” (JUNG, O. C. X, § 475).

Os arquétipos são os *fatores*, palavra que provém de *facere*, fazer. São invisíveis e agem sobre a psique do homem. São os deuses na psique humana “(...) que ficam por detrás dos cenários do teatro do mundo”, e indicam os caminhos do destino. “(...) dê um arquétipo ao povo, que a multidão inteira se moverá como se fosse um único homem, não há como resistir-lhe.” (JUNG, O. C. XVIII/I, § 372).

JUNG explica que, na consciência, nós nos acreditamos o próprio “fator”, porém muitas vezes, “(...) percebemos aterrorizados que somos objetos de fatores.” (JUNG, IX/I, § 49). “As grandes decisões da vida humana estão, em regra, muito mais sujeitas aos instintos e a outros misteriosos fatores inconscientes do que à vontade consciente, ao bom senso, por mais bem intencionados que sejam.” (JUNG, O. C. XVI, § 81)

A existência dos arquétipos é comprovada pelos casos das perturbações mentais, quando emerge o inconsciente coletivo, pelas fantasias em estado de transe, pelos sonhos da primeira infância (dos 3 aos 5 anos de idade). Mais importante ainda para comprovar a existência dos arquétipos são os paralelos históricos nos mitos, nos contos de fadas, nas religiões, na produção dos alquimistas. (JUNG, O. C. VIII, § 280 e IX/I, § 103).

À pergunta feita a JUNG “De onde provêm os arquétipos?”, ele respondeu: “Suponho que sejam sedimentos de experiências constantemente revividas pela humanidade. (...) é possível supor que os arquétipos sejam as impressões gravadas pela repetição de reações subjetivas. (JUNG, O. C. VII, § 109)”

Não há nenhuma razão manifesta para supor que os homens de outras épocas tivessem fantasiado por motivos completamente diferentes, ou que as imagens da fantasia deles tivessem provindo de ‘idéés forces’ completamente diversas das que atuam hoje. Pode-se reconhecer com suficiente segurança, a partir dos monumentos literários dos séculos e dos milênios precedentes, que ao menos os fatos comumente humanos foram sentidos e pensados em todos os tempos de modo igual ou ao menos muito semelhante. Se isso não fosse assim, então seria impossível toda a historiografia inteligente e toda a compreensão de textos históricos. Certamente há diferenças que exortam a ter prudência em todos os casos, mas essas diferenças são o mais das vezes de natureza superficial e perdem sua importância à medida que se procura penetrar mais profundamente no sentido dos motivos fundamentais. (JUNG, O. C. XIV/II, § 393)

Na realidade nunca nos libertaremos legitimamente do fundamento arquetípico, a não ser que estejamos dispostos a pagar o preço de uma neurose, da mesma forma que não nos livraremos de nosso corpo e de seus órgãos sem cometer suicídio. (JUNG, IX/I, § 267).

Complexos

JUNG chegou à idéia dos complexos em 1900, através do experimento de associações de palavras. Na época, sob influência do Laboratório de Psicologia Experimental de Wilhelm Wundt, estes experimentos eram amplamente difundidos, buscando determinar os conteúdos da consciência.

Com o propósito inicial de comprovar as teorias de FREUD, JUNG adaptou o experimento à pesquisa de fenômenos inconscientes. Percebeu que, diante de determinadas palavras-estímulo, ocorriam distúrbios nas respostas das pessoas que estava se submetendo ao experimento. Dentre tais distúrbios, os mais comuns eram mudanças na velocidade e qualidades da reação do processo associativo.

Dedicou atenção a estas reações perturbadas, que eram consideradas como falhas de experimento pelos outros experimentadores. Demonstrou que as perturbações normalmente ocorriam quando ocorria um enfraquecimento da atenção.

Os distúrbios eram de natureza interna da psique e situavam-se além da vontade da consciência. O tipo e a duração das mudanças tinham relação com os sentimentos e emoções ocultos na psique.

As experiências demonstraram que idéias, afetos, e imagens tendem a se agrupar em núcleos de maior densidade. Denominou estes núcleos de “(...) agrupamentos de idéias de acento emocional no inconsciente”, ou “complexo de tonalidade afetiva”, ou “complexo ideo-afetivo” (JUNG, O. C. II).

Seus experimentos com o método de associação mostraram que era possível provar a existência do inconsciente e também observar, experimentalmente, a sua atuação.

Estas informações e a descrição detalhada dos experimentos constam do segundo volume das obras completas de JUNG.

JUNG (O.C. VIII, § 201) explicou o *complexo* como uma “Imagem de determinada situação psíquica com forte carga emocional, incompatível com as disposições ou atitude habitual da consciência”. Além de tais características, o complexo goza de autonomia.

Autonomia significa que as reações se manifestam independente da vontade, podendo inclusive mostrar-se diretamente antagônicas às tendências conscientes. O complexo tem a característica de não se submeter ao controle da vontade, mas possuir autonomia psíquica. (JUNG, O. C. XVI, § 266).

Em outro momento escreveu que os complexos são grupos de associações - inconscientes ou semiconscientes - de representações carregadas de emoção. Por serem dotados de energia própria, muitas vezes se tornam autônomos e independentes. Se dissociados, chegam a formar como que uma personalidade independente do eu que, muitas vezes, perturbam a sua vontade e exaurem a sua energia. “O complexo forma, por assim dizer, uma pequena psique fechada, cuja fantasia desenvolve uma atividade própria”. (JUNG, O. C. XVI, § 125).

A constituição do complexo, segundo JUNG, consiste de um *núcleo* em torno do qual foi criado um *campo de associações* a partir das experiências pessoais. O núcleo é formado por um arquétipo, e o campo de associações pode ser formado por idéias, emoções, ou sentimentos. Uma vez que o núcleo do complexo é arquetípico, quando compreendido vai mostrar sua associação com o arquétipo.

Nem todos os complexos são de natureza mórbida. “(...) são *manifestações* vitais próprias da psique, seja esta diferenciada ou primitiva”. “Traços inegáveis de complexos” são encontrados “(...) em todos os povos e em todas as épocas.” (JUNG, O. C. VIII, § 209).

Todos as pessoas os possuem e eles são necessários ao fluxo vital da psique. “Na verdade, os complexos fazem parte da constituição psíquica que é o elemento absolutamente predeterminado de cada indivíduo”. (JUNG, O. C. VIII, § 213).

“Os complexos são simplesmente os motores da psique. São como núcleos, que impulsionam e vitalizam a psique.” (von FRANZ, 2001, 38).

Em sua tese de doutorado, em 1900, JUNG explica a crença nos espíritos como a expressão dos complexos. (JUNG, O. C. VIII, § 209).

O que diferencia um complexo normal de um patológico é a carga energética exacerbada do segundo que, muitas vezes, supera a energia da consciência. Neste caso, rompe a unidade da consciência, torna-lhe muito difícil fazer valer sua vontade e se comporta como um corpo estranho “*animado de vontade própria*”. (JUNG, O. C. VIII, § 200)

JUNG (O. C. VIII, § 204) considera-os como “(...) aspectos parciais da psique dissociados”. A etiologia dos complexos patológicos é um aglomerado de associações em torno de um trauma, de um choque emocional, ou de um conflito moral que “(...) arrancou fora um pedaço da psique”. “Regra geral, há uma inconsciência pronunciada a respeito dos complexos, e isto naturalmente lhes confere uma liberdade ainda maior”.

A inconsciência do complexo leva-o, em determinadas circunstâncias, a uma assimilação completa do eu e provoca “(...) *modificação momentânea e inconsciente da personalidade, chamada identificação com o complexo.*” Na Idade Média, este estado chamava-se possessão. (JUNG, O. C. VIII, § 204). “Quando a emoção envolvida é aguda, o complexo pode provocar todo tipo de perturbação neurótica ou patológica”. (HANNAH, 2003, 85)

Isto significa dizer que os complexos podem “ter-nos”, ao invés da afirmação que possuímos complexos. “A existência dos complexos põe seriamente em dúvida o postulado ingênuo da unidade da consciência que é identificada com a psique e o da supremacia da vontade. Toda constelação de complexo implica um estado perturbado de consciência.” (JUNG, O. C. VIII, § 200).

Os complexos interferem na psique e provocam atos falhos, gafes, sonhos, perda do controle emocional, fenômenos de dupla personalidade. Quanto mais energizados e quanto mais inconscientes, mais autônomos se tornam. “A liberdade do eu cessa onde começa a esfera dos complexos”. (JUNG, O. C. VIII, § 216).

O termo *constelação* se refere a uma situação de “aglutinação e atualização” de conteúdos psíquicos – associações - desencadeada por uma situação externa. Uma situação interna também pode desencadeá-lo, como por exemplo: rebaixamento do nível da

consciência por cansaço, sono. É um processo automático e independente que não pode ser controlado pela vontade no qual os conteúdos inconscientes associados e dotados de energia própria se deslocam para a consciência. (JUNG, O. C. VIII, § 198).

Determinadas situações constelam complexos que assimilam o objeto da conversação ou da situação em geral, com isto a conversação perde o seu caráter objetivo e sua finalidade própria. Os complexos constelados frustram as intenções do interlocutor e podem mesmo colocar em seus lábios outras respostas que ele mais tarde não será capaz de recordar. (JUNG, O. C. VIII, § 199)

Os complexos são fechados em si mesmos, isolados uns dos outros, não interagem. Como conseqüência não se influenciam nem sofrem influências mútuas, “(...) falta-lhes a influência corretiva de complexos com orientação diferente”. Em casos doentios, pode ocorrer que um complexo autônomo, fortemente energizado, venha a ser uma idéia obsessiva ou paranóica que mantém preso “(...) a seu serviço a vida toda do indivíduo”. (JUNG, O. C. VI, § 534).

Quando há um conjunto de associações impressas na mente constituída por experiências vividas intensamente, é como se o complexo tivesse vida própria. No fundo, - afirma JUNG - não há diferença alguma entre uma personalidade fragmentária e um complexo. Ambos têm características essenciais em comum e incluem a delicada questão da consciência fragmentada”. (JUNG, O. C. VIII, § 202).

Ainda estamos tão possuídos pelos conteúdos psíquicos autônomos, como se estes fossem deuses. Atualmente eles são chamados: fobias, compulsões, e assim por diante; numa palavra, sintomas neuróticos. Os deuses tornaram-se doenças. Zeus não governa mais o Olimpo, mas o plexo solar e produz espécimes curiosos que visitam o consultório médico: também perturba os miolos dos políticos e jornalistas, que desencadeiam pelo mundo verdadeiras epidemias psíquicas. (JUNG, O. C. XIII, § 54)

Na esquizofrenia, os complexos se tornam independentes em relação ao eu a ponto de se tornarem personificados, de serem visíveis e audíveis. Aparecem em forma personificada também “(...) quando são reprimidos por uma consciência inibidora”. (JUNG, VIII, § 203) Porém a personificação dos complexos não é sempre patológica. Nos sonhos, por exemplo, eles aparecem personificados e não são patológicos.

O eu, ou ego, também é um aglomerado de conteúdos altamente dotado de energia e quase não se diferencia de outros complexos, a ponto de JUNG chamá-lo de complexo do eu.

2.3. Estruturas: Ego, Sombra, Persona, Anima, Animus, Self

Ego

O eu, ou ego, é a base da consciência e o “(...) centro subjetivo do senso de identidade do indivíduo”. (EDINGER, 2004, 22) Desse modo, tudo o que existe na consciência deve se relacionar ao sujeito, ao ego.

JUNG se refere ao ego como “complexo do eu”, o complexo central no campo da consciência e sujeito dos atos pessoais conscientes e das realizações e esforços de adaptação”. (Von FRANZ, 2003, 43)

Sendo o centro do campo da consciência pessoal é, muitas vezes, confundido com o centro da psique. No entanto, o centro de toda a personalidade é o Si-mesmo e não o ego.

Enquanto o *eu* for apenas o centro do meu campo consciente, não é idêntico ao todo de minha psique, mas apenas um complexo entre outros complexos. Por isso distingo entre *eu* e *si-mesmo*. O eu é o sujeito apenas de minha consciência, mas o si-mesmo é o sujeito do meu todo, também da psique inconsciente. Neste sentido o si-mesmo seria uma grandeza (ideal) que encerraria dentro dele o eu. (JUNG, O. C VI, § 796).

A continuidade do pensamento é típica de um ego bem desenvolvido. Esta qualidade de continuidade, JUNG a atribui à sustentação fornecida pelo *Self*. “Uma das principais funções do Si-mesmo arquetípico é sustentar a consciência do ego e essa espécie correta de continuidade.” (von FRANZ, 1993, 18-19).

JUNG usou a metáfora do despertar do ego. Na criança, e todas as manhãs, ao longo da existência, o ego desperta gradualmente das profundezas do sono, saindo de um estado de inconsciência. E é apenas com o despertar que consegue fazer a distinção entre o sujeito e o objeto. É o filho das trevas, que distingue entre sujeito e objeto, fazendo de si e do mundo realidades distintas. (JUNG, O. C. XI, § 935).

Todos os mundos primitivos anteriores ao homem existiam apenas fisicamente. Eram apenas um acontecimento sem nome, mas não eram nenhum ser determinado, pois não

havia ainda aquela concentração mínima do psíquico igualmente existente para proferir a palavra que se avantajou sobre todas as coisas criadas: *Isto é o mundo e isto sou eu*. Era o primeiro dia do mundo, o primeiro raiar do sol após a escuridão primordial, quando aquele complexo capaz de ter consciência, o filho da escuridão, o eu capaz de conhecer as coisas, fez a distinção entre sujeito e objeto, e com isso fez que tanto o mundo como ele atingisse o estado de um ser determinado, pois foi ele quem deu ao mundo e a si mesmo a voz e o nome. (JUNG, O. C. IX/II, § 125)

A escuridão primordial a que se refere, é a inconsciência da psique coletiva, ou inconsciente coletivo de onde provêm a consciência e o ego. A consciência se desenvolve na primeira infância a partir do inconsciente; o inconsciente é o fato primário e o consciente o fato secundário. Com o desenvolvimento das funções da consciência, o ego gradativamente vai se estruturando. Quanto maior o número de funções (pensamento, sentimento; sensação, intuição) que o ego consegue integrar, maior é o seu desenvolvimento.

O ego tem uma base arquetípica, ele é edificado “(...) à imagem e semelhança do *Self*”. Von FRANZ (1995b, 37-38) ilustra a formação do ego através da analogia do desenvolvimento do ovo de uma rã:

Num certo estágio, vemos aparecer nele¹¹ uma mancha cinzenta. Se, por meio de um fio, a dividirmos, nascerá, no devido tempo, uma rã de duas cabeças, e se a suprimirmos inteiramente, a rã não terá cabeça. É assim que podemos provar experimentalmente que essa mancha corresponde à parte do plasma que se transformará no encéfalo. Se, ao retirarmos essa mancha, deixarmos cair um pouco de ácido clorídrico sobre o plasma restante, o plasma adequado se reconstitui, surge uma nova mancha, uma cabeça se desenvolve e o ovo dá origem a uma rã completa. O processo de formação do ego é análogo. O ego pode ser considerado o núcleo do campo da Consciência; criado por este, deve sua existência a uma reação global do sistema psíquico, que é um sistema regulador.

Na analogia, o *Self*, o arquétipo central e organizador da psique, corresponde ao fator gerador da mancha responsável pela formação da cabeça da rã. Através do estudo das metáforas dos mitos e contos de fadas, é possível observar a função geradora do *Self*. “O mito pode ser visto, na verdade, como expressão simbólica da relação entre o ego e o Si-mesmo.” (EDINGER, 1995, 22).

¹¹ no ovo

O ego se apoiava sobre o campo global da consciência, e também na totalidade dos conteúdos do inconsciente, pessoal e coletivo. É resultante do contato do fator somático com o ambiente e com o mundo inferior. “Resulta do entrelaçamento do fator somático com o mundo exterior, e uma vez que existe como sujeito real, desenvolve-se em decorrência de entrelaçamentos posteriores, tanto com o mundo externo como com o mundo interior.” (JUNG, O. C. IX/II, § 6)

EDINGER (2004) compara o ego a um peixe em uma lagoa, que não tem consciência do meio no qual ele vive. Ocorre o mesmo com o ego em relação à psique, pois vive dentro dela. O ego primitivo e imaturo vive identificado com o mundo interno e externo. A maior parte das energias e dos efeitos da psique são experimentados como algo externo. O ego precisa ter uma percepção autêntica de sua própria identidade, e para isso, deve diferenciar-se, discriminar o que é seu e o que é do mundo externo ou do inconsciente.

Von FRANZ conta que certa vez, JUNG comparou o complexo do Eu a um homem pescando em seu barco. O barco seria os “(...) seus pressupostos conscientes ligados a sua concepção de mundo”, pescando no mar do inconsciente. O pescador não pode sobrecarregar o barco com peixes das profundezas, isto é, com conteúdos inconscientes, além do que é capaz de agüentar, senão afunda. (von FRANZ, 1997, 20)

Os peixes aos quais JUNG se refere são os outros complexos, ou conteúdos ativados do inconsciente. O ego fraco se identifica com esses conteúdos e não suporta peso moral da elucidação de suas projeções negativas, este o oprime. Também não suporta a elucidação das projeções de características positivas que o leva a se identificar com eles e “(...) sair voando do chão da realidade como um balão cheio”. (idem, ibidem, 20).

A identificação com uma figura proeminente da história, ou até mesmo com Cristo é um exemplo da identificação com estes conteúdos, a chamada *inflação do ego*. “A pessoa de ego fraco em geral compensa a sua consciência do ego defeituosa com um obstinado egoísmo infantil que só pode ser abolido quando o ego tiver sido fortalecido e tiver, em consequência, amadurecido ao ponto de ter um certo grau de percepção social.” (von FRANZ, 2003, 107).

A maioria das dificuldades humanas é resultado de um Ego fraco ou que não funciona em harmonia com a totalidade da psique. Por isso, um dos principais objetivos da análise é “(...) alargar o campo das reações emocionais para que a capacidade e a solidez do consciente aumente e esteja na medida de acolher os impulsos vindos do Inconsciente.” (von FRANZ, 1995b, 38).

A ampliação do campo das reações emocionais do ego, e o conseqüente desenvolvimento de um ego saudável capaz de estabelecer as conexões necessárias, se dão gradualmente através da integração de conteúdos do inconsciente, principalmente através da interpretação dos sonhos, que são mensagens advindas do *Self* ao ego. É uma forma de a atenção consciente cooperar com a natureza: “(...) a análise não é mais do que a concentração da nossa atenção consciente no processo natural de maturação com vistas a apressá-lo. É como pôr mais fogo, para que o processo ande mais depressa.” (von FRANZ, 2001, 215-6)

Sintetizando, o objetivo da análise, assim como do processo natural da vida, é o desenvolvimento do ego para que este, se assim o desejar, disponha de uma estrutura capaz de levá-lo a um confronto efetivo com o inconsciente.

Self

O ego é o centro da personalidade, enquanto o Si-mesmo é o centro da psique total, consciente e inconsciente. O ego é o centro da identidade subjetiva, o Si-mesmo é o centro da identidade objetiva.

O Si-mesmo é descrito como a divindade empírica interna e equivale à *imago Dei*. Um dos sinônimos do Si-mesmo é a imagem de Deus interna. (EDINGER, 1995 e 2004)

Como um dia a criança se dá conta que não é o centro do universo e isto a leva à percepção do outro externo e à socialização do ego, também a percepção do Si-Mesmo leva a consciência à percepção que existem outros centros e estes exigem a mesma consideração que ela. A versão interna do fenômeno experimentado pela criança é a experiência do Si-mesmo. Se o ego não estiver desenvolvido o bastante, a experiência é tão forte que chega a

ponto de gerar uma psicose e estilhaçá-lo. Somente quando a experiência do Si-mesmo irrompe no indivíduo de ego forte o suficiente, ele é capaz de assimilar a experiência grandiosa. Neste momento – escreve EDINGER - tem-se a noção de que: “Não estou sozinho em minha própria casa, existe um outro que viveu aqui durante todo o tempo, e eu nunca o conheci” (2004, 30-31)

Sombra

O junguiano Adolf GUGGENBÜHL-CRAIG, em *Il Puritanesimo* (1995), escreveu:

Os seres humanos são estranhas criaturas que se sentem dilaceradas, atacadas por demônios externos e internos, num combate entre anjos e diabos. (...) Somos cheios de contradições, de conflitos, de confusões. Algumas partes de nossa alma querem suprimir outras, porque são sujas, relegando-as à obscuridade do inconsciente. Possuímos imagens poéticas para descrever toda esta confusão. Falamos de Sombra, do lado escuro de nossa alma.

Sombra é o nome usado por JUNG para designar aspectos da personalidade dos quais o indivíduo não tem consciência. Também se refere a eles como “(...) os traços obscuros do caráter” ou ainda “(...) aspectos obscuros da personalidade”. O termo *obscurus* não significa que sejam apenas fraquezas e defeitos, porém traços ou características às quais a consciência não tem acesso (GUGGENBÜHL-CRAIG, 1995).

Ainda, na mesma obra, o autor afirma: “Um modo de sair de nossas confusões psicológicas consiste na tentativa de nos tornar puros, sem sombras, de afastar tudo aquilo que pode ser sujo dentro de nós, libertando-nos assim das contradições e das tensões, limpando a nossa alma de toda sua torpeza”.

A maioria das pessoas se identifica com características socialmente aceitas, *o bem*. Então, para essas, os aspectos sombrios referem-se ao *mal* que existe em si mesmas, do qual não têm conhecimento direto. Apenas sofrem sua influência compulsiva e dominadora, características dos conteúdos inconscientes.

O mal é e sempre será aquilo que não se deve praticar, como se sabe. Mas infelizmente o ser humano se sobrestima a este respeito: pensa que é livre para escolher entre o bem e o mal. Ele pode imaginar isto, mas, em vista da magnitude desses opostos, é pequeno e impotente demais para escolher livremente e em qualquer circunstância um ou outro. Acontece antes o seguinte: por razões mais fortes do que ele, pratica ou não o bem que gostaria, da mesma forma como o mal lhe sobrevém como uma desgraça. (JUNG, Carta ao Dr. Erich Neumann, Cartas III, 82-83, de 03.06.1957)

Tais “traços obscuros da personalidade” se caracterizam por possuírem “(...) uma natureza emocional, uma certa autonomia e, conseqüentemente, são de tipo obsessivo, ou melhor possessivo”. (JUNG, O. C. IX/2, § 15) A natureza *emocional* da sombra é responsável pela autonomia e a possessão do sujeito, uma vez que a “(...) emoção é um evento que acontece ao indivíduo”, não uma atividade desempenhada por ele. Assim, enquanto uma atividade implica em controle, a emoção implica em descontrole por parte da consciência.

A sombra, por outro lado, não é constituída apenas pelos aspectos do mal. “Contém qualidades infantis e primitivas que, de algum modo, poderiam vivificar e embelezar a existência humana; mas o homem se choca contra as regras tradicionais.” (JUNG, O. C. XI § 134). Dela fazem parte camadas primitivas, inferiores, muitas vezes difíceis de distinguir do instinto *animal*.

A sombra não é totalmente má. Com bastante freqüência, não passa de uma espécie de brutamontes inofensivo, um homem sem modos, o homem coberto de pêlos muito próximo da natureza. Na maioria das vezes ele não é mau, apenas alguém natural, gostável e muito importante de se ter dentro de nós. Mas a educação força o ego a usar máscaras e então nos comportamos de forma não natural. Reprimimos nossas reações *animais* ou simplesmente humanas por polidez ou qualquer outra exigência da situação social. (von Franz, 2001, 93)

A sombra não é o todo da personalidade inconsciente: representa qualidades e atributos desconhecidos ou pouco conhecidos do ego – aspectos que pertencem, sobretudo, à esfera pessoal e que poderiam também ser conscientes. (von Franz, s/d.b, 168). Neste caso, estamos falando da sombra pessoal.

A sombra pessoal diz respeito a imagens, impulsos, fantasias e experiências reprimidas durante a história de vida do indivíduo. Além disso, a sombra está intimamente ligada a aspectos coletivos. Em cada indivíduo, contém o que não é aceitável no grupo

social. A sombra coletiva é o lado obscuro do ideal coletivo. A sombra pessoal atua destrutivamente em relação aos ideais do ego, assim como a sombra coletiva procura destruir os ideais coletivos. (GUGGENBÜHL-CRAIG, 2004,104)

Existe uma terceira estrutura psicológica além da sombra pessoal e a coletiva: a sombra arquetípica. Esta é algo completamente distinta das anteriores, mas está intimamente relacionada e lhes fornece energia. Na verdade, talvez o termo mais adequado para essa sombra seja “o Mal”. Pode-se compreender o Mal como “(...) o assassino e suicida dentro de nós”, um arquétipo do comportamento humano. (GUGGENBÜHL-CRAIG, 2004)

O fato de o homem ter um lado sombrio é terrível, convenhamos, pois esse lado não é feito apenas de pequenas fraquezas e defeitos estéticos, mas tem uma dinâmica francamente demoníaca. É raro que o homem, o indivíduo, saiba disso, Parece-lhe inconcebível que possa, em algum ponto ou de alguma forma, exceder-se a si mesmo. Mas se deixarmos que esses seres inofensivos formem uma massa, pode dar origem a um monstro delirante. Cada indivíduo não passará, então de uma célula minúscula no corpo do monstro; querendo ou não, já não terá outro jeito senão participar do desvario sanguíneo da besta, apoiando-a na medida de suas forças.” (JUNG, O. C. VII, § 35).

A tendência natural da psique é projetar tudo o que não é consciente. A sombra inconsciente é facilmente projetada. A sombra arquetípica inconsciente e projetada é extremamente perigosa, individual ou coletivamente. Quando a sombra arquetípica é projetada individualmente, ocorre o conflito; coletivamente, acontece a guerra, a guerra civil ou revolução. (JUNG, Carta a Albert Oppenheimer, de 10.10.1933, Cartas I, 144)

Quando nos deixamos levar pela cólera até ao arrebatamento, por um motivo qualquer, não pensemos que a causa de nossa fúria esteja situada fora de nós, no objeto ou na pessoa que nos irrita. Na realidade, atribuímos a essas coisas o poder de nos colocar no estado de irritação e às vezes mesmo de nos causarem insônia ou indigestão. Por isto condenamos, despreocupadamente e sem freios, o objeto que nos irrita, ofendendo assim uma parte inconsciente de nós mesmos, que se encontra projetada no elemento perturbador. Essas projeções acontecem com muita frequência. Algumas são de conteúdos positivos; outras, negativos. As de conteúdo negativo geralmente são projetadas nos objetos mais distantes, fora do círculo das relações íntimas. À exceção do neurótico que projeta os conteúdos indesejáveis nas pessoas próximas, provocando conflitos. (JUNG, O. C. VII, § 517)

A conscientização da sombra é essencial para qualquer processo de autoconhecimento. Consiste em reconhecer os aspectos obscuros da personalidade, como existem na realidade, pois quando a sombra pessoal está inconsciente, ela se funde com a sombra arquetípica; e então não há discriminação entre o pessoal e o arquetípico, e o indivíduo se encontra à mercê de sucumbir à possessão pelo arquétipo do mal. (EDINGER, 2004)

A diferenciação moral é imperiosa no caminho da individuação. É imprescindível um profundo conhecimento do “bem e do mal”, senão o máximo que o ego consegue é uma identificação perigosa com o Si-mesmo. (JUNG, 2002, 325). Recomenda: “Procure aprender a conhecer as suas fantasias, por mais indecentes que lhe pareçam; isto é o seu negrume, a sua sombra.” (JUNG, 1999, 111).

Porém, para se alcançar este conhecimento não existe uma regra geral a ser seguida ou uma técnica específica a ser adotada. Em carta ao Padre Martin, JUNG escreve ser o procedimento algo comparável à diplomacia ou à política. Afirma tratar-se basicamente de uma atitude: aceitar e levar a sério a existência da sombra, e estar a par de suas propriedades e intenções. A partir disso, são necessárias longas e difíceis negociações, sem a certeza de como terminarão. A única certeza é que os conflitos jamais se resolvem através de truques habilidosos, apenas pelo fato de serem suportados pelo ego.

Eles precisam ser esquentados por assim dizer, até que a tensão fique insuportável; então os opostos se fundem aos poucos mutuamente. É uma espécie de procedimento alquímico, mas não uma escolha e decisão racionais. Sofrer faz parte imprescindível. Toda solução real só é encontrada através de sofrimento intenso. O sofrimento indica até que ponto nós somos insuportáveis a nós mesmos. “Entenda-se com o seu inimigo”, interior e exteriormente! Este é o problema! Esse entendimento não lhe faria mal, nem ao seu inimigo. Concordo que não é fácil encontrar a fórmula correta; mas se a encontrarmos, teremos feito uma totalidade de nós, e isto, acredito eu, é o sentido da vida humana. (JUNG, 1999, 245)

A integração da sombra à personalidade do indivíduo é essencial. JUNG remete à instrução contida no lógion de Cristo “Se sabes o que fazes (...)”¹², indica um caminho para a

¹² O lógion soa assim: “Neste mesmo dia viu alguém trabalhando no sábado e lhe disse: Homem, se sabes o que fazes, és feliz; mas se não o sabes, és maldito e transgressor da lei.” Dito não canônico do Senhor, Codex Bezae Cantabrigiensis ad Luc. 6,4; Século V.

solução ética do problema: eu sei que não quero o mal, mas faço-o assim mesmo, não por escolha própria, mas porque me acomete irresistivelmente. Enquanto pessoa humana, sou fraco e combatido, de modo que o mal consegue dominar-me”. (2003, 82-83)

Ademais, a sombra faz parte da natureza humana e é fundamental que seja integrada a fim de que se dilua a *persona*, representada pelo orgulho humano. Integrar, no entanto, não significa deixar-se conduzir por ela, mas sim conduzir o mal à claridade. Só dessa maneira, ele perde a sua força.

Também, e principalmente, o terapeuta e o supervisor estão sujeitos à perigosa ação da sombra. GUGGENBÜHL-CRAIG, em *O Abuso do Poder na Psicoterapia* (2004), alerta para os danos que a sombra dos profissionais de ajuda - médicos, psicoterapeutas, assistentes sociais, professores, clérigos - pode causar quando pretendem ajudar.

As motivações psicológicas para as ações são ambíguas e a crueldade chega ser extrema quando as pessoas fazem dela um instrumento para assegurar o bem. A consciência incomoda quando alguém se entrega ao desejo de poder mas prefere ignorar quando este sinistramente espreita de modo furtivo por trás das aparências.

O autor adverte que o analista precisa ser honesto e sincero consigo mesmo e entrar em contato permanente com seu inconsciente, estudar seus sonhos, fantasias e quaisquer manifestações para afastar o papel de charlatão, de falso profeta ou de analista inconscientemente destrutivo. “Nós, nossa honestidade e autenticidade, nosso contato pessoal com o inconsciente e o irracional – são esses os nossos instrumentos. (EDINGER, 2004, 32) Porém - lembra - não é tarefa fácil pois o ponto cego a respeito da própria sombra de poder impede de percebê-la, pois tragicamente, sempre o oposto do que se quer atingir ou evitar acaba se constelando. Quanto mais o terapeuta procura ajudar os pacientes a ampliar a consciência, maior é o risco de ele mesmo cair no lado oposto do “(...) luminoso ideal profissional”.

Persona

“A *persona* é um complicado sistema de relação entre a consciência individual e a sociedade; é uma espécie de máscara destinada, por um lado, a produzir um determinado efeito sobre os outros e por outro lado a ocultar a verdadeira natureza do indivíduo.” (JUNG, O. C. VII, § 305). Desempenha a função de relação com o mundo externo.

JUNG lembra que a sociedade faz exigências definidas quanto à postura e comportamento das pessoas, que se esforçam para se adaptar a elas. “Cada meio ambiente requer uma atitude especial”. Em casa, no trabalho, são exigidas atitudes diferentes. Quanto mais uma atitude for exigida por determinado ambiente, mais rapidamente se tornará habitual. (JUNG, O. C. VI, § 753). Em torno destas exigências do coletivo, a *persona* se forma. Representa os diversos aspectos do ego que a pessoa apresenta ao mundo externo.

A consciência consiste na soma de fatos psíquicos percebidos como inerentes exclusivamente à pessoa. No entanto, é formada a partir da imitação.

O homem possui uma faculdade muito valiosa para os propósitos coletivos, mas extremamente nociva para a individuação: sua tendência à imitação. A psicologia social não pode prescindir da imitação, pois sem ela seriam simplesmente impossíveis as organizações de massa, o Estado e a ordem social. A base da ordem social não é a lei, mas a imitação, este último conceito abarcando também a sugestibilidade, a sugestão e o contágio mental. (JUNG, O. C. VII, §242)

A consciência reprime, mais ou menos involuntariamente, uma série de elementos psíquicos, e intensifica outros, procurando se adaptar às expectativas do grupo social ao qual pertence. O objetivo é criar uma imagem idealizada de si mesma e formar a *persona*. (JUNG, O. C. VII, § 244).

JUNG adotou a palavra *persona* para este arquétipo por considerá-la apropriada em função de sua origem no teatro. Designava a máscara usada pelo ator, e caracterizava o papel que iria representar.

A *persona*, à semelhança da máscara do ator, é uma máscara apresentada pela pessoa, que aparenta individualidade, mas na realidade é uma “(...) simples máscara da

psique coletiva (...) não passa de um papel, no qual fala a psique coletiva”. (JUNG, O. C. VII, § 245).

A identificação da pessoa com os papéis que representa socialmente constitui um perigo. Quando comenta este perigo, JUNG usa a metáfora da túnica que se cola à pele de Hércules e nela se enraíza.

É preciso a determinação desesperada de um Hércules para arrancar do corpo a túnica de Nesso e entrar no fogo da imortalidade, a fim de transformar-se naquilo que verdadeiramente é. Exagerando um pouco, poderíamos até dizer que a *persona* é o que não se é realmente, mas sim aquilo que os outros e a própria pessoa acham que se é. (JUNG, O. C. IX/I, § 221).

A não diferenciação entre os conteúdos da psique individual com os conteúdos da psique coletiva resulta em “(...) distorção ou sobrecarga da personalidade, difícil de dominar”, até o ponto de o indivíduo desaparecer atrás da máscara. Além disso, o indivíduo determinado pelo coletivo não é livre, uma vez que age compelido pelo inconsciente, e “Sem liberdade não pode haver moralidade”. (JUNG, O. C. VII, § 240-1)

No processo de individuação, é imprescindível fazer a distinção entre o pessoal e o coletivo, a compreensão do que é da pessoa e o que pertence à *persona*. Porém, não é fácil, uma vez que “(...) o elemento pessoal procede da psique coletiva, à qual está intimamente ligado.” (JUNG, O. C. VII, § 241)

Anima

Outro arquétipo identificado por JUNG que incorpora as experiências importantes que o homem tem de uma mulher é a anima. “Não há homem algum tão exclusivamente masculino que não possua em si algo de feminino. (...) A repressão das tendências e traços femininos determina um acúmulo dessas pretensões no inconsciente.” (JUNG, O. C. VII, § 297). A repressão dessas tendências e o conseqüente acúmulo de traços femininos no inconsciente do homem formam o arquétipo da *anima*.

A *anima* não é fruto apenas da história individual, mas tem suas raízes na estrutura psíquica inata, o inconsciente coletivo. É o arquétipo de relação da psique individual com o mundo interno. Assim como a *anima* é o arquétipo de relação do homem com o mundo externo, o *animus* é o arquétipo de relação da mulher.

“Todo o ser do homem, corporal e espiritualmente, já pressupõe o da mulher.” (JUNG, O. C. VII, § 300). Esta *imagem virtual* feminina que vive na psique do homem é o lado inconsciente feminino da personalidade de um homem.

A *anima* é a imagem arquetípica da mulher na psique do homem.

Anima é a personificação de todas as tendências psicológicas femininas na psique do homem - os humores e sentimentos instáveis, as intuições proféticas, a receptividade ao irracional, a capacidade de amar, a sensibilidade à natureza e, por fim, mas nem por isso menos importante, o relacionamento com o inconsciente. (von FRANZ, s/d.b, 177).

JUNG afirmou que toda experiência só é possível quando há uma predisposição a tal experiência. É devido à existência do arquétipo da *anima*, esta imagem coletiva da mulher no inconsciente do homem, que o torna capaz de compreender a natureza feminina, pois ela é o caráter feminino próprio do homem.

Também é o arquétipo da *anima* que permite ao homem compreender a diferença entre o que lhe parece ser para si, e o que é para o outro. (JUNG, O. C. VII, § 310).

O arquétipo da *anima* é de natureza complementar ao arquétipo da *persona* e assume em relação a ela uma função compensatória. Isso significa que toda tendência da *persona* mais direcionada para determinado aspecto, é compensada naturalmente pela *anima*. “A *persona*, imagem ideal do homem tal como ele quer ser, é compensada interiormente pela fraqueza feminina; e assim como o indivíduo exteriormente faz o papel de homem forte, por dentro torna-se mulher, torna-se *anima*, e é esta que se opõe à *persona*.” (JUNG, O. C. VII, § 309).

O caráter da *anima* de um homem é, geralmente, moldado pela mãe. Se o homem percebeu a influência da mãe de forma negativa, sua *anima* vai se expressar, muitas vezes, de maneira irritada, depressiva, incerta, insegura e susceptível. Para que isto aconteça, não é

preciso que a relação de fato tenha sido negativa. Apenas a percepção de que seja negativa, pelo menino, é suficiente para que exerça influência negativa.

Se a experiência do homem com sua mãe tiver sido positiva, sua *anima* também poderá ser afetada de um modo diferente. Pode tornar-se “(...) efeminado ou explorado por mulheres, incapaz portanto de fazer face às dificuldades da vida.” (von FRANZ, s/d.b, 179).

A *anima* tem dois aspectos, um negativo, ou maléfico; e outro positivo, ou benévolo. Pode se manifestar de forma positiva ou negativa, pode se projetar ou personificar nas duas formas.

A manifestação negativa na personalidade do homem é revelada em observações venenosas, desvalorativas, rancorosas, que distorcem a verdade. Porém, se o homem for capaz de dominar os assaltos de negatividade, a *anima* poderá servir para fortalecer-lhe a masculinidade. (von FRANZ, s/d.b, 178). Se tiver uma relação positiva com a *anima*, o homem é receptivo aos processos espirituais que ocorrem na profundidade da psique. (von FRANZ, 2001, 131).

A função positiva da *anima* é de ser a mediadora entre o ego e o núcleo da psique - o *Self* (von FRANZ, s/d.b, 185) – sendo, portanto, essencial ao processo de individuação e, conseqüentemente, à análise.

O princípio do arquétipo da *anima* é *Eros*. O desenvolvimento da *anima* se reflete no modo como o homem se relaciona com as mulheres. A *anima*, como todo conteúdo inconsciente, se manifesta através de projeções, geralmente em figuras do sexo oposto.

É a responsável pela atração ou repulsa entre pessoas de sexo diferente. Ela forma como que a ponte nas relações com o sexo oposto, o que também constitui um obstáculo na tentativa de compreender o parceiro porque é fruto de projeções do próprio mundo interno, o que não implica necessariamente a correspondência no mundo externo.

Em *A Psicologia da Transferência*, volume XVI das Obras Completas, JUNG refere-se a quatro estágios de desenvolvimento da *anima* e sua projeção. Von FRANZ desenvolve maiores detalhes sobre estes estágios em dois momentos, no *O Caminho dos*

Sonhos, e no texto *O processo de Individuação* incluído no livro *O Homem e seus Símbolos*. Abaixo procuro fazer uma síntese.

Através dos estágios pelos quais passa a *anima* em seu desenvolvimento ela abrange um amplo espectro de fatos psicológicos. Estes estágios eram conhecidos na Antigüidade como “escala erótica das quatro mulheres”. Cada um dos quatro estágios da *anima*, ou quatro estágios de Eros projetados na mulher, se manifesta em quatro imagens principais: Eva, Helena (de Tróia), Maria e Sofia, a sabedoria de Deus. (von FRANZ, 2001, 115).

O primeiro estágio da *anima*, simbolizado por Eva, representa o relacionamento puramente instintivo e biológico, a atração física, a maternidade, a imagem comum de mulher atraente. (von FRANZ, s/d.b, 185) Neste estágio, “(...) a mulher não passa daquilo que pode ser fecundado.” (JUNG, O. C. XVI, § 361). A projeção da *anima* pode aparecer também em objetos, tais como carros, barcos, pode surgir de forma infantil e até grosseira em fantasias eróticas. Mas aparece principalmente em mulheres, no momento em que ocorrem casos de “amor à primeira vista.” (von FRANZ, s/d.b, 183-5).

O segundo estágio pode ser representado pela Helena de Tróia. “(...) ainda diz respeito a um Eros predominantemente sexual, mas em nível estético e romântico, em que a mulher já possui certos valores individuais”. (JUNG, O. C. XVI, § 361) Neste estágio, a *anima* personifica a beleza romântica, “(...) com quem se pode ter não apenas uma aventura sexual, mas também falar de poesia e filosofia”, a companheira espiritual que não exclui o sexo romântico. (von FRANZ, 2001, 115).

O terceiro estágio projetado na figura de Maria, uma figura que eleva o amor (*Eros*) à grandeza da devoção religiosa, espiritualizando-o. “(...) é a personificação de uma relação celestial, isto é, religiosa e cristã.” (JUNG, O. C. XVI, § 361). Diferente de Eva que é maternidade biológica, Maria refere-se à maternidade espiritual.

Relativamente à projeção da *anima* na Virgem Maria, von FRANZ (2001, 115) esclarece que é uma forma elevada e idealizada demais, à qual falta “(...) o lado escuro, o lado Eva das mulheres, o lado sombrio, mais biológico, mais amplo, mais natural da *anima*.”

O quarto estágio é simbolizado por Sofia, o Eterno-Feminino, “(...) enquanto expressão da ‘sapientia’ alquímica.” (JUNG, O. C. XVI, § 361). A Sapiência, “(...) a sabedoria que transcende até mesmo a pureza e a santidade” é uma descida (von FRANZ, s/d.b, 185).

Von FRANZ (2001, 115) explica esta descida:

Portanto, o quarto estágio, a sabedoria de Deus, como JUNG notava sorrindo, é uma descida, porque a sabedoria não é uma espiritualidade tão virtuosa assim. A sabedoria está mais perto da vida. Ela está presente quando um homem sabe como amar as mulheres e como se relacionar com elas; ao mesmo tempo, tem uma sabedoria que o protege do seu lado devorador. A forma mais elevada de amor não deixa de ter um grão de sal. (von FRANZ, 2001, 115).

Cabe ao homem em sua análise rumo ao processo de individuação buscar compreender o significado desta figura em sua vida interior, em cada um dos seus estágios. Ela lhe traz mensagens essenciais vindas do mais profundo de si mesmo, o *Self*, tornando-o mais capacitado a se relacionar com o mundo externo e com outros conteúdos da própria psique.

Animus

Da mesma forma que a *anima* é a imagem arquetípica da mulher na psique masculina, o *animus* é a imagem arquetípica do homem na psique da mulher. *Anima* e *animus* são figuras equivalentes, uma na psique masculina e outra na psique feminina.

A diferença entre ambas é que o *animus* corresponde ao Logos paterno, enquanto a *anima*, ao Eros materno. JUNG faz esta diferenciação diante de sua percepção que o consciente da mulher é caracterizado mais pela vinculação ao Eros – a função de relacionamento; enquanto que no homem, o consciente está mais comprometido com o aspecto Logos da vida, isto é, com a função razão. (JUNG, O. C. IX/II, § 29). *Animus* e *anima* são, então, de caráter compensatório à atitude dominante da consciência, representada pela *persona*.

Assim como a *anima* masculina é influenciada pela imagem que o homem tem de sua mãe, o *animus* feminino é basicamente influenciado pela qualidade de relacionamento com o pai. (von FRANZ, s/d.b, 189). Também pode se manifestar sob um aspecto *positivo* e um aspecto *negativo*.

O aspecto negativo pode aparecer em um sonho como, por exemplo, um inquilino clandestino dentro da casa do sonhador, que toma suas decisões, resolve seus interesses independentes do dono da casa. Manifesta-se em sentimentos de “(...) brutalidade, indiferença, tendência à conversa vazia, às idéias silenciosas, obstinadas e más”. (von FRANZ, s/d.b, 193). Gera na mulher ansiedade e idéias obsessivas de que as pessoas amadas estão em perigo, ou em risco iminente.

Quando a mulher que se identifica com o *animus*, ocorre o que JUNG chamava *possessão pelo animus*. Neste caso, a mulher “(...) corre o risco de perder sua feminilidade, sua *persona* adequadamente feminina.” (JUNG, O. C. VII, § 337).

“O *animus* e a *anima* em geral influenciam os bastidores dos relacionamentos amorosos, mas também podem ser identificadas na efeminação de um homem ou na masculinização de uma mulher.” (von FRANZ, 2003, 62).

Se a mulher possuída pelo *animus* se apaixona, ou se interessa por um homem, seu *animus* faz com que ela arruíne o relacionamento. Ela não compreende o que está acontecendo, chega a pensar que sobre ela pesa uma maldição. O *animus* negativo se comporta como um amante ciumento que a quer só para si e a afasta de qualquer outro homem. (von FRANZ, 2001, 165).

Infelizmente, cada vez que uma destas personificações do inconsciente se apodera de nossa mente parece que somos nós mesmos que criamos aquele tipo de pensamentos e sentimentos. O ego se identifica com eles a tal ponto que se torna incapaz de destacá-los e de reconhecê-los exatamente como são. Fica-se de fato “possuído” pelo *personagem* do inconsciente. Só quando cessa este estado de dependência é que se verifica, horrorizado, que se fez e disse coisas diametralmente opostas ao que, na verdade se pensa e sente – isto é, que se foi vítima de um fator de alienação psíquica. (von FRANZ, s/d.b, 193).

Uma das dificuldades do trabalho analítico, segundo a autora, é que “(...) as mulheres percebam a diferença entre o que *elas* pensam e o que *ele* pensa nelas.” (...)

“Como se vê, essa é a essência do que chamamos possessão. Quando está possuída pelo *animus*, a mulher pensa que o *animus* é ela.” (von FRANZ, 2001, 165-6).

As mulheres que não conseguem sair desse estado de possessão “(...) em geral acabam isoladas e amarguradas, mulheres que os homens não podem amar, que não encontram parceiros e vivem em amargo isolamento, quando não em situação ainda pior.” (von FRANZ, 2001, 169).

Porém, como a *anima*, o *animus* não consiste apenas de qualidades negativas. O lado positivo pode “(...) personificar um espírito de iniciativa, coragem, honestidade” (von FRANZ, s/d.b, 195). Se o *animus* não funcionar, a mulher se torna excessivamente passiva, “(...) demasiado exposta às vicissitudes da vida”, não consegue “pegar o próprio destino nas mãos.” (von FRANZ, 2001, 153).

Se a mulher consegue se conscientizar da natureza do *animus* e da influência que exerce em sua vida, e consegue não se deixar possuir por ele, o *animus* lhe permite fazer a ponte com o *Self*, a fonte da sua criatividade pessoal. Além disso, “O *animus* pode tornar-se um companheiro interior preciso que vai contemplá-la com uma série de qualidades masculinas como a iniciativa, a coragem, a objetividade e a sabedoria espiritual.” (von FRANZ, s/d.b, 194).

Também o aspecto positivo do *animus* é a ponte para o *Self*, com a função é a de possibilitar a relação com o inconsciente. O *animus* é o mensageiro do inconsciente para a consciência da mulher, que traz informações preciosas que lhe permitem abrir caminho para uma “atitude intensamente espiritual em relação à vida” e ser capaz de compreender o sentido das manifestações do *Self*. (von FRANZ, s/d.b, 195).

Tal como a *anima*, o *animus* apresenta quatro estágios de desenvolvimento. O primeiro estágio do *animus* é a personificação do poder físico. Manifesta-se, por exemplo, na forma do campeão atlético ou do homem musculoso.

No segundo estágio, o *animus* é pleno de iniciativa e capacidade de planejamento. No estágio seguinte, ele torna-se o “verbo”, aparecendo como professor ou clérigo.

Finalmente, em sua quarta manifestação, é a encarnação do “pensamento”, do “significado”. Nesse quarto estágio, o nível mais elevado, ele se torna - assim como a

anima – “um mediador da experiência religiosa”, que traz novo sentido à vida da mulher. “Dá à mulher força espiritual, e amparo interior que compensa sua delicadeza exterior. Relaciona a mente feminina com a evolução espiritual de sua época.” (von FRANZ, 2001, 151 e s/db, 194).

O *animus* confere à mulher a capacidade de conscientizar-se dos processos básicos de desenvolvimento da sua posição objetiva, tanto cultural quanto pessoal, e encontrar, assim o caminho para uma atitude intensamente espiritual em relação à vida. (von FRANZ, s/db, 195).

2.4. Processo de individuação

O homem tem uma alma e ...
há um tesouro enterrado no campo.
C. G. JUNG, em carta a Eugene Rolfe

JUNG afirma que o “indivíduo é um ser por si só”, ou seja, caracteriza-se por uma originalidade e peculiaridade únicas. Mas, essa individualidade existirá conscientemente só quando houver uma distinção consciente em relação a outros indivíduos. Isso significa que é preciso extrair a individualidade da identidade com o objeto, pois essa é sinônimo de inconsciência. A individualidade consciente necessita de um processo consciente de diferenciação, de individuação. (JUNG, O. C. VI, § 857-8).

No processo de individuação a pessoa trabalha para desenvolver as potencialidades inatas de sua psique, para tornar-se “(...) um ser único, na medida em que por ‘individualidade’ entendermos nossa singularidade mais íntima, última e incomparável, significando também que nos tornamos o nosso próprio Si-mesmo.” (JUNG, O. C. VII, § 266)

O processo de individuação envolve um processo dialético entre o ego - o centro da consciência, e o Si-mesmo - o centro da psique. É o processo psicológico pelo qual o ego toma consciência do Si-mesmo e se relaciona com este; ou o processo pelo qual o ego

individual experimenta uma diferenciação de suas identidades coletivas. (EDINGER, 2004, 32)

Todos as pessoas começam identificadas com as outras pessoas com as quais convivem e com o ambiente. É isso que torna a opinião dos outros tão importante para os jovens, pois a psique encontra-se nos outros. O processo de individuação é a coleta dos pedaços de si mesmo projetados no mundo externo e o acolhimento para a unidade continente da psique individual. Ao fazê-lo, o indivíduo se descobre totalmente diferente do outro, discrimina-se da *participation mystique* inicial externa e, ao mesmo tempo, se diferencia dos fatores internos. O indivíduo toma consciência da sombra, e se relaciona com ela sem identificação ou projeções, torna-se ciente da *persona*, do *animus/anima* e do Si-mesmo. (EDINGER, 2004, 34-35)

JUNG usava o Axioma de Maria como uma metáfora para o processo de individuação. O mesmo Axioma através dele exemplificamos como von Franz demonstra a assimilação das funções auxiliares e por último a função inferior. “O um torna-se dois, dois torna-se três, e do três vem o um, como o quatro.” Um corresponde ao estado original da totalidade inconsciente. Dois significa o conflito entre os opostos e conseqüentemente a criação da consciência. Três indica uma resolução potencial; o terceiro é a função transcendente. “Ocorre a cura de uma divisão dupla quando a individuação é alçada: primeiro, a divisão entre consciente e inconsciente que se iniciou por ocasião do nascimento da consciência; em segundo lugar, a divisão entre sujeito e objeto” (EDINGER, 1995, 143) O *um como o* quarto é um estado de consciência transformado, a caminho da completude pela penetração do *Self* na consciência.

O processo de individuação é uma experiência que não se restringe ao contexto da terapia junguiana. A psique pode se valer dos mais diversos meios para confrontar os problemas fundamentais da existência humana, porquanto a individuação pode acontecer em qualquer situação: na análise, na família, no trabalho diário, nas realizações árticas e técnicas. (GUGGENBHÜL-CRAIG, 2004).

Von FRANZ afirmou que a individuação é um caminho para a maturidade seguido naturalmente por muitas pessoas sozinhas ou através do desenvolvimento de valores espirituais tradicionais. O terapeuta “(...) funciona apenas como uma parteira no nascimento

de um processo de crescimento e de tomada de consciência, na direção do qual a própria natureza parece estar labutando por seguir.” (VON FRANZ, 2003, 63) Seu trabalho consiste em assistir à vinda à luz do dia de um processo natural, o processo de penetração no próprio *Self*. (idem , idem, 58)

Apesar de ser uma tendência natural, o processo de individuação está sujeito ao grau de evolução da consciência e às capacidades de adaptação do ego. Por isso, alguns autores junguianos atuais questionam a afirmação de que é um processo natural. Classificam-no em primeiro lugar, como um processo natural que acontece ao longo da vida do indivíduo; em segundo lugar, um processo natural que ocorre na segunda metade da vida; e em terceiro, a individuação é trabalhada e conscientizada por meio da análise.

HANNAH (2003, 146) explica o termo individuação como um “termo geral pelo qual JUNG designa o processo de conhecer a totalidade da psique e destinar para o Si-mesmo a posição central, ao invés de usurpá-la através do ego.”

Von FRANZ (s/db,166) complementa: “O verdadeiro processo de individuação, isto é, a harmonização do consciente com o nosso próprio centro interior (o núcleo psíquico) ou *Self* – em geral começa infligindo uma lesão à personalidade, acompanhada do conseqüente sofrimento”. Este choque inicial é uma espécie de “apelo”, apesar de nem sempre ser reconhecido como tal. Ao contrário, o ego sente-se tolhido nas suas vontades ou desejos e geralmente projeta esta frustração sobre qualquer objeto exterior. “Porque seguir a própria estrela quer dizer isolamento, não saber para onde ir, ter que descobrir um caminho completamente novo para si mesmo em vez de simplesmente seguir o mesmo caminho pisado que todos usam”. (von FRANZ, 2001, 62)

O alvo do processo de individuação é obter uma relação consciente com o Si-mesmo. (EDINGER, 1995, 341). É um processo, não um objetivo a ser alcançado, por isso JUNG adotou o termo Processo de Individuação. Apesar de ser processo, e como tal ter um objetivo sempre buscado mas nunca alcançado, “(...) temos algumas indicações com relação àquilo que esperamos como resultado do encontro consciente do ego com o Si-mesmo.” (EDINGER, 1995, 143). Dirige-se a um estado de “(...) diálogo mais ou menos contínuo entre o ego e o inconsciente”.

O mesmo autor comenta o efeito do processo de individuação em uma pessoa. Para descrevê-lo, baseia-se na descrição de Richard Wilhelm, o tradutor do livro *The I Ching or Book of Changes*, quando comenta sobre o Hexagrama de número 20:

Na natureza também se observa um rigor sagrado e grave que se manifesta na regularidade com que se desenrolam todos os fenômenos. A contemplação do sentido divino subjacente à ocorrência de todos os fenômenos do universo dá, ao homem destinado a liderar os outros, meios pra produzir efeitos semelhantes. Para isso é necessário a concentração interior que a contemplação religiosa desenvolve nos grandes homens, dotados de fé poderosa. Permite-lhes apreender as misteriosas e divinas leis da vida e, através da mais profunda concentração, chegar a exprimir essas leis em si próprios. De sua contemplação emana um poder espiritual oculto, que influencia e domina os homens, sem que eles estejam conscientes de como isso ocorre. (Wilhelm, apud EDINGER, 1995, 151).

Dois perigos acontecem no encontro do ego com o Si-mesmo: a inflação e a alienação.

O estado de inflação se refere à atitude de identificação do ego com o Si-mesmo. “Trata-se de um estágio no qual algo pequeno (o ego) atribui a si qualidades de algo mais amplo (o Si-mesmo) e, portanto, está além das próprias medidas.” (EDINGER, 1995, 27).

“No princípio tudo é Si-mesmo.” (EDINGER, 1995, 27). Isto significa que ego nasce do Si-mesmo, portanto o estado inicial é de identificação do ego com o Si-mesmo. O estado inicial, no nascimento é uma comunhão com o Si-mesmo, com os deuses e com o mundo. Esta identidade leva a pessoa a se pressupor como o centro do universo. (EDINGER, 1995, 34).

O estado de inflação se caracteriza pela *hybris*. Este é um termo grego que remete à “(...) arrogância humana que se apropria daquilo que pertence aos deuses”. Toda *hybris* transcende os limites humanos. (EDINGER, idem, 57). Sempre que alguém esteja transcendendo os limites próprios do ser humano, seu ego está inflacionado.

A *hybris* é “(...) a ausência de *Aidos* diante da presença de algo mais elevado”. *Aidos* significa reverência aos poderes suprapessoais, assim como o sentimento de vergonha quando esses poderes são desacatados.” (EDINGER, idem, 58).

Cita numerosos exemplos de inflação na vida cotidiana: explosões de ira, tentativa de forçar e coagir o ambiente, ânsia de vingança, motivação para o poder, rigidez

intelectual, “(...) a luxúria e todas as operações do puro princípio do prazer”. (...) “Todo desejo que dê à sua própria satisfação um valor central transcende os limites da realidade do ego e, em consequência, assume os atributos dos poderes transpessoais”. (1995, 36-37). Um exemplo cultural de inflação do ego é a negação da morte, dificilmente uma pessoa que não tenha experimentado uma situação de quase morte não seja identificada com esse aspecto da inflação. “Praticamente todos nós, no íntimo, contamos com um resíduo de inflação que se manifesta como ilusão de imortalidade”. (idem, ibidem).

Ocorre também inflação nos casos em que o ego se sente o responsável pelos males do mundo. Nesses casos, fala-se em inflação negativa.

Na alienação, “(...) o ego não só perde a identificação com o Si-mesmo – o que é desejável – como também se desvincula dele – o que é deveras indesejável”. (EDINGER, 1995, 72).

Como se percebe, muitos são os obstáculos e perigos enfrentados durante o desenvolvimento deste processo sempre almejado, mas nunca plenamente alcançado.

2.5. *Tipos psicológicos*

Um dos primeiros livros de JUNG é *Tipos Psicológicos*, no qual procura conhecer o movimento da energia psíquica, ou libido, e compreender o funcionamento da personalidade humana consciente.

A descrição dos tipos psicológicos, afirmou o autor, é produto de quase vinte anos de trabalho na prática psiquiátrica, do relacionamento com as pessoas de todas as camadas sociais, de discussões com amigos e inimigos, “(...) da crítica às minhas próprias idiosincrasias psicológicas”. (JUNG, O. C. VI, 1991, 17).

HANNAH (2003, 140) escreve que JUNG via o livro *Tipos Psicológicos* principalmente como crítica de sua própria particularidade psicológica. A partir do conhecimento das peculiaridades de cada pessoa que auferiu com a descrição dos tipos, foi capaz de “falar” a linguagem de cada tipo. Refere que ele sempre recomendava que os próprios erros deveriam ser a principal preocupação. Cita o que ele disse certa vez quando lhe contava sobre uma discussão que teve com um amigo: “Veja bem, ainda que seja 90% culpa dele e 10% culpa tua, mesmo assim não trará proveito algum examinar os 90% dele, pois você nada pode fazer com eles, mas com os 10% da sua parte você poderá aprender coisas muito valiosas”. (idem, *ibidem*)

JUNG verificou que a pessoa humana apresenta certas estruturas típicas e modalidades de adaptação em formas básicas de atividade psíquica, ou função psicológica. Distinguiu as estruturas em dois tipos gerais de atitudes: **introverso** e **extroverso**; e classificou as modalidades de adaptação de acordo com a direção do interesse em quatro tipos funcionais: duas funções racionais¹³: pensamento e sentimento; e duas irracionais¹⁴: intuição e sensação.

¹³ JUNG (O. C. VI, § 670) denominou as funções pensamento e sentimento de “racionais, ou judicativos, porque se caracterizam pelo primado de funções com julgamento racional.” Para caracterizar estas funções como racionais - mais especificamente o sentimento que a princípio nos deixa em dúvidas - é preciso observar a partir do ponto de vista da psicologia subjetiva do indivíduo, porque só ele conhece seus motivos conscientes, e não de ponto de vista do observador.

¹⁴ JUNG (O. C. VI, § 686-7 e § 867) afirmou: “Irracional. Emprego este conceito não no sentido anti-racional, mas extra-racional, isto é, o que não se pode fundamentar com a razão”, o que não permite considerá-los

As quatro funções são tão indispensáveis quanto os quatro pontos cardeais que permitem a localização geográfica pela latitude e longitude (JUNG, O. C. VI, § 1029), pois “(...) fornecem uma espécie de orientação básica no caos das aparências” (von FRANZ, 2003, 44).

Ao serem combinadas com as atitudes produzem oito tipos: pensamento extrovertido, pensamento introvertido, sentimento extrovertido, sentimento introvertido, sensação extrovertido, e assim por diante. Cada um dos oito tipos, ao desenvolver uma função auxiliar, produz outro tipo diferente, o que resulta em novos oito tipos. Por exemplo: pensamento extrovertido, função auxiliar sensação, ou intuição; e assim por diante.

As atitudes refletem o movimento da libido. Na atitude extrovertida, a libido flui conscientemente na direção do objeto. Trata-se de um movimento positivo do sujeito para com o objeto. Isto significa que, para o extrovertido, o maior interesse vai para o objeto exterior.

De modo geral, “(...) a natureza reflexiva do introvertido leva-o a refletir ou a meditar sempre antes de agir”. (JUNG, O. C. VII, § 80). Em função da desconfiança e timidez diante dos objetos, hesita e sente dificuldades em adaptar-se ao mundo exterior, e em consequência, sua atuação é mais lenta. (JUNG, O. C. VII, § 80).

O extrovertido, ao contrário, tem um relacionamento positivo com o mundo exterior, sente-se como que atraído por ele, “(...) chega a se lançar de corpo e alma em situações novas, só para conhecê-las”. (JUNG, O. C. VII, § 80). Geralmente, age rapidamente, sem hesitações, e depois reflete. Estabelece relacionamentos com facilidade, sente-se à vontade em qualquer situação.

Mas, ao mesmo tempo, ocorre uma reação secreta, inconsciente, a libido avança em sentido contrário, voltada para o sujeito. No introvertido acontece o oposto, a libido se afasta conscientemente do objeto e volta-se na direção do próprio sujeito, enquanto a reação inconsciente dirige-a no sentido do objeto. “(...) a pessoa tem a impressão de que um objeto

“irrazoáveis”. Considerou-os como irracionais porque o fazer e o deixar de fazer se baseiam na força absoluta da percepção e não em julgamentos racionais, isto é, colocam o julgamento abaixo da percepção.

opressor quer constantemente afetá-la, objeto do qual ela deve afastar-se de maneira contínua.” (von FRANZ, 1995, 11).

JUNG (O. C. VII, § 62) descreve as características normais de cada uma das atitudes, e as características de ambas no caso de pessoas neuróticas.

A atitude introvertida, quando normal, caracteriza o indivíduo por “ser hesitante, reflexivo, retraído, que não se abre com facilidade, que se assusta com os objetos e sempre está um pouco na defensiva, gostando de se proteger por trás do escudo de uma observação desconfiada”. (JUNG, O. C. VII, § 62)

A atitude extrovertida, quando normal,

(...) é caracterizada por um ser afável, aparentemente aberto, de boa vontade, que se adapta bem a qualquer situação, se relaciona facilmente com as pessoas e, não raro, se lança despreocupado e confiante em situações desconhecidas sem levar em conta a eventualidade de certos riscos. É evidente que no primeiro caso é o sujeito quem decide e no segundo, o objeto. (JUNG, O. C. VII, § 62)

No caso dos indivíduos neuróticos, a diferenciação das atitudes é mais difícil. Devido à dissociação da personalidade, ora parece introvertido, ora extrovertido, confunde o julgamento. “Por essa mesma razão, é tão difícil conviver com pessoas neuróticas.” (JUNG, O. C. VII, § 62)

O introvertido é reflexivo; o extrovertido, prático. Os tipos opostos, como que por uma espécie de fatalidade, se atraem “(...) mutuamente na forma de um fascínio pleno de admiração (costumam casar-se)”, ou, com frequência, não podem se suportar um ao outro. (von FRANZ, 2003, 48, nota 34).

Se casarem, formam o par ideal. Ambos são “(...) como que criados para uma simbiose.” Combinam maravilhosamente bem, enquanto estiverem absorvidos na luta pela sobrevivência. Todavia, quando esta fase termina, voltam-se um para o outro querendo se entender e só neste momento percebem que nunca houve entendimento entre ambos. “Cada qual fala uma língua diferente” e assim, “(...) se instala a briga entre os dois tipos”. (JUNG, O. C. VII, § 80).

Von FRANZ ilustra com um diagrama o fluxo da libido que representa a diferença entre o introvertido e o extrovertido.



FIGURA 2 - Diagrama da Diferença das Atitudes

Fonte: Von Franz. **A Tipologia de JUNG.** A função inferior. 1995, 11

A consciência é o órgão de orientação “(...) em um mundo de fatos exteriores e interiores” (JUNG, O. C. VIII, § 256) e a orientação se dá através das *funções* da consciência.

Inicialmente, quando estudou as funções, JUNG chegou ao número quatro. Mais tarde ao estudar a estrutura da psique como um todo através da observação dos mitos, dos simbolismos religiosos, do comportamento de seus pacientes psiquiátricos, constatou que a possui uma estrutura quádrupla. Essa descoberta confirmou a sua idéia inicial concebida intuitivamente - e explicou a razão - de as funções serem em número de quatro. (von FRANZ, 1995, 12).

A relação entre a estrutura da consciência e a estrutura do inconsciente se explica porque a consciência se desenvolve, na primeira infância, a partir do inconsciente. O inconsciente é o fato primário, enquanto o consciente é secundário. Isso significa que o inconsciente e a estrutura da personalidade total precedem a consciência. (von FRANZ, 1999, 28).

As funções se desenvolvem, no campo da consciência, originadas da estrutura pré-consciente - o inconsciente. Vêm de baixo para cima, conforme ilustra o diagrama extraído do livro de von FRANZ (1999, 28) reproduzido abaixo.

A estrutura quádrupla da consciência reflete a estrutura quádrupla do inconsciente. “Temos um quatérnio de funções na consciência porque já existe uma tendência inata de formar essa estrutura quádrupla no inconsciente”. (von FRANZ, 1999, 29).

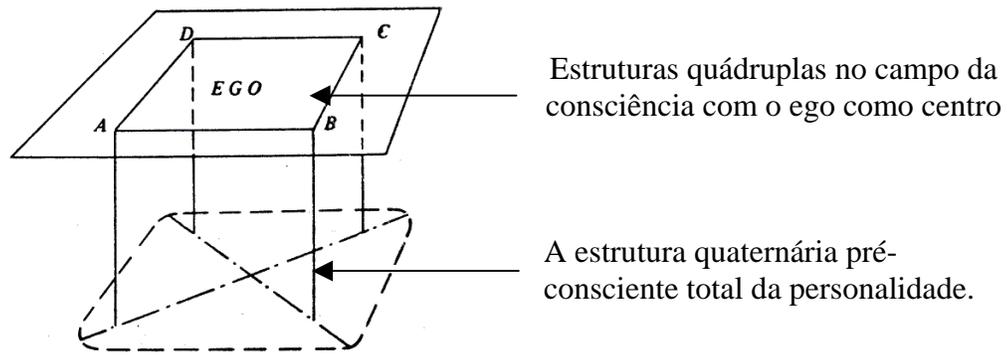


FIGURA 3 - Relação entre a Estrutura do Inconsciente com a Consciência e o Ego

Fonte: Von Franz, Psicoterapia. 29

*As funções são modos de funcionamento da consciência e formam dois pares de opostos entre si. Duas funções racionais: *pensamento* versus *sentimento*; e duas irracionais: *sensação* versus *intuição*.*

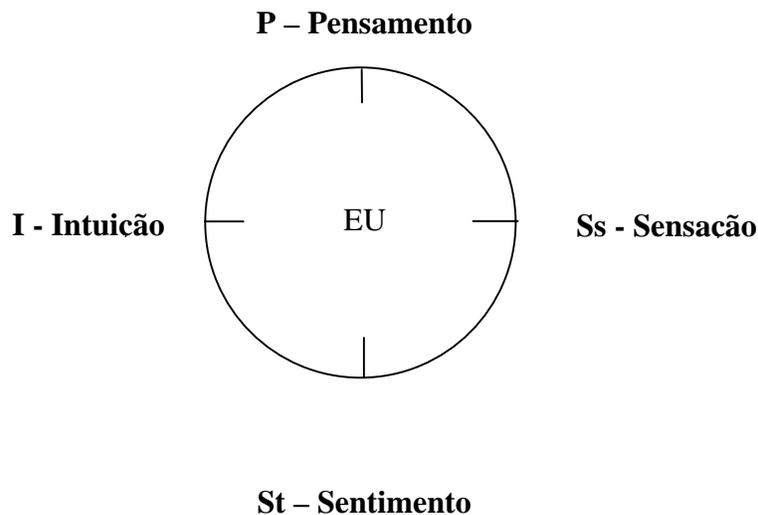


FIGURA 4 - Diagrama das Funções

Fonte: JUNG, O. C. XVIII § 28

A este diagrama, JUNG chama *cruz das funções*, em cujo centro está o eu, dotado de vontade. Por vontade, JUNG entende “(...) a quantidade ou volume de energia psíquica que a consciência do ego pode dispor” (von FRANZ, 2003, 48, nota 31).

As funções psicológicas são dotadas de energia específica, mas acontece com freqüência de funcionarem de modo involuntário.

Não se pode dispor do sentimento ou do pensamento, ou de qualquer das quatro outras funções. Ninguém pode dizer: ‘Eu não quero pensar’ – pensará inevitavelmente. Uma pessoa não pode afirmar: ‘Eu não quero sentir’ – ela sentirá, pois a energia específica particular de cada função tem expressão própria, e não pode ser substituída por outra. (JUNG, O. C. XVIII, § 27).

Mas, as pessoas têm preferências. Cada uma vai se valer de sua função dominante. A função dominante é aquela melhor desenvolvida. É ela que dá às pessoas a sua “espécie particular de psicologia”. (JUNG, O. C. XVIII/I, § 28). Por exemplo, se a função pensamento é particularmente bem desenvolvida em um sujeito, ele vai preferir se adaptar através desta função. A função oposta ao pensamento, sentimento, será sua função indiferenciada, inferior.

A função *sensação*, “(...) antes e acima de tudo constata que algo existe.” (JUNG, O. C. VIII, § 256). JUNG definiu-a “(...) como percepção através da função consciente dos sentidos”. (JUNG, O. C. VI, § 1020). O tipo sensação é “(...) orientado pela realidade que cai sob os sentidos. As funções julgadoras estão subordinadas aos fatos concretos da sensação.” (JUNG, O. C. VIII, § 256).

As percepções sensoriais informam que *algo existe* fora - ou dentro - de nós. Mas não dizem *o que isto é*. Por exemplo, se ouvimos um ruído de natureza desconhecida, só depois de um tempo conseguimos identificá-lo. É a função *pensamento* que permite o reconhecimento. É a ela que diz *o que* a coisa é em si. (JUNG, O. C. VIII, § 288).

A função pensamento “(...) interpreta o que foi percebido”. É esta função que assimila e transforma o objeto da percepção em conteúdos psíquicos. (JUNG, O. C. VIII, § 256). “O pensamento é aquela função psicológica que, de acordo com suas próprias leis, faz a conexão (conceitual) de conteúdos de representação a ele fornecidos.” (JUNG, O. C. VI, § 873).

JUNG distingue entre pensamento ativo e pensamento passivo. No primeiro, os atos de representação são voluntários; no segundo, ocorrem conexões conceituais e formam-se representações, muitas vezes, à revelia da vontade. O pensamento *ativo* corresponde ao que ele considera pensamento *dirigido*; enquanto o pensamento *passivo*, primeiro considerou como *fantasia*, mais tarde, como *intuição*. (JUNG, O. C. VI, § 873).

O mesmo ruído do exemplo anterior pode vir carregado por uma *tonalidade afetiva* especial. O processo de avaliação provoca reações emocionais, agradáveis ou desagradáveis, “(...) e as imagens de recordação assim estimuladas trazem consigo fenômenos emocionais concomitantes denominados tonalidades afetivas”. (JUNG, O. C. VIII, § 291). O processo de avaliar a tonalidade afetiva é o *sentimento*.

A função *sentimento* é a faculdade que constata o *valor* do objeto. “A reação de prazer e desprazer do sentimento corresponde ao máximo grau de subjetivação do objeto. O sentimento coloca o sujeito e o objeto em tão estreita relação, que o sujeito deve escolher entre a aceitação e a recusa.” (JUNG, O. C. VIII, § 256).

Para o tipo sentimento, “(...) o objeto é o determinante indispensável do modo de sentir” (JUNG, O. C. VI, § 663), diferente daqueles que conhecem o sentimento “apenas como estado subjetivo”. (Idem, ibidem). Para o primeiro, “as leis da lógica estão abolidas em favor da intenção do sentimento”. (JUNG, O. C. VI, § 876).

Em síntese, o *pensamento* busca o conhecimento do objeto, fornece-lhe um conceito, um nome. O *sentimento* julga o valor intrínseco deste objeto, informa seu valor, discrimina se agrada ou não. Ambas são funções excludentes, se uma delas for a função principal. Se o pensamento for a função principal, o sentimento será o inferior, e vice-versa.

JUNG definiu *intuição* como percepção através do inconsciente. “Existe algo como uma percepção inconsciente, ou que capta as coisas por vias inconscientes para nós.” (JUNG, O. C. XVIII/I, § 54).

É uma função que compreende o subliminar. (JUNG, O. C. VIII, § 257). “(...) é uma espécie de faculdade mágica, coisa próxima da adivinhação, espécie de faculdade miraculosa.” (Idem, O. C. XVIII/I, § 24). Parece, às vezes, que atua como se não houvesse tempo ou espaço. (JUNG, O. C. XVIII/I, § 54).

“Na intuição, qualquer conteúdo se apresenta como um todo acabado sem que saibamos explicar ou descobrir como este conteúdo chegou a existir. É uma espécie de apreensão instintiva, não importando o conteúdo.” (JUNG, O. C. VIII, § 865).

Pode-se distinguir um tipo intuitivo, afirmou JUNG (O. C. XVIII, § 30), a partir do seu olhar. O intuitivo não se prende à observação dos detalhes, seu olhar cobre a superfície das coisas, globaliza os objetos num todo. “Ele sempre busca apreender a totalidade da situação, e então, repentinamente, qualquer coisa emerge dessa globalização”. (idem, ibidem). Já o tipo *sensação* observa os fatos em sua realidade imediata. As linhas dos seus olhos convergem, fixam-se em determinados pontos.

Sonhos premonitórios, comunicações telepáticas, etc., são intuições. A intuição é uma função normal, natural e até certo ponto necessária,

(...) pois nos coloca em contato com o que não podemos perceber, pensar ou sentir, devido a uma falta de manifestação concreta. Vejamos: o passado já não existe e a realidade do futuro não é tão manifesta quanto o possamos imaginar; aí está por que devemos agradecer

aos deuses pela existência de uma função que nos esclarece um pouco sobre coisas que se escondem por trás das esquinas¹⁵. (JUNG, O. C. XVIII/I, § 26).

Resumindo:

O processo da *sensação* constata essencialmente que algo existe; o *pensamento* vai dizer o que significa; o *sentimento*, qual o valor dele; e a *intuição* é suposição e pressentimento sobre o ‘de onde’ e ‘para onde’. (JUNG, O. C. VI, § 1054). Ou expresso diferente: A *sensação* constata o que realmente está presente. O *pensamento* nos permite conhecer o que significa este presente; o *sentimento*, qual o seu valor; a *intuição*, finalmente, aponta as possibilidades de ‘onde’ e ‘para onde’ que estão contidas neste presente. (Idem, O. C. VI, § 1029).

Devido às exigências sociais, ninguém consegue desenvolver todas as suas funções psicológicas no mesmo grau. Todos desenvolvem e diferenciam melhor uma das funções na qual tendem a se apoiar para se adaptar. “Mostra a experiência ser quase impossível – devido à adversidade das circunstâncias em geral – alguém desenvolver ao mesmo tempo todas as suas funções psicológicas” (JUNG, O. C. VI, § 812).

Mas um camponês, por exemplo, será menos unilateral que um habitante da cidade. “Em situações naturais, as coisas são ordenadas de tal forma que até certo ponto devem-se usar todas as funções. É por isso que as pessoas que vivem em condições naturais quase nunca se tornam tão unilaterais.” (von FRANZ, 1995, 37).

A partir do desenvolvimento de determinada função em detrimento da outra decorrem os tipos psicológicos. A diferenciação dos tipos ocorre logo na primeira infância. Sofre influências tanto dos antecedentes biológicos (JUNG, O. C. VI, § 623) quanto do ambiente (von FRANZ, 1995, 14). “Havendo total igualdade das condições externas, deve-se atribuir, em última análise, à disposição individual que uma criança assumirá este tipo e outra, aquele”. (Idem, O. C. VI, § 624).

A função mais desenvolvida JUNG denominou *Função Principal*, representada na parte superior da cruz das funções no diagrama acima. Junto com a função consciente principal, todos os tipos possuem uma função auxiliar, ou secundária. Isto significa que

¹⁵ Von FRANZ (2003, 56) afirmou que Jung, sem sombra de dúvida, era introvertido.

uma segunda e até uma terceira funções se desenvolvem – as funções à direita e à esquerda da função principal no diagrama das funções. Algumas pessoas têm duas funções bem desenvolvidas e outras duas pouco desenvolvidas.

A função auxiliar, ou secundária, é de natureza diferente mas não oposta à principal. O tipo pensamento, por exemplo, como função principal pode desenvolver a função intuição ou a sensação como secundária, mas nunca o sentimento. Depois ele passa ao oposto da primeira função secundária escolhida. Por último, à função inferior.

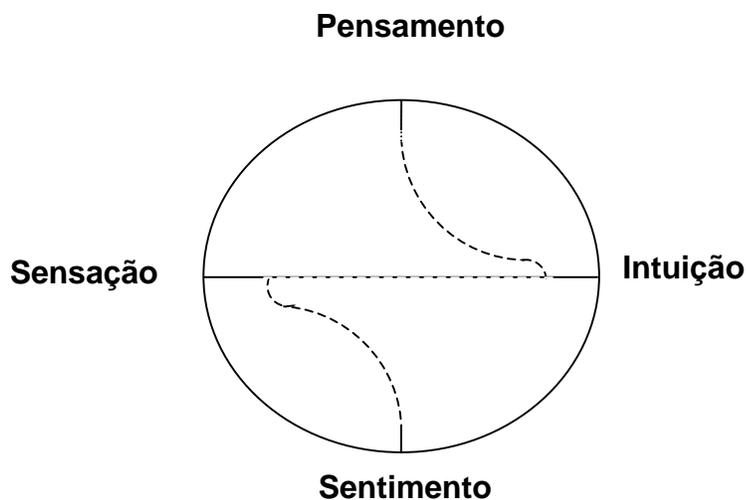


FIGURA 5 - Diagrama Exemplificando o Caminho para a Função Inferior

Fonte: von Franz, no livro Psicoterapia, 50

Observe a figura, apresentada por von FRANZ (1999), para explicar o caminho trilhado até se chegar à função inferior.

Se você for um tipo pensamento, pode ir primeiro ou para a sensação ou para a intuição; essa é sua escolha, naturalmente influenciada pela disposição. Depois você se desloca para a função secundária oposta e, finalmente, para a inferior, mas você não pode atravessar diretamente para a função oposta. A razão é muito simples: elas se excluem mutuamente de um modo completo; são incompatíveis. (...) depois de combinar os outros dois com facilidade, de modo que no salto de uma função auxiliar para a outra não sofreremos tanto

quanto se tivéssemos que saltar para a função oposta, porque, quando temos que nos deslocar da intuição para a sensação, ainda podemos usar nossa antiga função pensamento como juiz, e quando a intuição e a sensação brigam loucamente podemos nos afastar dessa luta através do pensamento. (von FRANZ, 1999, 47-48).

A quarta função, no caso o sentimento - representada em oposição à função principal no diagrama das funções - permanece inconsciente, razão pela qual JUNG a denominou *função inferior*. “Aqui a luz da consciência torna-se crepúsculo”. (von FRANZ, 2003, 44).

JUNG usa o mesmo exemplo do tipo pensamento como função principal e sentimento como função inferior quando afirma:

Tanto a intuição quanto a sensação não se contrapõem ao pensamento, isto é, não precisam absolutamente ser excluídas, pois não são de essência inversamente semelhante à do pensamento, como é o caso do sentimento; este, na qualidade de função judicativa, faz verdadeira concorrência ao pensamento, enquanto aquelas são funções perceptivas que trazem ajuda benfazeja ao pensamento. (JUNG, O. C. VI, § 737).

Afirmar que o tipo pensamento como função superior possui o sentimento como função inferior não significa dizer que este indivíduo não tenha sentimentos, nem que o tipo sentimento não saiba pensar, mas sim que “(...) a quarta função é primitiva, espontaneamente arbitrária, intensa, indisciplinada e arcaica”. (von FRANZ, 2003, 48, nota 34).

A quarta função se comporta como o tipo oposto da atitude. Por exemplo, o sentimento de um tipo pensamento introvertido se comporta de forma extrovertida e é autônomo, quer dizer, não é o sujeito quem controla seu sentimento, ao contrário, é controlado pelo próprio sentimento. O tipo pensamento, com frequência, se apaixona por uma pessoa totalmente inadequada por causa de sua função inferior.

Se já tiver desenvolvido a sensação, que implica certo senso da realidade, e alguma intuição – a capacidade de sentir o cheiro de um canalha –, ele não perderá completamente a cabeça. Mas se for um tipo pensamento unilateral, e apaixonar-se pela pessoa inadequada e não tiver nenhum senso da realidade e nenhuma intuição, o que irá acontecer está maravilhosamente retratado no filme *The Blue Angel*, no qual o professor se torna um palhaço de circo a serviço de uma aventureira, porque não existiam campos intermediários

nos quais ele pudesse se amparar – é simplesmente derrubado pela função inferior. (von FRANZ, 1999, 49).

A quarta função é sempre dirigida para o inconsciente, quer apareça no interior (para o extrovertido) ou no exterior (para o introvertido) e por isso forma a ponte para o inconsciente. (von FRANZ, 1999, 34). Aliás, a pessoa não chega a distinguir entre fenômeno interno ou externo enquanto a consciência não fizer a discriminação.

No seu inconsciente também não se distinguem mundo interior e mundo exterior. Só o que se tornou conteúdo da consciência é caracterizado como fenômeno interno ou externo, isto é, ou como um estado percebido introspectivamente, por exemplo, a intensidade de uma emoção, ou como um acontecimento ou objeto ‘externo’. Porém, todo o resto, do qual não temos consciência, permanece de uma forma ou de outra indistinguível na torrente de acontecimentos da vida. (von FRANZ, 1997, 26).

A quarta função não é adaptada à sociedade e tem como característica a sensibilidade, a tirania e a lentidão. Sua suscetibilidade se relaciona com a inadaptação e primitivismo. A mais leve crítica à função inferior faz com que a pessoa se sinta agredida e insegura. É difícil suportar a crítica, pois “(...) os pontos dolorosos geralmente estão ligados” a ela. (von FRANZ, 1995, 22-24).

Uma grande quantidade de emoção está ligada à sua manifestação, o que a faz lenta. “É preciso muito tempo para assimilar a função inferior ou deixar que ela se manifeste”. Se um tipo pensamento quiser entender seus sentimentos, levará muito tempo meditando para *sentir o que está sentindo*. (von FRANZ, 1999, 57).

Muitos dos problemas sociais são projeção da função inferior.

Existe então a obrigação social de trabalharmos nossa quarta função, porque isso nos torna uma pessoa menos perigosa, pois é a soma de indivíduos perigosamente divididos que dá origem às guerras e às explosões sociais. A propaganda sempre tenta despertar isso.

Alguém que pratique um tipo baixo de propaganda saberia que não é através de palavras razoáveis que atingimos as massas e sim, despertando a emoção, e a emoção pode ser despertada em todo mundo ao mesmo tempo, se fizermos ascender a função inferior, porque essa é a função emocional. Por conseguinte, quando nos dirigimos a intelectuais, devemos despertar sentimentos primitivos! (...) Quando sente o lado inferior, ele sabe que é ali que estão os complexos e ali que está o ouro, e que deve argumentar de forma primitiva e emocional, da maneira como a função inferior argumentaria. (von FRANZ, 1999, 73-74).

Porém, o aspecto negativo não é a única característica da função inferior. Pelo fato de estar vinculada a uma considerável carga emotiva, apresenta a vantagem de trazer novo alento quando a função superior se desgasta.

JUNG se refere a uma degeneração neurótica provocada pelo exagero da função superior: “(...) não há depressão afetiva palpável, mas apenas um mal-estar genérico surdo, incompreensível, uma sensação de resistência contra tudo e contra todos, uma espécie de tédio ou de vaga repugnância, ou um vazio indefinível mas pertinaz.” (JUNG, O. C. VIII, § 169).

Neste caso, se a pessoa consegue desenvolver a função inferior redescobre um novo potencial de vida. É como se redescobrisse o mundo através dela, efetua uma mudança radical em sua estrutura de personalidade. “Tudo na esfera da função inferior se torna estimulante, dramático, repleto de possibilidades positivas e negativas.” (von FRANZ, 1999, 60).

Mas é impossível desenvolvê-la como se desenvolvem as funções auxiliares. “Não se pode elevar a quarta função pois ela insiste em permanecer embaixo. Está contaminada pelo inconsciente e persiste nessa condição. Tentar pescá-la é como tentar trazer para o consciente todo o inconsciente coletivo, o que simplesmente não pode ser.” (von FRANZ, 1995, 33).

A solução para conseguir desenvolvê-la é ter a humildade de descer com as outras funções para o nível inferior. Significa sacrificar a superioridade da função principal e das funções auxiliares.

Essa conduta produz então um estágio entre as duas camadas, mais ou menos no nível em que nada é pensamento, sentimento, percepção ou intuição. Surge algo novo, isto é uma atitude completamente diferente e inédita em relação à vida, na qual se usam todas e nenhuma das funções durante todo o tempo. (JUNG)

Von FRANZ (1999, 66) remete à referência que JUNG fazia ao ditado de uma lendária autora alquimista, Maria Profetisa, ao se referir ao processo de desenvolvimento da quarta função:

‘O um se torna dois, o dois se torna três, e do terceiro surge o quarto como o um’. O um se torna dois, ou seja, primeiro assimilamos a função principal, depois a primeira auxiliar. Significa que primeiro temos uma função e depois duas, e depois disso assimilamos uma terceira, e assim o dois se torna três. Mas o passo seguinte não consiste em apenas adicionar outra unidade – continuando a contar um, dois três e depois acrescentando outra unidade, que totalizaria quatro -, mas agora um processo muito complicado tem início: a saber, ‘do terceiro surge o quarto como o um’, pois a partir do terceiro recuamos em direção ao um, de modo que o um retorna como o quatro. (von FRANZ, 1999, 66-67).

A mesma autora cita ainda que certa vez, em conversa particular, JUNG falou-lhe que “(...) não existe um quatro na camada superior.” Segue explicando o processo:

Podemos ilustrar o que se passa da seguinte maneira: temos um rato, um gato, um cachorro e um leão. Podemos fazer com que os três primeiros *animais* fiquem nossos amigos se os tratarmos bem. Mas o leão se recusa a ser acrescentado como o quatro e devorará os outros, de modo que, no final, só restará um *animal*. É isso que a função inferior faz: quando ascende, *ela* devora o restante da personalidade, e é por isso que o quarto se torna o *um*, por não ser mais o quarto, só resta o um – um completo fenômeno vital psíquico e não mais uma função. (von FRANZ, 1999, 67).

A pessoa que conseguiu fazer o sacrifício das três funções em favor da função inferior não estará mais presa a nenhuma delas. Deixará de estar possuída pela sua linha de pensamento, por exemplo, como as pessoas que têm um problema e não conseguem parar de pensar a respeito dele. “É difícil dar exemplos, porque existem poucas pessoas que alcançaram esse estágio, mas existem descrições muito boas do desapego com relação às funções conscientes em certos exemplos zen budistas.” (von FRANZ, 1999, 70-71)

Um bom exemplo é o próprio JUNG que conseguiu desenvolver todas as funções. O resultado deste desenvolvimento se manifestava, conforme descreve Barbara HANNAH (2003, 245), inclusive em sua forma de comunicação: “Ele escrevia e falava a partir de sua totalidade, em que todas as quatro funções (pensamento, sentimento, sensação e intuição) se encaixavam naturalmente (...)”. Seus escritos privilegiavam tanto os elementos racionais quanto os irracionais.

Usa o termo “duplo assoalho”. “Era assim que JUNG se referia ao processo em que ele sempre permitia que o inconsciente se expressasse também, lado a lado com a

contribuição racional consciente, de modo a permitir a justa participação do aspecto irracional e de sentimento em seus escritos.” (HANNAH, 2003, 353, nota 17).

Esse “duplo assoalho”, infelizmente, se perde bastante para quem não lê seus trabalhos no original, para quem precisa fazer uso de traduções. Mas mesmo lendo as traduções, é possível experienciar a influência causada por diversas funções concomitantemente.

JUNG (O. C. XVIII/I, § 321) recomendava aos analistas: “(...) sempre responder às pessoas através de sua função principal, pois caso contrário não se estabelecerá o contato”. Eis porque a prescrição dele sobre o aperfeiçoamento da própria personalidade, sobre o desenvolvimento e diferenciação das funções que precisam de formação. É condição essencial para o analista levar adiante a sua proposta de trabalhar com o outro.

2.6. A análise, sob o ponto de vista de C. G. JUNG

*Apelar para a razão seria muito bom, se, por sua natureza,
o homem fosse um animal racional.
Mas acontece que ele não é. Muito pelo contrário:
ele é, no mínimo, tão irracional quanto racional.*

C. G. JUNG. O. C. XVI, § 178

Descrevo a seguir a análise na psicologia analítica por ser este processo o objeto da supervisão. É com base na teoria junguiana e orientado por sua equação pessoal que o analista conduz a análise do paciente e da mesma forma procede o supervisor.

O ser humano, afirmava JUNG, não precisa ser perfeito, precisa sim ser completo; e a totalidade, a plenitude da vida exige um equilíbrio entre sofrimento e alegria. Buscava para si mesmo e para seus analisandos “(...) a sabedoria que vem da plenitude da vida vivida com devoção” (von FRANZ, 2003, 95). Gostava de citar de Tomás de Kempis, segundo quem “(...) o sofrimento é o cavalo que nos leva com mais rapidez à plenitude” (idem, ibidem, 95).

Colocava, então, como meta da psicoterapia a busca da completude na qual está implícito o equilíbrio. “O objetivo mais nobre da psicoterapia não é colocar o paciente num estado impossível de felicidade, mas sim possibilitar que adquira firmeza e paciência filosóficas para suportar o sofrimento.” (JUNG, O. C. XVI, § 185).

JUNG (Idem, § 212) percebia a psicoterapia como o “tratamento da alma”, e a alma como um todo, no qual tudo depende de tudo, como “(...) a matriz de toda ação, e conseqüentemente, de todos os acontecimentos determinados pela vontade dos homens”.

O padecimento vem da alma, de suas funções mais complexas e profundas, que mal ousamos incluir no campo da medicina. Nesses casos, o médico precisa ser psicólogo, isto é, um conhecedor da alma humana. (JUNG, O. C. VII, § 1).

O médico não se defronta com um campo delimitado da doença, mas com uma pessoa doente. Esta não está doente por causa de um único mecanismo ou de um foco isolado de doença, mas no todo de sua personalidade. (...) A personalidade do doente exige

a presença da personalidade do médico e não de artifícios técnicos. (JUNG, O. C. X, § 338).

A psicoterapia “nasceu coagida pela experiência” e seus procedimentos têm origem na “prática e improvisação”. Hoje dispõe de uma infinidade de métodos, regras, prescrições, maneiras de ver, e doutrinas (JUNG, O. C. XVI, § 175 e 198). A história forçosamente demonstrou que “(...) não se pode tratar da psique, sem mexer no todo, isto é, no último e no mais profundo.” (Idem, *ibidem*, § 175).

O método que JUNG preconizava para o trabalho terapêutico, ou melhor, o procedimento que recomendava, é o dialético, “(...) isto é, um diálogo ou discussão entre duas pessoas” (JUNG, O. C. XVI, § 1). “Freqüentemente as neuroses e estados-psicóticos-limite de gente complicada e inteligente têm que ser tratados através de uma psicoterapia profunda, ou seja, do método dialético”. (Idem, *Ibidem*, § 240).

Por procedimento dialético, compreendia o oposto de um método aplicável a todos os pacientes de maneira estereotipada. Compreendia-o como um procedimento que consiste numa interação entre dois sistemas psíquicos cujas trocas geram o surgimento de novas sínteses, em ambos. (JUNG, O. C. XVI, § 1). “O encontro de duas personalidades é como a mistura de duas substâncias químicas diferentes: no caso de se dar uma reação, ambas se transformam.” (JUNG, O. C. XVI, § 163).

O procedimento dialético implica em uma série de responsabilidades, principalmente de caráter ético, a serem assumidas pelo terapeuta. Em primeiro lugar, precisa renunciar à superioridade perante o paciente e à vontade de influenciá-lo, pois as averiguações de ambos serão confrontadas durante o processo terapêutico. (JUNG, O. C. XVI, § 2). Precisa também se libertar “(...) ao máximo dos pressupostos, não só dos subjetivos, como também dos baseados na nossa visão de mundo.” (JUNG, O. C. XVI, § 240). Como conseqüência, será capaz de deixar que o paciente apresente o seu material, livre dos pressupostos do terapeuta. (JUNG, O. C. XVI, § 2).

Por ser um método no qual o terapeuta vivencia junto com o paciente um processo evolutivo pessoal, a responsabilidade ética do terapeuta incide, com muita ênfase, em sua

própria estrutura psíquica. Além disso, o procedimento dialético requer conhecimentos em diversas áreas para que se qualifique para tal empreendimento.

O perfil do terapeuta clínico em psicologia analítica, em função do método dialético, é um assunto complexo que merece ser discutido com mais profundidade neste mesmo capítulo, mais à frente.

A evolução histórica dos métodos psicoterapêuticos demonstrou que não existe um único caminho. A psique possui uma multiplicidade de estratificações e a variedade do ser humano corresponde ao número de pessoas existentes – cada ser humano é um ser diferente do outro, por isso a psicoterapia também requer “uma variedade de pontos de vista e métodos, para que a diversidade das disposições psíquicas seja satisfeita.” (JUNG, O. C. XVI, § 11).

JUNG acreditava não existir um único caminho, mas, se o terapeuta conseguisse encontrar *o caminho* sempre haveria chance de o paciente conseguir resolver o seu problema. “No meu trabalho, sempre mantive a convicção, talvez por causa do meu temperamento, de que no fundo não há problemas insolúveis. Até agora a experiência confirmou as expectativas.” (JUNG, O. C. XIII, § 17)

De forma esquemática, JUNG adota uma construção do processo terapêutico em vários níveis, determinada pelas circunstâncias de cada indivíduo. Esta construção corresponde à aplicação criteriosa dos métodos psicoterapêuticos desenvolvidas no decorrer da história da psicoterapia - desde que se constatou que existe um inconsciente que influencia a consciência - adequados às especificidades de cada paciente.

JUNG não descarta os primeiros métodos adotados pela psicologia, nem os considera como inverídicos ou inúteis; ao contrário, reconhece seu valor e aplicabilidade ainda nos dias de hoje. Percebe a analogia entre eles e a forma que os antigos prestavam uma “cuidadosa consideração” à psique e os adota à medida que forem adequados a determinadas circunstâncias.

Há casos simples que necessitam de uma dose de *senso comum* ou de conselho, a maioria das vezes, em uma só consulta. É a chamada *psicoterapia de apoio*, na qual uma

sugestão, um bom conselho ou esclarecimento, adequados, pode ser suficiente. (JUNG, O. C. XVI, § 240).

Porém os conhecimentos demonstram que a influência autoritária é um fator de cura importante mas não o único, na maior parte das vezes, o tratamento psicoterapêutico é muito mais complexo. (JUNG, O. C. XVI, § 24, 28-29).

JUNG nunca adotou expressamente um método ou técnica terapêutica esquemática, mas, por questões didáticas descreve quatro estágios característicos do processo analítico: *confissão, elucidação, educação e transformação*. (von FRANZ, 2003, 59). No entanto, ao apresentar estas quatro etapas, ressalta que o faz com reserva expressa pois considera esta divisão perigosa. (JUNG, O. C. XVI, § 122).

Perigosa porque dá margem a entender a análise de forma rígida, com uma seqüência linear. E não é este o caso. Por exemplo, determinado indivíduo pode estar vivenciando o estágio da transformação e precisar viver um processo de catarse. O processo terapêutico não é rígido e não pode ser colocado dentro de uma receita formal. Por isso considera a divisão em quatro estágios um empreendimento não definitivo, mas provisório.

De modo geral, a psicoterapia inicia com a *catarse* ou *confissão*. A mesma confissão que está nas origens do tratamento analítico da alma desde as religiões da Antigüidade até a continuação histórica dessas práticas na Igreja Católica, através do modelo do sacramento da confissão. “O que é oculto é segredo. O possuir um segredo tem o mesmo efeito do veneno, de um veneno psíquico que torna o portador do segredo estranho à comunidade.” (JUNG, O. C. XVI, § 124).

O que é oculto é segredo e possuir um segredo tem o mesmo efeito do veneno. Quando o conteúdo secreto é oculto até do próprio indivíduo, separa-se da consciência na forma de um complexo autônomo e forma como que uma pequena psique fechada, cuja fantasia desenvolve atividade própria. Dessa forma, atua como fator de isolamento e perturbação e provoca sentimento de culpa. (Idem, *ibidem*, § 123-130). Segredo e contenção são danos, aos quais a natureza reage por meio da doença.

O primeiro estágio - confissão - serve como catarse, ou purificação, por integrar o complexo isolado trazendo à consciência os aspectos sombrios da personalidade. “O

próprio nome escolhido para o primeiro método - *catarse* = purificação - é um conceito corrente nas iniciações da antiguidade. O método catártico original consiste essencialmente em transferir o doente ao fundo mais profundo de sua consciência (...). (JUNG, O. C. XVI, § 134).

Assim como um segredo inconsciente prejudica porque “(...) atua como pecado ou culpa” independente de ser considerado como tal do ponto de vista da moral convencional; também o afeto contido, oculto de si mesmo, atua como fator de isolamento e perturbação e provoca sentimento de culpa, e é tão lesivo quanto o segredo pessoal. (JUNG, O. C. XVI, § 130). Segredo, ou afeto, provavelmente condicionam formas diferentes de neurose. A histeria se baseia no segredo; ao passo que “(...) o psicastênico obstinado sofre de indigestão emocional”. (JUNG, O. C. XVI, § 131).

O método catártico visa a *confissão completa*: a constatação intelectual e também a liberação dos afetos contidos, isto é, a constatação dos fatos pelo coração. “Pela confissão lanço-me novamente nos braços da humanidade, livre do peso do exílio moral.” (JUNG, O. C. XVI, § 134).

A importância da confissão sincera e verdadeira, diferente da confissão ritual, é explicada pela “(...) consciência da humanidade que pune sensivelmente todos os que (...) não confessaram sua falibilidade humana. Se não o fizerem, um muro intransponível segrega-los-á, impedindo-os de se sentirem vivos, de se sentirem homens no meio de outros homens.” (JUNG, O. C. XVI, § 132).

JUNG reconheceu o valor da confissão, o seu enorme feito, e reconheceu também suas limitações. “As curas são surpreendentemente freqüentes” (JUNG, O. C. XVI, § 134), principalmente em pessoas de índole ingênua. Mas, muitas vezes a *catarse* não é suficiente, “(...) se tivesse dado provas de ser o remédio universal”, poder-se-ia parar por aí.

A cura nem sempre ocorre neste estágio por duas razões: algumas pessoas estão muito ancoradas no consciente e não aceitam uma aproximação com o inconsciente. Noutros casos, regredem a uma dependência infantil do médico, ou do próprio inconsciente, é quando ocorre a chamada *transferência*.

A transferência é a projeção de conteúdos inconscientes. Tem origem, na maioria dos casos em fantasias inconscientes. Essas fantasias são conteúdos inconscientes que, segundo JUNG, em “muitíssimos casos nunca foram conteúdos conscientes, ou então pelo menos, nunca foram mais do que vestígios imperceptíveis de consciência, (...) até o momento em que elas foram praticamente arrastadas para a luz do dia pelo método analítico.” (Idem, *ibidem*, § 140).

Estes casos de transferência - os que são refratários à catarse e regridem a uma dependência infantil do próprio inconsciente, e os que pela catarse estabelecem uma transferência com o terapeuta - exigem esclarecimentos, precisam ser interpretados. Trata-se do segundo estágio, o *esclarecimento*.

Na transferência, primeiro são projetados os conteúdos do inconsciente pessoal, “(...) os conteúdos chamados superficiais do inconsciente”, reconhecidos através de sonhos, sintomas e fantasias. (JUNG, O. C VII, § 96).

Seu esclarecimento começa “(...) nas fixações, como FREUD o percebeu muito acertadamente” (Idem, *ibidem*, §139). Como a dependência, em relação ao terapeuta ou ao próprio inconsciente, se processa fora da consciência, o paciente nada tem a declarar a respeito. É preciso apelar para o inconsciente a fim de resolver a questão dos conteúdos da transferência.

Para tornar conscientes estes conteúdos, JUNG, adotava o método *sintético-hermenêutico* para interpretação dos sonhos. (JUNG, O. C. XVI, § 9). A concepção *sintético-hermenêutica*, ou *anagógica*, afirma que as partes da personalidade que se encontram em um estado infantil são suscetíveis de evolução. Essa interpretação é *progressiva*, teleológica e não se preocupa com a origem, com o *por que* de um fato; preocupa-se com o *para que*, com o *objetivo*, ou significado. (JUNG, O. C. XVI, § 9).

A elucidação é a etapa da análise que visa o esclarecimento da transferência, da sua etiologia.

Diante da diversidade de características das pessoas e dos pressupostos que se apresentam para trabalhar na etapa da elucidação, JUNG recomenda que deixe imperar a natureza. JUNG descreve na quinta conferência proferida na Clínica Tavistock, quatro

estágios para o tratamento da transferência e que coincidem com os quatro estágios da análise.

O *primeiro estágio* envolve a conscientização pelo paciente de que ainda percebe o mundo da forma que o fazia quando era criança. Faz projeções e é pleno de expectativas em relação às figuras autoritárias – positivas ou negativas. Precisa assumir as próprias responsabilidades, incorporar à sua própria psique as imagens antes projetadas e descobrir que fazem parte dele próprio. “Da mesma forma, quando projeta um valor negativo, odiando ou execrando o objeto, sem descobrir que vê nele o seu próprio lado negativo, sua sombra, por preferir ter uma opinião otimista e unilateral de si mesmo”. (JUNG, O. C. XVIII/I § 367)

Resolvidas as projeções pessoais e persistindo a transferência, é o caso de passar para discriminação entre conteúdos pessoais e impessoais. É tarefa do *segundo estágio*, o do *esclarecimento*.

Neste caso, JUNG menciona o reconhecimento das *projeções da psique objetiva* - ou inconsciente coletivo - *na figura do analista*. A ligação com o terapeuta, resultante da transferência para o analista da “(...) imagem mnêmica ideo-afetiva do pai” (JUNG, O. C. XVI, § 139), deve ser esclarecida. Em muitos casos, as fantasias incestuosas são conteúdos que nunca antes havia chegado à consciência, ou ainda não têm condições de aflorar, ou seja, são fantasias anteriores às vivências pessoais pois fazem parte da psique objetiva.

O resultado do esclarecimento é a elaboração minuciosa do lado sombrio do homem, porém - adverte JUNG - não se pode pensar que o “luminoso deixa de existir quando explicado pelo seu lado escuro”. (Idem, § 146)

O ato da projeção no analista pode e deve ser dissolvido, porém não o conteúdo. O conteúdo não pode e não consegue, jamais, ser dissolvido, pois pertencem aos elementos estruturais da psique. A razão de serem projetados é serem conteúdos impessoais, não pertencerem à mente subjetiva e precisarem ser localizados fora do eu. “O inconsciente coletivo é um fator muito irracional e nossa consciência racional não lhe pode dizer a aparência que deve tomar.” (JUNG, O. C. XVIII/I § 369).

Se estes elementos irracionais forem abandonados à ação livre e desordenada, podem ser destruidores. “Sua saúde espiritual e psíquica depende da cooperação das imagens impessoais. Essa é a razão principal que o homem sempre teve as suas religiões.” (idem, *ibidem*).

A relação do homem com os arquétipos, em todas as culturas, sempre esteve sob o controle das religiões, que segundo JUNG, são sistemas psicoterapêuticos.

Deus é um agente de cura, é um médico que cura os doentes e trata dos problemas do espírito; faz exatamente o que chamamos de psicoterapia. Não estou fazendo jogo de palavras ao chamar a religião de sistema psicoterapêutico. É o sistema mais elaborado, por trás do qual se esconde uma grande verdade prática. (JUNG, O. C. XVIII/I, § 370).

As imagens arquetípicas são dotadas de “tremenda força dinâmica” e são impossíveis de serem banidas através do raciocínio. Então, neste estágio da terapia da transferência ocorre uma conexão com as profundezas da psique objetiva e o que se faz é “(...) *diferenciar o relacionamento pessoal com o analista dos fatores impessoais*”. (JUNG, O. C. XVIII/1, § 373). Deve haver o reconhecimento das imagens arquetípicas, pois se os elementos do inconsciente coletivo não puderem ser contidos em uma forma religiosa, surgem dificuldades, pois os fatores impessoais não encontrarão receptáculo.

As pessoas defrontam-se com a

(...) necessidade de encontrar um método individual para darem forma às imagens, pois elas têm que tomar forma e viver a vida que lhes é própria, caso contrário o indivíduo é separado da função básica da psique, tornando-se neurótico, desorientado, entrando em conflito consigo mesmo. Mas se ele for capaz de objetivar essas imagens e relacionar-se com elas, estabelecerá o contato com a função psicológica vital, que desde os inícios da consciência foi cuidado pela religião. (JUNG, O. C. XVIII/I, § 378).

No caso de o paciente não possuir uma religião capaz de conter as projeções da psique objetiva, JUNG buscou adotar uma técnica que elaborou para desenvolver as projeções. Trata-se da Imaginação Ativa (detalhada no próximo item).

Após a elaboração da fase do esclarecimento, as idéias que nortearão moralmente o analisando moralmente serão a “adaptar-se normalmente e ter paciência com a própria incapacidade, eliminando as emoções e as ilusões, na medida do possível”. (Idem, § 149)

Isso ocorre no terceiro *estágio* da transferência é a *educação*, cujo objetivo é encaminhar o analisando a levar a uma vida normal, pois pouco lhe adianta saber como e onde se originaram seus males, pois que isto não leva à cura imediata. “O paciente tem que ser literalmente ‘puxado’ para outros caminhos, e isso se consegue apenas através da vontade de se educar” (JUNG, O. C. XVI, § 152).

Citei as etapas seqüencialmente, o que pode sugerir que a Psicologia Analítica avance aos soluços, em um encadeamento rígido. Não é este o caso. Retomo o início, lembrando que JUNG afirmou não existir um único caminho, esta apresentação é uma forma esquemática, porém o procedimento em análise é determinado pelas circunstâncias de cada indivíduo. “A regra fundamental do psicoterapeuta é considerar cada caso como novo e único. Assim se chega mais próximo da verdade”. (JUNG, O. C. X, § 358)

JUNG resume as três das etapas acima, lembrando que não se tratam de “verdades constituídas de tal forma que a última tenha engolido e substituído as anteriores” (JUNG, O. C. XVI, § 159), referem-se mais a aspectos distintos do mesmo problema, sem contradições entre si.

Por estranho que pareça, a cada fase da evolução da nossa psicologia pertence algo de definitivo. Na *catarse*, que faz despejar tudo até o fundo, somos levados a crer: pronto, agora tudo veio à tona, tudo saiu, tudo ficou conhecido, todo medo foi vivido, toda lágrima derramada, daqui para frente tudo vai correr às mil maravilhas. Na fase do *esclarecimento*, diz-se com a mesma convicção: agora sabemos o que provocou a neurose, as reminiscências mais remotas foram desenterradas, as últimas raízes extirpadas, e a transferência nada mais era do que uma fantasia para satisfazer um desejo paradisíaco infantil, ou uma retomada do romance familiar; o caminho para uma vida sem ilusões está desimpedido, aberta a via da normalidade. A *educação* vem por fim, e mostra que uma árvore que cresceu torta não endireita com uma confissão, mas que ela só pode ser apumada pela arte e técnica de um jardineiro. Só agora é que se consegue a adaptação normal. (JUNG, O. C. XVI, § 153).

No entanto, há muitos casos que a etapa da educação não tem sentido. Nos casos em que a natureza do paciente se rebela contra uma solução coletiva, de pessoas normais que

sufrem pelas deformações neuróticas do mundo coletivo, para as quais a busca da normalidade seria “adaptar-se a uma época fora do eixo”. (von FRANZ, 2003, 60).

Nos casos em que os preconceitos gerais herdados e a desorientação na moral e na visão do mundo são as causas dos distúrbios do equilíbrio psíquico (JUNG, O. C. XVI, § 22), a tendência a querer normalizá-los e ajustá-los não teria o menor sentido, pois, “as exigências e necessidades do homem não são iguais para todo mundo. O que para uns é salvação, para outros é prisão. O mesmo acontece com a normalidade e o ajustamento.” (JUNG, O. C. XVI, § 163). Em muitos casos, “ser normal é a meta ideal para os fracassados e todos os que ainda se encontram abaixo do nível de ajustamento” (Idem, *ibidem*, § 161).

Pessoas a quem “a idéia ou a obrigação de não ser mais do que normal, significa o leito de Procusto, isto é, o tédio mortal, insuportável, um inferno estéril, sem esperança” (JUNG, O. C. XVI, § 161) não podem ser tratadas com um método voltado para a normalidade. Ao invés disso, o terapeuta “deve ir ao encontro do paciente com toda a sua personalidade e manter-se aberto às forças irracionais do inconsciente do paciente e do seu próprio inconsciente”. (von FRANZ, 2003, 60). Então, é preciso considerar a necessidade da alma além e acima de se tornar um ser social normalmente ajustado.

Estes casos se referem ao *quarto estágio, transformação*, no qual “o terapeuta deve tratar das pessoas saudáveis mais ou menos da maneira como o guru ou mestre o faz nas culturas orientais”. (von FRANZ, 2003, 60).

Os casos que se enquadram neste estágio, conforme a experiência descrita por JUNG, são os de pessoas que já se submeteram a outras etapas e cujos resultados não foram completamente satisfatórios; casos de pacientes que se submeteram a outras terapias, também com resultados parciais ou negativos, ou que nem chegam a sofrer neuroses clinicamente definidas.

São casos de pessoas doentes devido à falta de *sentido e conteúdo* de suas vidas. E estes se multiplicam num período e num ambiente no qual “a pseudonormalidade do nosso oco e banal racionalismo acadêmico está ganhando força” (von FRANZ, 2003. 60).

Neste ponto termina o tratamento e começa a evolução da personalidade, quando se dá atenção ao desenrolar do processo de individuação. É aqui que inicia a valiosa contribuição de JUNG com um método inovador, o *método sintético-hermenêutico*. “Como se vê, minha contribuição à questão da terapia limita-se, portanto, aos casos em que os resultados obtidos com o tratamento racional não são satisfatórios”. (JUNG, O. C. XVI, § 83).

É o estágio da transformação - parte essencial do processo de individuação - que busca a *objetivação das imagens impessoais*.

Seu objetivo¹⁶ é desprender a consciência do objeto para que o individuo não coloque mais a garantia de sua felicidade ou mesmo de sua vida em fatores externos, quer se trate de pessoas, idéias, ou circunstâncias, mas sim que ele tome consciência de que tudo depende do facto de ele alcançar ou não o tesouro. (JUNG, O. C. XVIII/I, § 377).

Nestes casos, escreve JUNG, a saída é observar os sonhos. Este objetivo não é buscado “(...) por ter uma teoria misteriosa a respeito do sonho, mas porque não tenho outra saída. Por isso é que tento encontrar uma pista nos sonhos”, porque os sonhos indicam ao paciente em que direção aponta o inconsciente. (JUNG, O. C. XVI, § 86).

O estágio no qual a personalidade do paciente começa a emergir, JUNG refere que é possível solicitar maior colaboração do paciente. (JUNG, O. C. XVI, § 43).

O primeiro passo consiste em levar o próprio paciente a interpretar seus sonhos (JUNG, O. C. XVI, § 26). “Proporcione-lhe os conhecimentos psicológicos necessários a esse fim que o libertarão o mais rapidamente possível da autoridade médica” (idem, ibidem, § 43), pois “Enquanto o paciente necessitar a minha ajuda para descobrir os momentos eficazes dos seus sonhos, e eu tiver que me esforçar por mostrar-lhe o sentido geral de seus símbolos, ele ainda não saiu do estado psíquico infantil”. (idem, ibidem, § 101).

Em outro momento afirmou:

¹⁶ Do estágio da transformação

(...) estou convencido de que a verdadeira meta da análise é atingida quando o paciente adquire um conhecimento suficiente dos métodos, mediante os quais poderá ficar em contato com o inconsciente e um saber psicológico satisfatório, que lhe permita compreender razoavelmente o desenvolvimento do seu traçado vital. (JUNG, O. C. VII, 1991, 286)

JUNG se preocupava com a independência dos seus pacientes pois sabia que o processo de individuação jamais chega ao fim, que é uma “(...) meta sempre desejada, porém jamais alcançada”. Por isso, pretendia que a pessoa fosse capaz de, sozinha, fazer o seu caminho.

Jamais análise alguma seria capaz de suprimir definitivamente todas as inconsciências. O que temos que aprender nunca se esgota, e jamais deveríamos esquecer que cada caso novo levanta novos problemas, e vai dar oportunidade para que se constelem pressupostos inconscientes que até então não tinham aflorado. (JUNG, O. C. XVI, § 239).

Além disso, recomendava com ênfase o cuidado pela liberdade do paciente, de o terapeuta não nocauteá-lo com a sua própria personalidade, pois é ele (o paciente) que tem “(...) que travar a sua luta solitária através da vida e ter a capacidade de confiar na sua armadura e talvez em seus objetivos imperfeitos”. Jamais se pode desviar alguém de seu próprio destino. (JUNG, O. C. XVIII/I, § 291-293).

Para isso, o terapeuta deve ir ao encontro do paciente com o coração e com a mente, pois cada ser é um ser único. E a proposta da análise é “(...) educar as pessoas a conseguirem ouvir sua voz interior e a segui-la com o auxílio dos sonhos.” (von FRANZ, 2001, 54).

2.6.1. Análise dos Sonhos

O Artífice dos Sonhos

Uma lenda conta que, depois de haver criado a raça humana, os deuses entraram numa discussão a respeito de onde esconder as respostas para as questões da vida, para que os homens se vissem forçados a procurá-las.

- Podemos escondê-las no topo de uma montanha, eles nunca irão procurar lá – disse um deus.
- Não, disseram os outros, eles logo as encontrarão.
Então outro deus disse:
 - Podemos escondê-las no fundo do mar, eles nunca irão procurar lá.
- Não, disseram os outros, eles logo as encontrarão.
Depois de algum tempo outro deus sugeriu:
 - Devemos colocar as respostas às questões da vida dentro dos homens, eles nunca irão procurar lá.
E assim fizeram.

Extraído do livro *O Caminho dos Sonhos*
Marie-Louise von Franz em conversa com Fraser Boa

Em *Aspectos Gerais da Psicologia do Sonho* (O. C VIII, § 443), JUNG escreve não ser o sonho “(...) como os outros conteúdos da consciência, de uma continuidade claramente discernível, lógica e emocional da experiência, mas o resíduo de uma atividade que se exerce durante o sono”. A origem do sonho fora, mas não totalmente à margem da continuidade da consciência – explica – leva seus conteúdos a uma conexão “mais ou menos frouxa” com a consciência e a contrastar com o pensamento consciente.

Comparando os motivos típicos dos sonhos com os motivos mitológicos, JUNG (O. C. VIII e V) supõe, como Nietzsche, que “(...) o pensamento onírico é uma forma filogenética anterior de nosso pensamento”, e existe, portanto, uma correspondência entre a ontogênese, ou desenvolvimento individual, e a filogênese, ou o desenvolvimento racial do homem, na psicologia.

Há duas formas de pensar, afirma JUNG, o pensar dirigido e o sonhar ou fantasiar. O primeiro é característico da consciência: com elementos lingüísticos; enquanto o sonho e

a fantasia são formas de expressão do inconsciente: um pensamento não-verbal e não-dirigido. (JUNG, O. C. V)

A linguagem utilizada pelo inconsciente é a metáfora do símbolo e expressa que “(...) isto é semelhante a isto, aquilo é semelhante àquilo”. A psique mistura, fia e tece, combina cada coisa com outra coisa. O símbolo é uma analogia - mais uma equivalência que uma equação - e nisso reside a riqueza de significados e também o seu caráter instável. (JUNG, O. C. V)

O pensamento racional visa a adaptação ao mundo externo, enquanto o pensamento mitológico é circular, está relacionado às vivências íntimas, ao equilíbrio interno e não tem o propósito direto de adaptação e satisfação das exigências imediatas do mundo externo.

Quem estiver interessado em conhecer as injunções do próprio inconsciente e em trilhar o caminho da individuação tem, na compreensão do significado dos sonhos, um instrumento útil a seus objetivos, pois o sonho “(...) é uma auto-representação, em forma espontânea e simbólica, da situação atual do inconsciente”. (JUNG, O. C. VIII § 505)

É o ego que permite o ganho de consciência e, portanto, a realização do *Self*. Von Franz compara a totalidade inata da psique a um dom artístico que a pessoa possui. Se o ego dele não tem consciência, o talento não se desenvolve e é como não existisse. Só pode ser trazido à realidade se o ego o notar. (s/d.b, 162)

Sendo o “(...) inconsciente aquilo que não se conhece em determinado momento” (JUNG, O. C. VIII § 469), é necessário agrupar o conjunto de símbolos de analogia aparentemente contraditória para tornar compreensível e com sentido essa parte desconhecida. Tal esclarecimento, obviamente, irá resultar em algo inteligível e conscientizável. Contudo, há que se estar ciente que o ego, aquele que descreve o sonho, é muito menor e não consegue abranger a amplitude do descrito, o inconsciente.

No livro *O Caminho dos Sonhos*, de von FRANZ, ela afirma que os sonhos possuem sabedoria e perspicácia que nos orientam, nos alertam sobre perigos, predizem eventos, mostram onde estamos enganados, propiciam *insights* reveladores e fornecem referência de como encontrar o sentido mais profundo da vida. (...) Eles nunca dizem o que já sabemos, mas o que não sabemos. (von Franz, 2001, 24-28).

JUNG adverte que não se pode interpretar corretamente um sonho simplesmente aplicando as teorias do sonho ou o conhecimento da simbologia. A análise do sonho não é a aplicação de métodos que se aprende mecanicamente, mas implica em conhecimento profundo das concepções analíticas, que só se alcança através da auto análise. (JUNG, O. C. VIII § 498)

Além disso, a tradução do sonho para a linguagem consciente requer a assimilação do contexto, exige “(...) um conhecimento acurado da consciência nesse preciso momento, porque o sonho encerra o seu complemento inconsciente, ou seja, o material constelado no inconsciente em relação com o estado momentâneo da consciência”. Como consequência de tal exigência, precisa também da colaboração do sonhador, a fim de que se possa compreender as coisas ou pessoas do sonho com base nas experiências pessoais do paciente.

2.6.2. Análise das Fantásias - Imaginação Ativa

*Empurra ousadamente a porta
diante da qual todos procuram esquivar-se
Goethe*

Em 1912, JUNG inicia sua “jornada para o além”. Estava com 37 anos de idade, na meia-idade, quando “(...) na hora secreta do meio-dia da vida inverte-se a parábola e nasce a morte”. (JUNG, O. C. VIII § 800)

Vive a experiência de uma jornada ao mundo interior, que em seu livro de Memórias¹⁷, denomina “Confronto com o Inconsciente”. Foi uma experiência que lhe permitiu tão profundo autoconhecimento a ponto de, no final de sua vida, poder afirmar: “Minha vida é a história de um inconsciente que se realizou”, que cumpriu a própria missão. (JUNG, s/d, 19).

Descobriu que “Sob o limiar da consciência, tudo era vivo.” Teve uma série de sonhos e fantasias que muito o impressionaram, além do que ele chamou de “experiência real com o inconsciente”. (JUNG, s/d., 158).

Foi uma experiência que o induziu a pensar que estivesse sofrendo alguma perturbação psíquica. Conta que outros, que se encontraram em situação semelhante, como Nietzsche e Holderlin, sucumbiram durante a jornada. Mas refere que o seu diferencial foi o apoio muito sólido na realidade advindo da relação com sua família, de seu trabalho, e da responsabilidade que sentia perante seus pacientes. “Foi naturalmente uma ironia do destino o fato de eu ter encontrado, como psiquiatra, passo a passo, no curso de minha existência esse material psíquico que fornece as pedras com que se constrói uma psicose e conseqüentemente se encontra nos manicômios”. (JUNG, s/d., 167)

Quando narra suas Memórias assim se refere àquela experiência: “Desde este momento pus-me a serviço da alma. Eu a amei e odiei, mas ela sempre foi a maior riqueza. Devotar-me a ela foi a única possibilidade de suportar minha existência, vivendo-a como

¹⁷ Compilado por Aniela Jaffé

uma relativa totalidade” (JUNG, s/d., 170). Essas experiências o fizeram compreender que o inconsciente encerra vestígios *vivos* de experiências antigas.

A forma que encontrou para lidar, principalmente com as fantasias, e, ao mesmo tempo, permanecer com os pés fincados na realidade foi o que mais tarde chamou de *objetivação das imagens impessoais*. (JUNG, O. C. XVIII/I, § 376).

Aprendeu a deter-se a uma determinada fantasia e, gradualmente, participar ativamente nela. Descobriu que podia conversar com os *personagens* da fantasia e perguntar-lhes o que eles queriam dele. (HANNAH, 2003, 122-125)

O diálogo com as figuras da fantasia requeria um tremendo esforço, pois, conforme relato de JUNG a Bárbara HANNAH, eram semelhantes às figuras autônomas dos sonhos, que facilmente desaparecem ou se transformam em outra coisa. No entanto, se a consciência se concentra nelas o suficiente, é possível retê-las. (Idem, *ibidem*).

JUNG vai fazer deste diálogo com as figuras do inconsciente uma técnica que denomina *Imaginação Ativa*.

O objetivo da imaginação ativa é

(...) desprender a consciência do objeto para que o indivíduo não coloque mais a garantia de sua felicidade ou mesmo de sua vida em fatores externos, quer se trate de pessoas, idéias, ou circunstâncias, mas sim que ele tome consciência de que tudo depende do fato de ele alcançar ou não o tesouro. Se a posse desse tesouro surge ao nível da consciência, então o centro de gravidade passa a estar no indivíduo, e não mais no objeto do qual era dependente. (JUNG, O. C. XVIII/I, § 377).

O tesouro a que JUNG se refere é a integração na consciência do conteúdo do inconsciente que tem necessidade de vir à luz. Uma vez integrado, amplia o campo da consciência, com acréscimo da energia correspondente. Esta energia, no inconsciente, era uma força contrária à consciência, que fazia com que esta não fosse a senhora em seus domínios, que não tivesse autonomia, ou como referiu JUNG, que não fosse o “centro de gravidade”.

A Imaginação Ativa é “(...) uma maneira dialética particular de lidar com o inconsciente” (von FRANZ, 1999, 166), é o “(...) que em alemão chamamos de ‘entender-

se com o inconsciente” (JUNG, Vol. II, 2002, 64). Trata-se de um diálogo entre os *conteúdos objetivados do inconsciente* com a *consciência*. “É uma forma de influenciar o inconsciente” (von FRANZ, 1999, 171). “O resultado é “um produto que foi influenciado tanto pela consciência como pelo inconsciente, produto que corporifica o anseio de luz, por parte do inconsciente, e de substância, por parte da consciência.” (JUNG, O. C. VIII, § 168).

É verdade que a interpretação correta de um sonho, se não for apenas intelectual, provoca uma mudança na personalidade consciente, que por sua vez afeta o inconsciente, mas o efeito da Imaginação Ativa é infinitamente mais poderoso. (...) Entretanto, muito mais importante é o fato de a imaginação tornar possível a completa autonomia do analisando. (von FRANZ, 1999, 171).

Em princípio, a Imaginação Ativa consiste em suspender a faculdade crítica e permitir que emoções, afetos, fantasias, pensamentos obsessivos ou até imagens de sonho desperto emirjam do inconsciente, confrontando-as como se estivessem objetivamente presentes.

HANNAH conta que um dia Marie-Louise von FRANZ chamou a atenção de JUNG para um paralelo da Imaginação Ativa na Odisséia, de Homero. Ele ficou surpreso, pois já havia lido o clássico e não se dera conta da semelhança.

Transcrevo a seguir o relato do episódio da Odisséia, feito por HANNAH (2003, 123) porque ilustra a Imaginação Ativa.

Telêmaco, farto do comportamento dos pretendentes de sua mãe Penélope, parte em busca de seu pai Ulisses, que ainda não havia retornado de Tróia. O segundo local onde procura por ele é em Esparta, terra de Menelau, o qual lhe diz que lhe contará “sem subterfúgios nem reservas, cada palavra que ouvi dos infalíveis lábios do Velho do Mar” (Proteu). Este lhe diz que Menelau deixou Tróia com demasiada pressa, sem prestar os sacrifícios devidos aos deuses, de modo que naquele momento ele se encontrava preso em uma calmaria junto à ilha de Faros, na foz do Nilo. A comida era pouca e Menelau, sabendo que “havia ofendido os imortais” não sabia como reparar seu erro. Certo dia, ao passear pela praia, encontrou-se com a bela Eidotéia, filha de Proteu, o Velho do Mar. Depois de repreendê-lo pela sua falta de iniciativa, ela prometeu contar-lhe tudo o que ele precisava saber.

Eidotéia disse-lhe que a ilha era o covil de Proteu, “que deve lealdade a Poseidon e tudo sabe sobre o mar e suas profundezas” e poderia lhe revelar um modo de superar suas dificuldades, contanto que fosse *forçado* a fazê-lo. Eidotéia explicou-lhe um modo de fazê-

lo e prometeu ajudar Menelau (assim mostrando ser uma figura de *anima* extremamente prestativa). Todos os dias, ao meio-dia, Proteu emergia de “seu sal nativo” e tirava a sesta no abrigo de uma caverna, depois de contar as suas focas da mesma forma que um pastor conta as suas ovelhas. Menelau devia encontrar Eidotéia com os seus três soldados mais valentes na manhã seguinte, quando então ela lhe mostraria como lidar com seu pai.

Na manhã seguinte, os homens encontraram-se com a deusa ao alvorecer. Depois de cavar valas na areia, ela cobriu a cada um deles com o pelo de uma foca recentemente abatida e deu-lhes ambrosia de agradável perfume para que pudessem suportar o cheiro horrível! Logo as focas todas vieram para a praia e deitaram-se ao redor. Ao meio-dia veio Proteu, e depois de inadvertidamente contar os homens junto com o restante das focas, deitou-se e dormiu. Seguindo as instruções de Eidotéia, os quatro homens acordaram Proteu com um grito e seguraram-no com firmeza. Como a deusa havia previsto, Proteu imediatamente iniciou uma série de rápidas transformações: primeiro, em um leão, depois em uma cobra, em uma pantera e em um gigantesco javali. Ele chegou, inclusive, a transformar-se em água corrente e em uma grande árvore copada, até que por fim cansou-se desse “repertório mágico” e, reassumindo sua forma original, começou a falar. Esse foi o momento pelo qual a deusa havia mandado esperar, pois agora ele estava disposto a responder às perguntas. Ele não só instruiu Menelau no sentido de retornar ao Egito e contou como propiciar aos deuses enfurecidos os sacrifícios que anteriormente havia omitido (de modo que então pudesse velejar de volta para casa com uma brisa favorável), como também, para espanto de Telêmaco, sem querer lhe revelou o que havia acontecido com seus compatriotas que ficaram em Tróia, quando ele próprio havia tão apressadamente partido com Helena.

Este relato ilustra a forma de lidar com os *personagens* da psique objetiva, e que é a forma que a Imaginação Ativa funciona. É a participação ativa da consciência nas fantasias, é conversar com os *personagens*, perguntar-lhes (aos *personagens*) o que pretendem, qual o caminho a seguir.

Não é uma tarefa fácil, pois as figuras facilmente se alteram e confundem a pessoa, como no exemplo de Telêmaco, transformam-se ora “(...) em um leão, depois em uma cobra, em uma pantera e em um gigantesco javali”. No entanto, se a consciência concentrar-se o suficiente, é possível.

A Imaginação Ativa procura a união entre conteúdos do inconsciente com conteúdos da consciência, técnica na qual a consciência disponibiliza seus meios de expressão ao inconsciente.

Faz uso de fantasias espontâneas, da seqüência de imagens produzidas por uma concentração intencional em que a pessoa contempla qualquer fragmento de fantasia que lhe pareça significativo até que seu contexto se torne perceptível. Faz uma elaboração da fantasia observando o material adicional que se junta àquele fragmento, de maneira natural.

A Imaginação Ativa procura formar um terceiro elemento, que JUNG chamou de *Função Transcendente*, elemento que é diferente do conteúdo vindo do inconsciente e diferente daquele vindo da consciência, porém com característica de ambos. Isto permitirá à consciência uma mudança em sua atitude, quer dizer, ela acrescentará novos conteúdos que a auxiliarão a se liberar do excesso de unilateralidade.

A Função Transcendente é uma função psíquica que tem sua origem na tensão entre consciente e inconsciente e que mantém a união entre ambos. É a resultante do confronto do ponto de vista do ego com os conteúdos – argumentos e afetos – do inconsciente. A confrontação de ambos gera uma tensão energética que produz um terceiro elemento, algo vivo. Esta tensão provoca a renovação da libido submersa no inconsciente e equivale à “(...) reconquista de vida nova”. (JUNG, O. C. VIII, § 189 e VI, § 469).

A Função Transcendente é necessária porque as pessoas que menos conhecem seu inconsciente são as que mais influência recebem dele, sem tomarem consciência disto. A participação secreta do inconsciente no processo da vida está presente devido à atitude complementar que acontece entre consciente e inconsciente. (JUNG, O. C. VIII, § 132).

A atitude complementar ocorre porque os conteúdos e tendências de ambos raramente estão de acordo. O inconsciente, contém não só passado individual, mas também o passado da espécie humana, herdado pelo indivíduo. Enquanto a consciência é um processo momentâneo de adaptação, cujos conteúdos possuem características determinadas e dirigidas aos próprios objetivos - conscientes, diferente do inconsciente que é o centro e regulador de toda a psique. Os conteúdos inconscientes possuem determinado valor energético, alguns mais fracos outros mais fortes. Os conteúdos mais fracos permanecem no inconsciente, enquanto outros têm forças para chegar à consciência. Porém a consciência, devido à suas funções dirigidas, exerce uma inibição sobre o material incompatível - que FREUD explicou e denominou de censura - e o obriga a mergulhar no inconsciente.

O inconsciente contém todas as “combinações da fantasia” que ainda não ultrapassaram a intensidade suficiente para entrar na consciência, e que almejam alcançar a consciência. “A reunião destes fatos explica a atitude complementar do inconsciente com relação à consciência.” (JUNG, O. C. VIII, § 132).

Diante desta situação, repetindo, a Função Transcendente torna-se imprescindível devido à participação secreta do inconsciente causada pela unilateralidade da consciência.

No processo de confrontação dos conteúdos da consciência com os conteúdos do inconsciente é fácil confundir a Imaginação Ativa com a imaginação passiva, explica von FRANZ, (1999, 167-176). A imaginação passiva se refere àquele “(...) cinema interno que praticamente qualquer pessoa que tenha dom para a fantasia é capaz de desfilas diante da visão interior, quando se encontra em um estado de relaxamento, como, por exemplo, antes de pegar no sono”. Também o diálogo interior dentro de uma situação imaginária é um caso de imaginação passiva, assim como as fantasias de satisfação de desejos, ou aquelas a serviço dos delírios de grandeza.

Em suas *Memórias*, JUNG descreve como, na época do *Confronto com o Inconsciente*, procedia para conseguir objetivar os conteúdos do inconsciente. Abandonava-se às emoções que sentia e anotava as suas próprias fantasias e as condições psíquicas sob as quais elas apareciam.

Ao final daquela experiência, em 1916, JUNG escreve o texto *A Função Transcendente*, no qual explica como fazer:

Deve-se tomar, portanto, o estado afetivo inicial como ponto de partida do procedimento, a fim de que se possa fazer uso da energia que se acha no lugar errado. O indivíduo torna-se consciente do estado de ânimo em que se encontra, nele mergulhando sem reservas e registrando por escrito todas as fantasias e demais associações que lhe ocorrem. (JUNG, O. C. VIII, § 167)

Para apoderar-se das fantasias que o agitavam, JUNG refere que era necessário descer até elas. (JUNG, s/d, 158) Muitas vezes partia da representação de uma descida. “Certa vez fiz várias tentativas antes de penetrar nas profundidades”, escreve ele em suas *Memórias*. (JUNG, s/d, 161)

Isso significa que nem sempre as fantasias aparecem facilmente. Quando ocorre a dificuldade, há que se apelar para a ajuda artificial. (JUNG, O. C. VIII, § 166). Esta ajuda artificial pode consistir na criação de uma imagem para o estado de ânimo experimentado no momento pelo paciente. Também pode ser a criação de um roteiro que dê continuidade a

determinado sonho. Porém, sempre com a recomendação que o paciente encontre o seu próprio caminho, que não se diga a ele como deve proceder.

No início a Imaginação Ativa é difícil e requer bastante esforço. Von FRANZ (1999, 169) afirma que, além do esforço, “(...) raramente pode ser sustentada por mais de 10 ou 15 minutos”. Há, inclusive, muitos casos de analisandos aos quais a Imaginação Ativa não é aconselhável, porque não conseguem superar suas resistências e não devem ser forçados a isso. Nos casos de “psicose latente” e “limítrofes de esquizofrenia” também não é aconselhável, devido à fraqueza do ego. Porém, não é regra, há exceções presenciadas pela autora que aceleraram o processo de cura. (idem, ibidem, 176)

A autora relaciona algumas das dificuldades típicas deste processo:

A primeira é uma espécie de “cãimbra da consciência” que impede o acesso de conteúdos à consciência.

A segunda, aparece como “(...) resistência apática e uma aversão intransponível ou de uma disposição de ânimo negativa interna” (idem, ibidem, 169) seguido pela idéia de que tudo não passa de invenção.

Estas dificuldades são superadas pela paciência ou a coragem de ser objetivo. Mas a autora sugere que a melhor maneira de lidar com a dúvida é expressá-la, considerar que pode não ser real, mas que no momento, se seguirá adiante.

Para constatar se uma Imaginação Ativa é verdadeira observa-se seus efeitos. Estes são imediatamente perceptíveis, no sentido positivo ou negativo. O efeito é negativo quando utilizado sem a supervisão de um terapeuta experiente, pois, segundo JUNG, pode trazer psicoses latentes a ponto de uma explosão. Outro perigo, quando não for bem utilizada, é o surgimento de sintomas somáticos. Algumas vezes os sonhos denunciam quando não está sendo levada a efeito de maneira correta.

Porém, estas dificuldades são típicas dos neófitos. Com a prática, se torna um processo natural e fácil de ser acessado. JUNG escreveu, no final de sua vida, que nem precisava mais recorrer à técnica. “As idéias são, agora, para mim, imediatamente conscientes, pois aprendi a aceitar e compreender os conteúdos do inconsciente.” (JUNG, s/d., 166).

Baseada em sua experiência, von FRANZ (1999, 184-198) descreve quatro etapas para que uma pessoa consiga realizar a “(...) verdadeira imaginação ativa”:

Esvaziar a consciência, isto é, livrar-se do fluxo de pensamentos e fantasias do ego. Esta fase pode ser auxiliada pelas técnicas orientais de meditação.

Permitir o acesso de uma imagem de fantasia ao “(...) campo da percepção interior”. Nesta fase, diferente das técnicas orientais que ensinam expurgar as imagens que fluem do inconsciente, a imaginação ativa determina que se concentre nela. Mas prescreve dois cuidados, o primeiro, não se fixar demais na imagem a ponto de congelá-la, e segundo, se fixar de menos, ou, não se concentrar o suficiente. Neste segundo caso, as imagens internas se modificam muito rapidamente e acontece algo semelhante a “um filme interno” acelerado.

Conferir uma forma à imagem de fantasia, ou afeto, ou distúrbio emocional percebidos e expressá-los conforme a habilidade de cada um: seja por escrito, pintando-a, esculpindo-a, dançando-a (neste caso, ao final, os movimentos devem ser registrados), em forma de música, em forma de mandala.

Esta fase provoca fortes reações físicas e negativas a imaginações ativas correta ou erroneamente executadas. JUNG algumas vezes precisava recorrer a exercícios de ioga para controlar suas emoções antes de conseguir retirar delas alguma imagem com a qual pudesse se relacionar na imaginação ativa.

Ainda nesta fase, dois fatos podem acontecer a partir do momento da expressão dos afetos: o perigo da tendência estética e o perigo do desejo de entender o sentido material supervalorizando o conteúdo. (JUNG, O. C. VIII, § 176). Isso significa que algumas pessoas supervalorizam a apresentação artística dos produtos da fantasia, enquanto outras desprezam a estética e supervalorizam a compreensão. Ambas as tendências são importantes e é necessário que se complementem.

A quarta fase é a decisiva, é a confrontação moral com o material produzido e a aplicação da aprendizagem à vida cotidiana. Apenas adquirir compreensão das imagens do inconsciente, acreditando que este saber é suficiente, torna a pessoa vítima de um erro perigoso.

JUNG escreve em suas Memórias:

Pois quem não sente a responsabilidade ética que seus conhecimentos comportam, sucumbirá ao princípio do poder. Disso poderão resultar efeitos destruidores não só para os outros como também para a própria pessoa que sabe. As imagens do inconsciente impõem ao homem uma pesada obrigação. Sua incompreensão, assim como a falta de sentido da responsabilidade ética, privam a existência de sua totalidade e conferem a muitas vida individuais um cunho de penosa fragmentação. (JUNG, s/d., 171)

A imaginação ativa é o instrumento mais eficaz para que o paciente aprenda a seguir seus próprios passos, todavia, ele deve fazer seu trabalho interior, mais ninguém pode fazer por ele. É com a imaginação ativa que ele adquire sua independência do terapeuta e segue adiante, ele mesmo “(...) entendendo-se com seu inconsciente”.

Von FRANZ (1999, 176) escreve que JUNG considerava indispensável que o analista dominasse essa forma de meditação porque é um importante instrumento para ele mesmo como psicoterapeuta. Pelo fato de “ouvir e observar o desenrolar de fantasias mórbidas e perversas” o analista está sujeito ao contágio das emoções fortes de seus pacientes. (Idem, ibidem, 177). O psicoterapeuta é uma pessoa que precisa ser capaz de curar-se a si mesma. Se dominar a técnica da Imaginação Ativa, esta poderá auxiliá-lo a retornar ao equilíbrio quando sentir necessidade.

Indica seu uso, principalmente, para os casos de forte pressão do inconsciente, manifesta sob a forma de uma enxurrada de sonhos e fantasias, ou, ao contrário, quando os sonhos não fluem.

É indicada para todos os casos que se busca uma independência interior. É a chave do processo de individuação, a “(...) auto-realização completa e consciente da totalidade individual” (Von FRANZ, 1999, 178).

Vejamos a indicação de JUNG:

Por via de regra surge ela e é indicada, quando o processo de ‘dissolução’ (análise!) tiver constelado os opostos em tal medida que a união ou composição (síntese!) da personalidade se tornar necessidade imperiosa. Tal situação aparece necessariamente, quando pela análise dos conteúdos psíquicos das atitudes, e principalmente dos sonhos, os motivos e as imagens do inconsciente – que são complementares ou respectivamente compensatórios, e com

frequência até diretamente opostos tiverem sido mudados para conscientes, e a consciência atingir tal ponto que o conflito aparentemente insolúvel entre a personalidade consciente e a inconsciente se torne manifesto, e desta forma também crítico. Onde esta confrontação se restringir a certos aspectos parciais do inconsciente, o conflito é mais ou menos de pouca monta, e a solução é simples, a pessoa se coloca do lado da razão e da convenção por medo da compreensão e de um pouco de resignação, ou até mesmo com certo ressentimento correspondente. (...) Se o reconhecimento da sombra for tão perfeito quanto possível, então surgirá um conflito e uma desorientação que já não podem ser separados por meio de uma decisão racional. (...) O conflito reclama então uma solução real e exige uma terceira coisa na qual as oposições possam unir-se. Aqui costuma falhar o intelecto com sua lógica, pois em uma oposição lógica não existe um terceiro termo. Este processo pode ocorrer espontaneamente ou ser provocado por meio de ajuda técnica. Neste último caso, escolhe-se adequadamente um sonho ou qualquer imagem da fantasia e a pessoa se concentra nisso, simplesmente retendo-o e contemplando-o. Pode se utilizar como ponto de partida um aborrecimento afetivo. Neste caso se aconselha descobrir qual é a imagem da fantasia que brota dessa situação afetiva, ou respectivamente qual é a imagem e se fixa nela a atenção. Por via de regra ela (a imagem) se modifica adquirindo vida pelos simples fato da observação. As mudanças devem ser adotadas cuidadosa e continuamente. Elas refletem, pois, os processos psíquicos ocorridos no fundo inconsciente da cena, e isso sob a forma de imagens formadas do material das recordações conscientes. Neste modo se une o consciente e o inconsciente, como a queda de água une o “em cima” e o “embaixo”. A partir daí se desenvolve uma cadeia de imagens de fantasia, que aos poucos toma aspecto dramático, isto é, do simples processo surge a ação. Esta é por ora representada por figuras projetadas, e as imagens são vistas como as cenas no palco. Em outras palavras, sonha-se de olhos abertos. (JUNG, O. C. XIV/II, § 365)

É importante lembrar o que afirmava: ninguém individualiza no topo do Everest. Como em qualquer outra situação, por melhor que seja a técnica, não prescinde do relacionamento humano. A relação entre o terapeuta e o analista precisa ser considerada. JUNG já sabia e ensinava que nenhuma técnica pode evitar que “(...) o tratamento seja o produto da interação entre o paciente e o terapeuta, como seres inteiros, com seus lados racional e irracional, isto é com uma consciência e com um inconsciente”. O que o terapeuta diz ou pensa é muito importante, e pode ser fator de perturbação, ainda maior ou de cura. (JUNG, O. C. XVI § 167).

JUNG adverte ao terapeuta:

Você tem que ser a pessoa com a qual você quer influir sobre o seu paciente. A palavra, a mera palavra, sempre foi considerada vã. Simplesmente não existe estratégia, por mais engenhoso que seja, capaz de burlar sistematicamente esta verdade. Não é o *objeto* da convicção que importa; o que sempre foi eficaz é o *fato de se ter* uma convicção (JUNG, O. C. XVI § 167).

2.6.3. Relação Transferencial/Contratransferencial

Assim, tendo nós, ao mesmo tempo,
consciência do exterior e do nosso espírito,
e sendo nosso espírito uma paisagem,
temos ao mesmo tempo consciência de duas paisagens.
Fernando Pessoa

Transferência é um termo traduzido do alemão *Übertragung* que significa carregar algo de um lugar para outro, ou mudar de uma forma para outra. JUNG entende a transferência como uma forma de colocar em outra pessoa ou objeto conteúdos psíquicos inconscientes.

A transferência é um caso especial de projeção. A projeção é um mecanismo psicológico que carrega conteúdos subjetivos de toda espécie. Num sentido mais amplo, a transferência não se restringe a projetar conteúdos subjetivos sobre pessoas, mas pode recair também sobre objetos físicos, ou *animais* pois os conteúdos inconscientes se manifestam sempre, primeiro, de forma projetada sobre pessoas e condições objetivas. O processo psicológico da transferência é uma forma específica da projeção. (JUNG, O. C. XVI § 357; XVIII § 313, 324-6).

É importante lembrar que “(...) o objetivo essencial do ‘*opus psychologicum*’ é o desenvolvimento da consciência, isto é, em primeiro lugar, a tomada de consciência dos conteúdos até então projetados.” (JUNG, O. C. XVI § 471) É ver os homens e as coisas como são naturalmente.

O fenômeno da transferência é característica de toda análise que se aprofunda, é, portanto, inevitável e consiste na questão central da psicoterapia. (JUNG, s/d MSR, 187)

Em seu sentido mais preciso, a transferência é uma projeção de conteúdos inconscientes sobre a pessoa que está analisando o inconsciente. O termo transferência, porém, costuma ser usado em sentido muito mais amplo, e inclui praticamente todos os processos variados que determinam uma ligação entre o analisando e o analista. (JUNG, O. C. XVII § 260).

JUNG aborda dois aspectos relacionados à relação transferencial em análise, a saber: o clínico e o arquetípico. A relação transferencial, em seu aspecto clínico, foi percebida por ele como uma profusão de projeções “que funcionam como um substituto da relação psicológica real” (JUNG, O.C. XVI § 284). A dificuldade que o paciente tem em discriminar o que pertence a si mesmo e o que pertence ao outro constitui a transferência. Trata-se da projeção da realidade psíquica interior do paciente sobre o analista. Esta projeção é determinada por fatores inconscientes; é a natureza pessoal reproduzida nas relações no mundo exterior. (JUNG, O. C. XVII § 260)

A característica essencial da transferência é o caráter de ilusão: o que é percebido objetivamente, na realidade, é concebido subjetivamente e atuado na situação da análise. Pode se instalar mesmo antes do início da análise, com base no conhecimento prévio do analista ou em pura projeção do analisando (JUNG, O. C. XVIII § 329).

JUNG ensinou que o verdadeiro analista não se coloca fora de seu trabalho, mas que o processo analítico deve ser mútuo. Uma vez que o analista assim se coloca, dentro do processo vivenciado pelo paciente, cada uma das partes afeta a outra.

nenhum artifício evitará que o tratamento seja o produto de uma interação entre o paciente e o médico, como seres inteiros. O tratamento propicia o encontro de duas realidades irracionais, isto é, de duas pessoas que não são grandezas limitadas e definíveis, mas que trazem consigo não só uma consciência, que talvez possa ser definida, mas além dela, uma extensa e imprecisa esfera de inconsciência. (...) O encontro de duas personalidades é como a mistura de duas substâncias químicas diferentes: no caso de se dar a reação, ambas se transformam (...) Influir é sinônimo de ser afetado. (JUNG, O. C. XVI §163).

Por conseguinte, ambos – analista e paciente - estão sujeitos a transformações pela interação e também a distorções de percepções. Quando os conteúdos projetados pelo paciente recaem sobre conteúdos inconscientes semelhantes no analista, que tem dificuldade de discriminar entre o que pertence a cada um, estabelece-se a contratransferência.

Da mesma forma que a transferência do paciente pode acontecer antes do primeiro encontro, também a contratransferência do analista pode preceder a entrada do paciente no consultório. Pode acontecer devido à postura do profissional que o paciente aceita se adapta

a ela ou rejeita e vai embora. Mais comumente, porém, se estabelece no decorrer da análise, quando os complexos começam a se inter influenciar. (STEIN, 2005, 70).

No complexo processo de transferência/contratransferência entre analista e analisando “(...) existem fatores irracionais que produzem transformações mútuas”, no qual “será decisiva a personalidade mais estável e mais forte”. (JUNG, O. C. XVI § 164) Para que o campo transformador da interação analítica progrida, essas distorções precisam ser reduzidas ao máximo. Compete ao analista manter o campo de transformador livre de ameaças de dissolução ou desequilíbrio. Quando a estrutura do campo transformador se vê ameaçada, sua reparação deve ter prioridade sobre as demais atividades da análise. (HALL, 2005, 36)

Mas não é apenas negativa a perspectiva pela qual se observa a transferência e a contratransferência. Hoje são percebidas como um modo de *transferência de informação*. As reações do analista, confrontadas com o que o paciente diz ou sonha, constituem-se em importante fonte de informações objetivas sobre o paciente. (SCHWARTZ-SALANT, 2005, 9)

MOORE (2005, 53) descrevendo o ponto de vista de Fordham, escreve que a contratransferência não só é inevitável, mas necessária e valiosa. Quando um analista em formação se empenha efetivamente com um paciente, precisa entender sua natureza e importância, seja como fonte de erro, seja como fonte de informação, e o treinamento deve levar isto em conta.

Além do aspecto clínico da contratransferência, JUNG observou o aspecto arquetípico. HALL (2005, 47) fez um apanhado das diversas referências de JUNG acerca do aspecto arquetípico da transferência, o qual foi valioso na coleta das informações a seguir. O processo de individuação implica em integrar as imagens arquetípicas transpessoais, que fazem parte da psique. A intensidade da transferência dá uma medida da importância para o sujeito do conteúdo inconsciente que é transferido (JUNG, O. C. XVIII § 327, 352; XVIII/2 § 1094) que pode indicar uma demanda de individuação (idem, § 1097). A cultura contemporânea se empenha em negar e esquecer os deuses, que precisam aparecer sob a forma de projeção. Uma vez projetados, os aspectos arquetípicos precisam

ser integrados a fim de restaurar a estabilidade do ego e manter a capacidade de suportar a realidade, evitando assim a inundação da consciência.

Os aspectos arquetípicos da relação transferencial podem ser “(...) a descoberta do tesouro oculto, a fonte inesgotável onde a humanidade sempre buscou seus deuses e demônios e todas as idéias, suas mais fortes e poderosas idéias, sem as quais o ser humano deixa de ser humano” (JUNG O. C. VII § 105). Podem ser a tentativa do inconsciente de “(...) libertar a concepção de deus dos invólucros de uma instância pessoal” (JUNG O. C. VII § 214). Quando livre dos aspectos pessoais da transferência, o paciente pode se por a serviço de uma função religiosa (JUNG O. C. XVIII § 374), ou a uma idéia pessoal de relação Eu-Tu se não houver um continente transpessoal aceitável no mundo exterior coletivo (JUNG O. C. XI § 549).

No Volume XVIII § 357 a 377, JUNG cita quatro estágios da terapia da transferência ligando-os ao movimento rumo à compreensão dos elementos arquetípicos.

1. Trabalho com a projeção de imagens pessoais,
2. Discriminação entre os conteúdos pessoais e impessoais,
3. Diferenciação entre a relação pessoal com o analista e fatores impessoais,
4. Objetivação de imagens pessoais.

O trabalho através desses estágios da transferência - pessoal e arquetípica – se propõe a separar a consciência do objeto. Se isto acontece, “a posse do tesouro surge ao nível da consciência, então o centro de gravidade passa a estar no indivíduo, e não mais no objeto do qual era dependente”. (JUNG, O. C. XVIII, § 377)

JUNG propõe um diagrama do campo transformador da interação analítica, reproduzido abaixo:

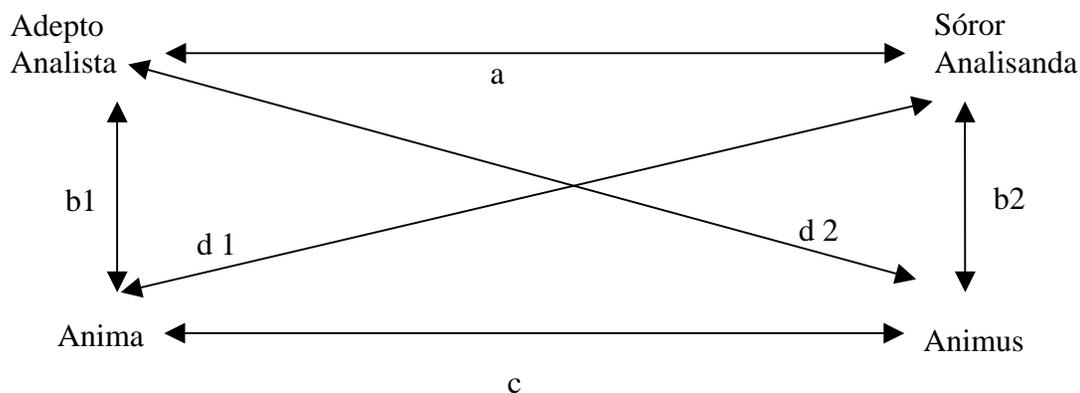


FIGURA 6 - Campo da Interação Analítica

Fonte: JUNG, C. G. Obras Completas, Volume XVI, § 422

A relação representada pela linha *a*, que JUNG descreve como adepto e sóror em relação ao trabalho alquímico, corresponde à relação entre a consciência do analisando e do analista. *b1* corresponde à relação do analista com seu inconsciente, e *b2*, do analisando com o seu. *c* representa a relação entre *anima* do analista e *animus* do analisando, ou *anima* x *anima*, se a díade forem um analista e um analisando; ou *animus* x *animus*, se duas mulheres. *d1* se refere à relação entre o ego consciente da analisanda e a *anima* do analista; enquanto *d2*, o consciente do analista com o *animus* da analisanda.

James HALL (2005, 38) valendo-se do esquema de JUNG, explica:

A relação consciente *a* é a interação intencional e oficial do processo analítico, ao passo que *b1* e *b2* representam a relação consciente/inconsciente dentro do analista e da analisanda, respectivamente, a linha ao longo da qual a individuação básica de cada pessoa se processa. As relações cruzadas *d1* e *d2* representam as formas de interação entre o consciente de uma das pessoas da díade e o inconsciente da outra.

A relação inconsciente, *c*, está sempre presente, mas, justamente por ser inconsciente não é transformadora.

A força do *temenos* - *a*, *b1* e *b2* -, as relações que contêm o elemento consciente, devem ser capazes de suportar a pressão inconsciente *d1*, *d2* e *c*, a *prima materia* da transformação de ambos, analista e analisando.

A *materia*, na linguagem da alquimia, são os sentimentos, os impulsos, as ansiedades, isto é, a dimensão instintiva do espectro arquetípico. A transformação da *materia* em substância espiritual ou plena de significado é o veículo supremo da transformação psíquica e da individuação. Os símbolos podem curar por si sós. Por isso, GOODHEART (2005, 86) afirma que, em análise, fornece o mínimo de comunicação concreta, ou não simbólica, ao paciente.

JUNG percebia a relação transferencial/contratransferencial como um processo no qual os opostos precisam ser retirados do estado de *participation mystique* e integrados à consciência do ego. Os opostos, uma vez separados, participam da formação da consciência de uma noção individual simbólica do *Self*.

SALANT (2005, 15) lembra que JUNG escreveu que a transferência favorece uma experiência vivida como um ato de graça, a *coniunctio*, que leva à liberação de uma forma especial de energia ou “substância” à qual chamou Libido de Parentesco, ou *Communitas*. Esta energia é a essência da transferência. A busca dessa energia é inconsciente, e por isso mesmo compulsiva.

A libido de parentesco, que nas comunidades cristãs primitivas ainda criava um vínculo que satisfazia o coração, perdeu seu objetivo há muito tempo. Mas como ela é um instinto, nenhum substituto, tal como uma confissão religiosa, um partido, a nação, o Estado, a satisfazem. O que ela quer é o vínculo *humano*. É exatamente esse o núcleo do fenômeno da transferência. (JUNG, Vol. XVI/1, § 445).

O principal produto da experiência da *communitas* é uma relação Eu-Tu que traz consigo um profundo sentimento de respeito mútuo, de igualdade e de interesse pelo outro, como se tivesse havido uma troca de sangue. A *communitas* implica, não apenas a estrutura de comunhão ou comunidade, mas também uma espécie de “substância”, como se pudesse ser transmitida; ela não é uma realidade puramente física nem puramente psíquica, mas uma paradoxal combinação das duas coisas. (SALANT, 2005, 16)

Essa combinação – estrutura de comunhão e substância - constitui a metáfora de uma experiência “(...) que ocorre num reino sentido como fora da noção normal de tempo e dentro de um espaço que parece possuir substância”. Tal experiência ocorre no corpo sutil e possui autonomia. Neste espaço é que se processa uma experiência extraordinária, a *coniunctio*. Quando ocorre, a *coniunctio* cura antigas feridas (SALANT, 2005, 24).

A libido de parentesco, sendo instinto, quer o vínculo humano, e é esse vínculo que forma a o núcleo do fenômeno na transferência, que é essencial, pois a relação com o Si-mesmo é ao mesmo tempo a relação com o próximo. E ninguém se relaciona com o próximo se antes não se vincular consigo mesmo. (SALANT, 2005, 28)

2.7. Perfil do Analista Junguiano

O procedimento psicoterápico é um processo dialético que, como já vimos, consiste em uma interação entre dois sistemas psíquicos com expectativas de surgimento de novas sínteses em ambos os sistemas.

A psicoterapia é um

(...) processo dialético individual do qual o médico participa tanto quanto o paciente. No diálogo entre médico e paciente, a questão de saber se o médico possui o mesmo *'insight'* dos seus próprios processos psíquicos que ele espera do paciente é evidentemente muito importante. E isso sobretudo por causa do rapport, isto é, da relação de confiança da qual depende, em última análise, o êxito terapêutico, pois, em muitos casos, o paciente só pode obter sua própria segurança interior através da segurança de sua relação com a pessoa humana do médico. (JUNG, O. C. XVI, § 239).

Diante de tais circunstâncias, é natural que as exigências em relação ao terapeuta sejam complexas.

Em 22 de março de 1935, JUNG escreve uma carta a um psiquiatra e psicoterapeuta¹⁸, e nela relaciona as exigências que faz a seus alunos para que estes se formem analistas:

Exijo sobretudo conhecimentos de psiquiatria clínica e das neuropatias orgânicas. Em segundo lugar uma análise didática, 3. certo grau de formação filosófica, 4. estudo da psicologia dos primitivos, 5. ciência comparada das religiões, 6. mitologia, 7. estudo da psicologia analítica, começando pelo conhecimento da técnica do diagnóstico das associações, da técnica de interpretação dos sonhos e fantasias, 8. aperfeiçoamento da própria personalidade, a saber, desenvolvimento e diferenciação das funções que precisam de formação. (JUNG, 1999, 201).

Partindo do pressuposto que sejam *apenas* estas as exigências para um uma pessoa se torne terapeuta de outra pessoa, vamos observar cada um dos itens. Refiro-me a *apenas*

¹⁸ Dr. Otto Körner

estas exigências, porque se percebe ao longo da obra de JUNG que estes itens se desdobram e se multiplicam.

Por exemplo, JUNG escreve no volume XVI das obras completas (§ 44) que um o terapeuta deve reunir conhecimentos “(...) do médico, do educador e de quantos se preocupem com a alma humana”. Aqui acrescenta os desempenhos ligados às figuras de médico, educador e sacerdote - ou xamã, ou outro equivalente respeitando a terminologia de cada religião. Mais adiante, no parágrafo 291 afirma que “(...) as exigências da análise são a meu ver muito maiores em relação à postura espiritual e moral do médico”.

Em outro momento se refere à necessidade de freqüentar a escola dos filósofos-médicos do passado: “Sem nos envergonharmos das insuficiências do nosso diletantismo histórico, vamos ter que freqüentar mais um pouco a escola dos filósofos-médicos daquele passado longínquo, do tempo em que o corpo e a alma ainda não tinham sido retalhados em diversas faculdades”. (JUNG, O. C. XVI, § 190).

Não há limites para a busca da ampliação do campo de consciência com o propósito de melhor desempenhar o papel de terapeuta.

Como se pode perceber, nos itens relacionados na carta de 1935: “1 - conhecimentos de psiquiatria clínica e das neuropatias orgânicas; 3 - certo grau de formação filosófica; 4 - estudo da psicologia dos primitivos, 5 - ciência comparada das religiões; 6 - mitologia; 7 - estudo da psicologia analítica, começando pelo conhecimento da técnica do diagnóstico das associações, da técnica de interpretação dos sonhos e fantasias,” todos estes se referem a esforços da parte do ego, todos envolvem trabalho árduo e requerem conhecimentos adquiridos racionalmente.

É de extrema importância ter a maior quantidade de informações possível, a respeito da psicologia primitiva, da mitologia, arqueologia e história das religiões comparadas, pois essas áreas me fornecem preciosíssimas analogias, que servem para enriquecer as inspições dos meus pacientes. (JUNG, O. C. XVI, § 96).

A psique objetiva, a partir da perspectiva que JUNG a observou, se manifesta numa linguagem simbólica. Para que suas manifestações sejam compreendidas, precisam ser traduzidas para a linguagem da consciência. E isto é possível a partir dos conhecimentos

das formas e da simbologia pelas quais se manifestou através dos tempos históricos. Por isso, as exigências de campos de conhecimentos se expandem. Porque os conhecimentos de psiquiatria clínica e das neuropatias orgânicas precisam “(...) ser suplementados por conhecimentos em matéria de simbologia que se adquirem através do estudo da psicologia primitiva e do estudo comparativo das mitologias e religiões”. (JUNG, O. C. XVI, § 44)

O “certo grau de formação filosófica” que JUNG refere no item 3 está relacionado ao exame que o paciente faz dos fatores que inspiram a sua filosofia de vida, dos seus pressupostos básicos, que norteiam a conduta de vida. Como o terapeuta vai participar do exame que o paciente vai fazer, se não tiver o seu devidamente esclarecido à luz das diversas interferências em si mesmo?

A discussão das idéias que fundamentam a visão de mundo faz parte do processo terapêutico. Nem sempre os pressupostos básicos de uma cultura são compatíveis com os valores profundos de uma pessoa. O terapeuta precisa ter esses fatores claramente elucidados para si mesmo, tê-los examinado à luz dos desdobramentos e conseqüências daí advindas, porque o conflito intrapsíquico resulta em neurose.

Uma das tarefas da psicoterapia é mudar a atitude consciente, e não apenas correr atrás de reminiscências da infância. Uma coisa não é possível sem a outra, certamente, mas a ênfase deveria ser posta na atitude consciente do paciente. (JUNG, O. C. XVI, § 53)

A arte da psicoterapia exige que o terapeuta possua uma convicção recomendável, defensável e de grande credibilidade, com provas de eficácia, inclusive pelo fato de ter resolvido ou evitado dissociações neuróticas em si mesmo. O terapeuta que tem uma neurose é desacreditado. É que não é possível levar um paciente além do ponto em que estamos. O fato de ter complexos, ao invés, não implica uma neurose, pois normalmente são os complexos que deflagram o acontecimento psíquico, e seu estado dolorido não é sinal de distúrbio psicológico. Sofrer não é doença, mas o pólo oposto, normal da felicidade. Um complexo só se torna patológico, quando achamos que não o temos. (JUNG, O. C. XVI, § 179).

O item “(...) 7 - estudo da psicologia analítica, começando pelo conhecimento da técnica do diagnóstico das associações, da técnica de interpretação dos sonhos e fantasias” não será abordado aqui porque já foi discutido no presente trabalho sob o título **Revisão Bibliográfica**, nos subtítulos 3.1 e 3.2 e seus respectivos subtítulos.

JUNG vai além do estudo das técnicas e dos conhecimentos teóricos nas exigências que faz aos seus alunos que pretendem ser terapeutas. Acredita que apenas “a compreensão intelectual é destrutiva”. O entendimento é uma força tremendamente comprometedora, sob certas circunstâncias um verdadeiro assassinato da psique, sobretudo quando iguala diferenças de importância vital. O cerne do indivíduo é um mistério da vida que desaparece quando ‘entendido’. (JUNG, 1999, 47).

É preciso mais que a compreensão intelectual, é preciso integrar um complexo autônomo ao resto da personalidade, ou partes do inconsciente à consciência, que passarão a atuar como o “o pão da vida” (von FRANZ, 1999, 15-16).

Por isso, os requisitos para ser terapeuta não são apenas um grande saber e a vontade de ajudar, compreendem também, e principalmente, a diferenciação moral da personalidade do terapeuta. “Todo psicoterapeuta não só tem o seu método: ele próprio é esse método. ‘Ars totum requirit hominem’. O grande fator de cura, na psicoterapia é a personalidade do médico – esta não é dada ‘a priori’; conquista-se com muito esforço”. (JUNG, O. C. XVI, § 198).

O oitavo item refere-se à própria análise do analista. Lembrando que JUNG se refere a ele como o “aperfeiçoamento da própria personalidade, a saber, o desenvolvimento e diferenciação das funções que precisam de formação”. Porque o processo terapêutico é um processo dialético no qual o terapeuta participa tanto quanto o paciente, o terapeuta precisa desenvolver-se, conhecer-se. Ele terá condições de acompanhar o paciente apenas até o limiar que ele mesmo conseguiu alcançar. Por isso, a auto-análise é indispensável.

Poderíamos dizer, sem grande exagero que mais ou menos metade de cada tratamento em profundidade consiste no auto-exame do médico, porque ele só consegue pôr em ordem no paciente aquilo que está resolvido dentro de si mesmo. Não é um engano quando se sente afetado e atingido pelo paciente: ele só vai curar na medida do seu próprio ferimento. (JUNG, O. C. XVI, § 239).

Também porque o trabalho em psicoterapia não é desempenhado apenas pela consciência, mas em grande parte elaborado pelo inconsciente. “(...) o principal processo de desenvolvimento interior se dá entre o ego e o Si-mesmo – ou, usando uma linguagem desusada, na imagem de Deus dentro de nós.” (von-FRANZ, 1999, 24)

Por aperfeiçoamento da própria personalidade, ou desenvolvimento, JUNG se refere ao próprio processo de individuação¹⁹. Por diferenciação das funções que precisam de formação, refere-se ao desenvolvimento daquelas funções ainda indiferenciadas que limitam o terapeuta na sua orientação no mundo e nas relações humanas. As funções, já descritas anteriormente, referem-se às quatro funções da consciência: pensamento, sentimento; intuição, sensação.

O tipo pensamento se preocupa com o sentido das coisas. A função *pensamento* está intimamente relacionada ao desenvolvimento intelectual e aos conhecimentos nas diversas áreas exigidas para o desempenho do papel de terapeuta.

A pessoa do tipo sentimento é aquela em cuja linguagem prevalecem os valores. A função *sentimento*, “ou seja, do coração” (von FRANZ, 1999, 297), refere-se à capacidade de empatia, de sentir compaixão, porém não apenas capacidade de sentir, mas também de ser capaz de expressá-la. “Por mais inteligente que um analista insensível possa ser, nunca vi nenhuma pessoa desse tipo curar alguém! E o coração não pode ser instilado. A pessoa que não o possui, na minha opinião, é a menos adequada para essa profissão”. (von FRANZ, 1999, 297).

Além disso, a função sentimento é essencial no processo de análise, cujo objetivo é ampliação do campo da consciência porque capacita a pessoa a fazer escolhas. As escolhas são o resultado do julgamento de valores, portanto são discriminações. E discriminação é o fator que permite a criação da consciência.

O analista necessita da função *sensação* porque precisa ter condições de perceber os fatos internos e externos para poder funcionar. A *intuição* é indispensável para “compreender a função prospectiva e prognóstica dos sonhos, bem como adivinhar todas as coisas que o analisando deixou de contar, o que é, particularmente importante.” (von FRANZ, 1999, 297-8).

“Médicos, freqüentemente surpreendidos por situações imprevistas e sem antecedentes, têm que contar com o auxílio desta função cheia de mistérios, sobre a qual repousa um grande número de bons diagnósticos.” (JUNG, O. C. XVIII/I, § 26)

¹⁹ Abordado no item 3.1.4.

A participação da personalidade do terapeuta é um fato que se comprova pela constatação que o analisando se transforma somente à medida que o terapeuta também se transforma, e que o terapeuta consegue levar seu paciente apenas até onde ele mesmo foi capaz de chegar.

A evolução mais recente da psicologia analítica está se orientando para a questão dos fatores irracionais da personalidade humana, colocando a do médico no primeiro plano, como fator ou inibidor da cura, e exigindo a sua transformação, ou seja, a auto-educação do educador. (...) Em outras palavras, o que acontecia com o paciente tem que acontecer com o médico, para que a sua personalidade não retroaja desfavoravelmente sobre o paciente. O terapeuta não deve tentar esquivar-se das próprias dificuldades, como se ele mesmo não as tivesse, apenas porque está tratando das dificuldades de outrem. (JUNG, O. C. XVI, § 171).

Von FRANZ (1999, 300) lembra que JUNG comparou o terapeuta ao xamã, e na tradição xamanística este precisa, além de ter sido invadido por conteúdos do inconsciente coletivo, também ter chegado ao seu núcleo, ao Si-mesmo. Precisa ter sofrido a experiência e conseguido curar-se, só assim se transforma em curador. “No decurso da doença iniciatória xamanística, o iniciado consegue encontrar a própria cura, o que é precisamente o que a pessoa comum que sofre de doença mental não consegue fazer.” (von FRANZ, 1999, 302).

Se o terapeuta, como o xamã, não passou pela experiência não consegue uma empatia real e suficiente com relação ao grave sofrimento psíquico dos seus semelhantes e “se perde em superficialidades”, é capaz apenas de fazer interpretações intelectuais e recomendações voltadas à normalidade.

Os terapeutas que se aventuram a agir como xamãs antes de terem conseguido lidar com os problemas e conteúdos do seu inconsciente entram em *participation mystique* com seu paciente e o resultado disso é uma *folie à deux*. (von FRANZ, 1999, 301). “Um psicoterapeuta neurótico tratará infalivelmente sua própria neurose no paciente” (JUNG, O. C. XVI, § 23).

JUNG já havia alertado para as dificuldades e os perigos da profissão de terapeuta. Afirmou que, da mesma forma que o médico “(...) está exposto a infecções e outros riscos

profissionais”, assim também o terapeuta se arrisca “(...) a contrair infecções psíquicas, não menos perigosas.” (JUNG, O. C. XVI, § 23).

Nossos pacientes sofrem da falta de liberdade característica da neurose. São prisioneiros do inconsciente, e quando nos esforçamos por penetrar, com muita compreensão, naquela esfera das forças inconscientes, temos que defender-nos das mesmas influências que fizeram sucumbir nossos pacientes. Como os médicos que tratam as doenças epidêmicas, nós nos expomos aos poderes que ameaçam a consciência, e temos que pensar em empregar toda a nossa força para salvar não só a nós mesmos, mas também ao doente, das garras do inconsciente. (JUNG, O. C. XVI, § 182)

Por isso, é fácil compreender porque JUNG exigia a análise didática.

É perfeitamente compreensível, e provado por uma experiência cem vezes repetida, que o que o médico não vê em si mesmo, também não percebe no seu paciente, ou então percebe, mas de maneira exagerada: e que estimula no paciente aquilo que se identifica com suas próprias tendências incontroladas, e condena aquilo que desaprova em si mesmo. Assim como exigimos – e com razão – que o cirurgião não tenha as mãos infectadas, também temos que insistir, com muita ênfase, na necessidade de autocrítica do psicoterapeuta, isto é, que ele esteja pronto a fazê-la a qualquer momento, ou seja, toda vez que essa necessidade se lhe tornar imperativa e manifesta através das resistências intransponíveis, possivelmente justificadas, do paciente. O paciente está aí para ser tratado e não para a verificação de uma teoria. (JUNG, O. C. XVI, § 237) (...)

Mas qual o significado dessa exigência? Ela significa simplesmente que o médico também “está em análise”, tanto quanto o paciente. Ele é parte integrante do processo psíquico do tratamento, razão por que também está exposto às influências transformadoras. Na medida em que o médico se fecha para essa influência, ele também perde sua influência sobre o paciente. E na medida que essa influência é apenas o inconsciente, abre-se uma lacuna em seu campo de consciência, que o impedirá de ver o paciente corretamente. Em ambos os casos, o resultado do tratamento está comprometido. *Você tem que ser a pessoa com a qual você quer influir sobre seu paciente.* A palavra, a mera palavra sempre foi considerada vã. Simplesmente não existe estratagem, por mais engenhoso que seja, capaz de burlar sistematicamente esta verdade. (JUNG, O. C. XVI, § 166)

Encerro este subtítulo com uma declaração de JUNG sobre a repercussão da psicologia analítica no curso dos acontecimentos do mundo, que reflete a responsabilidade da psicologia analítica, e por conseqüência, do terapeuta junguiano.

O que é decisivo agora não é o diploma médico, mas a qualidade humana. Essa mudança é significativa, porque coloca todo o equipamento da arte psicoterápica - que se desenvolveu, aperfeiçoou e sistematizou no contato permanente com o doente – a serviço da auto-

educação e do auto-aperfeiçoamento. Assim, a psicologia analítica rompe os grilhões que a prendem ao consultório médico. Ultrapassando-se a si mesma, ela vai preencher a grande lacuna que, até agora, deixou a cultura ocidental espiritualmente em posição de inferioridade em relação às culturas orientais. Nós conhecíamos apenas como domar e subjugar a psique; nada sabíamos a respeito do desenvolvimento metódico da alma ou das suas funções. É que a nossa cultura ainda é nova e, como toda cultura nova, precisa da arte do domador, para começar a dar a forma ao rebelde, ao bárbaro e selvagem. No entanto, em nível cultural mais adiantado, o desenvolvimento deve substituir e vai substituir a dominação. Para chegar lá, precisamos de um caminho, de um método que, como já dissemos, até hoje não fizeram falta. (...) Mas entre a reivindicação desse direito e a realidade do mundo atual há um abismo. Um abismo sem ponte para atravessá-lo. Esta ponte ainda tem que ser construída, pedra sobre pedra. (JUNG, O. C. XVI, § 174)

3. Formação de Analistas e Supervisores em Psicologia Analítica

A partir de minha experiência analítica, entendo que o termo supervisão designa a prática adotada por terapeutas no decorrer da vida profissional com o objetivo de compartilhar a condução das terapias que conduz com um colega experiente a fim de esclarecer quaisquer dúvidas, já percebidas ou ainda não.

Percebo que a supervisão por um colega mais experiente é uma necessidade na vida profissional do analista de todas as escolas. É exigência rigorosa no curso da vida profissional do analista junguiano, juntamente com a análise didática, com ênfase especial durante o período de formação.

A análise didática é um imperativo sempre, pois a psique é dinâmica e novos conteúdos surgem à consciência, ou ao seu limiar, os quais ela precisa elaborar. Análise e supervisão são imprescindíveis, pois, como afirma GUGGENBÜHL-CRAIG (2004), a maldição do psicoterapeuta é seu isolamento.

No Brasil, existem duas associações de analistas junguianos, ambas vinculadas à *International Association for Analytical Psychology* - IAAP Zurique, autorizadas a formar analistas junguianos.

Uma delas é a Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica - SBPA. De acordo com informações colhidas na internet, endereço www.sbpa-rj.org.br, em julho de 2004, foi fundada em São Paulo, em 1978, é reconhecida e aprovada no VII Congresso Internacional de Psicologia Analítica em Roma, no ano de 1977.

A SBPA propõe-se como objetivo divulgar a psicologia analítica através de cursos, conferências e publicações. Dentre outras atividades, promove o curso de Curso de formação de analistas junguianos através do Instituto de Formação C. G. Jung, de São Paulo, com o objetivo de proporcionar os fundamentos teóricos e a prática do exercício profissional de analista na perspectiva junguiana, aos candidatos interessados.

Os pré-requisitos para ingressar no curso são: ser médico ou psicólogo, com registro de pelo menos dois anos no respectivo Conselho; ter dois anos de exercício de prática clínica em psicoterapia; ter experiência de, no mínimo cinquenta horas de supervisão

clínica individual e/ou em grupo comprovadas; e por último, comprovar vivência mínima de cem horas de análise individual, decorridos em um período de, no máximo dois anos.

São previstas na ementa do curso questões relativas à análise do candidato, ao exercício profissional, à supervisão, e ao currículo teórico – prático.

A análise do candidato é considerada parte essencial do processo de formação. O candidato, antes da admissão já deve ter cumprido no mínimo cem horas de análise, num intervalo máximo de 2 anos; e até o final deverá completar trezentas horas de análise com analista junguiano filiado à *International Association for Analytical Psychology* (IAAP - Zurich).

Durante o processo de formação, o candidato deve manter-se em atividade profissional como psicoterapeuta, no seu consultório, e ou em Instituição.

O Currículo do Curso de Formação consta de 720 horas/aula durante os quatro anos de curso e visa o ensino/aprendizagem de conhecimentos e habilidades necessárias para desempenhar com eficiência a análise.

O processo de supervisão durante o período de formação ocorre em grupo e individualmente, num total de 180 horas subdivididas em partes iguais durante três anos; e mais cinquenta horas de supervisão individual pessoal. Estas supervisões são oferecidas por analistas formados por Instituição filiada à IAAP há mais de cinco anos.

Ao final do curso de formação, cumpridas as exigências regulamentares e tendo apresentado monografia a uma banca examinadora, o analista candidata-se a membro da Sociedade.

O critério para o aceite, nesta etapa, será a aprovação pelo analista e pelo supervisor. Com base em suas percepções, estes profissionais, emitirão o parecer favorável ou não para o aceite do candidato.

A segunda instituição formadora de analistas junguianos fundada no Brasil, em 11 de novembro de 1991, é a Associação Junguiana do Brasil – AJB. Conforme dados colhidos na internet, endereço www.ajb.org.br, e informações concedidas em entrevista pela psicóloga junguiana Maria de Lourdes Bairão Sanchez, foi criada, por membros da *Internatinal Association for Analytical Psychology*, à qual se filiou durante o Congresso

Internacional de 1995 em Zurique. Em 1997, a AJB é aceita e autorizada a formar analistas junguianos.

A Associação Junguiana do Brasil-AJB é uma associação sem fins lucrativos, que objetiva:

(...) promover o aperfeiçoamento ético e profissional de seus membros na prática da Psicologia Analítica; divulgar o pensamento de C. G. Jung, através de congressos, encontros científicos e promoção de publicações, sejam em livros ou revistas, de assuntos relevantes à Psicologia Analítica; desenvolver linhas de pesquisa em diversos campos de aplicação da Psicologia Analítica de C. G. Jung, em seus aspectos clínicos, culturais e em suas tangências interdisciplinares. (www.ajb.org.br)

A AJB possui duas sedes, em São Paulo e Rio de Janeiro e possui seis institutos filiados, em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas, Porto Alegre e Curitiba.

A formação de analistas pela AJB, normalmente, tem a duração de quatro anos. Inclui aspectos teóricos, ministrados através de seminários, e aspectos práticos através de supervisões, em grupo e individuais.

Além disso, exige a elaboração e defesa de monografia após o cumprimento de todas as etapas anteriores. Ao terminar a formação, o analista passa a ser membro analista da Associação Junguiana do Brasil-AJB.

Os pré-requisitos exigidos pela AJB dos candidatos à formação de analista são:

1. ser médico(a) ou psicólogo(a) com registro no CRM / CRP há pelo menos 2 (dois) anos;
2. ter um mínimo de 2 (dois) anos de prática clínica em psicoterapia;
3. comprovar a vivência de um mínimo de 100 (cem) horas de análise individual, transcorridos num período máximo de 2 (dois) anos, com analista reconhecido pela AJB;
4. comprovar um mínimo de 50 (cinquenta) horas de supervisão clínica em Psicologia Analítica (individual ou em grupo), com analista reconhecido pela AJB.

Os institutos recomendam aos analistas que façam supervisam sempre que percebam ser necessária.

Uma vez que os analistas se tornam membros de instituições vinculados à IAAP, aceitam os regulamentos das mesmas.

4. Supervisão em Psicologia Analítica

O termo *supervisão*, também conhecido como "*controle*", ou "*análise de controle*", se refere à atividade de compartilhar com outro colega analista a condução de uma - ou mais - relação terapêutica em atendimento, no sentido de criar as melhores condições possíveis para que o processo se desenvolva. Há controvérsias em relação ao termo mais adequado para se designar tal atividade.

Neste trabalho, uso o termo supervisão para a prática adotada, não só por terapeutas junguianos e psicanalistas, mas por todas as escolas de psicologia profunda, psiquiatras, psicanalistas e assistentes sociais.

A supervisão envolve diversos aspectos importantes: elaborar a técnica, esclarecer problemas de transferência e de contratransferência, propor uma orientação e focalizar questões clínicas, sugerir fórmulas dinâmicas e arquetípicas do processo analítico e questionar pensamentos, fantasias e modelos de comportamentos recorrentes. (KUGLER, 1995)

Na supervisão, o analista vai buscar partes de si mesmo, não reconhecidas como suas, por terem sido projetadas no mundo externo. Procura reconhecer suas partes percebidas fora de si, até mesmo no paciente, e integrá-las à própria consciência. Este procedimento lhe permite uma visão mais próxima do real, e dessa forma, pode levar adiante o propósito de trabalho do paciente.

SANCHEZ expressa o reconhecimento das projeções comparando a relação terapeuta/analizando com os heterônimos na poesia de Fernando Pessoa. Para ela, os pacientes seriam como os heterônimos do analista que precisam ser integrados à consciência. Comentou, em diálogo pessoal, ter escrito em sua monografia (1997): "Os meus pacientes me permitem viver como se eu possuísse vários heterônimos, me permitem encontrar a poesia da alma humana em toda sua multiplicidade, e descobrir a poesia na alegria e na dor, ingrediente essencial para a transcendência."

Não há referência direta de supervisões feitas por JUNG em suas Obras Completas e poucas alusões feitas por seus discípulos. Pela leitura da obra de JUNG e das produções de

seus assistentes e discípulos mais próximos, tem-se a impressão que não fazia sessões formais de supervisão, mas esta acontecia sempre e era motivo da atenção de JUNG.

MATTOON (1995) afirma que não se pode estar seguro se os analistas que estudaram com JUNG tiveram supervisão com ele ou não no início de suas práticas, apesar de se declarar abertamente contra métodos e técnicas. Todos faziam tiveram, pelo menos parte de sua análise com JUNG e junto pode ter havido supervisão. De qualquer forma há indícios que fazia controle dos atendimentos feitos por seus discípulos e estes ocorriam por ocasião dos seminários, nos encontros no clube, nas sessões de análise, e é possível que houvesse momentos dedicados à supervisão.

A mesma autora acrescenta que hoje, a supervisão é considerada parte integrante da formação daqueles que pretendem exercitar a arte da análise ou da Psicoterapia Analítica, podendo continuar além deste período. A prática da supervisão ocorre, e é recomendável que seja uma constante na vida profissional do analista, junto com a análise.

Principalmente durante o período da formação de analista, a supervisão tem o objetivo de ajudar o formando a desenvolver sua identidade de analista. JACOBY (1995, 84) afirmou que: “Como a análise é basicamente é uma arte, é difícil ensiná-la”. Reggiori (1995, 134) compara a formação do psicoterapeuta com a formação do balé.

Primeiro precisa aprender os passos clássicos da disciplina de base e saber porque existem a teoria e a estrutura e porque são impostas. Depois de haver assimilado tudo isto, somente muito mais tarde, pode-se desenvolver um estilo individual no interior de uma estrutura, usando uma autoridade, uma resposta interior dada pela consciência teórica e entrelaçada com ela.

O estilo individual vem da ampliação do campo de conhecimento da própria psique, e da contribuição do modelo de analista oferecido pelo analista, assim como pelo supervisor.

No período de formação de analista, “A supervisão inclui a formação, a avaliação e o fato de constituir em um modelo de desempenho de papel no aprendizado.” (WAKEFIELD, 1995, 87) Dentre as funções do supervisor está a de avaliar a condição do

formando, que é ao mesmo tempo candidato a analista e membro da Sociedade Psicanalítica.

Nos casos de formação e nos casos que o analista já está formado e adota a prática da supervisão, pretende-se que a supervisão ajude a criar as condições adequadas para que o processo analítico seja o mais frutífero possível. É a criação de um espaço no qual o aluno possa dar novos significados às vivências, experimentar idéias, explorar possíveis abordagens, e se tornar mais consciente daquilo que já conhece, como também daquilo que precisa desenvolver no seu saber. (REGGIORI, 1995, 135)

Para isso, o analista expõe a outro profissional – detentor de conhecimento e experiência clínica na mesma abordagem que adota - o caso que está analisando e a sua condução do processo. Este profissional, o supervisor, dedica-se a analisá-lo em seu todo: a dinâmica relacional entre analista e paciente, as intervenções, as reações, os sentimentos despertados, as associações e fantasias, até sonhos do analista, bem com as do analisando; também observa o desenrolar do processo como um todo.

A supervisão, em Psicologia Analítica, envolve questões relacionadas à técnica, à transferência/contratransferência, à sugestão de novas perspectivas dinâmicas e arquetípicas. Sozinho, o analista dificilmente chega a uma visão completa do que ocorre no processo analítico, porque seu inconsciente está envolvido. Por isso, precisa submeter seu trabalho à supervisão direta de outro profissional para, juntos questionarem, refletirem, e buscarem a percepção mais abrangente possível do que está ocorrendo no campo analítico, em relação ao paciente, ao analista e ao desenrolar do processo.

Pode ser feita individualmente e em grupo. É individual quando analista e supervisor, face a face, discutem um ou mais casos em atendimento, em todas suas implicações. A supervisão individual reflete a forma mais básica e primária de toda relação humana. “Aspectos do que está acontecendo entre o supervisor podem se refletir nesta relação e por isso é um lugar de discussão e uma área útil de exploração diagnóstica”. (REGGIORI, 1995, 128)

A supervisão em grupo, adotada durante a formação, consiste na apresentação do caso em atendimento por um dos analistas a um grupo composto por colegas em formação e coordenado por um supervisor. Todos analisam e contribuem com suas percepções.

Quanto às habilidades que o supervisor precisa desenvolver, se lê na Introdução do livro *Junguian Perspectives on Clinical Supervision* que “Enquanto um analista precisa da habilidade de analista, um supervisor precisa da habilidade de analista e de professor”.

JUNG como Supervisor

Como citado anteriormente, não há referência direta sobre a supervisão feita por JUNG na formação de analistas ou de supervisores nas Obras Completas. Encontram-se algumas alusões a supervisões feitas por ele, na obra de alguns de seus discípulos. No entanto, pela leitura dos escritos de JUNG e das produções dos assistentes e discípulos que com ele conviveram, deduz-se que ele não fazia sessões formais de supervisão, mas que estava atento à forma como conduziam a análise e os orientava sempre que julgava necessário.

MATTOON (1995, 32) menciona a época do estabelecimento do Instituto de Zurique como a instituição do conceito de supervisão. Antes disso, JUNG a adotava com seus discípulos, mas ainda não havia referências diretas sobre ela.

Na época do estabelecimento do Instituto de Zurique, em 1948, parece que o conceito de supervisão foi instituído. O *Relatório dos Primeiros Doze Anos: 1948-1960* que inclui em sua lista de exigências para o diploma de analista a “conclusão bem sucedida de, pelo menos, 250 horas de análise de controle sob supervisão de um analista de treinamento”. A exigência especificava somente o número de horas que o candidato deve fazer com o analisando; número de horas com cada um dos analistas de controle não foi mencionado.²⁰

²⁰ By the time the Zurich Institute was established in 1948, the concept of supervision seems to have entered the picture. A printed "Report on the First Twelve Years: 1948-1960" included in its list of requirements for the analyst's diploma "Successful completion of at least 250 hours of control analyses under the supervision of a training analyst." The requirement specified only the number of hours the candidate was to spend with analysands; the number with the control analysts was not mentioned.

JUNG não considerava importantes as intervenções verbais do analista, mas a sua personalidade como um todo: aquilo que se vive emana do ser. Então, colocava a ênfase principal na personalidade do analista e em sua maturação relativamente ao processo de individuação.

Pelo fato de reconhecer a suma importância na personalidade do analista, considerava a análise muito valiosa na formação dos futuros analistas. Acreditava também que o analista precisa desenvolver a habilidade de entender a linguagem do inconsciente. Os seminários ministrados por ele, e pelos seus auxiliares e discípulos, abordavam temas relacionados a mitos, contos de fadas, e estudavam o simbolismo em vastas áreas de nossa história, culturas e religiões, o que servia para exercitar as habilidades de usar uma abordagem simbólica no confronto do material inconsciente do analisando. (HANNAH, 2003)

Então, a análise pessoal e os estudos de amplificação eram o suporte da formação dos analistas. Havia também o final dos seminários, ocasião que JUNG respondia às perguntas propostas pelos presentes, muitas vezes, relacionadas a casos em atendimento pela pessoa que perguntava. A convivência de JUNG com seus discípulos era bastante próxima e, à medida que percebia a necessidade, no dia-a-dia, também fazia supervisão. Principalmente as sessões de análise - que tinham como objetivo principal tratar de questões relacionadas à psique do analista - eram outra oportunidade que JUNG dava supervisão a seus discípulos. (HANNAH, 2003, 149).

Os seminários representavam uma experiência viva e eram assistidos pela maioria dos discípulos, pode-se conjecturar que, além do objetivo de transmitir conhecimentos teóricos, eram direcionados para os procedimentos do cotidiano no consultório. Era a oportunidade de serem levantadas questões surgidas na prática, além de despertar para a discussão no momento da análise do analista. (HANNAH, 149).

Em *Historical Notes*, MATTOON (1995, 30) afirma que estas perguntas e respostas eram uma forma de supervisão.

JUNG não usou especificamente o termo, mas fazia uma espécie de supervisão em suas conferências, cursos e seminários. (...) Embora o interesse primário de JUNG fosse o

conteúdo arquetípico dos sonhos e visões, os seminários ofereciam algumas pistas referentes a sua forma de abordar o material do analisando e podem ser vistos como um passo para caso consultoria, se não para a supervisão, realmente.

Uma declaração de HANNAH acerca de sua experiência durante a formação, descreve a importância do contato, nos seminários, entre JUNG e os futuros analistas:

Eu havia lido todos os seus livros antes de ir a Zurique, assim achava que compreendia alguma coisa do seu pensamento, mas a primeira entrevista foi suficiente para convencer-me de que a psicologia de JUNG era personificada por ele próprio, sendo a sua pessoa mais eloqüente do que todos os seus livros. (HANNAH, 2003, 201)

Os discípulos que vinham a ele com interesse de se tornarem analistas assistiam aos seminários e se submetiam à análise. JUNG foi o primeiro a perceber a necessidade e a importância do autoconhecimento quando se pretende entrar em contato com a psique de outra pessoa.

HANNAH conta sua experiência de análise referindo que os futuros analistas faziam análise com JUNG, pelo menos durante um determinado período de tempo, ou com um dos seus assistentes que ele indicava. Geralmente iniciavam com um (ou uma) de seus assistentes e continuavam com JUNG.

Depois de cumprir meu período de aprendiz, durante dois anos com três assistentes de Jung, comecei a análise com ele em janeiro de 1931²¹. Ainda bem que foi assim, pois teria sido muito frustrante trabalhar com *qualquer outra pessoa* depois da experiência de trabalhar confrontado com a totalidade de Jung. Ele não deixava passar nada, desafiando-nos constantemente em nossas áreas inferiores e inconscientes. (HANNAH, 209-210)

Relata ainda que inicialmente as sessões de análise ocorriam duas vezes na semana. depois, uma vez por semana, e mais tarde, apenas quando conseguisse provar-lhe que de fato era necessário. Desta forma, foi possível ultrapassar a relação analista/paciente e estabelecer um relacionamento objetivo.

²¹ Ela havia chegado a Zurique em janeiro de 1929

Em outro momento refere que “(...) os opostos encontravam-se tão unificados nele e naquele tempo ele era tão completo, que cada vez mais pessoas unilaterais sentiam-se atraídas por ele, procurando conseguir mais uma vez pelo menos um vislumbre da própria totalidade.” (HANNAH, 205).

Conta que a “(...) análise com JUNG era um processo bastante informal e diferente para cada indivíduo” (HANNAH, 210). A terapia transpunha as paredes do consultório. Fora da análise, muitas vezes descobria coisas importantes de seus pacientes. Aliás, JUNG afirmava que a própria vida é quem mais ensina às pessoas sobre elas mesmas. (Idem, 116).

Em vista disso, considerava importante a convivência e recomendava que seus discípulos assistissem seus seminários, que foram muitos. Uma das diversas séries de seminários de JUNG foi chamada de *Seminários Ingleses*. Estes seminários

(...) aconteciam uma vez por semana no “Pshychologischen Club Zurich”. Os participantes eram seus alunos e analisados. Os relatórios dos seminários eram policopiados (25 volumes, editados por Miss Mary Foote) e entregues só aos participantes ou a outros com autorização expressa. Os títulos dos relatórios são: *Dream Analysis*, 1928-1930; *Interpretation of visions*, 1930-1934; *Psychological Aspects of Nietzsche's Zarathustra*, 1934-1939.(JUNG, 2001, 201)

Há referências de situações informais de supervisão. HANNAH conta uma situação ocorrida com Peter BAYNES que denota claramente que JUNG fazia supervisões, podendo ser informais, à medida que percebia a necessidade de sua intervenção.

Lembro de Peter Baynes, assistente de Jung, contando-me que, quando pediu conselhos quanto a alguma dificuldade, Jung perguntou onde ele se sentava enquanto analisava, e exclamou ‘Pelo amor de Deus, homem, saia de trás da mesa!’ Peter acrescentou: ‘eu jamais teria pensado nisso, mas então a dificuldade desapareceu’’. (HANNAH, 2003, 210)

Eleanor BERTINE²², médica Americana, em 1920, foi para Zurique estudar com JUNG, lá permanecendo por um ano. HANNAH (149) conta que antes de sair em férias, ele sugeriu que Bertine e Baynes analisassem os sonhos um do outro. Bertine retornou em 1922, quando conheceu a médica britânica Esther Harding. As duas médicas, em conjunto

²² Autora de *Human Relationships* e *JUNG Contribution to Our Time*. (HANNAH, 165, nota 5).

com outra amiga de Bertine, fundaram o primeiro grupo junguiano de Nova Iorque. (HANNAH, 2003).

JUNG sempre teve o cuidado de encaminhar os pacientes ao analista que considerava adequado. Além disso, solicitava-lhes que voltassem a procurá-lo para lhe contar se alguma coisa não estava indo bem. (HANNAH, 2003, 156).

No livro *Os Sonhos e a Morte*, von FRANZ (s/d, 17) relata uma situação na qual uma colega analista lhe trouxe alguns sonhos de uma paciente para que os estudasse. Após estudá-los, discutem a interpretação. A colega não concorda com seu ponto de vista, então se dirige a JUNG que os interpreta, e lhe fornece esclarecimentos dos motivos para assim interpretá-los.

O propósito do relato de von FRANZ, no livro, não foi comentar o tema supervisão mas, partindo do seu relato pode-se inferir a maneira que JUNG procedia: incentivava a independência e autonomia de seus discípulos analistas, e os estimulava a se auxiliarem e trocarem experiências entre si. Em casos de dúvidas, se colocava à disposição para recebê-los, esclarecer-lhes as dúvidas e trocar idéias com eles.

Em *Psicoterapia*, von FRANZ (1999, 202) se refere à supervisão - usando literalmente o termo - que JUNG fez da primeira paciente psicótica grave que atendia. A autora conta que lutava para evitar um episódio esquizofrênico em consequência de um golpe externo que a paciente havia sofrido. Escreve:

Nesse ponto, Jung, que estava supervisionando o caso, disse-me seriamente: ‘Como você tem tanta certeza de que essa mulher não tem que passar por esse episódio? Muitos pacientes melhoram depois de um episódio. Você não deveria estar tentando aprender o segredo do destino dela; é apenas um jogo de poder. Você não sabe o que Deus quer dela’

Segue afirmando que acatou a intervenção dele, desistindo de salvar a paciente e se restringindo a interpretar os sonhos dela o mais diretamente possível, e com isso a paciente “inexplicavelmente melhorou”. Ao relatar a melhora para JUNG, ele riu e disse: “Era isso que eu esperava, mas não podia dizer nada porque senão você poderia ter tentando forçar alguma coisa de novo!” E acrescenta: “Aquilo me curou de vez por todas de qualquer entusiasmo terapêutico juvenil excessivo.”

O interesse e a dedicação de JUNG à formação do analista foram compartilhados pelos seus primeiros discípulos. A supervisão ficou sendo a maneira de acompanhar com bastante proximidade o trajeto percorrido pelo iniciante.

A supervisão foi considerada como realmente sendo necessária, mas de fato, parecia menos importante. A tarefa dos supervisores consistia, muitas das vezes, em acrescentar seus próprios pontos de vista às interpretações dos sonhos dos analisandos dos formandos, talvez com mais alguns conselhos sobre como relacionar estas idéias às suas situações conscientes. (JACOBY, 1995, 78)

Contribuições de Junguianos à Supervisão

A literatura psicanalítica sobre supervisão é abundante, afirma CORBETT (1995, 73) e ao mesmo tempo questiona: Pode-se acrescentar algo especificamente junguiano? A resposta à própria pergunta é sim, sem dúvida, pois adota uma atitude única perante a terapia. A contribuição da Psicologia Analítica é a importância da constelação do *SELF* na terapia.

O autor comenta que a Psicologia Analítica se interessa pelos aspectos arquetípicos, ou as formas de manifestação do *Self* no campo terapêutico, ao invés de se concentrar apenas nos aspectos pessoais da transferência. Busca levar o paciente a encontrar a própria relação com o *Self* e com a psique objetiva.

Precisamos lembrar que o *Self* pode estar interessado na formação, se a formação for parte autêntica da individuação do *trainee* e do supervisor. (...) Aqui levo a sério a idéia de Jung de aquilo que somos nos acontece, ou que o inconsciente se apresenta externamente como os eventos de nossas vidas. (CORBETT, 1995, 74-76)

Michael FORDHAM foi um autor que contribuiu com o tema da supervisão durante mais de trinta anos. (MOORE, 1995, 51)

Em *Sugestões para uma Teoria de Supervisão*, FORDHAM (1995, 43) relata as dúvidas surgidas na época da estruturação do programa de treinamento de analistas

junguianos na Sociedade de Psicologia Analítica de Londres. Menciona que a decisão do treinamento deveria se basear em estudos clínicos e por isso os candidatos deveriam fazer supervisão. Disso resultou a pergunta sobre quem deveria fazê-la: o próprio analista do formando ou outro analista que não fosse o responsável pela análise do formando?

FORDHAM esclarece que dois fatores pesaram na tomada de decisão. Primeiro, era preciso evitar que o analista se tornasse um professor e assim obstruísse a integração dos conteúdos inconscientes. O segundo, foi o temor de deixar a supervisão a cargo do analista, uma vez que caberia a este analista/supervisor avaliar a capacidade do formando em conduzir análise, o que seria colocar muita responsabilidade para uma só pessoa. Um supervisor diferente do analista poderia ajudá-lo a fazer tal avaliação. A opção foi a instituição de dois analistas para os dois papéis distintos.

CORBETT (1995, 73) relata um debate dos anos 30 sobre a relação supervisor/terapeuta entre dois analistas, BALINT, em Budapeste, e BIRBRING, em Viena. O grupo de Budapeste acreditava que a supervisão era um prolongamento da análise pessoal, e que deveria ser realizada pelo analista pessoal. Na análise, eles enfatizavam a transferência; e na supervisão, a contratransferência. Os vienenses insistiam na separação das duas coisas afirmando que a supervisão é didática e que a contratransferência, uma vez identificada, deveria ser levada para a análise pessoal. Conclui que no debate prevaleceu o ponto de vista dos vienenses, mas acredita que esta distinção é muitas vezes sustentada com muita rigidez.

Diante da possibilidade de justaposição de funções, sempre houve consciência do imperativo de se delimitar o campo de atuação de cada um e discutir os casos de necessidade de interferência de um no campo do outro. E esta é uma preocupação que persiste até os dias de hoje: o trabalho harmônico dos dois profissionais em direção ao mesmo objetivo.

Supervisão Hoje

Na discussão desse campo de atuação, é importante trazer e citar algumas considerações feitas por FORDHAM e CORBETT em relação à delimitação dos campos:

FORDHAM, (1995, 44), cita dois fatores:

- 1) O supervisor é a pessoa mais importante na iniciação do candidato como novo membro da Sociedade (Psicanalítica) porque está incumbido, principalmente, de desenvolver as habilidades conscientes do candidato, e funciona como controlador da tendência do candidato à atuação durante as regressões surgidas, em função de sua análise ou do resultado da tensão do treinamento.
- 2) O supervisor precisa lidar, desde o início, com o formando como um colega iniciante e não como um paciente. Para isso, deve respeitar o direito dele de utilizar o conhecimento e experiência do supervisor como melhor lhe aprouver, sem que haja a preocupação de que possam emergir deficiências na personalidade do formando. Principalmente, em relação às experiências que o supervisionando traz à supervisão e irá amplificá-las com a ajuda da experiência do supervisor e assim terá a oportunidade de aprender e desenvolver as suas teorias e técnicas. (idem, 45)

De acordo com Lionel CORBETT (1995, 60),

- 1) A supervisão tem um efeito de pirâmide; pela sua influência no candidato, para o bem ou para o mal, indiretamente influencia a terapia de muitas pessoas que irão ser por ele tratadas ao longo de sua carreira.
- 2) Apesar de supervisão não ser sinônimo de terapia, ambos têm alguns elementos em comum. A supervisão pode ter um efeito terapêutico ou um antiterapêutico no candidato. Em virtude de uma identificação não analisada, ou transferência para o supervisor, ou por necessidade de se defender contra aspectos traumáticos da situação, o processo pode produzir tanto no supervisionando quanto - em consequência - no seu paciente um salutar benefício ou a consolidação de sua patologia pessoal e pode reforçar ou dissolver no supervisionado as suas atitudes terapêuticas habituais.

3) Da mesma forma que o terapeuta deve estar consciente das próprias dificuldades, assim também o supervisor deve estar bastante consciente para não ferir o candidato pela imposição de uma posição teórica inadequada, baseada em suas necessidades. Se o supervisionando é forçado a adotar ou a se adaptar a uma teoria que está em desacordo com seu temperamento e suas habilidades, pode levar anos para superar o dano.

A supervisão inclui a formação, a avaliação, e o fato de constituir em um modelo de desempenho de papel no aprendizado (WAKEFIELD, 1995, 87)

Como vimos, JUNG e os primeiros analistas creditaram alto valor à personalidade do analista, e em sua maturação em termos de processo de individuação. No processo de formação, estes fatores recebiam especial atenção por parte dos responsáveis pela formação dos novos analistas.

Hoje, os analistas fazem um cauteloso movimento de deslocamento sobre a ênfase da supervisão.

O foco nos assim chamados conteúdos do inconsciente se expandiu de modo a incluir também uma consciência mais sensível da dinâmica do inconsciente, como se exprime no aqui e agora do “espaço terapêutico”, ou do “campo interativo”, como habilmente define Nathan Schwartz-Salant. (JACOBY, 1995, 79)

Transferência e contratransferência percorrem junto com analista e com o analisando o caminho da análise e do processo de individuação. A supervisão é o local adequado para se detectar a ocorrência da contratransferência. Mas é na análise que ocorrem as melhores condições de ser profundamente trabalhada.

Portanto, cabe ao supervisor estar atento e observar a transferência do paciente em relação a seu supervisionando, além de confrontá-lo com a contratransferência em direção a seu paciente. Há quem considere a atenção à contratransferência como uma das mais importantes funções do supervisor. “O principal objetivo da supervisão de controle é analisar as características da atitude de contratransferência e criar maior familiaridade com os tipos mais freqüentemente constelados de reação e fase de contratransferência.” (STEIN, 2005, 82)

Porém, recomenda FORDHAM (1995), o supervisor deve apenas confrontá-lo com as manifestações da contratransferência, mas não analisá-la, deixando isso a cargo da análise. Recomenda que mostre e discuta a contratransferência do candidato e confronte-o com isto, mas que evite fazer observações analíticas ou interpretações, exceto em condições especiais. Recomenda também que supervisor e analista mantenham um bom diálogo considerando que ambos fazem parte da organização de treinamento.

O ponto de vista de WAKEFIELD (1995, 86):

Quando a contratransferência de um candidato surge de assuntos pessoais não resolvidos, sugere-se que o supervisor não explore as reações, mas, ao invés remeta o assunto para a análise pessoal. Quando a contratransferência é uma reação ao que o paciente apresentou (projeções ou contratransferência sintônicas) então se sugere que o supervisor trabalhe o material com o candidato.

Também compete ao supervisor discutir com o supervisionando, durante a supervisão, questões da condução geral dos casos. Para isso, precisa desenvolver, além das habilidades do analista, as habilidades de professor. Haverá momentos nos quais o supervisor precisa discutir a teoria, sugerir leituras pertinentes a questões técnicas e teóricas surgidas no estudo dos casos, discutir a interpretação do material trazido. Nesses casos, conhecimentos, habilidades e atitudes de didata são importantes.

Atualmente, alguns analistas têm se dedicado a observar a contratransferência do analista como uma fonte de informações. FORDHAM chega a sugerir que se ensine “(...) aos analistas em formação uma aproximação sistêmica aberta, com o uso pleno de suas contratransferências, e do envolvimento completo com seus pacientes” (MOORE, 1995, 51).

A relação entre analista e supervisor é muito estreita. Ambos caminham o mesmo trajeto, mas em trilhas diferentes. Nenhum pode pisar as flores à beira do caminho, antes, deve estar atento a elas, pois que são comuns a ambos os caminhos. A relação supervisor/supervisionando não deve interferir na transferência do candidato a seu analista. Caso isto se torne um problema, sugere que analista e supervisor devam se comunicar, discutir o assunto e juntos decidirem uma orientação. (FORDHAM, 1995)

Quando ocorrem conflitos entre supervisor e analista, surgem problemas. Neste caso é preciso boa vontade de ambas as partes, e o entendimento das respectivas abordagens. É nocivo desafiar as identificações necessárias ou a aliança terapêutica do formando com seu analista ou fazer insinuações sutis aos pontos fracos do trabalho, ou insistir que sua forma de analisar é a única. Diferenças de propostas para os problemas estão baseadas em diversos substratos teóricos, e podem ser tratados eficazmente de diversos modos. (CORBETT, 1995, 72)

FORDHAM percebia a supervisão como uma viagem iniciática, integrativa, durante a qual o supervisor cumpre o papel arquetípico de iniciador, mas que não analisa nem interpreta processos inconscientes. A análise sempre é o centro do treinamento. A distinção entre o papel do supervisor e do analista se torna mais necessária à medida que surge a necessidade de observar a transferência e a contratransferência, que por um lado pertence à análise e, por outro, pertence à supervisão. (MOORE, 1995, 51-2)

O autor fez uma série de recomendações no sentido de analista e supervisor cooperarem, ao mesmo tempo em que respeitam o espaço um do outro, pois a supervisão deve ser separada e diferente da análise didática. No entanto, pode ser difícil para o supervisor evitar se intrometer na análise, ainda mais quando o método do analista for diferente do seu próprio método, o que pode resultar em uma divisão de transferência.

5. Metodologia da Pesquisa

Metodologia é uma palavra de raiz grega, formada por *meta*, *hodos* e *logos*. *Meta*, significa objetivo, alvo; *hodos* significa, caminho; e *logos*, estudo sistemático. Quando se diz Metodologia, etimologicamente está se falando no estudo do caminho a ser seguido para se chegar a uma meta.

Porém, segundo GONSALVES (2001, 60), metodologia não tem apenas a conotação de um mapa, “(...) a questão metodológica é bem mais ampla e indica um processo de construção, um movimento que o pensamento humano realiza para compreender a realidade social”. Trata-se do planejamento de como abordar o objeto de estudo. Remete, segundo a mesma autora, às posições teóricas que evidenciam a postura epistemológica do pesquisador. Além disso, MINAYO (1999a, 16) acrescenta que a metodologia inclui o “(...) sopro divino do potencial criativo do investigador”.

Metodologia é, então, a escolha de um caminho a ser trilhado e dos procedimentos a serem utilizados como aqueles mais indicados para a pesquisa que o pesquisador se propõe, diante da concepção da relação sujeito-objeto do conhecimento. Daí porque o mapa do caminho não é condição necessária e suficiente. Há que se contar também com as percepções do pesquisador, sua capacidade de elaborar e reelaborar a paisagem que encontra pelo caminho, baseado nos fundamentos teóricos que a ciência coloca a seu dispor e que se identificam com a sua forma de perceber o mundo.

A seguir abordo os métodos de pesquisa justificando a escolha feita para esta pesquisa, também o modo de investigação, a população, as técnicas de coletas de dados que serão utilizados na investigação e as fontes da pesquisa.

5.1. Método da Investigação

5.1.1. Pesquisa Qualitativa

*A ciência pode classificar e nomear os órgãos de um sabiá,
Mas não pode medir seus encantos.
A ciência não pode calcular quantos cavalos de força
existem nos encantos de um sabiá.
Manoel de Barros, Livro sobre o Nada.*

A característica principal das Metodologias de Pesquisa Qualitativa é serem capazes de reunir a questão do “SIGNIFICADO e da INTENCIONALIDADE como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais”. (MINAYO, 1999b, 10).

BOGDAN e BIKLEN, (1999, 47-51) discutem cinco características básicas que configuram a pesquisa qualitativa:

- 1) *A fonte direta de dados é o ambiente natural e o investigador é o instrumento principal.*
- 2) *Os dados coletados são principalmente descritivos.*
- 3) *A preocupação essencial do investigador é com o processo mais do que com os resultados ou produtos.*
- 4) *Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva.*
- 5) *O significado que as pessoas dão às experiências é muito importante.*

A pesquisa qualitativa, conforme afirma MORIN (2000, 168) leva em conta que “(...) a razão não é totalmente racionalizável” e considera, com Gaston BACHELARD, que não há nada simples na natureza, só há o simplificado.

Complexidade é o termo utilizado por Edgar MORIN (2000, 188) para dar conta do “(...) tecido formado por diferentes fios que se transformam numa coisa só”. Para o autor, a realidade é multidimensional, contém diferentes faces que precisam ser distinguidas e tratadas de modo diferente. Os diversos aspectos não podem ser isolados e incomunicáveis,

precisam “encontrar o caminho de um pensamento dialógico” de duas lógicas unidas em prol da “unidualidade”, sem que a dualidade se perca na unidade. (MORIN, 189)

Ao princípio dialógico, é preciso acrescentar o princípio hologramático que reconhece que “(...) o todo está na parte que está no todo, como um holograma.” (MORIN, 2000, 190). O pensamento complexo comporta em seu interior o princípio da unidualidade, do hologramático, da incompletude e da incerteza.

A pesquisa qualitativa é aquela que comporta pensar conjuntamente o desafio da complexidade.

5.1.2. A Escolha do Método

O método de investigação pretende ser coerente com os objetivos propostos. Então, para a seleção do mesmo, considere o compromisso de atender às necessidades da pesquisa que busca informações num universo de entrevistados com uma visão de mundo baseada na abordagem junguiana. Esta abordagem, usando os termos de Edgar MORIN, privilegia o respeito ao princípio hologramático e à realidade multidimensional, busca a dialogicidade, do indivíduo na relação consigo mesmo, e do indivíduo com o mundo externo.

Como o objetivo da pesquisa é entrar no mundo conceptual dos entrevistados e conhecer o sentido que dão à experiência vivida, busquei estratégias que lhes permitissem expressar os aspectos subjetivos e que permitissem aproximar-me desta compreensão.

O objetivo que proponho para esta pesquisa é ampliar o campo de consciência. A Pesquisa Qualitativa se mostrou adequada para manter a harmonia das características na fase de investigação junto aos sujeitos.

O *Homo humanus*, conforme a expressão de Jean-François CHANLAT (1996), é ao mesmo tempo um ser genérico e singular, ponto de vista este semelhante ao de Carl Gustav JUNG que descreve as pessoas como seres cujos conteúdos são, em menor grau, definidos pela psique individual, e em maior grau, por uma psique coletiva comum a toda espécie humana. Este ser, genérico e singular, vive a sua experiência - inalcançável para outro - que não pode ser repetida por nenhum outro.

Diante disto, fica a questão, como, então, pesquisar as percepções de determinados sujeitos relacionadas ao objeto de estudo e pretender estendê-las a um contexto maior? Justamente porque, segundo CHANLAT (1996, 28), toda pessoa é portadora, ao mesmo tempo, do genérico e do específico, os fenômenos que se estudam refletem as duas ordens da realidade. “O estudo do fato humano não pode, portanto, abstrair-se desta dupla dependência”.

JUNG elucida a questão da possibilidade de se pesquisar as percepções de determinados sujeitos com o propósito de estender ao contexto maior, isto é, a possibilidade de se fazer ciência atribuindo características do específico/singular ao genérico/semelhante.

No entanto, se individualidade fosse singularidade, isto é, se o indivíduo fosse totalmente diferente de qualquer outro indivíduo, a psicologia seria impossível enquanto ciência, isto é, ela consistiria num caos inextricável de opiniões subjetivas. Mas como a individualidade é apenas relativa, isto é, apenas complementa a conformidade ou a semelhança entre os homens, as afirmações de validade universal, ou seja, as constatações científicas tornam-se possíveis. (JUNG, O. C. XVI § 1).

A presente pesquisa fará uso do método Qualitativo, por ter se mostrado o mais adequado, apoiado no processo dialético na análise de dados.

A seguir, explicito as técnicas utilizadas.

5.2. Estudo de Caso tipo Casos Múltiplos ou Multicasos.

O estudo de caso pode se referir a um ou mais casos. Quando mais de um caso é estudado, denomina-se multicasos. Nesta pesquisa fiz uso do Estudo Multicasos (ou de Casos Múltiplos) para investigar os sujeitos.

Estudo de caso é a análise aprofundada de uma unidade social (sujeito, ambiente ou situação específica). Tem sido a estratégia preferida quando o foco de interesse é sobre fenômenos, que só podem ser analisados dentro de um contexto de vida real. É útil para responder às questões interrogativas “como” e “por que”.

No Estudo de Caso o investigador não pretende intervir sobre a situação, mas dá-la a conhecer tal como se apresenta. No entanto, um estudo de caso não é meramente descritivo, pode ter um alcance analítico, pode interrogar a situação, pode confrontar a situação com outras situações já conhecidas e com as teorias existentes.

5.3. Técnica de Coleta de Dados: Entrevista

Selecionado o método mais condizente com o propósito da pesquisa, o passo seguinte foi a escolha do modo de investigação. Diante do caráter e dos objetivos da presente pesquisa, escolhi a entrevista qualitativa semi-estruturada como a técnica a ser empregada para a coleta de dados. Através dela pretendo discutir as questões: Qual a percepção dos analistas/supervisores junguianos acerca da formação de supervisores junguianos?

O objetivo da entrevista foi conhecer as trajetórias dos entrevistados até se formarem supervisores, suas potencialidades e facilidades vivenciadas no cotidiano da supervisão, e também as limitações vivenciadas no cotidiano e estratégias utilizadas para superá-las. Também quis identificar junto aos entrevistados se existe, e qual seria o processo ideal de formação de supervisores.

A entrevista semi-estruturada foi o método eleito por possuir um caráter de interação entre entrevistador e entrevistado, no qual o primeiro – entrevistador - objetiva obter informações do segundo - entrevistado. É permeada pela influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. (LÜDKE; ANDRÉ, 2003; TRIVIÑOS, 1987). “Constitui uma relação assimétrica em que uma parte coleta dados e a outra se apresenta como fonte, ou na linguagem especializada, como informante.” (VASCONCELOS, 2002, 220).

As informações foram obtidas através de um roteiro de entrevista no qual constaram perguntas pré-estabelecidas de acordo com o problema central.

São muitas as classificações das entrevistas. Variam conforme os diversos autores: informal, focalizada, por pautas, estruturadas para *surveys* (VASCONCELOS, 2002); individuais e grupais (GASKELL, 2003); entrevista narrativa (JAVCHELOVITCH, 2003), entrevista episódica (FLICK, 2003); informais, focalizadas, por pautas e formalizadas (GIL, 1995); padronizada ou estruturada, despadronizada ou não-estruturada, e painel (MARCONI e LAKATOS, 1999); estruturada ou padronizada, semi-estruturada ou semipadronizada, e não-estruturada (LÜDKE; ANDRÉ, 2003 e BOGDAN E BIKLEN, 2003).

O formato do roteiro das entrevistas adotado foi o semi-estruturado ou semipadronizado que segue um esquema básico, porém flexível e permite ao pesquisador fazer as adaptações que considere necessárias. Não impõe uma ordem rígida de questões, e permite ao entrevistado discorrer sobre as questões propostas com base em suas informações e experiências, que são a verdadeira razão da entrevista. A entrevista semi-estruturada mostrou-se de acordo com os objetivos que pretendia alcançar e permitiu espaço para adaptações julgadas convenientes. As entrevistas foram aplicadas individualmente a cada um dos entrevistados.

A maior vantagem desta técnica é permitir “A captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”. (LÜDKE; ANDRÉ, 2003). Quando a entrevista é bem conduzida - quando se cria um clima de estímulo e aceitação mútua - permite a abordagem de assuntos pessoais, íntimos, de natureza complexa, e as informações fluem facilmente e de forma autêntica.

O entrevistador precisa estar atento e ter alguns cuidados éticos importantes: respeito pelo entrevistado – local e horário combinados – respeito às suas opiniões, valores, e impressões; respeito ao sigilo sobre as informações fornecidas, preservar o anonimato do entrevistado, ouvi-lo atentamente, e estimular o fluxo de informações. (LÜDKE; ANDRÉ, 2003). É importante também informar brevemente ao entrevistado o objetivo da pesquisa, além de garantir-lhe a confidencialidade das suas falas (BOGDAN e BIKLEN, 2003).

5.3.1. Seleção dos entrevistados

O objetivo da pesquisa qualitativa, segundo GASKELL (2003, 68), é “(...) explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”. Mas, explica, há um número limite de versões da realidade. Apesar de as experiências serem únicas ao indivíduo, as representações não surgem das mentes individuais, são também o resultado de processos sociais. As representações de determinado tema são, em parte, compartilhadas.

As primeiras entrevistas trazem surpresas, aos poucos, começam a surgir temas comuns e o pesquisador percebe que não aparecerão novas surpresas ou percepções. Está se aproximando o ponto de saturação. “O processo de seleção é interrompido quando se torna claro que esforços adicionais não irão trazer mais nenhuma variedade. Unidades adicionais dão lugar a retornos decrescentes”. (BAUER; GASKELL, 2003, 512)

GASKELL (2003) sugere entre 15 e 25 o número de entrevistados. Se, no decorrer das entrevistas, se percebe que continuam surgindo novas perspectivas, pode-se ampliar o número de entrevistados. Se as informações se mostrarem repetidas, que não acrescentam novas percepções, pode-se permanecer ou reduzir o número planejado inicialmente.

Por esses motivos, inicialmente, planejei entrevistar 10 sujeitos: dois em Curitiba, dois em Porto Alegre e seis em São Paulo. No decorrer da pesquisa, acrescentei um entrevistado em Curitiba, e outro em São Paulo em função de particularidades dos sujeitos a serem entrevistados.

O critério para determinação do número de sujeitos entrevistados obedeceu ao princípio *de saturação* preconizado pelo método de pesquisa, ou seja, a partir da oitava entrevista, observei que poucos dados novos emergiram. Ainda assim fiz mais quatro entrevistas percebendo que muito poucos dados novos eram acrescentados. Finalizei após haver completado doze.

GASKELL (2003, 82) sugere que a duração da entrevista seja entre uma hora e uma hora e meia. TRIVIÑOS (1987), que dure de 30 a 40 minutos, o tempo ideal para que não se torne repetitiva e empobreça. Planejei completá-la no tempo sugerido por Triviños, ou no máximo em cinquenta minutos, que é o tempo de uma sessão de análise, provavelmente praticado pelos entrevistados. De qualquer maneira, perguntei quanto tempo cada um dispunha para a entrevista. Na prática, a duração das entrevistas foi entre 50 minutos e uma hora, nenhuma foi além disso.

O critério de escolha de cada sujeito foi: ser analista fundamentado na Psicologia Analítica e ser supervisor na mesma linha de trabalho. Poderia ter feito, ou não, ou mesmo estar fazendo curso de formação junguiana em alguma das Instituições junguianas autorizadas. Poderia ser membro ou não de Instituição vinculada à Psicologia Analítica.

Não havia exigência de tempo de experiência, porém as mesmas foram anotadas e consideradas.

5.3.2. Fase Exploratória

A *fase exploratória*, segundo Minayo (1994), é dedicada a examinar o objeto de estudo, identificar os pressupostos, as teorias pertinentes e as questões para operacionalizar o trabalho de campo. Esta fase tem o objetivo de estruturar o projeto da pesquisa, na qual o investigador define as questões de pesquisa, o instrumento e escolhe os sujeitos a serem investigados.

O projeto piloto permite que se teste todo o projeto, e a partir de sua aplicação e das alterações que se mostram necessárias, é possível iniciar a pesquisa propriamente dita.

Na fase exploratória, ocorre a aproximação com os sujeitos a serem investigados, a apresentação do estudo, dos objetivos, métodos e questões éticas para convidá-los a fazerem parte do estudo.

A fase exploratória deste estudo iniciou com o contato com uma analista/terapeuta junguiana, Renata Cunha Wendth, minha professora no curso de graduação em Psicologia, também minha analista durante alguns anos. Procurei-a com o objetivo de conversar sobre a possibilidade de fazer uma pesquisa sobre a Alquimia do Trabalho. Eu acreditava que a trajetória profissional permite ao sujeito elaborar diversas etapas do processo alquímico. Porém, esbarrava na dificuldade de operacionalizar esta idéia.

Conversando com essa analista, percebi que a dificuldade operacional, nas condições atuais, inviabiliza a operacionalização do projeto. Sugeriu-me ela, então, que eu pesquisasse a necessidade, ou não, da formação do supervisor na clínica da Psicologia Analítica.

Após pesquisar na literatura, percebi que pouco havia sido escrito e pesquisado sobre o assunto. Revi a literatura sobre o tema e sobre os métodos de pesquisa e elaborei o projeto.

Nesta fase, fiz duas entrevistas com a mesma profissional. Ainda não tinha bem definida a pergunta da tese e a entrevista ajudou a começar delimitar a questão.

A pauta da primeira entrevista foi a seguinte:

1. O que representa supervisão, para você?
2. O que acontece com a pessoa na relação de supervisão?
3. O que significa supervisionar e ser supervisionado
4. O que você pensa que acontece com o seu supervisor na relação de supervisão?
5. O que você pensa que acontece com o seu supervisionado na relação de supervisão?

Voltei, em um segundo momento, para nova entrevista, porém não foi possível transcrever a gravação. Por isso, solicitei à supervisora uma segunda oportunidade e esta pacientemente a concedeu mais uma vez.

A pauta da segunda entrevista sofreu modificações em relação à primeira e as perguntas que se mostraram importantes foram as citadas abaixo:

Relativamente às diferenças e semelhanças entre análise e supervisão

Qual a diferença entre supervisão e análise, em se tratando de resultados?

Há pontos semelhantes?

Sobre supervisão

O que é fazer supervisão?

Por que fazer? Qual o objetivo da supervisão?

Quais os critérios para se escolher o supervisor ?

Sobre Competências

Quais as competências: conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao supervisor em Psicologia Analítica?

Sobre modelo de supervisão

Como você conduz uma supervisão?

Sentiu algum tipo de limitação?

Onde sentiu mais vulnerável?

Como você se preparou para ser supervisora?

Como você se formou supervisor?

A respeito da formação:

Qual seria o caminho ideal para alguém se tornar supervisor?

Quando você se sentiu capacitada para ser supervisora?

Como você iniciou o trabalho de supervisão?

Qual arquétipo é constelado na supervisão, em ambas as partes?

Qual o papel da transferência e contra-transferência no processo de supervisão?
Você acredita que a identidade de analista é influenciada pelo supervisor?

Após analisar os dados obtidos na segunda entrevista e dialogar com o orientador, a proposta de pesquisa foi se tornando mais clara e delimitada, então, a pauta para as entrevistas com os sujeitos da pesquisa.

No momento da qualificação do projeto de tese, os componentes da banca ofereceram suas contribuições e outras modificações foram feitas até que a proposta para sair a campo seria a abaixo. Lembrando que é uma pauta de entrevista semi-estruturada portanto um esquema básico, mas flexível. Durante as entrevistas foram feitas as adaptações consideradas necessárias.

5.3.3. Pauta da entrevista

Com a intenção de bem aproveitar o tempo do entrevistador e dos entrevistados, planejei uma pauta das questões, relacionadas ao objetivo da pesquisa, a serem feitas aos informantes da pesquisa. Serviu, de referência para as entrevistas, não foi aplicada rigidamente mas sim, modificada ao perceber a necessidade de mudança.

1. O que é ser supervisor?
2. Como foi a sua formação de supervisor? Facilidades e limitações experimentadas
3. Existe um processo ideal de formação de supervisores?
4. O que é preciso: a) *saber* b) *saber fazer* c) *ser* para ser supervisor?

Considere o termo *competência* como a qualificação necessária para desempenhar a atividade de supervisor. O conceito de competência se baseou na sugestão de DURAND (2000), que a dividiu em três dimensões: *conhecimentos, habilidades e atitudes*.

Em *conhecimentos*, atribuí o corpo de saberes adquiridos principalmente através da informação, relacionados aos conceitos, aos fundamentos teóricos. No termo *habilidades*,

considerarei o saber fazer. Refere-se à capacidade da articulação do conhecimento com a experiência que resulta na proficiência prática, ou seja, a capacidade de mobilizar o conhecimento para lidar com a situação prática. *Atitudes* referem-se ao como fazer, à postura e comportamento do supervisor que expressam o ser profissional.

O projeto inicial previa a gravação da entrevista, com o consentimento dos entrevistados pois, conforme recomenda TRIVIÑOS, apesar de a transcrição ser cansativa, tem a vantagem de permitir dispor de todo material fornecido pelo informante, além de poder ser completada e aperfeiçoada pelo mesmo após ouvir a própria gravação, caso haja alguma lacuna de entendimento.

5.4. Registro dos dados

A coleta de dados foi realizada através da entrevista semi-estruturada no ambiente de trabalho - os consultórios dos entrevistados. Sete entrevistados residem e trabalham na capital do Estado de São Paulo; dois entrevistados em Porto Alegre - RS; em Curitiba - PR, residem e trabalham três sujeitos entrevistados.

Ao retornar de cada uma das localidades onde trabalham e residem os entrevistados, transcrevi a gravação. Em Curitiba, por ser a cidade onde moro, as entrevistas foram feitas em dias diferentes e transcritas à medida que foram colhidos. Depois de transcritas, dei início à análise dos dados.

A seleção dos entrevistados foi feita através de indicações da analista junguiana com a qual fiz o contato inicial para discutir a possibilidade de pesquisar a Alquimia do trabalho. Esta terapeuta, além das entrevistas iniciais da fase exploratória também me indicou alguns nomes de terapeutas/supervisores com quem eu poderia fazer contato, explicar o projeto e solicitar a colaboração. Alguns desses primeiros entrevistados forneceram-me indicações de outros colegas que poderiam ter importantes contribuições a acrescentar. Aceitei as sugestões e dessa forma ocorreu a seleção dos sujeitos entrevistados.

Fiz o primeiro contato com os terapeutas/supervisores que pretendia entrevistar por telefone, ocasião em que solicitei a entrevista. Nesse telefonema explicava que estava fazendo uma pesquisa para fundamentar a tese de doutorado junto à Engenharia de Produção e Sistemas, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Citei o nome do orientador, Professor Doutor Francisco Antonio Pereira Fialho, o nome do projeto de pesquisa. Fazia um breve relato da pesquisa: título, procedimentos, objetivos, método e instrumento de coleta de dados, e explicava quem seriam os sujeitos da pesquisa. Solicitava então um horário para a entrevista e antecipadamente perguntava se aceitaria que a mesma fosse gravada em fita cassete.

Todos foram receptivos à idéia, prontificaram-se em conceder a entrevista, concordando com a gravação em fita cassete. Consideraram o tema importante e necessário.

Nos dias e horários combinados comparecia ao encontro para a entrevista e sempre fui bem recebida. Levava comigo os anexos referentes aos Procedimentos da Entrevista e seguia os passos ali indicados. Levava também o anexo referente aos dados pessoais e à pauta. No início da entrevista retomava as explicações sobre o tema, objetivos e apresentava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, solicitando que lessem e assinassem. Falava dos procedimentos (Apêndice 3) e, após colher os dados pessoais, começava a entrevista propriamente dita.

Antes de começar as perguntas da pauta da entrevista, pedia licença para ligar o gravador e a entrevista prosseguia. A interação com os entrevistados foi gratificante. Todos os entrevistados se envolveram com as questões e fizeram reflexões importantes sobre o assunto.

No total, foram entrevistados doze sujeitos, sendo sete do sexo feminino, e cinco do sexo masculino. Este total incluiu o sujeito da entrevista exploratória, com o qual foram feitos três entrevistas. Onze sujeitos são casados e um é viúvo. Suas idades variam entre 38 e 61 anos. Graduados em Psicologia entre 15 e 32 anos, em Filosofia, há 20 anos; em Medicina.

Todos os entrevistados têm consultório particular onde atendem seus clientes para análise ou terapia fundamentados na teoria da Psicologia Analítica.

Além da formação em psicologia, uma das entrevistadas é graduada em Ciências Sociais. Um dos entrevistados possui formação em Teologia, Filosofia, além da Psicologia.

A prática clínica varia entre 13 e 30 anos. Alguns entrevistados tiveram experiências em outros sistemas da Psicologia: comportamental, psicodrama, um deles foi, inclusive, supervisor de terapeutas clínicos em Hospital Psiquiátrico de atendimentos fundamentados no psicodrama, durante 8 anos, antes de se tornar junguiano.

Entre os que fizeram o curso de formação em Psicologia Analítica, o tempo de sua conclusão varia entre 3 e 21 anos. Um dos sujeitos está terminando o curso de formação e outro não o fez. No entanto, estuda a psicologia junguiana há 23 anos. Um dos sujeitos declarou que concluiu a formação oficial há 10 anos, mas que há 21 anos fez curso de formação com pessoas da sociedade.

Nove sujeitos concluíram o curso de formação no Brasil, na Associação Junguiana Brasileira, um dos entrevistados fez a formação em Zurique

Cinco são didatas na AJB, quatro estão se preparando para iniciar a didática no curso de formação, dois são professores/supervisores acadêmicos no curso de Psicologia de disciplina relacionada à Psicologia Analítica. Um entrevistado, além da prática clínica e da supervisão, também é consultor de empresas em educação.

A relação entre o número de anos de prática em Psicologia Analítica e Prática de Supervisão varia. Uma das psicólogas entrevistadas tem 30 anos de prática em Psicologia Analítica, 10 anos de formação em Psicologia Analítica e supervisiona há dois anos. Outra psicóloga entrevistada tem 3 anos de formação em P.A. e supervisiona há 5 anos; um psicólogo tem o curso de formação há 3 anos e supervisiona há 13, outra ainda, tem o curso de formação há 10 anos e supervisiona há 20 anos.

5.5. Análise dos dados

JUNG faz algumas reflexões acerca da dialética, referindo-se a ela como um método de construção do conhecimento no processo psicoterapêutico. Segundo este autor, o procedimento dialético é um método de interação entre dois sistemas psíquicos cujas trocas suscitam o surgimento de novas sínteses. Consiste em confrontar as averiguações mútuas, porém, isso só é possível se cada um admitir ao outro a oportunidade de apresentar seu material o mais completamente possível, sem limitá-lo pelos seus próprios pressupostos. A interação entre o sistema de uma pessoa com o sistema da outra pessoa resulta em um efeito em ambos os sistemas, e juntos vivenciam um processo evolutivo pessoal. (O. C. XVI § 1-2) A proposta de trabalho para análise dos dados foi dentro da perspectiva dialética.

O início do trabalho com os dados consiste no assinalamento das categorias. (LÜDKE; ANDRÉ, 2003, 48; GIL, 1995, 114; MARCONI; LAKATOS, 1999, 140). As categorias são uma forma de classificar as características comuns ou que se relacionam entre si dos dados recolhidos, de tal forma que o material contido num determinado tópico possa ser distinguido dos outros dados. (GOMES, 1999; BOGDAN; BIKLEN, 1999).

As categorias foram classificadas de acordo com as perguntas feitas aos entrevistados. O assinalamento das categorias foi seguido da análise de conteúdos e da compreensão dos dados coletados e identificação dos significados considerando as falas dos informantes.

Num segundo momento, confrontei as informações dos entrevistados com as informações colhidas na fundamentação teórica da psicologia analítica e com a minha própria experiência em relação ao material que dispunha para trabalhar.

Quanto à escolha dos pseudônimos para os entrevistados, segui um critério múltiplo. Ao início da entrevista informava que não iria declarar o nome do entrevistado, mas sim um pseudônimo e se a pessoa quisesse poderia escolher um para si. Na maioria das vezes, pediam que eu escolhesse por eles, exceto Beija-Flor e Lu que os indicaram.

Para Kin, por exemplo, escolhi uma palavra no Dicionário de Símbolos, de Chevalier e Gheerbrandt, que tivesse o mesmo significado que o seu nome em português. Kin em chinês significa ouro, o que tem o brilho da luz.

Carina também escolhi pelo significado. Em italiano, quer dizer carinhosa, afável, agradável, características da entrevistada e também sinônimo de seu nome.

Na escolha do pseudônimo Nina, utilizei o anagrama de algumas letras de seu nome e seu apelido, assim como também para Rob, Lion, Cila e Rê.

E3 e E7 é composto pela abreviatura da palavra “Entrevistado”, seguido do número da ordem na lista alfabética dos entrevistados. Já o Número 12 que, seguindo o mesmo critério, seria E12, ficou diferente obedecendo outro critério. Quando remeti e-mail para este entrevistado, solicitando-lhe que lesse a transcrição da entrevista que me havia dado e o que eu havia escrito sobre suas percepções e também que escolhesse um pseudônimo para si, respondeu sugerindo que seu pseudônimo fosse “Número 12”. Era exatamente este o número de sua posição na lista dos entrevistados, por ordem alfabética, que eu havia criado e ela não sabia. Não é preciso dizer que Número 12, durante a entrevista, afirmara ser intuitivo ...

6. Resultados

Este capítulo apresenta a síntese das informações fornecidas pelos entrevistados durante as entrevistas. A síntese é apresentada em categorias da seguinte forma: os conceitos dos supervisores entrevistados sobre supervisão/supervisor; o processo de se tornar supervisor; as competências necessárias ao supervisor, na visão dos entrevistados; as percepções dos entrevistados sobre o processo atual e o ideal de se tornar supervisor.

6.1. A concepção dos entrevistados sobre o que é Supervisão/Ser Supervisor

Ao refletirem sobre as questões colocadas relativamente ao conceito de supervisão/supervisor, os entrevistados apresentam respostas que giram em torno do que se faz em supervisão e do perfil apropriado de supervisor para exercê-las.

Enfatizaram a supervisão como o espaço para trabalhar a relação analista/paciente e a transferência/contratransferência.

Então o que é importante ver nesse processo, o que me chama a atenção? Eu trabalho muito, a nível da supervisão, do terapeuta, o meu trabalho é muito em cima dessa transferência. Mas isso não foi uma coisa programada, foi uma coisa que eu fui me dando conta. Olha, realmente o meu carro chefe na supervisão é a transferência. (Nina)

(..) quando a gente fala em supervisão, eu falo em terapia focada. É uma análise focada na relação daquele meu supervisionando com o seu paciente. O que ocorre nessa relação dos dois? O que se cria nessa relação entre essas duas pessoas? Qual é a matéria sutil da qual essa relação é feita, naquele momento, naquele instante de vida, desse paciente, desse analista? Na verdade, eu nunca vou saber o que está ocorrendo entre o supervisionando e seu paciente, porque isso faz parte dos mistérios. Quem sou eu pra achar? Mas a gente pode trabalhar a matéria sutil que compõe essa relação. Porque aquilo que ocorre entre duas pessoas é o domínio do sagrado. Às vezes as palavras traem as emoções mais profundas, às vezes não. Vamos propor ver o que está ocorrendo, que imagens suscita, que linguagem, que subtextos estão através daquela frase, daquele gesto. O que está ali? o que está ocorrendo? Que tessitura de emoções, que tessitura de alma é essa que ocorre entre duas pessoas que estão juntas por um tempo. (Kin)

Eu acho que realmente a palavra (para o papel do supervisor) é facilitador dessa relação. E de poder realmente, nesse lugar de iniciador que eu falava, se abrir pra esse *misterium* que é a psique, àquilo que às vezes não pode ser dito, não pode ser traduzido. Mas a gente pode realmente abrir a nossa percepção, sensibilizar a nossa pessoa no sentido de estar mais sensível, mais suscetível, a essa realidade que é o encontro com o outro. (Rob)

Em consequência de o trabalho analítico envolver projeções - que seriam a transferência e a contratransferência - o analista, ao exercer o seu trabalho, deveria apresentar seu trabalho a alguém que fosse neutro, para localizar e checar os pontos cegos e as deficiências. Então, pra conhecer melhor esse processo transferencial e contratransferencial é importante que um colega, com mais experiência, detecte as falhas possíveis nesse trabalho no consultório. (E7)

Outra coisa que eu acho importante é você estar atento para os conteúdos que o supervisionando está trazendo, para relação do supervisionando/supervisor. Por que são três psiques, é uma coisa intersíquica, em última instância tem três psiques em questão. Trabalhar a transferência e a contratransferência, ver a habilidade e o desenvolvimento que o supervisionando tem para lidar com símbolos, ter uma postura acolhedora e facilitadora. (Carina)

Eu acho que é assim mesmo, você só aprende dessa forma. Mergulhando e se enlouquecendo junto com o teu paciente, vamos dizer assim, e depois separando, tanto que o meu grande tema na Psicologia Analítica é a psicologia da transferência. (Lu)

(...) justamente como ela está inserida, existe esse campo transferencial, esse contágio psíquico que envolve a relação terapêutica, então, quando você está no lugar de supervisor, pode contemplar isso, porque à pessoa que está inserida nisso, fica difícil, porque ela está naquele caldeirão, naquele calor da intimidade, aonde ela faz parte, ela é um elemento a mais do processo. Então, para o supervisor é uma oportunidade dele poder se pensar a partir do outro, que é o supervisor, com esse olhar a mais. (Rob)

Em muitos momentos não vai dar pra diferenciar, em alguns momentos você tem que discriminar exatamente: Olha, o que você está trazendo é do paciente. Você entra nessa história? Aonde? Você vai ver a transferência e a contratransferência. O tempo inteiro você vai ver essas duas coisas. Mas como você trabalha com o teu paciente é como se você tivesse que se reportar a um trabalho que esta pessoa está te transmitindo. Está transmitindo a relação que ela tem com o paciente dela. É uma versão dela, por isso que é mais difícil. Na verdade, não é uma relação de duas, é uma relação de três. Porque é a relação dela com o paciente, que você está tentando olhar e sobreolhar o que está acontecendo. Você tem *insights* que possam ajudá-la no caso. (Beija-Flor)

Beija-Flor, Rob, Rê acrescentaram ser a supervisão a oportunidade de analisar a condução do caso.

A supervisão não é um lugar pra fechar, pra diagnosticar, pra chegar a uma clarificação do caso do paciente. Isto também está presente, mas não é isso, é pra poder realmente te dar uma postura - não tanto o objeto - mas sim as relações e posicionamento enquanto, que olhar é esse que é necessário pra se olhar pra alma, pra se olhar pra psique, acho que é isso que o mais importante, quando se fala em supervisão, pelo menos pra mim esse é o fator mais importante (Rob)

Você tem *insights* que possam ajudá-la no caso. (...) Entra o caso, entra ela com o caso e entra como ela pode lidar com esse caso e o que está pegando nesse caso. (Beija-Flor)

Rob sobrepôs, na supervisão, o lugar para melhorar a sensibilidade para o encontro com o outro, e Lu citou a supervisão como mais uma ocasião, além da análise, do analista se relacionar com a própria alma.

Então, na verdade, a supervisão não é só um trabalho de entendimento de um caso, mas é um exercício de se consumir também como terapeuta nessa condição que é: como é que eu realmente me relaciono, me posiciono frente à outra psique. (...) Mas a gente pode realmente abrir a nossa percepção, sensibilizar a nossa pessoa no sentido de estar mais sensível, mais suscetível, a essa realidade que é o encontro com o outro. (...) Então, a supervisão também é uma oportunidade de exercício de vida interior, que vai se refletir depois, na minha capacidade profissional. (Rob)

Um ponto chave levantado pelos entrevistados foi o *olhar*. O olhar do supervisor para a relação - para a transferência e a contratransferência - olhar distanciado frente ao ponto cego, a amplitude do olhar (Beija-Flor), o olhar o papel, olhar o caso através da visão do outro (Cila). O olhar que permite o contato com outra visão e outras experiências (E3). O olhar que abre novas questões e possibilidades (Kin), que ajuda (Beija-Flor); olhar que ajuda olhar o papel e refletir (Nina, Lu), olhar que ajuda observar aspectos ligados à prática e à pessoa (Rob), olhar que contribui para enxergar além do ponto cego (E7, Lion), que ajuda a enxergar a indiferenciação entre analista e analisando, a ver a implicação no processo (Rê), e permite compartilhar angústias, medos e dificuldades.

Sabe super visão, não quer dizer ter uma visão super, pensei na palavra supervisão, mas é uma visão de fora.

Porque é a relação dela com o paciente, que você está tentando olhar e sobreolhar o que está acontecendo. (Beija-Flor)

Ver o caso através do olhar do outro, isso que significa a palavra supervisor, super visão, que entendo que é ver através da visão do analista, eu vou olhar o caso através dos olhos do analista, que é muito diferente de você estar analisando, vendo sob o olhar de outra pessoa. (Cila)

O supervisor há que ser um profissional mais experiente, é uma relação quase que de mestre-aluno, acima, não porque está num pedestal, mas porque tem já um caminho, já percorrido e que dá uma visão maior do percurso. A maior visão permite uma supervisão maior. (E3)

Porque às vezes, através do olhar do analista já com mais experiência, a gente pode abrir outras possibilidades. (Kin)

Porque, muitas vezes, a pessoa que vem pra eu supervisionar, está engatada em questões pessoais, num ponto cego que ele não consegue ver. (Lion).

Então, eu acho que ser supervisor tem uma tarefa hermética, na formação, porque ele não deixa de ser um Hermes entre o analista e o paciente do analista. Ele entra pra ajudar o analista a fazer essa ligação. Então, eu acho que o supervisor é esse Hermes, realmente. Claro que dialogando, ajudando, entrando no meio, cutucando, machucando, também lambendo, também como Mercúrio faz pra cuidar. (Lu)

Eu acho que o valor da supervisão é que você se propõe a olhar o caso confuso, por exemplo, com quatro olhos. Então você consegue perceber, por exemplo, os casos que tive dificuldades nesses anos todos, a supervisão foi um jeito de resolver. Que a partir do momento que tinha mais alguém olhado para aquela problemática sempre se via uma nuance, que até por estar confuso eu não conseguia enxergar. Então o outro de fora diz: Mas por que você não olhou isso? (Lion)

Outra palavra usada para se referir à função do supervisor, além do olhar, foi o *ouvir/escutar*. O supervisor é a pessoa com mais experiência para ouvir o analista (Nina). Precisa de capacidade de escuta (Rob). O supervisor é uma grande orelha que ouve e compartilha o que não poderia ser dividido com mais ninguém, em respeito ao sigilo (Rê). Só ouvir já é muito curativo (Nina). É essencial que o supervisor tenha capacidade de escutar (Lion).

Você também vai dividir comigo coisas que você não pode dividir com ninguém, porque a profissão de analista tem a questão do sigilo. Você não pode nunca dividir com ninguém, então o supervisor funciona também como aquele com quem você vai dividir suas angústias, seus medos, as suas dificuldades perante aquele caso. Então eu vejo o supervisor como aquele que vai olhar de fora, que vai ouvir aquele analista. (Nina)

O ouvir e o sentir como aspectos essenciais da supervisão que permitem às duas psiques em interação atingirem plenamente o objetivo da comunicação:

Percebo um estado de alma onde a dicotomia do que ele fala e o que eu penso a respeito se dilui. É sobretudo um estado em que do fundo de minha alma eu me desfaço do conceitualizar para priorizar o ouvir e o sentir. Isto implica em treino pela vida toda. Fluir, deixar-se ouvir simplesmente pois existe uma consciência não material, não conceitual e dentro deste enfoque é possível partilhar o *profundo* com o outro, achar um caminho no seu tormento, um crescimento a partir da sua dor. (Kin).

Alguns entrevistados demonstraram perceber a supervisão como a terapia do papel do analista, uma situação de análise cujo foco de atenção é o papel profissional do analista :

A supervisão é, parcialmente, uma terapia do papel de analista. (Lion)

O supervisor está ligado o tempo todo no..., o foco dele é o papel profissional. Deixa que eu te faça um desenho... O que eu quero dizer é o seguinte - isso eu até faço pros meus pacientes – veja: a Lucy que é minha supervisionanda. Este círculo representa a Lucy, que tem vários papéis na vida, de mãe, de estudante, e de analista. Como eu vejo a análise? A análise é centrada na Lucy como um todo e a Lucy expandir coisas dela na análise: a Lucy, amante de alguém, vamos brincar assim; na análise ela vai jogar tudo isso aqui. Agora, na supervisão, ela continua sendo a Lucy, mas o foco é a analista. Isso não quer dizer que não entrem outras coisas, que de repente, eu estou supervisionando um caso da Lucy, que a pessoa que ela atende tem um caso com alguém e que a Lucy começa a sacar que está se perturbando com esse caso em função de uma experiência anterior dela. Então, não é que não entre isso, mas, veja: o foco é a Lucy enquanto analista. (Lu)

Alguns entrevistados abordaram a questão do *poder* do supervisor e do terapeuta. Nina comentou que o supervisor precisa ter mais experiência e, diante desta assimetria, deve estar atento para não se colocar acima do supervisionando, como detentor do saber e do poder.

Só que aí acontece um outro problema mais grave, se ele te coloca no lugar de ter a resposta, quem está se formando como profissional, como profissional, está sendo formado, está fazendo a formação dele, ele acaba te pegando como modelo. Esse também vai chegar na frente do paciente achando que tem a resposta. O mesmo poder que te atribuiu, ele vai pegar pra ele. Quando ele estiver nesse lugar. Então, o supervisor não pode pegar esse lugar. (Nina)

Porque poder, ao meu ver, está muito mais por conta dos nossos complexos, quanto o supervisor não pode passar esse modelo de poder pra o psicólogo que está na sua frente. Provavelmente ele vai repetir, vai reproduzir isso com seu paciente. (Nina)

Ao mesmo tempo, tem um poder - sinônimo de responsabilidade ética - de esclarecer e dar direção aos supervisionandos que estão confundindo o papel do analista junguiano com outras tendências, principalmente de cunho religioso.

Esse poder, pra mim, está centrado nos valores que eu me atribuo no lugar de psicóloga e que eu acredito existirem na psicologia. Esse é o poder, poder daquilo contém o que fala? O que expressa a psicologia? Não misturar, não diluir a psicologia. É nesse sentido que eu falo o poder, e não que signifique uma força: não, eu não vou te atender mais, ou isto é errado. Entendeu? Seria um poder no sentido de um reconhecimento ético. (Nina)

Então, dessa conduta ética, eu não abro mão. Se tu trouxestes esta questão do poder, aí sim, o poder está relacionado à ética, senão não tem diferenciação como analista. Poder no sentido de orientar. (Nina)

O poder do terapeuta, da pessoa que está fazendo supervisão: como é que tu estás olhando esse paciente? O que tu estás separando? Onde está a psicologia, ali? Aí eu não abro mão. Aí é o meu valor ético profissional. (Nina)

Tem algum momento que a gente precisa do poder junto ao paciente. E se ele vai se matar, se ele tem tendência ao suicídio, eu posso exigir que eu vou atendê-lo mediante um encaminhamento ao psiquiatra, ou que eu preciso chamar os familiares dele pra ajudar em alguma questão. Então eu preciso desse poder. Não significa que eu vou ter o poder com o supervisionando, que eu vou ter que me impor de uma forma... poderosa. É o poder no sentido da ética da psicologia. (Nina)

Carina fez notar que é preciso ser o curador ferido para estar ciente do perigo do abuso de poder de ser analista ou supervisor. É preciso ter consciência ética da responsabilidade com o ser humano que está à sua frente, das qualidades positivas e das próprias limitações.

É, é preciso ser o curador ferido. Mas, então ter muito claro que você não pode abusar do poder de ser analista, ou de supervisor. (Carina)

Beija-Flor remete ao poder exercido pelo terapeuta sobre quem o procura, pois este vem com as feridas abertas se sentindo muitas vezes completamente incapaz de viver. Diante dessa fragilidade, a entrevistada adverte para a necessidade de contrapor a humildade.

A gente, como terapeuta, tem um poder indisível sobre o outro que vem nos procurar. E ele vem nos procurar como? Ele vem nos procurar frágil. E dificilmente você encontra..., tem, até tem, uma pessoa que fala: Oh, eu fui indicado, minha vida está ótima, está tudo bem, estou bem casado, ganho dinheiro, meus filhos têm saúde, eu tenho amigos, eu faço exercícios, eu corro saudavelmente, mas... Eu quero me conhecer mais, entendeu? E chegou a hora. Muito dificilmente você vai encontrar, até tem. Muito dificilmente. Ele vem o que? Ele vem com as feridas abertas, ele vem frágil, ele vem se sentindo muitas vezes completamente incapaz de viver. (...) Acho que todos os trabalhos são muito importantes, mas esse a gente tem o poder de aniquilar uma pessoa, você tem esse poder, sabe? (Beija-Flor).

Acrescenta que o analista, assim como o supervisor, pode, consciente ou inconscientemente, criar dependência no analisando ou no supervisionando

Nosso trabalho é liberação da alma, e uma das formas de exercer o poder é criar dependência. Qual o terapeuta que se sente bem quando dá alta? (Beija-Flor).

E3 também aborda o tema do poder e da aceitação - inclusive por si mesmo - comentando ser importante que fizessem parte de um eventual programa de formação de supervisores.

As relações de poder também seriam um tema a ser discutido, e a formação, a aceitação desse supervisor, acho que estaria se dando a nível de aceitação mesmo, dele para consigo mesmo

Variações do tema de poder foram levantados quando os entrevistados comentaram a necessidade da maior experiência do supervisor. A maior experiência, aliás, foi percebida pela maioria deles como uma exigência. Alguns mencionaram a necessidade da relação ser simétrica, outros se referiram à a assimetria na relação supervisor/supervisionando.

E3, Nina, Lu, Lion comentaram que esta deveria ser *assimétrica*, no sentido de o supervisor precisar ter maior experiência, ao menos diante da situação apresentada. Consideraram esta exigência um item importante, pois, é através do olhar - ao mesmo tempo focalizado e com maior amplitude de abrangência – que o supervisor se tornar capaz de ajudar o analista a ir além do que conseguiu ir sozinho. E esta habilidade advém, junto com o desenvolvimento pessoal, da experiência como analista.

E7 pontua a necessidade da *simetria na relação* supervisor/supervisionando. Tendo em vista o fato de a supervisão envolver idealização e projeções de figuras do grande mestre, do guru - como na análise – se a relação for de autoridade, poderá atrapalhar a formação do analista que se coloca aquém e, desse modo, gerar, por exemplo, complexo de inferioridade.

A *contribuição* do supervisor também foi citada. Este aspecto incide no controle de qualidade do atendimento do caso (E3), na ajuda ao analista para fazer o diagnóstico do analisando e traçar o mapa do trajeto (Cila), observando a habilidade do supervisionando em trabalhar com os símbolos (Carina). A tarefa do supervisor, de acordo com os entrevistados, é cuidar, ajudar, intermediar o analista na sua relação com o paciente e na sua relação com a própria alma. (Lu)

Para vários entrevistados (E3, Nina, Rob e Número 12), a supervisão é importante para a formação do analista.

E ajudar o analista que está ser formando, ou psicólogo que está fazendo clínica, a olhar qual é o seu papel ali. (Nina)

O supervisor contribui com seu olhar para o processo de análise do supervisionando, e, ao mesmo tempo, vive a possibilidade de se abrir para novas perspectivas nas situações dos próprios casos em atendimento, comentou uma entrevistada.

(...) a partir das supervisões que eu faço de alguém, do caso essa pessoa acaba olhando também os meus próprios casos. (Lu)

De todas as contribuições do supervisor na condução dos processos analíticos orientados pelo supervisionando, papel de destaque, junto com o analista pessoal do supervisionando, é a didática, exercida através do modelo.

Você vai aprendendo a ser supervisor a partir das supervisões que você recebe. (Lu)

Ser supervisor é acreditar tão completamente nisso que você faz que você se expõe ao risco de tentar ensinar, você acreditar que vale a pena esse esforço. Então, no limite é um amor pelo que você faz que te permite ter prazer na tentativa de facilitar, um jeito que você não pode explicar como. No limite, acho que é isso. (E12)

Eu costumo falar com os meus supervisionandos que eles precisam colocar o dedão, a marca da identidade, a *griffe*, deles. Porque você tem uma tendência a repetir o analista, ou o supervisor, principalmente no começo. Então, acho que esse espaço precisa de humildade, de não querer narcisicamente formar um clone e ao mesmo tempo estar muito interessado no que o supervisionando tem para trazer e para fazê-lo ser criativo. (Carina)

Não estou desqualificando toda a teoria, o embasamento teórico, toda a fundamentação que o terapeuta psicólogo se empenha pra estar nesse lugar de supervisor. Ele tem que ter esse compromisso. Mas eu acho que se ele tiver um carro chefe mesmo disso, é que ele consiga se mostrar como modelo. A sua forma de trabalhar, como ele vê, as pessoas que são importantes, como ele faria o manejo - o manejo no sentido do diálogo, do processo dialético. E eu acho que pra o supervisor não ter esse medo, e poder se abrir que é uma coisa difícil, é só no momento que ele entrar num processo muito profundo consigo mesmo. (Nina)

Foram levantadas as diferenças entre *análise, supervisão individual, supervisão em grupo e discussão de caso*.

Análise Pessoal - A diferença entre análise pessoal e supervisão individual é que, na primeira, o foco é o ser buscando a sua completude com todas as suas *personas* e complexos, enquanto na supervisão o foco é o papel profissional e a relação do terapeuta com seu paciente (Lu e Rê). Contudo, ao analisar a relação terapêutica, o supervisionando

tem oportunidade de conscientizar-se de seus próprios conteúdos e levar os *insights* para a sua vida (Rê).

Supervisão individual - É atividade limítrofe da terapia, é parcialmente uma terapia do papel de analista. (Lion). É a análise do papel do profissional lidando com o caso e a ocasião para clarificar a transferência e a contratransferência. É quase um estudo de caso. (Lu). É a forma de o analista se instrumentalizar (Rê), de aferir seu instrumento de trabalho: a própria psique (Lu). O lugar no qual o analista tem oportunidade de analisar a sua relação com o paciente e ver o caso através da visão de outro analista. (Cila). Na supervisão, o objetivo não é trabalhar a pessoa do analista, e sim a relação do terapeuta com seu paciente, mesmo trabalhando a sua relação com o paciente, o supervisionando terá oportunidade de se perceber e poderá aproveitar para a sua vida (Rê).

Supervisão em grupo e discussão de caso – Supervisão em grupo é semelhante ao estudo de caso, pois lida com o caso (Lu). Supervisão em grupo é semelhante ao estudo de caso, a diferença é vaga porque em ambos os casos há que se analisar o comportamento do profissional (Número 12). Na discussão de caso, Cila olha o caso e não o trabalho do analista, enquanto, em supervisão, analisa o caso através do olhar do analista.

Foram abordadas as exigências de estrutura pessoal para o exercício da função do supervisor: análise pessoal, prática clínica, intuição, amadurecimento, compromisso, conhecimento de técnicas, honestidade, responsabilidade consigo mesmo, com o supervisor, com o supervisionando e com a Psicologia Analítica. Estas serão retomadas no item relativo às competências a serem desenvolvidas pelo supervisor.

6.2. O processo de se tornar supervisor

A formação de supervisor foi vivenciada por vários entrevistados como decorrente da suas atuações como analistas e da demanda do outro para o exercício dessa função. Colegas analistas que conheceram seus trabalhos através de grupos de estudo coordenados por eles, aulas ministradas, enfim, do contexto no qual atuavam, perceberam neles a capacidade de supervisionar os casos que atendiam e pediram-lhes supervisão.

Eu não queria ser supervisora. Eu falava: não sei ser supervisora, só sei fazer o meu trabalho! E aí as pessoas, pacientes minhas - tenho uma paciente que foi minha paciente durante muitos anos e fez psicologia e estava trabalhando com o seu doutoramento - falava: você devia dar supervisão. Depois uma grande amiga, também falava que eu devia dar supervisão. Aí eu pensei: Quem sabe? Eu poderia tentar fazer esse trabalho pra ajudar alguém. Eu iria ver, se eu visse que estava podendo ajudar, tudo bem, senão, não. E deu certo. Está dando certo. É assim que eu sou, é assim que eu trabalho, simplesmente. (Kin)

Aconteceu de as pessoas me procurarem. Então, foi em função da necessidade. (Beija-Flor)

Foi que me procuraram para dar supervisão. Você sabe que eu sou didata do Instituto (...) Então as pessoas que estão fazendo formação vêm procurar porque faz parte do *curriculum* delas a supervisão de um didata. (Carina)

É uma coisa que vai acontecendo muito espontânea mesmo. Eram pessoas que vinham discutir teoria comigo porque eu dava grupo de estudo, e a partir dessa orientação, como disse, sempre tive essa preocupação (com o atendimento do indivíduo, em busca da melhora da saúde das pessoas), talvez até por ter tido uma formação médica. (Cila)

Muito através da procura, tanto de pessoas recém-formadas, de pessoas que na verdade buscavam um modelo profissional, ou pessoas que me conheciam nas palestras, ou algum grupo de estudos, e começaram a clinicar e quiseram começar a ver, quiseram começar a estudar os casos clínicos. (Nina)

Alguns contam que inicialmente se sentiram tomados de surpresa e inseguros acerca da própria capacidade para bem desempenhar a função. A insegurança e a dúvida mais

tarde foram percebidas por algumas entrevistadas (Kin, Beija-Flor e Lu) como facilitadores para sua formação, pois foi levaram-nas à busca permanente de desenvolvimento e autoconhecimento. Aliás, a constante preocupação com o próprio processo evolutivo foi citado como facilitador para o tornar-se supervisor.

Mas eu lembro que no começo eu ficava muito assustada. Segundo Jung, segundo não sei quem, o que é? Eu fazia um terceiro analítico, eu colocava Jung, a teoria, os livros ali. E aí eu fiquei muito assustada quando Jung disse que a gente tinha que botar fogo nos livros. (Kin)

Eu acho que é importante passar pra quem está começando que a insegurança faz parte do processo do vir a ser um terapeuta. A insegurança é a companheira constante do terapeuta. A partir do momento que você se sente seguro, você infla e perde, talvez, a necessidade de se melhorar, de se perceber como alguém que já passou por essas fases que você está transmitindo para o seu supervisionando. (Ângela)

Outro aspecto percebido inicialmente como fator limitador para o analista se tornar supervisor, trazido por Lu, foi a transferência/contratransferência na relação com o paciente. Percebia-se muitas vezes enredada pelo processo do paciente e, diante disso, fez muitas horas de supervisão individual e análise pessoal a ponto de confundi-las, ambas. Através do intenso e contínuo trabalho desenvolvido, o que era uma dificuldade se transformou em facilidade.

Eu fiz uma supervisão de 50 horas, só em cima desse caso. (...) Então, naqueles tempos eu falava: Meu Deus, mas eu sou um retardo mesmo, por que eu preciso de tanta supervisão, de tanta análise? Hoje não, hoje eu olho como tendo sido um lastro do meu trabalho. Um orgulho, um orgulho no bom sentido da palavra, de ter podido fazer tudo isso. (Lu)

Em contrapartida, outro entrevistado informou que, um elemento percebido como ponto positivo para *ser* supervisor – o tipo psicológico intuição/pensamento - que lhe facilita fazer o diagnóstico do paciente relatado pelo supervisionando, mostrou-se um componente a ser trabalhado a fim de não levar o supervisionando a criar dependência diante da facilidade e segurança do supervisor.

Eu confesso que, pessoalmente, sempre tive muita facilidade em supervisionar, por causa - usando uma linguagem junguiana - da minha tipologia. Eu acho que isso conta muito. Eu diria, que na maior parte dos testes psicológicos, apareço como intuição/pensamento. E nessa medida, eu pessoalmente, tenho a facilidade de, quando começam a me contar um caso, como se já começasse a ver um filminho e, intuitivamente, mas também analiticamente, tenho facilidade em montar um diagnóstico psicológico de alguém que nunca vi. Tenho certeza de alguém, porque eu observo, é uma coisa que nem todo mundo tem facilidade por causa da questão tipológica. Muitas pessoas precisam de um vínculo pessoal para poder se orientar ou precisam de mais dados concretos e específicos pra poder se localizar e fechar o quadro. Mas eu tenho muita facilidade em fazer esse diagnóstico a distância e aí já indicar mais ou menos um caminho estratégico. Eu acho que é uma tipologia adequada pra ser supervisor. Claro, que há também a contrapartida. E aí a contrapartida é o que eu coloco como minha dificuldade, talvez, pra ser supervisor. Eu acho que os meus supervisionandos tendem a desenvolver uma certa dependência. (Número 12)

Atitude facilitadora para o desenvolvimento da sensibilidade necessária ao supervisor, citada por Kin, foi o contato e o estudo permanente das obras de arte, a meditação e aos sinais que a vida fornece.

Eu acho que uma coisa que pode ajudar muito o ser supervisor, por exemplo, se eu já tenho uma supervisionando que pergunta: Como eu posso melhorar? Eu iria propor que ela fizesse meditação. Que ela fizesse meditação, que ela dedicasse muito tempo aos sinais que a vida vai lhe dando. Que ela aprendesse, que embora a gente esteja vivendo num mundo tão violento, tão agressivo, que ela aprendesse a perceber os sinais singelos que a vida oferece. Isso ajuda, muito mais a gente vai desenvolvendo desse lado. Sem dúvida, os livros são importantes, os poetas são importantes. Que Neruda é fantástico, que Vivaldi é fantástico, enfim, que todos os grandes mestres da pintura, que o Magrit é fantástico, que Serrat é fantástico. É um universo sem fim, que ela precisa ser estimulada em todo esse universo. (...) Estou sempre trabalhando, lendo. Eu me encanto pelo mundo da cultura, o mundo da manifestação das artes me encanta. Me encanta porque eles são tão singulares, mas acho que quando eu estou aqui, tudo que já li fica pra fora. Eu fico aqui num parêntesis, aqui é um vaso, um momento sagrado. Sagrado quer dizer separado. Não contaminado por livros nem por teoria, e muito menos por expectativas que os outros possam ter daquilo que ocorre aqui. Então eu me despojo de tudo isso pra tentar sentir, como isso que eu estou fazendo agora. (Kin)

Também a proposta de buscar as respostas em conjunto com o supervisionando, não se impondo como a detentora do saber, foi referido por Nina como facilitador para o desempenho da função.

Eu sempre senti que fluiu porque sempre me propus a mostrar o meu ponto de vista não como verdade absoluta, mas sim como verdade relativa daquele momento. (Nina)

Lion trouxe a identificação com a clínica:

Eu penso que a facilitação foi a identificação com a clínica.

As supervisões que fez e o valor que deu elas:

A gente aprende ser supervisor sendo supervisionado

E a história de vida, como fatores facilitadores na sua própria construção como supervisor.

Não só em função desses conhecimentos, mas em função de... Eu fui padre. Em função desse papel anterior, que até historicamente, o próprio Jung fala isso, o precursor da análise, da psicanálise, foi a orientação espiritual, foi o confessor. O modelo psicanalítico é o modelo dessa nossa coisa da fala, do você contar suas coisas a outro. Isso é o modelo religioso, da confissão, mesmo da direção espiritual. E, durante 8 anos eu fui padre, eu exerci o ministério. Então, pra mim teve uma continuidade. Eu saí de um papel e entrei em outro papel que tinha muitas nuances de similaridade. E aí, na Psicologia Analítica entram a teologia, a filosofia. E talvez, uma coisa que seja mais importante até que a filosofia, é o estudo do latim. Que o latim é um excelente ordenador lógico, talvez o melhor estudo de lógica que alguém possa fazer é estudando latim. Porque é a leitura do latim é um exercício de lógica. E essa experiência também foi muito importante.

Lion acrescenta que as *situações de confusão* percebidas como dificuldades sempre foram superadas em supervisão.

O mesmo entrevistado, da mesma forma que Número 12, citou a vocação de terapeuta como importante a facilitador do tornar-se supervisor. Este último acrescenta à vocação, o processo iniciático.

Eu acho que deve existir uma vocação interna, se você quiser numa linguagem muito simples e transparente eu acho que é um processo iniciático e não por outra coisa, na verdade um dos momentos centrais da formação do analista é, na verdade, são momentos mesmo de iniciação. Não é à toa que a gente tem que ter uma boa análise, na análise ter que ter visto as transferências, tem que ter tido os *insights*, uma série de passagens vividas que fazem de você um analista junguiano.

Outro entrevistado cita a vocação e o desejo de ser supervisor como fatores básicos para tornar-se supervisor:

O processo de formação do supervisor, eu tenho pra mim que, é uma coisa natural, que vem acontecendo segundo alguns aspectos: primeiro a vocação, o sujeito tem que ter uma vocação pra poder ser supervisor. Em cima disso, o desejo de ser supervisor, alguns se encaminham pra outras áreas, outros preferem ser só analistas, outros preferem escrever, enquanto outros gostam da supervisão. (E3)

Três entrevistados - Beija-Flor, Lion e Rê - fizeram referência ao fundamento da formação do supervisor no exercício da função de analista e na ampla experiência clínica - através da análise pessoal, da supervisão clínica e dos grupos de estudo teórico.

A minha formação é a partir da experiência. A partir do momento que eu tive uma experiência, eu comecei a passar essa experiência pras pessoas que me procuraram. Eu penso que pra poder passar isso, é fundamental ter uma prática, senão exaustiva, pelo menos uma prática constante durante um período de, no mínimo, três anos. (Lion)

Outros entrevistados, Carina, Lion, Cila e Lu, citaram como base para se tornar o supervisor, o modelo passado pelos supervisores e analistas.

Atitude facilitadora, para Beija-Flor, foi seguir a própria intuição e desenvolver acurada percepção do processo de trabalho.

6.3. Competências necessárias ao supervisor, na visão dos entrevistados

Do supervisor se exige sólido embasamento teórico dos fundamentos da Psicologia Analítica. Dentre os diversos supervisores que citaram este item, destaco a afirmação de Rob que o supervisor necessita saber muito bem a teoria e a técnica junguiana, pois, do contrário, ficaria difícil o escutar e o lidar com a realidade da clínica da Psicologia Analítica. Ele precisa do conhecimento da transferência/contratransferência e como influenciam a relação terapeuta/paciente (Lion).

Além da teoria que embasa o trabalho na clínica junguiana, o supervisor precisa conhecer os fundamentos teóricos da psicologia em todos os sistemas. Mas não são suficientes os saberes no campo da psicologia, a experiência vivida no contato com outras profissões e a experiência que a vida proporciona são requisitos fundamentais para conseguir dar uma boa supervisão.

Ademais, o conhecimento da literatura e de leituras de todo gênero, a convivência e estudo de obras de arte servem para sensibilizar a escuta e a percepção do outro que está à sua frente. (Kin).

Em termos de saber, não consigo pensar naquilo que não é útil. Tirando o óbvio que é toda a psicologia de todas as correntes que você puder imaginar, ainda colocaria o máximo de literatura, uma experiência de vida variada, muito contato com outras profissões. Enfim, só um pouco mais ainda do que a gente precisa para ser bom analista e que ninguém conseguiu definir exatamente o que é. (Número 12)

Diversos entrevistados mencionaram que todos esses conhecimentos que o supervisor precisam ser transformados em saber na acepção plena do termo, ou seja, vividos como experiência.

Não importa ter títulos, saber citar todos os livros de JUNG, com seus respectivos parágrafos, se não viver de acordo com a concepção da Psicologia analítica. Por isso, busco amarrar minha supervisão com o corpo teórico, fazendo essa parte. (Cila)

Número 12 comentou que o conhecimento teórico deve fluir em todas as funções (pensamento, sentimento, sensação e intuição). E7 lembrou que não é a penas o conhecimento teórico ou a capacidade verbal do analista ou do supervisor que atuam, mas a personalidade inteira.

O trecho da entrevista de uma supervisora esclarece a razão de tais afirmações:

Em nosso trabalho, estamos na contramão da história. Hoje em dia, tudo tem uma tecnologia, tudo tem um jeito de atender muito preciso. O analista, na formação junguiana, não tem nada preciso, tudo está ligado à vivência face a face com o outro - o interlocutor - que permite fazer essa transformação. (Lu)

Ser supervisor, segundo Número 12, está intimamente relacionado a ser analista experiente e a uma dose de audácia intelectual e ousadia. São ingredientes necessários diante da característica única da atividade de supervisor, uma tarefa de certa forma impossível, pois trabalha com um relato de “segunda mão”.

Se já é praticamente impossível atender de modo seguro uma pessoa, uma vez que se está tateando no escuro o tempo todo, pode-se dizer que supervisionar é essa loucura ao quadrado. Além de andar tateando, o supervisor, ainda por cima, não tem o paciente diante de si, mas apenas um relato de segunda mão da pessoa com a qual se relaciona. Se não tem um temperamento que permite uma certa dose de audácia nas colocações, é impossível ser um bom supervisor. Porque, para o supervisionando, a firmeza do supervisor é importante.

É uma dificuldade, vamos dizer, a formação do analista, porque essas experiências de espelho, de relatos transcritos de gravações, ou transcrições mesmo das próprias sessões, sempre são situações artificiais, e a própria impossibilidade do analista, eu diria no caso, não do supervisor, mas do analista professor que está passando conhecimento, está exatamente na pele da realidade do aluno, isso já cria uma dificuldade muito grande. Mas eu tenho pra mim que a supervisão é um recurso mais adequado, com todas as limitações, pra formação desse profissional. (E3)

O *saber fazer* que se destacou na fala da maioria dos entrevistados como competência indispensável ao supervisor foi a experiência clínica como analista. Todos ressaltaram dever ser a experiência constantemente elaborada em análise pessoal e em

supervisão. Alguns definiram tempo mínimo para a experiência como analista antes de iniciar a atividade como supervisor. Para Lion, por exemplo, este prazo deve ser três anos; enquanto E3 e E7 estabelecem cinco anos.

A comunicação empática foi outra competência citada pela maioria dos entrevistados. O supervisor precisa desenvolver acurada capacidade de escutar, sentir, perceber e acolher o outro e dar o seu tempo a ele. Essas habilidades são importantes porque o supervisor precisa fazer o espelhamento dos conteúdos trazidos pelo supervisionando a fim de que ele possa se refletir e entrar em contato consigo mesmo. Além disso, vai precisar perceber o estilo pessoal do supervisionando, relacionar a proposta clínica junguiana com suas características e ajudá-lo pensar a partir dessa dialética. (Rob).

É importante que o supervisor tenha essa capacidade de fazer o outro conseguir contatar consigo mesmo, fazê-lo refletir, fazer espelhamento a ele, fazer o movimento dialético da psique entre o aspecto inconsciente e consciente, os transcendentais que Jung trabalha. O supervisor tem que ter a habilidade de transitar muito bem numa linguagem simbólica – sentir e pensar simbolicamente. (Rob)

O supervisor precisa de um nível de conhecimento maior que o analista, especialmente em relação à *didática*. Número 12 citou-a como uma competência não essencial ao analista mas que precisa ser desenvolvida pelo supervisor.

É mais fácil ser um bom analista mesmo não sendo uma pessoa articulada, do que ser um bom supervisor, pois este, em especial, tem que ter a capacidade de didatismo. O analista nem sempre precisa. Eu acho que essa é uma diferença fundamental. Então, ficar sempre nas aparências vagas das coisas, ser impressionista funciona muito melhor como analista que como supervisor, para vários casos, pelo menos porque uma cabeça organizada eu acho que é fundamental.

E3 também se refere à didática como uma função complexa do supervisor:

Mas, essa formação da supervisão, pelo menos do ponto mais didático, ela estaria não só cuidando da parte prática, mas de aspectos que o terapeuta teria que levar em conta. Eu diria que seria o modelo, teria que lidar com esse aspecto, passando o modelo pra o profissional, ele tentar cuidar de alguns aspectos também de tendência: não ser diretivo por demais, ser

um facilitador do exercício intelectual e afetivo também porque ele está ali presente na relação com o paciente. Ao mesmo tempo em que ele está estabelecendo uma relação interpessoal, ele está colocando em jogo a bagagem teórica dele. Ao mesmo tempo em que ele está colocando a bagagem teórica não pode deixar o afetivo de lado. Então esse treino, o supervisor tem que ser um facilitador nesse sentido. Ter a humildade, o supervisor tem que ter, até porque está de fora dessa relação do supervisor com o seu paciente; não está na situação do seu supervisionando, então, fica difícil ser tão positivo. (E3)

Nina percebe que a competência didática do supervisor está relacionada ao seu autoconhecimento .

Mas eu acho que se ele tiver um carro chefe mesmo disso, é que ele consiga se mostrar como modelo. A sua forma de trabalhar, como ele vê, as pessoas que são importantes, como ele faria o manejo - o manejo no sentido do diálogo, do processo dialético. E eu acho que pra o supervisor não ter esse medo, e poder se abrir que é uma coisa difícil, é só no momento que ele entrar num processo muito profundo consigo mesmo. (Nina)

Segundo E3, para a supervisão de grupo, o supervisor precisa das mesmas habilidades do analista acrescidas da *didática* e da experiência para lidar com grupos e com questões relacionadas aos subgrupos - às vezes antagônicas - que interferem no processo.

Houve unanimidade quanto à afirmação: é preciso *ser* analista experiente para ser supervisor. A dinâmica do analista e do supervisor está muito ligada ao ser. Então, o mais importante é a formação pessoal do analista, ou seja, o trabalho de suas próprias questões na sua análise pessoal. Ser capaz de sentir quando um complexo está sendo acionado e não sobrecarregar o paciente ou o supervisionando é o mínimo se espera.

Nina comentou que, para a formação do supervisor ser efetiva, “no sentido de inteireza, de entrega, de não ter medo de mergulhar na sombra”, o analista precisa ter passado pelo processo de análise, “ter entrado no turbilhão do autoconhecimento”. Quanto mais aprofundar, melhor vai emergir, tanto como terapeuta, quanto como supervisor. Afirmou:

Há alguns pilares fundamentais na formação do supervisor. Um deles é a formação pessoal do analista. Na verdade, seria entrar no processo de análise profunda do inconsciente, trabalhar os complexos, que previne o perigo de, no mínimo, contaminar o psicólogo a quem está dando supervisão com as suas questões pessoais.

O autoconhecimento conquistado pela análise pessoal foi citado por quase todos os entrevistados: Carina, Lion, Nina, Lu, Cila, Rê, E7, Número 12. Justificaram suas afirmações dizendo que as atribuições do supervisor requerem a personalidade como um todo, integrada pelo conhecimento, pela formação Psicologia Analítica, pela longa experiência e pela prática do trabalho. E7 e Lu comentaram que a síntese da vivência analítica, das supervisões recebidas, das discussões dos textos, a auto-avaliação em relação aos textos, assim como os textos sensibilizam e tudo resulta nesta marca pessoal e única.

O supervisor, como o analista, precisa ser inteiro e de estar inteiro com o outro (Lu). Para isso, precisa viver de acordo com a concepção junguiana da psique.

O ser é fundamental para que eu seja analista. Enquanto analista, já é muito importante que eu seja junguiana, que guie a minha vida, que viva de acordo com o que prego na análise. Para o supervisor mais ainda. É uma consequência. Sendo um bom analista vou ter uma bagagem boa e também vou ser uma pessoa coerente com os fundamentos da Psicologia Analítica nos quais acredito. É uma maneira de viver, e só a poderei transmitir, na medida em que viva esta experiência. (Cila)

A análise é muito importante para isso, pois só através dela que se consegue esta integração. Viver os ensinamentos junguianos é importante para ser supervisor, porém, enfatizou Rê, mais importante é viver, pois a vida é a fonte de energia, sem a qual tudo mais seria em vão.

Também foi citado por vários entrevistados que o supervisor precisa ter vocação (Beija-Flor, E3, Lion, Número 12), precisa ter o dom (E7), precisa do desejo de ser supervisor (E3). Preenchendo esses requisitos, deve viver o processo iniciático.

Número 12 explica:

E são as iniciações que se deve ter experienciado que nos remetem violentamente pra nossa identidade isolada e única em relação a todos os outros seres do mundo. (...) Na verdade, um dos momentos centrais da formação do analista são os momentos de iniciação. Não é à toa que se tem de ter uma boa análise, na análise, ter visto as transferências, ter tido os *insights*, uma série de passagens vividas que fazem um analista junguiano. Então, talvez seja um dos únicos caminhos profissionais que não se resolve simplesmente fazendo

exames e passando nos exames. Passar em exames, para ser analista, não significa, rigorosamente, nada. O que conta, realmente, é ter feito as iniciações.

O tipo psicológico pode influenciar (Lion e Número 12) e a função intuição é percebida como importante ao supervisor (Beija-Flor, Número 12).

Rob citou a exigência da capacidade para sentir e pensar simbolicamente e muita consciência do seu processo.

Maturidade, respeito pelo outro, sinceridade (Beija-Flor), autenticidade, transparência, simplicidade, honestidade e empatia com o sofrimento alheio (Nina), sensibilidade (Rob), paciência (Lion).

Na honestidade, lembra Beija-flor, está incluída a reflexão sobre o aspecto financeiro. Se o analista precisa do dinheiro pago pelo paciente, para sobreviver, a relação fica comprometida. No caso de haver interferência desse fator, o supervisor precisa levantar esta questão e ajudar o analista a se questionar até que ponto ele é capaz de reter o cliente devido a esta circunstância.

O supervisor necessita consciência ética e sintonia com o *Self*, cujo significado é ter avançado no processo de individuação (E7).

Para JUNG, o analista nunca leva alguém a um ponto além do que já chegou. Isso é válido para análise e para supervisão também. Então, o grau de maturidade, de integração com o Self do analista é um ponto fundamental para as pessoas, dentro de suas limitações e do seu potencial, penetrarem em seu inconsciente a profundidades maiores. O ideal é que o supervisor seja uma pessoa de personalidade com certa profundidade, senão haveria apenas troca de informações, mas não de experiência de análise.

Kin faz a síntese das três competências: saber - os conhecimentos, saber fazer - as habilidades e ser - as atitudes, em uma imagem que vale a pena mostrar:

Tem uma coisa bonita que é a imagem do samurai. No samurai, existem dois símbolos que o caracterizam: um é a espada. Tem que ser uma espada com o aço bem temperado, do aço mais forte, porque, no ar, ele pode cortar uma mosca em dois pedaços. Porque ele é o grande espadachim que trabalha para o Shogum. É um nobre, de tal forma ele é um mestre na espada. E o outro símbolo dele é o crisântemo. Porque se ele apenas souber manipular a

sua espada com toda a destreza, ele facilmente se torna um tirano. Agora, se ele cultivar seus crisântemos com todo cuidado, com todo desvelo, com toda a percepção do tempo que o crisântemo precisa pra florir, desabrochar. Também se ele for só isso, vai ser apenas um jardineiro. Então para que não se torne não só, apenas um jardineiro, e nem um tirano, ele tem que ter os dois, para equilibrar. Eu acho que é como a gente. Então, para mim, a espada vem a ser os livros que eu leio, os que as pessoas recomendam, as coisas que eu busco. Isso é importante. Mas eu sinto que quando nós estamos aqui, aqui a gente está no cultivo do crisântemo. É o tempo dele crescer, dele germinar, de exalar o seu aroma. Essa dimensão que é a dimensão da alma. Daquilo que eu puder me despojar mais. É um ouvir, é um estar junto mesmo. Que entre nós não exista nem a teoria, nem aquilo que eu penso a respeito dele. Que seja apenas o ouvir, atento ao outro, sem o meu julgamento

6.4. Percepção dos Entrevistados sobre o Processo Atual e o Ideal de se Tornar Supervisor

A maioria dos entrevistados informou que é a demanda externa pela supervisão a condição primeira a levar o analista à atividade de supervisor.

Aconteceu de as pessoas me procurarem. Então, foi em função da necessidade. Na verdade, como dizia o grego, é a *nanqué*, é a necessidade que faz com que se construam as coisas, as idéias. (Beija-Flor)

É, fui estimulada por essas duas pessoas. Fui estimulada por pessoas que conheciam meu trabalho. (Kin)

Foi que me procuraram para dar supervisão. (Carina)

Muito através da procura, tanto de pessoas recém-formadas, de pessoas que na verdade buscavam um modelo profissional, ou pessoas que me conheciam nas palestras, ou algum grupo de estudos, e começaram a clinicar e quiseram começar a ver. Quiseram começar a estudar os casos clínicos. Eu comecei com um estudo de caso clínico, que as pessoas atendiam. (Nina)

Acho que é uma coisa que vai acontecendo, muito espontânea mesmo. Eram pessoas que vinham discutir teoria comigo porque dava grupo de estudo (Cila)

Há quem tenha iniciado o atendimento clínico em outro sistema da Psicologia, tenha feito curso para supervisor e, mais tarde, ao entrar em contato com a Psicologia Analítica e se identificado com essa modalidade de trabalho, mudou.

Quando comecei, um período, fui procurado para supervisionar casais. Na época, eu não tinha experiência com casais, depois eu fiz um curso pra poder supervisionar. Mais tarde eu vim a supervisionar, mas na época não, eu não tinha essa experiência. (Leon)

Então, a minha formação como supervisora foi assim: as primeiras supervisões que eu tive na vida foram paradoxalmente em terapia comportamental, depois de formada estou falando. (Lu)

A formação do supervisor ocorre paralelamente à formação do analista. Nesta, a condição primeira é a análise pessoal.

Quando a gente se forma, na verdade, a formação é como analista, eu acho que a categoria de supervisor entra no paralelo, que tu recebes o requisito, tem a condição. Você sai com a condição de supervisor. (...) Talvez alguns pilares sejam fundamentais na formação do supervisor. Um dos pilares principais, que eu vejo, é a formação pessoal do analista. Na verdade, seria mesmo ele entrar no processo de formação, de uma análise muito profunda do seu inconsciente, de como trabalhar com essas pessoas, com seus complexos. Como eu acredito que dentro de todo processo de formação, o mais importante seja a análise pessoal e não a teoria, então para esse processo realmente ter efeito - no sentido de inteireza, de entrega, de não ter medo de realmente mergulhar na sombra - quanto mais o analista tiver passado por isso, entrado nesse turbilhão, melhor ele vai sair, tanto como terapeuta quanto como supervisor. (Nina)

Então, eu acho que a formação é como analista mesmo, eu acho que a formação do supervisor é uma consequência da experiência do analista. É como o modelo médico também, o ensino também, a supervisão, no caso, a gente vai discutir o caso com aquele médico que tem mais prática, não há uma ação específica pra que ele se torne supervisor, de pronto-socorro, ou daquela especialidade. Eu vejo como muito parecidos. (Cila)

O supervisor emerge do analista. A formação de analista, a experiência da análise pessoal, a experiência adquirida em analisar e fazer supervisão são a base da formação do supervisor. O modelo passado pelo supervisor e pelo analista são muito importantes para a formação.

Então, basicamente, o que me fez ser supervisor foi ter sido supervisionado, e ter desenvolvido uma ampla experiência clínica. (Lion)

Acaba sendo um trabalho em que você vai aprendendo a ser supervisor a partir das supervisões que você recebe. Que isso vai te dando uma experiência de olhar os casos. (Lu)

A formação hoje é feita no mesmo modelo passado por JUNG, através da transmissão da experiência de forma direta e pessoal. Este modelo gera, como aspecto negativo, a ausência de técnica de supervisão a ser aprendida; e como aspecto positivo,

permite abertura e flexibilidade. Há forte componente de supervisão nas análises didáticas mesmo não havendo preocupação específica com a supervisão.

Na minha experiência, não existiu nenhuma formação específica, práticas, por isso eu acho que a Psicologia Analítica segue muito um modelo de aprendizado que vem de um modelo quase medieval, por assim dizendo, porque na verdade, os mais experientes passam - de forma muito pessoal - o conhecimento deles para os novos, recém-chegados. Isso tem muito a ver, é claro, com a própria história da Psicologia Analítica. A única supervisão possível durante muitas décadas foi ir conversar com o velho Jung, então, em princípio, seria quase como se fosse consultar com o velho xamã, e receber dele informações sábias a respeito do que você poderia não estar vendo ou fazendo errado na tua prática ainda insipiente. Quer dizer, esse é o lado se é que se pode chamar de falho porque não há nenhuma, ao menos que eu conheça, não há nenhuma técnica específica de supervisão, de supervisionamento, algo a ser aprendido. O lado positivo, na minha maneira de ver, é que dada essa abertura maior, essa flexibilidade maior no *setting* da Psicologia Analítica, em geral, as análises didáticas já costumam ter um componente muito forte de supervisão. (Número 12)

Dois entrevistados - E3 e E7 -, dirigentes de um Instituto responsável por cursos de formação de analistas junguianos, informam que o supervisor inicia suas atividades ao preencher três requisitos: não ter restrições, ter cinco anos ou mais de recebido o diploma de analista e ter sido aceito membro de uma Sociedade de Psicologia Analítica. E7 comenta que outras sociedades selecionam os supervisores, dentre os analistas que preenchem os requisitos anteriores, por votação. Além disso, E3 considera o desejo e a vocação para supervisor, a bagagem de vida, a bagagem teórica e a experiência como analista, pode ser escolhido pelos formandos que tiverem interesse. Atualmente, a formação como supervisor é decorrência do ser analista.

O supervisor sem muita experiência, se seu supervisionando é mais vivido, é mais ou menos como o analista em relação ao seu analisando. Uma pessoa muito verdinha que se propõe a analisar uma pessoa com mais idade, com mais experiência de vida, fica uma relação difícil. Então, eu acho que vocação, desejo, experiência de vida e, claro, a experiência teórica, experiência como analista, acho que isso vai levar a pessoa a ter um desempenho razoável como supervisor. (E3)

Após começar a dar supervisão e sentir que precisa desenvolver alguma competência, o supervisor, por *iniciativa própria*, busca a melhor forma para alcançar seu

objetivo. Atualmente, a formação acontece por conta própria, individualmente, valendo-se da ajuda de outro colega supervisor, do analista, ou nos Congressos.

Nos Congressos Internacionais, eu vou muito atrás das questões de supervisão. E, a gente tem percebido, que não é só um sentimento meu, mas o quanto, na supervisão, você analista, acaba descobrindo coisas tuas, enquanto pessoa. (Lu)

Na verdade, você continua com supervisões. Você tem sempre alguns colegas com quem você troca impressões, dúvidas ou conflitos que você tenha em relação a algum caso. E isso também se insere no tema de supervisão. Você continua discutindo. É uma outra oportunidade pra você também se perceber aonde você está entrando, porque existe também o teu lado. Como se existisse uma outra contratransferência e isso são filigranas. (Beija-Flor)

Porém, há indícios que nem todos percebem ter a necessidade, que há uma lacuna em sua formação a ser preenchida. Conforme declarou Carina:

A formação do supervisor depende apenas da boa vontade e humildade da pessoa, mas nem todos fazem disso uma necessidade.

Dos entrevistados aos quais foi feita a pergunta sobre a formação ideal para supervisores em Psicologia Analítica, muitos percebem a necessidade de providências no sentido de melhorar a forma como ocorre atualmente. Consideraram que há necessidade de mudança ou de se acrescentar algo à forma como acontece a formação dos supervisores atualmente. Muitos já discutiram questões de supervisão com alguns colegas.

Eu acho que a gente ainda precisa aprimorar essa formação de supervisores. Ainda não sei que jeito. Porque é paradoxal o que eu vou te falar: ao mesmo tempo em que estou te falando dessas coisas tão subjetivas, eu acho que tem que ter, paralelamente, um trabalho do supervisor no qual ele precisa ter uma teoria, precisa ter um ponto de vista. Para mim é assim, eu tenho todo um embasamento teórico que uso na supervisão. (Lu)

Então é um compromisso imenso do supervisor e realmente não tem, digamos uma formação, ou talvez, dentro da formação de analista, algum momento específico, algum programa, ou alguma proposta, que se dialogue sobre isso, se pense sobre isso, mesmo que se estabelecesse formas de horários: que horário, quantas horas pra formação do supervisor.

Mas que se dialogue muito isso, que se abra espaço pra se falar e que é muito fundamental o papel do supervisor. (Nina)

Alguns acreditam que, apesar de estranho à primeira vista, já se percebe a necessidade de certa *sistematização da formação* de supervisores e consideram importante discutir essa possibilidade.

A formação do supervisor, eu imagino isso um tanto... você padronizar isso... talvez fosse um pouco estranho à primeira vista, mas pode ser uma coisa interessante. Acho que o conteúdo, o material a ser discutido pelos supervisores, acho que estaria já ajudando a criar uma série de valores que a instituição dá importância, mas talvez pudesse ser mais consubstanciado, talvez pudesse ser mais claramente colocado. (E3)

Eu acho que a formação do supervisor se tornou necessária nos Institutos. Primeiro todos eles reconhecem a necessidade da supervisão na sua própria formação. (E7)

Porque a atividade do supervisor acaba sendo bastante intuitiva. Então é uma questão que já foi discutida, nós já tivemos uma palestra, uma conferência, uma discussão sobre a função da supervisão, mas algo que não se repetiu e também não surgiu necessidade maior. Mas, uma dedicação mais continuada, e um estudo mais aprofundado, com bibliografia, com uma certa ampliação do escopo da atuação do supervisor está se fazendo necessária. Nós estamos sentindo a necessidade de levar a supervisão mais a sério, não diria de uma forma científica nem profissional, não é isso. Mas, aproveitar essa experiência da supervisão, e até produzir discussões a esse respeito, a finalidade, os objetivos, de outras experiências, de outras linhas psicológicas que diferem, claro, em aspectos teóricos, sem dúvida, mas a forma de atuação pode muito bem ser aproveitada. Isso falta. (E7)

E3 acredita que um estudo mais aprofundado, com bibliografia, com ampliação dos propósitos da atuação do supervisor, poderia ser feito através do acompanhamento dos futuros didatas e supervisores durante o exercício das funções daqueles já formados. Comentou que já pensou na possibilidade de fazer projetos de grupos de discussão e seminários específicos para formação do supervisor que abordariam aspectos pedagógicos, filosofia da educação, ética, relação supervisor/supervisionando, relações de poder, aceitação do supervisor pelo supervisionando e por si mesmo. Nesses grupos poderia ser acrescentada ainda a discussão dos objetivos da atuação do supervisor, troca de experiências, estudos de outras linhas psicológicas de diferentes enfoques teóricos cujas

formas de atuação pudessem ser aproveitadas, além da missão, valores, e objetivos da instituição.

Carina sugere que a formação para supervisores faça parte da formação do analista, como um complemento.

Seria assim, um adendo. Talvez no último ano, depois que se forma, mais um bloco para supervisão. Acho interessante! (Carina)

E7, que percebe a necessidade de uma formação sistemática, também comenta que pode acontecer integrada à formação do analista. Ponto importante a ser considerado seria a tomada de consciência dos arquétipos constelados na relação a fim de detectar e evitar situações de idealização, com projeções que coloquem o supervisionando aquém do supervisor, propiciando a emergência de complexo de inferioridade. O objetivo seria manter uma relação simétrica entre supervisor e supervisionando. Mas, o fundamental mesmo é o avanço no processo de individuação.

Outra hipótese levantada por Carina é a criação de, ao menos, espaço para reflexão e discussão em conjunto sobre o papel do supervisor, sobre as dificuldades enfrentadas, esclarecimento de dúvidas.

Na verdade, acho que deveria existir, talvez, ou formação ou espaço para os supervisores conversarem das dificuldades, das quais você está perguntando, que é uma coisa que está meio falha mesmo. Está você e Deus, e se você tiver boa vontade e humildade para procurar aumentar o seu entendimento, além do seu conhecimento, melhor. (Carina)

Outros entrevistados perceberam serem as *discussões em grupo* necessárias, sem haver necessidade de uma formação mais sistemática. Reflexões e trocas a respeito do conceito e do papel do supervisor (Beija-Flor, Carina, Nina, Rob, Número 12).

As discussões em grupo têm um espaço privilegiado para acontecer nos grupos de formação de analista – os supervisores entre si e com os analistas formandos.

Nina, que comenta não haver necessidade de formação sistemática, percebe ser necessária a discussão sobre o papel do supervisor, sua responsabilidade, o compromisso que assume, o que é ser supervisor e sobre o modelo que passa. A reflexão e discussão podem acontecer durante o processo de formação do analista.

Mas que se dialogue muito isso, que se abra espaço pra se falar e que é muito fundamental o papel do supervisor. Jung falava muito, sempre, na obra dele de que tem a questão da equação pessoal. Quando ele trata da transferência, a equação pessoal é fundamental porque a matéria psíquica do supervisor que vai estar dando o seu olhar, em cima de tudo o que ele estudou, em cima de tudo o que ele leu, da teoria, da prática, da vida dele, e isso vai fazer o papel dele como supervisor. Então, é um papel bem sério, um papel que tem que ser pensado. Acho que tem que ser muito comentado, pelo menos, pelo pessoal do grupo de formação: qual o papel da supervisão? Porque o que se vê muito também é que fica uma supervisão mais a nível teórico. Então ai vem o caso, e daqui a pouco você já vai entrando de novo na teoria, conceituando coisas, e na verdade o que se quer mesmo na supervisão é o manejo, como se lida com isso, pelo menos é o meu ponto de vista. Que o profissional se coloque, consiga se colocar, mostre a sua forma de trabalhar (Nina)

Outro entrevistado refere não ser necessário sistematizar o processo de supervisores, mas concorda com a necessidade de reuniões entre analistas e supervisores, independente da experiência, para *discutir*, com a maior abertura possível, tomando o cuidado de preservar a identidade do paciente e democratizar as discussões de caso.

Se eu tivesse que fazer alguma sugestão em relação a isso, seria que os profissionais, independente do tempo de formados, fizessem reuniões clínicas as mais abertas possíveis, que em alguns casos, claro, com a máxima de preservação da privacidade do cliente que fosse possível, fossem discutidas com um nível de abertura maior possível. Que pudesse misturar gente recém-formada, com os velhos sábios do pedaço, todos discutindo os casos, com um nível de abertura maior. Então, o que eu acho que se tivesse que ter alguma coisa, teria que ser isso, digamos assim, uma democratização maior do processo de discussão de caso. (Número 12)

Carina e Número 12 aconselham seminários sobre o tema, além das discussões em grupo.

De acordo com Beija-Flor a formação deve ser feita permanentemente, da maneira mais honesta e ética possível. Sugere que ocorra através da análise e reflexão com outros colegas, como já ocorre atualmente.

Alguns afirmaram ter *dúvidas* acerca de que poderia ser mudado, uma vez que percebem a necessidade de aprimoramento. Lu não sabe definir de que forma se poderia melhorar, pois, para ela, a construção do supervisor é paradoxal, no entanto, enfatiza o embasamento teórico e uma perspectiva através da qual faz suas observações.

Eu acho que a gente ainda precisa aprimorar essa formação de supervisores. Ainda não sei que jeito. (Lu)

Rob comenta nunca ter pensando em uma formação específica para supervisor e achou a idéia interessante. Mas considera que tão ou mais importante que a formação de supervisor é a experiência clínica do supervisor. O não distanciamento da realidade é fundamental. Se o supervisor tiver um espaço no qual possa pensar e discutir a questão da supervisão, excelente! A reflexão sobre o papel do supervisor já acontece informalmente. Há debates entre supervisores da academia, com as pessoas que estão envolvidas na formação dos analistas, nos simpósios, nos momentos de encontro com outros analistas. A formação nunca termina.

Eu acho importante, acho que realmente existem certas características importantes no perfil do supervisor que têm que ser contempladas. Não sei de que maneira, se é dentro de uma formação, realmente, dentro de um espaço formal - específico para formar supervisores - ou informal. Mas acho que realmente é um olhar diferenciado da qual tu tens que de alguma maneira estar habilitado. Então, eu acho que o mais importante, na formação do supervisor, é que ele tenha realmente uma capacidade vivencial enquanto um território da clínica vivido por ele, e uma teoria bem embasada. (Rob)

Rob não sabe definir se a formação deveria ser formal ou informal. Assim como Leon, acredita que a formação do supervisor acontece quando da formação de analista. O modelo da formação de analista favorece chegar ao lugar de supervisor, mesmo que não seja formalmente direcionado, que não se esteja pensando em formar supervisor.

Então, eu acho que o mais importante, na formação do supervisor, é que ele tenha realmente uma capacidade vivencial enquanto um território da clínica vivido por ele, e uma teoria bem embasada. Porque o que pode acontecer? Se eu tenho um bom conhecimento teórico, mas estou distante da prática, as minhas supervisões vão ficar muito pasteurizadas, muito distantes muitas vezes dos fenômenos que estão acontecendo na clínica e da realidade histórica e cultural que se vive na clínica, porque isso também vai impondo questões pra terapia, desafios pra terapia. (Rob)

Para Leon, a experiência como analista foi mencionada como necessária e suficiente. Acredita que é preciso cautela ao considerar o assunto, pois a experiência é o fator fundamental para formar a estrutura de um supervisor e a escolha do supervisor acontece bastante em torno da identificação com determinado analista. (Leon).

A minha formação é a partir da experiência. A partir do momento que eu tive uma experiência, eu comecei a passar essa experiência pras pessoas que me procuraram. Eu penso que pra poder passar isso, é fundamental ter uma prática, senão exaustiva, pelo menos uma prática constante durante um período de, no mínimo, três anos. (...) Eu penso que, um certo cuidado você tem que ter com isso. Eu não sei se seria vantajoso você ter uma formação sistemática do supervisor porque, muitas vezes, você procura um supervisor, não pelo título que ele tem, mas pela identificação que você tem com a experiência, que você tem com essa pessoa. (Leon)

Cila pensa de forma semelhante - a experiência é o fundamental - e assegurou não ter sentido a necessidade de formação de supervisores, nem para si, nem para os colegas.

Olha, eu acho essencial o processo de formação de analista, não acho, nunca senti necessidade nem pra mim, nem pra colega supervisor que seria necessário um processo, um curso... você diz? Algo semelhante? Porque eu entendo o supervisor dessa maneira mesmo. Acho que a gente vai crescendo na experiência. (Cila)

Kin, por exemplo, não se declarou a favor da formação sistemática de supervisores, nem de grupos de discussão, mas ofereceu a própria experiência como modelo.

Não sei. Posso te responder sempre focada no jeito que eu sou. Eu acho que uma coisa que pode ajudar muito o ser supervisor, por exemplo, se eu já tenho uma supervisionando que pergunta: Como eu posso melhorar? Eu iria propor que ela fizesse meditação. Que ela fizesse meditação, que ela dedicasse muito tempo aos sinais que a vida vai lhe dando.

Esta entrevistada acredita que deve haver busca constante do autoconhecimento, pesquisa e melhoria da forma de sentir, ouvir e perceber tanto através do exercício da meditação, quanto do contato com obras de arte e dedicação de tempo para entender os sinais que a vida oferece. Aliás, todos os entrevistados se referem à prioridade do auto desenvolvimento, do auto conhecimento, do avanço no processo de individuação.

7. Discussão

Desenvolvo a discussão dos resultados por categoria, seguindo a ordem de apresentação do item anterior.

7.1. A concepção dos entrevistados de Supervisão/Ser Supervisor

O resultado das entrevistas mostrou que, do supervisor se exige grande experiência, entendida como a vivência, na trajetória profissional e na vida pessoal, de situações que o habilitem a ser capaz de perceber algo ainda não evidente para o supervisionando. Compreende-se a razão de tal exigência ao se observar as atribuições responsabilidades do supervisor, bem como as expectativas que têm de si mesmos no desempenho desse papel.

A supervisão é, para os pesquisados, a oportunidade de analisar a condução do caso, de se abrir para o *mysterium* que é a psique, o lugar para melhorar a sensibilidade para o encontro com o outro, além de mais uma ocasião, junto com a análise, de o analista se relacionar com a própria alma.

Na palavra supervisão está embutido o termo visão e, ao conceituar supervisão, a maioria dos entrevistados, fez uso da metáfora do *olhar*. Um dos comentários refere que a supervisão é uma super visão, não no sentido de uma visão super, mas do distanciamento que ajuda a ampliar o olhar. Esta menção complementa outras que indicam ser a supervisão um olhar para a relação analista/paciente que ajuda a enxergar a indiferenciação entre ambos, pois é o olhar distanciado, frente ao ponto cego - a chance de desvendá-lo - e que permite ver a implicação do analista no processo. A supervisão ajuda a olhar o papel do analista e refletir. É uma ajuda para aprofundar o olhar do analista até um ponto além do que ele consegue atingir sozinho; o contato com outra visão e outras experiências que permite abrir novas questões e possibilidades. É um olhar que ajuda observar aspectos ligados à prática e à pessoa do analista; que ajuda a ver o caso através da visão do outro, a observar a transferência e contratransferência na relação analista/analizando. Além disso, um olhar que permite compartilhar angústias, medos e dificuldades.

É um olhar impregnado com todas as funções, muito em especial o sentimento. Nele, a amorosidade tem papel importante. Como escreveu Nicolau de CUSA (1998, 124):

“E porque onde estão os olhos está o amor, sinto que me amas, porque os teus olhos estão sobre mim, com a maior das atenções.”

Além da metáfora do olhar do supervisor, apareceu a do ouvir e escutar. O supervisor é percebido como uma grande orelha que ouve e compartilha aquilo que não poderia ser dividido com mais ninguém, em respeito ao sigilo. Foi comentado que só o seu ouvir já é curativo. Sendo uma pessoa com mais experiência, o supervisor é capaz de ouvir o analista e de olhar a relação dele com o paciente com maior acuidade, a ponto de perceber as sutilezas que podem passar despercebidas para quem ainda não tenha se deparado com questões referentes a tal situação.

O uso freqüente das palavras olhar e ouvir em referência à atividade do supervisor causa a impressão de ser ele percebido como uma extensão das funções perceptivas do supervisionando. Sozinho, o analista não dá conta de abranger a riqueza de possibilidades das experiências vividas e relatadas em análise. Então procura na supervisão um instrumento de ressonância - sonora e visual - das mensagens, tanto as conscientes quanto as inconscientes, vindas do paciente e de seu próprio mundo interno. Os supervisores entrevistados denotam sentir a necessidade de serem esses instrumentos capazes de ampliar e circumambular em torno da matéria-prima trazida para análise, ou nela vivenciada.

O supervisor tem o propósito, e dele se espera, que ajude a alcançar o significado da matéria-prima da análise, que colabore com o controle de qualidade do atendimento do caso, que ajude o analista fazer o diagnóstico e também auxilie a traçar o mapa do trajeto, que observe a habilidade do supervisionando para trabalhar com os símbolos.

Os supervisores entrevistados demonstraram acolher as expectativas e se sentirem no dever de exercer tais atribuições, apesar de estarem conscientes que o material com a qual trabalham é “um relato de segunda mão” (Número 12), pois o contato com o paciente do supervisionando ocorre através da percepção dele. Por isso, nunca podem saber realmente o que está ocorrendo entre o supervisionando e seu paciente, “isso faz parte dos mistérios” (Kin). Mas, entendem também que o próprio mistério é o objetivo da análise junguiana, o “se abrir para o *mysterium* que é a psique, para aquilo que às vezes não pode ser dito, nem traduzido” (Rob) é parte da função do supervisor.

Diante da proximidade da questão do mistério, é interessante lembrar que JUNG escreveu que o homem precisa do mistério, pois ele aponta para um símbolo de conteúdo psíquico inefável e assinala a presença visível de um arquétipo numinoso - ainda não consciente ou que não quer nem pode tornar-se consciente. Um mistério é sempre um acontecimento intuitivo e uma realidade do pressentimento da realização silenciosa inconsciente. O mistério exige da consciência atenção e consideração e interessar-se por ele torna possível a percepção e a assimilação das influências e efeitos do numinoso. (JUNG, C. W. XIV/I, § 306).

Adentrar na dimensão do mistério é embrenhar-se num mundo simbólico para descobrir os arquétipos constelados e suas manifestações através de sinais. É prestando a cuidadosa observação ao Self, que se revela através de imagens e símbolos, que se é conduzido para o processo de individuação, para a transformação.

Então, o supervisor exerce, junto com o analista pessoal do supervisionando, um papel importante no seu trajeto evolutivo como pessoa e como terapeuta. Os papéis de analista e supervisor têm profunda intimidade entre si, se entrelaçam, trocam posições em determinadas situações. Se por um lado, o analista, em análise, observa a transferência e a contratransferência, observa-a também com seu supervisor.

Dentre as diversas funções atribuídas ao supervisor, uma delas é a de didata. Mais uma vez, junto com o analista pessoal, servirá de modelo de analista e de supervisor quer o supervisionando já o seja ou possa vir a ser.

Diante das atribuições conferidas ao supervisor e das exigências de maior experiência, diante das expectativas de ajuda e contribuição surge o risco de que sofra uma inflação do ego. Diversos entrevistados têm consciência deste perigo e verbalizaram a necessidade de uma cuidadosa e permanente atenção a fim de não se colocarem no lugar de detentores do poder, uma realidade que pode ter conseqüências indesejáveis tanto para o analista quanto para o analisando.

O supervisor precisa, assim como o analista, ser o curador ferido para estar consciente do perigo do abuso de poder, de ser analista e ser supervisor. Lembrando a advertência de GUGGENBÜHL-CRAIG e de EDINGER que o instrumento de trabalho do

analista é o contato com o inconsciente e com o irracional, por isso precisa com eles manter contato permanente através de todas suas manifestações.

Para afastar o risco de se tornar o detentor da verdade, um autoritário disfarçado, de desempenhar o papel de charlatão, de falso profeta, ou de analista inconscientemente destrutivo, é preciso estar atento e manter-se honesto e sincero consigo mesmo. E tal tarefa não é fácil uma vez que o ponto cego da própria sombra de poder impede de percebê-la.

É tarefa difícil, porém não impossível. Como foi percebido pelos entrevistados, a supervisão é o local para aferição do instrumento de trabalho do analista - sua psique (Lu e Rê). “Nós, nossa honestidade e autenticidade, nosso contato pessoal com o inconsciente e o irracional – são esses os nossos instrumentos”. EDINGER, (2004, 32).

A questão da simetria/assimetria, levantada pelos entrevistados, aparentemente, revela uma contradição. Alguns afirmaram haver a necessidade de simetria na relação supervisor/supervisionando, enquanto outros foram enfáticos quanto à importância da assimetria na mesma relação. Na realidade, não se trata de uma contradição, pois as duas formas se referem a características diferentes. A assimetria diz respeito à exigência de maior conhecimento para poder contribuir com o processo do supervisionando, enquanto o termo simetria, no caso, está relacionado ao cuidado para respeitar a individualidade do supervisionando.

Toda a preocupação com o abuso de poder, as referências à simetria ou assimetria da relação denotam a consciência que os entrevistados têm dos perigos da sombra do analista que sinistra e furtivamente espreita por trás das aparências, conforme alertou GUGGENBÜHL-CRAIG.

Outro tema importante que foi levantado por muitos entrevistados foi a transferência e contratransferência. Foi mencionado ser a supervisão o lugar para observar as projeções ocorridas entre analista e analisando e também as do supervisionando supervisor.

Consideremos, como JUNG ensinou, em primeiro lugar, o caráter ilusório da transferência, o fato de incluir praticamente todos os processos que determinam a ligação entre o analisando e o analista. Consideremos ainda o fato de ser o tratamento uma interação entre paciente e analista como seres inteiros e, além disso, ambos estarem sujeitos

a transformações pela interação e também a distorções de percepções. Se assim o fizermos, e levarmos em conta que os entrevistados percebem a supervisão como o espaço indicado para o trabalho da relação analista/paciente, a transferência/contratransferência, o encontro com o outro, a dimensão Eros e a condução do caso, percebemos que todos estão se referindo às muitas perspectivas do mesmo fenômeno: a dinâmica da interação psíquica, para que esta seja um fator de contribuição no desenrolar do processo do paciente.

No propósito de conceituar supervisão/supervisor na clínica da Psicologia Analítica, diversos entrevistados reconheceram, dentre as outras funções atribuídas ao supervisor, a de modelo e didata. O prazer e o amor que o supervisor sente pela atividade de analista levam-no a se expor “(...) ao risco de tentar ensinar”, colocando-se como modelo, mostrando a sua forma de trabalhar, a forma que encaminha o processo dialético entre analista e analisando. Claro, para se expor ao risco, precisa ser capaz de entrar em contato consigo mesmo e vencer o medo de se abrir, que é uma coisa difícil.

O supervisor acredita – não sabe bem como - que vale a pena se envolver na tentativa de facilitar o processo do outro, e o faz, e, dessa forma, partindo do modelo das supervisões recebidas, o analista aprende a ser analista. Mostram-se como modelo, mas conscientes que ser modelo não é criar um clone à sua imagem e semelhança, e sim permitir que cada supervisionando desenvolva sua identidade de analista, que cria a própria *griffe*.

Sintetizando a contribuição dos entrevistados em relação às projeções, a supervisão é a oportunidade do terapeuta analisar, a partir de diferentes perspectivas, a dinâmica da relação intersíquica com o paciente e purificá-la dos contágios, auxiliado pelo olhar distanciado do supervisor.

A flexibilidade é uma característica que precisa estar presente na supervisão, pois é a partir do “movimento em torno”, ou usando um termo adotado por JUNG, da *circumambulação* do objeto em estudo é que se torna possível apreendê-lo. Observá-lo com todas as funções disponíveis: o olhar, o ouvir, a intuição, o sentimento e a razão.

Ao conceituar supervisão, os entrevistados destacaram as diversas modalidades de supervisão: individual, em grupo, estudo de caso. Todas – afirmaram - ajudam o analista a

levar adiante o processo do paciente, cuidar da relação entre ambos e da relação com a própria alma.

Nas supervisões, os métodos, as técnicas, as leituras de textos podem ser citados, mas se tornam secundários à medida que fica evidente ser a psique do analista o instrumento do contato com o irracional e o inconsciente. A supervisão é a aferição do instrumento para aquele que serve de guia do processo de fortalecimento do ego ou do confronto com o inconsciente de outro indivíduo – o analista. É o mesmo que JUNG em carta a um colega que se o analista não estiver totalmente ofuscado, percebe logo que toda teorização é ridícula. “Tudo depende de como tratamos o doente como pessoa” (JUNG, Cartas Vol. I, 2001, 127)

A síntese das percepções dos entrevistados acerca do conceito de supervisão coincide com aquela fornecida por KUGLER (1995). Este autor entende que a supervisão envolve diversos aspectos importantes, tais como, elaborar a técnica, esclarecer problemas de transferência e de contratransferência, propor uma orientação e focalizar questões clínicas, sugerir fórmulas dinâmicas e arquetípicas do processo analítico e questionar pensamentos, fantasias e modelos de comportamentos recorrentes.

7.2. O processo de se tornar supervisor

Os fatores básicos para tornar-se supervisor citados pelos entrevistados foram a *atuação como analista* e a *demanda do outro* - colegas analistas - para o exercício dessa função. A demanda foi gerada pela própria atuação como analista junto a colegas, que também eram seus pacientes, e pelo exercício de atividades em área afim da Psicologia Analítica, vinculadas ao aspecto didático. Nessas duas situações, os analistas foram vistos por seus colegas e suas atuações motivaram o pedido de supervisão.

Na continuidade do processo do tornar-se supervisor, após a demanda inicial, os entrevistados destacaram as atitudes de seguir a própria intuição e desenvolver acurada percepção do processo de trabalho como fatores que contribuíram para se tornarem supervisores.

Lembrando que o termo atitude, para efeito desse trabalho, se refere ao *como fazer*, ou, ao *modo de fazer* do supervisor que expressa o ser profissional. São as exigências de postura e comportamento, no esforço de adaptação às exigências da tarefa que a pessoa se propõe a desempenhar e irão se repercutir no ser profissional.

Ao confrontar as *atitudes* com o conceito de *persona* de JUNG, se constata que as exigências em torno do desempenho de papéis são de caráter coletivo, representam um dos aspectos do ego que a pessoa apresenta ao mundo externo. Em relação a esse tema, JUNG afirmou que quanto mais uma atitude for exigida por determinado ambiente, mais rapidamente se tornará habitual. É em torno destas exigências do coletivo que se forma a *persona*. Os aspectos conscientes da formação profissional consistem na soma de fatos psíquicos percebidos inerentes à pessoa e são formados a partir da imitação. Isso significa que ser analista e ser supervisor implicam em expectativas de desempenho e atingimento de objetivos e na necessidade de um modelo a ser seguido.

Então, a *persona* de analista, que merece respeito a ponto de ser solicitado como modelo pelos colegas, é o primeiro item da formação do supervisor. O ponto de partida é

ser analista e ser percebido pelos colegas como profissional capaz de ajudá-los a traçar seus caminhos como analistas e – até, quem sabe? - como supervisores.

Porém, nem só de *persona* se faz um analista. Muito mais que corresponder à expectativa de desempenho é necessário para a função. De acordo com o ensinado por JUNG a respeito da imitação, esta é uma faculdade valiosa para os propósitos coletivos, mas nociva para a individuação. E, acompanhar o processo de individuação do analisando, no qual participam fatores inconscientes e irracionais, faz parte dos objetivos do analista junguiano. Para isso, o analista deve se preparar.

É muito importante que o analista/supervisor tenha percorrido um longo trecho do seu trajeto de desenvolvimento psíquico na busca do autoconhecimento. JUNG já afirmou que o que conta é o que o analista é, o que ele faz é consequência do ser. Não existe estratégia, por mais engenhoso que seja, capaz de iludir a verdade de que a influência de maior importância é a do inconsciente e por isso o analista tem que ser a pessoa com a qual pretende influenciar o paciente.

As experiências como supervisores relatadas pelos entrevistados coincidem com a afirmação de JUNG que o terapeuta é seu próprio método, que o fator de cura é a personalidade como um todo e não apenas partes dela. Qualquer parte que se queira privilegiar, seja o racional, sentimental ou a intuição, não contempla o agir no processo terapêutico, pois este é dialético e o terapeuta participa tanto quanto o paciente. Assim na análise, como na supervisão, o princípio é semelhante.

A insegurança e a dúvida acerca da própria capacidade de ser supervisor estiveram presentes no começo do exercício profissional para alguns entrevistados. Mas, o inicialmente percebido como dificultador – comentaram - passou a ser vivido como motivador para seu aprimoramento. A insegurança e a dúvida determinaram a busca permanente de autodesenvolvimento pessoal e profissional, de muito estudo e supervisões.

Um fator citado que gerou insegurança foi a descoberta da tendência natural das projeções - de transferência e contratransferência. Exigiu muita elaboração e, ao olhar para trás, a insegurança inicial é percebida não mais como dificultador, mas como facilitador do

exercício da supervisão, pois levou ao contato com muitas situações que dificilmente teriam sido percebidas sem tal determinação.

Fatores irracionais fazem parte do processo de transferência/contratransferência entre analista e analisando e esses fatores são determinantes no processo de transformação. Diante disso, é importante que o supervisor consiga enxergar e ajudar o supervisionando a discernir, e se for o caso, orientá-lo para trabalhar em análise, pois, conforme escreveu JUNG, prevalece a personalidade mais forte e estável. Então, para que o campo transformador da interação analítica siga adiante, as distorções precisam ser reduzidas ao máximo.

Em contrapartida, outro fator, o tipo psicológico, inicialmente percebido como facilitador, mostrou a necessidade de atento cuidado por ser capaz de gerar o aspecto negativo por tender à criação de dependência do supervisionando diante da facilidade e segurança do supervisor.

As duas situações mencionadas pelos entrevistados - dificultadoras e facilitadoras - confirmam a declaração de JUNG que, na psique, algo só é verdadeiro se o seu oposto também o for. Então, se percebe que nada é definitivamente facilitador ou limitador. A atitude rígida diante da situação é que pode se tornar problemática. Há que se estar atento, constantemente, para não tomar um pólo como definitivamente melhor que outro e cair no seu contrário.

A vocação de terapeuta, a história de vida, a identificação com a clínica, a ampla experiência clínica, o modelo passado pelo supervisor, o exercício da função de analista embasado pela análise pessoal, pela supervisão clínica e pelos grupos de estudo teórico foram citados como fundamentos do tornar-se supervisor. Além desses, foram citados como fatores importantes: o contato e o estudo permanente de obras artísticas, a proposta de buscar as respostas em conjunto com o supervisionando, a valorização das supervisões.

Essas informações confirmam o mencionado no item anterior - conceito de supervisor/supervisionando - que o tornar-se supervisor se fundamenta na análise pessoal, no conhecimento das técnicas e na prática clínica; na intuição, amadurecimento,

compromisso e responsabilidade consigo mesmo, com o supervisor, com o supervisionando e com a Psicologia Analítica. É uma somatória de fatores conscientes e inconscientes.

Esses subsídios levam à percepção que o exercício da supervisão é uma continuidade do trabalho do analista, é um passo além de ser analista. Ser supervisor não pode dissociar-se de ser analista. Tanto é assim que a condição primeira para ser supervisor é ser analista, mas analista experiente, pois a supervisão tem, ao mesmo tempo, de acordo com os entrevistados, características semelhantes e diferentes da análise.

Como características semelhantes, a supervisão é vista como a análise do papel do analista. Dessa condição, é uma metanálise pois inclui a análise da percepção de todo o processo psíquico vivido pelo analista, com o paciente e com o supervisor, na relação com o mundo interno e externo.

A característica diferente da análise reside no foco. Enquanto a supervisão focaliza o papel profissional, a análise abrange o trabalho da psique como um todo. Caso o supervisor perceba a necessidade de elaboração de questões referentes à psique do supervisionando, poderá encaminhá-lo para a análise pessoal. A supervisão serviu para levantar o problema e mostrar a necessidade de trabalhar, a fim de reduzir ao máximo qualquer possibilidade de distorção.

Para expressar a dimensão da supervisão em relação à análise, permito-me usar a metáfora do peixe usada por JUNG. O analista, na relação com seu paciente, pode ser comparado ao peixe imerso na água que, pela proximidade, está sujeito a viver uma identificação com o ambiente. Precisa do pescador experiente, com o olhar perspicaz o suficiente para apreender os acontecimentos e seu sentido e descrevê-los a partir de seu ponto de observação. Por isso, é tão importante que o supervisor seja experiente, pois somente o profundo conhecedor do ambiente e das situações de uma análise consegue discerni-las e destacar os aspectos necessários.

7.3. Competências Necessárias ao Supervisor na Visão dos Entrevistados

Os entrevistados comentaram que o supervisor precisa conhecer profundamente os fundamentos teóricos da Psicologia Analítica, porém, não são suficientes os conhecimentos no campo da Psicologia. É preciso noções dos fundamentos de todos os sistemas em Psicologia.

Por ser a Psicologia uma ciência jovem²³, ainda é dividida em sistemas. Para ilustrar como os diversos sistemas em psicologia descrevem a psique, lembro da metáfora de um grupo de cegos estudando um elefante, através do tato. Diversos deles estão em volta de um elefante e cada um toca uma parte diferente do corpo do animal e o descreve a partir da sua experiência. Individualmente, os cegos detêm uma parcela do conhecimento, mas somente a contribuição de todos poderia configurar o todo. O mesmo ocorre com a Psicologia. Cada sistema enfoca a psique através de uma determinada perspectiva e desenvolve técnicas com o objetivo de solucionar os problemas a partir de seu ponto de observação. Porém, cada um contribui com um aspecto, mas não apreende o todo. O psicólogo que pretende ter uma ampla visão da psique precisa dos conhecimentos de todos os sistemas.

Então, os supervisores precisam conhecer os fundamentos da Psicologia Analítica, que lhes permite a compreensão mais abrangente e fornece base para as intervenções, para o trabalho na clínica e, ao mesmo tempo, precisam conhecer também os fundamentos dos outros sistemas, que serão úteis na percepção do todo e podem esclarecer algum aspecto da psique não aprofundado pela Psicologia Analítica.

Além disso, limitar-se ao saber no campo da Psicologia não fornece subsídios suficientes ao supervisor para dar conta de sua função. Ele precisa dos conhecimentos de outras profissões e de características do trabalho delas e, além disso, necessita da

²³ Essa afirmação se refere à Psicologia enquanto ciência reconhecida como tal, apesar de a Psicologia Analítica ser um sistema da Psicologia que emprega conhecimentos colhidos do patrimônio cultural da humanidade, em tempos afastados no passado, visto que JUNG estudou a psique nos mitos, no arcabouço das religiões, na gnose, na alquimia, etc.

experiência de vida. Os supervisores se referem à necessidade de um *saber* integrado à vida e não apenas teórico ou como discurso de prática clínica.

A afirmação que o conhecimento teórico deve fluir em todas as funções - pensamento, sentimento, sensação e intuição - significa que supervisor precisa responder na função que o supervisionando demanda naquela situação. Se a questão se refere ao sentimento, uma resposta racional não cumpriria sua função. O saber precisa ser transformado em sabedoria, e esta não se limita à informação ou ao conhecimento racional. Só a sabedoria é capaz de perpassar por todas as funções da consciência.

Quando o saber é transformado, na verdade, *saber* e *ser* tornam-se a mesma coisa. Esta declaração foi confirmada pelas falas de todos os entrevistados. Assim também o desenvolvimento das habilidades – *o saber fazer* – os recursos utilizados ao longo da formação do analista que, ao serem integrados à essência, determinam transformações e resultados positivos para o exercício das funções do analista, também valem para as do supervisor. Se permanecerem dissociados, não contribuem e nem têm qualquer validade.

O conhecimento considerado mais importante de todos os mencionados pelos entrevistados foi o autoconhecimento. Este é conquistado por meio da análise pessoal e é essencial para não sobrecarregar o paciente ou o supervisionando. Apesar de o inconsciente ser inesgotável e a análise não ter a pretensão de esgotá-lo, é importante que a consciência seja capaz de perceber seus sinais e trabalhar com eles.

Comparando os subsídios fornecidos pelos entrevistados para o perfil do supervisor com os itens constantes na lista de exigências de JUNG para a pessoa se formar analista, percebe-se pontos coincidentes.

Exijo sobretudo conhecimentos de psiquiatria clínica e das neuropatias orgânicas. Em segundo lugar uma análise didática, 3. certo grau de formação filosófica, 4. estudo da psicologia dos primitivos, 5. ciência comparada das religiões, 6. mitologia, 7. estudo da psicologia analítica, começando pelo conhecimento da técnica do diagnóstico das associações, da técnica de interpretação dos sonhos e fantasias, 8. aperfeiçoamento da própria personalidade, a saber, desenvolvimento e diferenciação das funções que precisam de formação. (JUNG, 1999, 201).

Coloco em destaque, da lista de JUNG, o item dois, *uma análise didática* e o item oito, *aperfeiçoamento da própria personalidade, a saber, desenvolvimento e diferenciação das funções que precisam de formação*. Esses itens resumem algumas das competências citadas pelos entrevistados: autoconhecimento, conquistado pela análise pessoal; a formação pessoal do analista, ou seja, o trabalho de suas próprias questões na sua análise pessoal, ser e estar inteiro com o outro, viver de acordo com a concepção junguiana da psique.

Também foram enfocados: o imperativo da sintonia com o *Self* - cujo significado é ter avançado no processo de individuação – a necessidade de viver de acordo com a concepção junguiana da psique, e ser e de estar inteiro com o outro. Estas exigências dizem da importância de o supervisor manter relação viva com a psique – mundo interno, e com o outro – mundo externo.

Igualmente, o supervisor precisa viver o processo iniciático como analista, pois é preciso ser analista para ser supervisor. Ser analista implica em ser ético, ter maturidade, autenticidade, simplicidade, honestidade, sinceridade, transparência, e empatia com o sofrimento alheio. Do mesmo modo, é importante a sensibilidade, a paciência, o respeito pelo outro.

A recomendação de JUNG faz eco na percepção dos entrevistados que sentem ser fundamental a personalidade do analista como um todo para o processo analítico. Porque não são apenas o conhecimento teórico ou a capacidade verbal que atuam, mas a personalidade inteira.

O sétimo item da lista de JUNG - *estudo da psicologia analítica, começando pelo conhecimento da técnica do diagnóstico das associações, da técnica de interpretação dos sonhos e fantasias* – ajusta-se aos conhecimentos dos fundamentos teóricos da Psicologia Analítica citado pelos entrevistados.

Os itens três, quatro, cinco e seis: *certo grau de formação filosófica, estudo da psicologia dos primitivos; ciência comparada das religiões e mitologia* também fazem parte dos fundamentos teóricos. Com exceção do item três, a formação filosófica, esses

saberes auxiliam a compreensão da linguagem do inconsciente e desenvolvem a capacidade de simbolizar.

Como se percebe, as competências necessárias ao supervisor, citadas pelos entrevistados, são as mesmas que JUNG relacionava para os analistas. No entanto, do supervisor se espera mais, um “conhecimento maior” e “mais experiência”. A ampla experiência clínica é fundamental. E os entrevistados especificam ainda mais: tal experiência, não pode ser apenas uma exaustiva prática rotineira, mas sim aquela cujos conteúdos e significados são profundamente analisados e compreendidos em supervisão e na auto-análise.

Uma diferença, de ênfase apenas, entre as indicações de JUNG e as dos entrevistados é dada ao conhecimento da transferência/contratransferência e suas influências no processo analítico. Não que este tema fosse descuidado por JUNG, pelo contrário, era um assunto ao qual dedicou sua atenção nos escritos e nos seminários. Apenas o realce hoje, comparado aos demais itens, é maior, por ser a transferência *uma fonte de informação*, um assunto bastante valorizado pelos autores junguianos que repercute na prática cotidiana dos analistas como se pode perceber através da leitura do livro organizado por STEIN e SCHWARTZ - SALANT, *Transferência e Contratransferência*.

Também foram citadas a vocação e o dom - duas faces da mesma moeda - além do desejo de ser supervisor, decorrência das duas anteriores. É preciso que o supervisor sinta existir um chamado interno genuíno para este tipo de trabalho.

Todas essas recomendações indicam o cuidado que os entrevistados acreditam ser necessário diante do risco do abuso de poder (que aparece no item 7.1 - Conceito de Supervisão). O mesmo perigo descrito por GUGGENBÜHL-CRAIG, pois o oposto do que se quer atingir ou evitar acaba se constelando. Não é fácil perceber quando as ações são contrárias às intenções, porém na presença das competências citadas, o risco de passarem despercebidas diminui.

JUNG forneceu o modelo de analista capaz de ser e estar inteiro com o outro. Foi erudito em todas as áreas de conhecimento de sua época e, além disso, foi um sábio pois

conseguiu integrá-los todos à sua vida e ao seu trabalho. Sua vida foi um exemplo do saber abrangente que os entrevistados advertem ser necessário ao analista, e conseqüentemente, ao supervisor. Conhecimento esse, citado pelos entrevistados como imprescindíveis e que podem ser desenvolvidos através de leituras de todo gênero, da intimidade com as artes e a literatura, dos fundamentos teóricos da psicologia em todos os sistemas, do contato com outras profissões, da experiência do cotidiano da vida, além, é claro, da análise pessoal.

A todos os saberes exigidos do analista, um dos entrevistados acrescenta a *didática* como uma competência a ser desenvolvida pelo supervisor. Tal percepção das competências faz ressonância com a afirmação publicada na Introdução do livro *Junguian Perspectives on Clinical Supervision*: “Enquanto o analista precisa da habilidade de analista, o supervisor precisa da habilidade de analista e de professor”.

Outro acréscimo às competências do analista, além da didática, foi a necessidade de o supervisor ter, para a supervisão de grupo, o conhecimento e a experiência com grupos e subgrupos.

Percebo que a somatória das percepções dos entrevistados acerca das competências necessárias ao perfil do supervisor forma um todo coerente. Porém, individualmente, são parciais, como peças de um quebra-cabeça. Cada um enfatiza alguns aspectos, relacionados à percepção que tiveram a partir de suas experiências. O quadro mais completo do conjunto das informações pode ser observado a partir da síntese das contribuições individuais.

7.4. Percepção dos Entrevistados sobre o Processo Atual e o Ideal para se Tornar Supervisor

O resultado das entrevistas demonstrou que o ponto de partida para um analista ser supervisor é a demanda do outro. Essa demanda emerge do voto de confiança na capacidade desse analista ajudar a percorrer uma parte do caminho, para ele já conhecido. Evidenciou as competências a partir de sua atuação em atividades correlacionadas à análise junguiana, geralmente vinculadas ao aspecto didático.

Atualmente a formação de supervisor é feita individualmente, com base no modelo passado pelo analista e pelo supervisor e na experiência adquirida em analisar e fazer supervisão aliada à busca permanente de desenvolvimento das competências que cada um sente como necessária a ser desenvolvida. Em outras palavras, a formação do supervisor é feita por conta própria segundo os critérios de cada um em relação às competências necessárias a serem desenvolvidas.

Os entrevistados demonstraram ter um posicionamento de responsabilidade perante a própria formação e percebem-na como um processo interminável, permanente. Acreditam que sempre há algo a ser melhorado, um ponto a ser discutido. Comentaram que buscam preencher as lacunas com colegas analistas e supervisores e também vêm nos Congressos uma oportunidade para esclarecer dúvidas ou conflitos. Apesar de ter havido declarações que nem todos os supervisores têm a mesma noção de responsabilidades e a realidade demonstrar que há muito a melhorar.

Já foi diagnosticada a necessidade de melhorar a forma como ocorre atualmente, mas ainda não foram tomadas medidas concretas nesse sentido. Não se criaram grupos de discussões acerca da atividade do supervisor, do significado, importância ou responsabilidades vinculadas a esta atividade. Assim como não há cooperação coletiva no sentido de complementar o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários, não se criam grupos de discussões.

Partindo das informações fornecidas pelos entrevistados, percebo que existe a necessidade de criar espaço para essa reflexão em conjunto e discussão do papel e funções do supervisor, tanto durante o processo de formação do analista junguiano, quanto fora deste contexto, após a formação, ou antes dela. Com a reflexão sobre o papel, os objetivos e as funções do supervisor, torna-se mais fácil delimitar o espaço no qual atua o supervisor e qual o do analista.

Tendo em vista que o mesmo profissional pode atuar em ambas as funções no mesmo grupo de formação, é preciso que haja reflexão e discussão das dinâmicas e das interações, da influência dos tipos psicológicos na relação supervisor/analista, da melhor forma de conduzir os processos – de análise e supervisão - para não haver interferência entre ambos. A esse respeito, Beija-Flor alertou que é preciso cuidado porque o supervisor não é o analista do supervisionando, por isso precisa saber o limite do que pode e como pode intervir e até onde pode fazê-lo para não entrar na história pessoal dele.

Há necessidade de discussões em grupo sobre conceito de supervisor, sobre as dificuldades enfrentadas, as responsabilidades, o modelo que o supervisor passa e até mesmo seu estilo precisa.

A análise junguiana não pode ser ensinada uma vez que trabalha com a atividade espontânea do inconsciente e esta não pode ser codificada em técnicas repetíveis. Lembrando a afirmação de JUNG que o tratamento é o produto da interação entre o paciente e o médico, como seres inteiros e propicia o encontro de duas realidades irracionais que trazem consigo não só uma consciência, mas além dela, uma extensa e imprecisa esfera de inconsciência. (JUNG, O. C. XVI §163) O que se pode ensinar é o conhecimento sobre as manifestações do inconsciente e como se relacionam com a situação terapêutica.

Este aprendizado vem basicamente da análise pessoal, do conhecimento de como a psique se manifesta e da compreensão do significado de tais manifestações. Então, para que o supervisor consiga manter a abertura necessária para o supervisionando desenvolver seu estilo pessoal de analista, sinto que há necessidade de um espaço permanente de reflexões e discussões sobre a atividade do supervisor em Psicologia Analítica.

Há que se ter muito cuidado para não enrijecer o movimento de busca do analista, em ensinamentos institucionalizados, instituídos, consagrados, permanentes e petrificados. É preciso o equilíbrio dinâmico. O *ethos* do “trabalho em grupo”, incentivado pela instituição, é necessário para o desenvolvimento do supervisor.

FORDHAM assegura que as habilidades são desejáveis e que deveriam ser adquiridas a partir do momento que a teoria é essencial, mas que tudo isto advém dos seminários, não da supervisão. O supervisor não é responsável por fornecer aos formandos uma estrutura teórica à qual devem ser adaptadas suas observações, mas transmitir a própria experiência e estimular os dotes pessoais, a fim de evitar o perigo de doutrinação assim tornar possível um encontro, não doutrinário, mas empírico. (MOORE, 1995, 55).

O supervisor precisa um embasamento teórico, um ponto de vista - como expressa Lu - para nortear seu trabalho de supervisão. Porém, não significa que deva se ater rigidamente. A teoria é importante até o início da sessão de supervisão. Nesse momento - conforme ensina Kin - diante da singularidade do caso em discussão, o supervisor deve ser capaz de não se deixar mais contaminar pelos livros, nem pela teoria, nem por expectativas que os outros possam ter daquilo que ocorre dentro do vaso sagrado. Ele faz o parêntesis, deixa a teoria de fora e se despoja para sentir.

Então, a proposta é que se desenvolvam programas de desenvolvimento permanente para supervisores e analistas didatas. Esses programas podem ser construídos a partir da contribuição dos supervisores e dos supervisionandos, uma vez que, vivendo a experiência da supervisão, os últimos têm condições de expressar os pontos importantes a serem melhorados ou enfatizados.

Conforme citado na discussão - item 7.4. Competências necessárias ao supervisor, na visão dos entrevistados - a somatória das percepções dos entrevistados acerca das competências necessárias ao perfil do supervisor forma um todo coerente. Porém, individualmente, cada um enfatiza os aspectos relacionados à percepção que tiveram a partir de suas experiências. O quadro mais completo do conjunto das informações pode ser observado a partir da síntese das contribuições individuais.

Por isso, percebo ser importante incluir a discussão do que é ser supervisor, o papel e as responsabilidades, os riscos e perigos a que estão sujeitos para cada um e para a Instituição à qual estão vinculados e a relação existente ou não entre estes conceitos. Dessa forma, os supervisores serão cada vez mais os profissionais capazes de levar os supervisionandos a desenvolver suas potencialidades de analista, experimentar idéias, explorar novas abordagens, e tomar consciência das competências que ainda precisam desenvolver.

Além disso, acredito que as experiências vividas nesses programas de desenvolvimento permanente poderão ser escritas e publicadas. Será uma forma de despertar o maior número de profissionais, inclusive aqueles que não estão vinculados a Institutos junguianos oficiais, para aspectos que talvez até então não tenham merecido maiores considerações.

A publicação das experiências vividas também será uma forma de suprir a lacuna existente sobre o assunto, supervisão.

8. Reflexões e Algumas Considerações Finais

Para finalizar este trabalho, apresento algumas considerações acerca da minha experiência com a pesquisa.

O método utilizado permitiu alcançar os objetivos propostos para a pesquisa. Em relação à percepção dos entrevistados acerca do conceito que têm do supervisor é ser ele um analista, bastante experiente, que exerce as funções de analista e, ao mesmo tempo, contribui para a melhoria do processo de análise conduzido por colegas, sejam iniciantes na arte da análise junguiana ou pares também experientes. Portanto, para ser supervisor, é condição *sine qua non* o exercício da atividade de analista. É esta condição que dá suporte à atividade do supervisor, pois a base para esta atividade é fornecida pela formação e prática como analista.

A supervisão é uma atividade limítrofe da análise pessoal. É um olhar, ouvir/escutar o papel profissional do analista – nele incluído a sua pessoa na relação consigo mesmo e com seu paciente - com o propósito de ampliar o campo de consciência e, dessa forma, contribuir para a melhoria da qualidade da condução do caso. A análise pessoal analisa o indivíduo no todo, seja na sua relação com o mundo externo ou o mundo interno - trabalhando o inconsciente pessoal ou a emergência da psique arquetípica.

Em supervisão se analisa a condução do caso junto com o supervisionando, busca-se melhorar a sensibilidade para o encontro com o paciente e para o relacionamento com a própria alma. Esta última abrange a atenção para aspectos pessoais e arquetípicos, em especial aqueles relacionados à sombra.

Após levantar as percepções dos entrevistados acerca das facilidades e dificuldades enfrentadas por eles no início da carreira e as competências necessárias para ser supervisor, percebi que as trajetórias dos analistas até se formarem supervisores inicia com a demanda pelo exercício de supervisão, receosos e atentos quanto à possibilidade de exercer tal função e dispostos a superar as dificuldades encontradas e desenvolver as potencialidades ainda não plenamente atualizadas.

As dificuldades e facilidades iniciais são inerentes a cada indivíduo, variam de acordo com a estrutura e a história de vida de cada um. Para ser supervisor, é preciso ser analista, mas nem todo analista está apto a dar supervisão. Com esse objetivo, outras habilidades precisam ser desenvolvidas. A didática é uma delas, e o supervisor, mais que o analista, precisa ser didata. Durante o processo de iniciação - uma fase muito importante da vida do analista - o supervisor serve de modelo, por isso, compete a ele desenvolver as habilidades conscientes do candidato. Contudo, ao mesmo tempo - é preciso lembrar - o supervisor não é um professor, é também o mentor de uma atividade na qual o inconsciente participa e se o supervisor for rígido, pode impedir a emergência da individualidade do analista, influência perniciosa se pensarmos a prática da psicoterapia como uma arte, além de ciência.

Além dos conhecimentos de didática, o supervisor precisa saber trabalhar com grupos pois as supervisões não são apenas individuais, há aquelas em grupo e as discussões de caso. Conhecimentos das características do trabalho com grupos foram desenvolvidos por profissionais fundamentados em outras linhas da Psicologia que não a junguiana. Por exemplo, a psicanálise e o psicodrama dispõem de excelentes contribuições, úteis e necessárias a quem se disponha trabalhar com grupos. Então, o contato com um campo de saberes de outras linhas da Psicologia é imprescindível ao supervisor.

Ademais, o supervisor precisa ter muito claro o propósito de seu trabalho, os valores e objetivos que norteiam a Instituição à qual pertence e como seus colegas de trabalho se posicionam perante as mesmas questões, o que lhe compete fazer e o que compete ao analista, pois supervisionar é uma atividade mais grupal que a análise.

As informações colhidas entre os entrevistados mostraram que os analistas junguianos se fizeram supervisores junguianos a partir da demanda externa. Fundamentados em sua formação de analistas, na sua experiência profissional e na história de vida, começam a dar supervisões, inicialmente surpresos e inseguros quanto à capacidade para fazê-lo. Seguem adiante garantidos pela experiência como analistas, na consciência sem suas competências desenvolvidas como analistas e pelo autoconhecimento advindo da análise pessoal. Buscam o aperfeiçoamento a partir de seu senso de responsabilidade e da própria percepção da necessidade de fazê-lo e, dessa forma, o que

antes se mostrara como dificuldade, passa a ser sentido como um facilitador para o desempenho da função. Cada um busca a melhoria da forma como considera a ser a mais apropriada.

A análise dos dados colhidos junto aos entrevistados demonstra que os entrevistados não acreditam existir um processo ideal para formação de supervisores, mas sim a necessidade da construção gradativa do supervisor através do modelo fornecido pelo analista e pelo supervisor – que já vem ocorrendo - com a percepção de que uma tomada de consciência da importância da definição clara dos propósitos da supervisão e da troca de experiências iria otimizar a prática da supervisão.

A análise das respostas dos entrevistados mostrou que o fundamental da formação do supervisor é feito na formação e na prática como analista. O que se tem institucionalizado é a formação do analista, e esta é a base da formação do supervisor.

Então, o pressuposto que a trajetória de formação do supervisor clínico em Psicologia Analítica se dá no mesmo percurso da formação de analista em Psicologia Analítica foi confirmado durante a pesquisa.

Uma vez que as funções do supervisor incluem outras além daquelas do analista por serem os objetivos da supervisão diferentes daqueles da análise, o supervisor precisa desenvolvê-las. Esta complementação é vivenciada de forma solitária, cada um buscando desenvolver as competências que julga necessário. Alguns supervisores trocam impressões entre si, informalmente, porém não existe qualquer programa institucionalizado com tal objetivo. A análise dos dados demonstrou que os entrevistados percebem a necessidade de um complemento da formação através de um trabalho em grupo.

As percepções dos entrevistados quanto às competências que precisam ser desenvolvidas variam de acordo com as necessidades experienciadas por cada um e por sua história de vida. Observadas isoladamente, as competências citadas individualmente dão a impressão de peças de um quebra-cabeças mas, no conjunto se complementam.

Diante disso, conclui que há necessidade de uma construção, em conjunto, da forma mais adequada àquele grupo específico de supervisores, inseridos em determinada Instituição. Uma vez que as necessidades não são estáticas, variam de acordo com o

indivíduo e com o grupo - que é uma síntese dos indivíduos -, o grupo precisa construir, gradativamente, o programa de atividades a serem focalizadas, de acordo com as percepções das necessidades emergentes ou que possam advir de alguma decisão a ser tomada.

Entendo que todos os objetivos propostos para a presente pesquisa foram alcançados. A resposta ao problema acerca das percepções de analistas/supervisores em Psicologia Analítica de como é vivenciado o processo de formação de supervisores na clínica da Psicologia Analítica e como seria o processo de formação idealizado é que se trata de uma construção permanente, junto com a construção do analista. Não existe um momento no qual o profissional possa afirmar: Estou pronto! Novos desafios se colocam para impedir tal certeza, tanto da ordem da consciência quanto do inconsciente. A consciência irá se expandir à medida que novos conteúdos do inconsciente se lhe forem integrados e, dessa forma, ela terá novas perspectivas para observar e novos rumos a tomar. Por ser a menor que o inconsciente, sempre haverá possibilidade e necessidade de integrar o novo, o que leva a um processo interminável.

O processo ideal é que, qualquer seja a forma adotada para o programa de desenvolvimento permanente, que seja perpassada pela incerteza permanente, diante das possibilidades de se constelar a lei da enantiodromia - uma situação unilateralmente direcionada tende a se reverter no seu contrário.

O processo adotado também precisa levar em conta os fundamentos e as propostas da Psicologia Analítica, da Instituição, do supervisionando e do supervisor. Todos esses aspectos envolvidos precisam ser coerentes e, por isso, a abertura, a flexibilidade e o compartilhamento são ingredientes essenciais.

Senti a disponibilidade dos entrevistados como elemento facilitador para levar a efeito minha proposta de pesquisa. Todos, sem nenhuma exceção, aceitaram participar sem qualquer dificuldade ou empecilho, interessaram-se pelo assunto, dispuseram horário em suas agendas e me atenderam gentis e colaborativos. Inclusive devo lembrar a profissional que concedeu três entrevistas na fase exploratória e ainda se colocou à disposição caso sentisse necessidade de mais tempo. Tenho muito a agradecer a todos.

As dificuldades que senti foram na fase da fundamentação teórica relativamente ao assunto supervisão. Não é um tema debatido e pouco se escreveu sobre ele. Encontrei um livro apenas, ainda não traduzido para o português. Enquanto escrevia a Fundamentação Teórica e transcrevia as entrevistas, senti necessidade de traduzi-lo para o português e o fiz, acreditando que tal procedimento seria útil.

A Psicologia como um todo, e a Psicologia Analítica mais ainda, são ramos da ciência ainda jovens. No Brasil, há poucos lugares para formação de analistas. Curitiba e Porto Alegre estão criando o primeiro instituto e Florianópolis ainda não tem. O trabalho dos supervisores e didatas atuais é pioneiro e, como temos notícias dos primeiros que conviveram com JUNG que foram tomados como referência, os brasileiros também o são e serão em nosso país. Tal situação lhes traz uma carga de responsabilidade muito grande, forte motivo para deixar escrito suas experiências e lançar desafios para os que estão chegando.

Deixo como sugestão a quem se interessar por dar continuidade à pesquisa sobre este assunto, fazer uma pesquisa sobre a formação de supervisores incluindo entrevistas com os supervisionandos. Senti, durante a discussão dos resultados, que estes poderiam contribuir com suas percepções e enriquecer o trabalho.

9. Apêndices

1. Pauta da Entrevista

Titulo do Estudo: Ser Supervisor: Percepções de supervisores em Psicologia Analítica

Pesquisadora: Lucy Terezinha Tonietto

Orientador: Francisco Antônio Pereira Fialho, Doutor

O que é ser supervisor?

Como foi a sua formação de supervisor? Facilidades e limitações experimentadas.

Existe um processo ideal de formação de supervisores?

O que é preciso: a) *saber* (conhecimentos) b) *saber fazer* (*habilidades*) c) *ser* para ser supervisor (atitudes)?

2. Instrumento de Coleta, Registro e Análise de Dados das Entrevistas

<p>Titulo do Estudo: Ser Supervisor: Percepções de supervisores em Psicologia Analítica Pesquisadora: Lucy Terezinha Tonietto Orientador: Francisco Antônio Pereira Fialho, Doutor.</p>

Caracterização do Sujeito de Pesquisa:

Pseudônimo: _____

Sexo: _____

Estado Civil: _____

Idade: _____

Tempo de Graduação: _____

Tempo de prática clínica: _____

Tempo de prática em supervisão: _____

Outras informações: _____

_____ .

3. Procedimentos de Entrevista

1. Fazer contato inicial por telefone, ou pessoalmente.
2. Expor o tema da pesquisa e seus objetivos e solicitar a participação através da entrevista
3. Verificar o local e horário melhor adequado à realização da entrevista
4. Solicitar autorização para gravar a entrevista em fita cassete
5. Cientificar que os nomes dos entrevistados não serão divulgados. No lugar do nome, solicitar a escolha de um pseudônimo.
6. Alertar para o fato que o entrevistado terá respeitado seu direito de responder apenas o que julgar necessário.
7. Solicitar a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
8. Realizar a entrevista procurando atingir seu objetivo no prazo máximo de uma hora.
9. Abrir espaço para o entrevistado fazer as considerações que julgar oportunas sobre a entrevista.
10. Finalizar abrindo espaço para possível retorno caso haja necessidade de nova coleta de dados, e também para novo contato a fim de que o entrevistado aprecie e valide a redação da entrevista.

4. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é **Lucy Terezinha Tonietto** e estou desenvolvendo a pesquisa **Ser Supervisor: Percepções de supervisores em Psicologia Analítica**, com o objetivo *de conhecer as percepções de analistas/supervisores em Psicologia Analítica acerca de como é vivenciado o processo de formação de supervisores na clínica da Psicologia Analítica e como seria o processo de formação idealizado.*

Este estudo é necessário porque *traz subsídios para reflexão sobre a necessidade de discutir e conhecer como ocorre o processo de formação de supervisores e as competências que precisam ser desenvolvidas.*

A pesquisa consiste em entrevista individual com terapeutas/supervisores abordando questões previamente definidas, de forma semi-estruturada. Isto não traz riscos ou desconfortos e esperamos que contribua para ampliar o campo de consciência do terapeuta e do supervisor em Psicologia Analítica.

Se você tiver alguma dúvida em relação ao estudo ou não quiser mais fazer parte do mesmo, pode entrar em contato pelo telefone: 41 – 322 5768. Se você estiver de acordo em participar, posso garantir que as informações fornecidas serão confidenciais.

Pesquisador principal/ responsável : Lucy Terezinha Tonietto

Eu, _____, fui esclarecido sobre a pesquisa **Ser Supervisor: Percepções de supervisores em Psicologia Analítica** e concordo que meus dados sejam utilizados na realização da mesma.

Assinatura: _____ RG: _____

Localidade, data

10. Referências Bibliográficas

1. ASSOCIAÇÃO JUNGUIANA DO BRASIL www.ajb.org.br
2. BAUER, Martin. W.; GASKELL, George (ed.) **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático.** 2^a. ed. Petrópolis : Vozes, 2003.
3. BLEGER, José. **Temas de Psicologia: Entrevistas e Grupos.** São Paulo : Martins Fontes, 1998.
4. BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto Codex, Portugal : Porto Editora, Dez / 1999.
5. CHANLAT, Jean-François. **Por uma Antropologia da Condição Humana nas Organizações.** In CHANLAT, Jean-François (coord.). **O indivíduo na Organização: dimensões esquecidas.** Vol. I. São Paulo : Atlas, 1996.
6. CORBETT, Lionel. **Supervision and the Mentor Archetype.** In KUGLER, Paul edit. **Junguian Perspectives on Clinical Supervision.** Daimon. Switzerland 1995.
7. DANA, James; HURLBUT JR., Cornelius. **Manual de Mineralogia.** Volume I. Rio de Janeiro : Livros Técnicos e Científicos, 1974.
8. DE CUSA, Nicolau. **A Visão de Deus.** Lisboa. Edição da Fundação Calouse Gulbenkian, 1998.
9. DURAND, T. **L'alchimie de la compétence.** *Revue Française de Gestion.* Dossier du n° 127. janvier-février. Paris: 2000. 84-102.
10. EDINGER, Edward. **A criação da Consciência: O mito de JUNG para o homem moderno.** São Paulo : Cultrix, 1999.
11. _____. **Ego e Arquétipo: Uma síntese fascinante dos conceitos psicológicos fundamentais de Jung.** São Paulo : Cultrix, 1995.
12. _____. **Ciência da Alma – uma perspectiva junguiana.** São Paulo: Paulus. 2004
13. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** 1^a. Edição, 13^a. Impressão. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. S/d.
14. FLICK, Uwe. **Entrevista Episódica.** in BAUER, Martin W.; GASKELL, George (ed.) **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático.** 2^a. ed. Petrópolis : Vozes, 2003.
15. FORDHAM, Michael. **Suggestions Towards a Theory of Supervision.** In KUGLER, Paul edit. **Junguian Perspectives on Clinical Supervision.** Daimon. Switzerland 1995.
16. GASKELL, George. **Entrevistas Individuais e Grupais** in BAUER, Martin W.; GASKELL, George (ed.) **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático.** 2^a. ed. Petrópolis : Vozes, 2003.

17. GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4^a. ed. São Paulo : Atlas, 1995.
18. GOMES, Romeu. **A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa**. In MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 11^a. ed. Rio de Janeiro : Vozes, 1999.
19. GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre Iniciação à Pesquisa Científica**. Campinas : Alínea, 2001.
20. GOODHEART, William B. **Êxito e Fracasso de intervenções na análise junguiana: a construção/desconstrução do círculo fascinante**. in STEIN, Murray; SCHWARTZ-SALANT, Nathan (orgs.) **Transferência Contratransferência**. Cultrix. São Paulo. 2005
21. GUGGENBÜHL-CRAIG, Adolf. **II Puritanesimo**. Rivista La Pratica Analítica. 12/nov 95,19-36
22. _____. **O abuso do Poder na Psicoterapia e na medicina, serviço social, sacerdócio e magistério**. São Paulo : Paulus. 2004
23. HALL, James. **Sonhos e transferência/contratransferência: o campo transformador**. in STEIN, Murray; SCHWARTZ-SALANT, Nathan (orgs.) **Transferência Contratransferência**. Cultrix. São Paulo. 2005
24. HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis : Vozes, 1999.
25. HANNAH, Bárbara. **Jung, vida e obra – uma memória biográfica**. Porto Alegre : Artmed, 2003.
26. JACOBY, Mario. **Supervision and the Interactive Field**. In KUGLER, Paul edit. **Jungian Perspectives on Clinical Supervision**. Daimon. Switzerland 1995.
27. JAVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. **Entrevista Narrativa**. in BAUER, Martin W.; GASKELL, George (ed.) **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 2^a. ed. Petrópolis : Vozes, 2003.
28. JUNG, Carl Gustav. **Obras Completas de Carl Gustav JUNG Volume II. Estudos Experimentais**. Petrópolis: Vozes, 1997.
29. _____. **Obras Completas de Carl Gustav JUNG Volume IV. Freud e a Psicanálise**. Petrópolis: Vozes, 1989.
30. _____. **Obras Completas de Carl Gustav JUNG Volume V. Símbolos da Transformação**. Petrópolis: Vozes, 1986.
31. _____. **Obras Completas de Carl Gustav JUNG Volume VI. Tipos Psicológicos**. Petrópolis : Vozes, 1991.
32. _____. **Obras Completas de Carl Gustav JUNG Volume VII. Estudos Sobre a Psicologia Analítica**. 3^a. ed. Petrópolis : Vozes, 1991.
33. _____. **Obras Completas de Carl Gustav JUNG Volume VIII. A Dinâmica do Inconsciente**. 2^a. ed. Petrópolis : Vozes, 1991.

34. _____. **Obras Completas de Carl Gustav JUNG Volume IX/I. Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo.** 2^a. ed. Petrópolis : Vozes, 2000.
35. _____. **Obras Completas de Carl Gustav JUNG Volume IX/II. AION Estudos sobre o Simbolismo do Si-Mesmo.** 2^a. ed. Petrópolis : Vozes, 1988.
36. _____. **Obras Completas de Carl Gustav JUNG Volume X. Psicologia em Transição.** Petrópolis : Vozes, 1993.
37. _____. **Obras Completas de Carl Gustav JUNG Volume XI. Psicologia da Religião Ocidental e Oriental.** Petrópolis : Vozes, 1988.
38. _____. **Obras Completas de Carl Gustav JUNG Volume XIII. Estudos Alquímicos.** Petrópolis : Vozes, 2003
39. _____. **Obras Completas de Carl Gustav JUNG Volume XVI. A Prática da Psicoterapia.** Petrópolis : Vozes, 1988.
40. _____. **Obras Completas de Carl Gustav JUNG Volume XVII. O Desenvolvimento da Personalidade.** 2^a. edição. Petrópolis : Vozes, 1986.
41. _____. **Obras Completas de Carl Gustav JUNG Volume XVIII/I. A Vida Simbólica** Escritos Diversos. 2^a. edição. Petrópolis : Vozes, 1998.
42. _____. **Memórias, Sonhos, Reflexões.** JAFFÉ, Aniela Org 17^a. edição. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. s/d
43. _____. **C. G. JUNG Cartas.** Volume I. 1906-1945. JAFFÉ, Aniela (org.) Petrópolis: Vozes, 1999.
44. _____. **C. G. JUNG Cartas.** Volume II. 1946-1955. JAFFÉ, Aniela (org.) Petrópolis : Vozes, 2002.
45. _____. **C. G. JUNG Cartas.** Volume II. 1956-1961. JAFFÉ, Aniela (org.) Petrópolis : Vozes, 2003.
46. KUGLER, Paul edit. **Junguian Perspectives on Clinical Supervision.** Daimon. Switzerland 1995.
47. LÜDKE, Hermengarda Alves; ANDRÉ, Marli E. D. **A Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** 6^a. reimpressão São Paulo : Editora Pedagógica e Universitária, 2003.
48. MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados.** 4^a. ed. São Paulo : Atlas, 1999.
49. MATTOON, Mary Ann. **Historical Notes in** KUGLER, Paul. Editor. **Junguian Perspectives on Clinical Supervision.** Einsiedeln, Swytzerland : Daimon, 1995.
50. MINAYO, Maria Cecília de S. et. al. **Pesquisa Social: teoria método e criatividade.** 7^a. ed. Rio de Janeiro : Vozes, 1997.
51. MINAYO, Maria Cecília de Souza. et. al. **Pesquisa Social: teoria método e criatividade.** 11^a. ed. Rio de Janeiro : Vozes, 1999a.

52. MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 6^a. ed. São Paulo : Hucitec; Rio de Janeiro : Abrasco, 1999b.
53. MOORE, Norah. **Michael Fordham's Theory and Practice of Supervision.** In KUGLER, Paul edit. *Junguian Perspectives on Clinical Supervision.* Daimon. Switzerland 1995.
54. MORIN, Edgar. **Amor, Poesia, Sabedoria.** Rio de Janeiro : Bertrand do Brasil, 2000.
55. _____. **Ciência com Consciência.** 4^a. ed. Rio de Janeiro : Bertrand do Brasil, 2000.
56. REGGIORI, Joan. **Some Thoughts on the Clinical Process.** In KUGLER, Paul edit. **Junguian Perspectives on Clinical Supervision.** Daimon. Switzerland 1995.
57. SANCHEZ, Maria de Lourdes Bairão. **Entre o nascimento e a morte: um percurso de iniciação - Monografia apresentada à AJB, Instituto de São Paulo.**1997.
58. SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a produção do conhecimento** 5^a. ed. revisada. Rio de Janeiro : DP&A, 2002.
59. SCHWARTZ-SALANT, Nathan. **Fatores arquetípicos subjacentes à atuação sexual no processo de Transferência / Contratransferência.** in STEIN, Murray; SCHWARTZ-SALANT, Nathan (orgs.) *Transferência Contratransferência.* Cultrix. São Paulo. 2005
60. SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA ANALÍTICA, Portal. www.sbpa-rj.org.br/
61. STEIN, Murray. **Poder, xamanismo e maiêutica na contratransferência.** in STEIN, Murray; SCHWARTZ-SALANT, Nathan (orgs.) *Transferência Contratransferência.* Cultrix. São Paulo. 2005
62. THIOLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** 10^a. ed. São Paulo : Cortez : Autores Associados, 2000.
63. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo : Atlas, 1987.
64. VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar: Epistemologia e Metodologia Operativa.** Petrópolis : Vozes, 2002.
65. Von FRANZ, Marie-Louise. **O significado Psicológico dos Motivos de Redenção nos Contos de Fadas.** Cultrix. São Paulo : 1993
66. _____. **A Tipologia de Jung.** A função inferior. Cultrix. São Paulo : 1995
67. _____. **O Feminino nos Contos de Fadas.** Vozes. Petrópolis : 1995b
68. _____. **Reflexos da Alma.** Projeção e Recolhimento Interior na Psicologia de C. G. Jung. Cultrix/Pensamento. São Paulo : 1997.
69. _____. **Psicoterapia.** São Paulo : Paulus, 1999.
70. _____. **JUNG: seu mito em nossa época.** São Paulo : Cultrix, 2003.
71. _____. **Os Sonhos e a Morte.** Uma interpretação junguiana. São Paulo : Cultrix, s/d.

72. _____. **O processo de individuação.** In JUNG, C. G. (org.) **O Homem e seus Símbolos.** 7^a. edição. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, s/d.b.
73. Von FRANZ, Marie-Louise em conversa com Fraser BOA. **O Caminho dos Sonhos.** São Paulo : Cultrix, 2001.
74. WAKEFIELD, Joseph. **Transference Projections in Supervision.** In KUGLER, Paul edit. **Jungian Perspectives on Clinical Supervision.** Daimon. Switzerland 1995.
75. WOODMAN, *Marion.* **Transferência e contratransferência na análise voltada para os distúrbios alimentares.** in STEIN, Murray; SCHWARTZ-SALANT, Nathan (orgs.)